
José Willington Germano

**LENDO E
APRENDENDO**
A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO



coleção Teoria e Prática Sociais

EDITORA
AUTORES
ASSOCIADOS 

 adum

 CORTEZ
EDITORA

LENDO E APRENDENDO

A Campanha de Pé no Chão

Conselho editorial

Antônio Joaquim Severino, Casemiro dos Reis Filho, Dermeval Saviani, Gilberta S. de Martinho Jannuzzi, Joel Martins, Maurício Tragtenberg, Moacyr Gadotti, Migul de La Puente, Milton de Miranda e Walter E. Garcia.

Copidesque: Nelson Nicolai

Fotos: cedidas pelo Autor

Capa: Jerônimo Oliveira

Produção editorial: Helen Diniz

Revisão: Maria de Lourdes Scoss e Marlene Crespo

José Willington Germano

LENDO E
APRENDENDO
A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO



Em memória de Djalma Maranhão

Para

Raimunda, esposa e companheira

Rachel e Sílvia, minhas filhas

A meus pais,

José Germano Sobrinho (em memória)

Maria Erci Germano de Queiroz

Aos trabalhadores do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Evaldo Amaro Vieira, da Faculdade de Educação da UNICAMP, pela orientação competente e pelo tom cordial com que sempre foram permeadas as nossas relações, A José Fernandes Machado, ex-presidente do Comitê Nacionalista das Rocas, ex-coordenador do Círculo de Cultura da Colônia dos Pescadores, do mesmo bairro, pela colaboração imensa que prestou à realização deste trabalho, tanto concedendo entrevista ao autor, como também farejando e descobrindo fontes de pesquisa, Machado foi um colaborador de primeira hora. Ao professor Moacyr de Góes, ex-secretário de Educação de Natal em cuja administração se desenvolveu a “*Campanha*” e autor de um livro pioneiro sobre “*De Pé no Chão...*”, o meu agradecimento pela entrevista concedida, pelos documentos fornecidos e, sobretudo, pela salutar discussão sobre os movimentos de educação e cultura popular da época (1960/1964), num momento em que ambos preparávamos um trabalho sobre o mesmo assunto. A Raimunda Medeiros Germano, incentivadora maior, presente em todas as fases da elaboração desta dissertação, discutindo comigo a cada passo, lendo e relendo pacientemente os originais, partilhando cotidianamente das dúvidas e das incertezas. Ao deputado Roberto Furtado os meus agradecimentos pela importante documentação cedida.

Agradeço, também, à professora Mailde Pinto, ex-titular da Diretoria de Documentação e Cultura, pelo depoimento que prestou. Às colegas da Secretaria de Educação Maria das Dores Fernandes de Lima, Erinalda do Nascimento Galvão e Altamira Medeiros, que contribuíram, respectivamente, na elaboração dos quadros estatísticos, na análise da situação orçamentária da Prefeitura de Natal e na revisão dos originais. Gostaria de agradecer, outrossim, a Maria Pepita Vasconcelos de Andrade e a Maurinete Correia Ferreira Lima, pelo estímulo que sempre recebi e cuja convivência ao longo de quase nove anos de trabalho tem se revestido, para mim, de um aprendizado e de uma busca constante. Agradeço a Geraldo de Margela Fernandes, meu colega no Departamento de Ciências Sociais da UFRN, pela leitura atenta e pelas observações pertinentes que fez ao presente trabalho. À banca de qualificação e, em especial, ao professor Manoel Tosta Berlinck pelas sugestões oferecidas. Aos professores Milton José de Almeida e Carlos Rodrigues Brandão, o reconhecimento sincero pela valiosa colaboração oferecida por ocasião da

defesa, através das suas respectivas intervenções.

Os agradecimentos são extensivos aos meus colegas de mestrado no IFCH/UNICAMP, José Antonio Spinelí Lindozo, Dulce Maria Pompeo de Camargo Leme, Sandra Maria Vicentin de Oliveira e Doraci Fernandes pelos “*galhos quebrados*” em Natal e em Campinas. A Liêda Pinheiro, que tão gentilmente se dispôs a organizar, com competência, o material bibliográfico e a Josefa Dantas de Luna, que, com paciência, fez a datilografia. Agradeço ainda a Eloi de Medeiros Neto, pela colaboração decisiva no que diz respeito à reprodução original do presente trabalho.

Finalmente, agradeço à Secretaria de Educação do Estado e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte por me liberarem das funções, possibilitando que eu frequentasse o curso de mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	– Ação Popular
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCP	– Centro de Cultura Popular
CED	– Conselho Estadual de Desenvolvimento
CEPLAR	– Campanha de Educação Popular
CFP	– Centro de Formação de Professores
CGT	– Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	– Central Intelligence Agency
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COSERN	– Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
CPC	– Centro Popular de Cultura
DCE	– Diretório Central de Estudantes
DDC	– Diretoria de Documentação e Cultura
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatísticas Sócio-econômicas
DNOCS	– Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS	– Departamento de Ordem Política e Social
FAB	– Força Aérea Brasileira
FBI	– Federal Bureau of Investigation
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FISI	– Fundo Internacional para Socorro da Infância
GE	– Governo do Estado
GTDN	– Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	– Inquéritos Policiais Militares
JUC	– Juventude Universitária Católica
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
MCP	– Movimento de Cultura Popular
MEB	– Movimento de Educação de Base

MEC	– Ministério da Educação e Cultura
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PDC	– Partido Democrata Cristão
PETROBRAS	– Petróleo Brasileiro S.A.
PM	– Polícia Militar
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	– Partido Popular
PR	– Partido Republicano
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSD	– Partido Social Democrático
PSP	– Partido Social Progressista
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	– Partido Trabalhista Nacional
PNA	– Programa Nacional de Alfabetização
PUA	– Pacto de Unidade e Ação
RI	– Regimento de Infantaria
RO	– Regimento de Obuses
RN	– Rio Grande do Norte
SBPC	– Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECERN	– Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte
SERAS	– Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELERN	– Telecomunicações do Rio Grande do Norte
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
TURN	– Teatro Universitário do Rio Grande do Norte
UBES	– União Brasileira de Estudantes Secundários
UCF	– União Cívica Feminina
UDN	– União Democrática Nacional
UEE	– União Estadual de Estudantes
UNE	– União Nacional dos Estudantes
USAID	– United States Agency for International Development

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	20
PARTE I	
A POLITICA DO RIO GRANDE DO NORTE NO INICIO DOS	
ANOS 60	39
1. A CANDIDATURA E A ADMINISTRAÇÃO DE ALUIZIO ALVES	
NO GOVERNO DO ESTADO	39
1.1 A indicação e a vitória eleitoral de Aluízio Alves	39
1.2 O legado recebido do governo anterior	46
1.3 Governo Aluízio Alves – O processo modernizador	51
2. A CANDIDATURA E A ADMINISTRAÇÃO DE DJALMA MARANHÃO NA	
PREFEITURA DE NATAL	60
2.1 A candidatura de Djalma Maranhão	60
2.2 A campanha política de Djalma Maranhão	64
2.3 O nacionalismo da campanha de Djalma Maranhão e o nacional-	
desenvolvimentismo	69
2.4 A herança recebida no regresso à Prefeitura de Natal	77
2.5 Panorama das realizações de Djalma Maranhão na Prefeitura	
de Natal	79
2.6 A crise nacional e as repercussões em Natal	87
PARTE II	
A CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” COMO	
EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR	92

1. A ORIGEM, A ORGANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO	93
1.1 A situação educacional de Natal e o início da Campanha	93
1.2 A origem e as características dos acampamentos escolares	96
1.3 A evolução da matrícula da Campanha	100
1.4 O papel do Centro de Formação de Professores	104
1.5 Os círculos de pais e professores e outras dimensões da Campanha quanto à sua organização	107
1.6 A Campanha De Pé no Chão... e a organização cultural de Natal	111
1.7 Esporte e recreação no âmbito da Campanha	115
1.8 A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão	117
1.9 A última fase da Campanha	119
 2. AS BASES CONCEPTUAIS DA CAMPANHA	 121
2.1 O nacionalismo de Djalma Maranhão	121
2.2 A concepção de Educação e Cultura nas formulações de Moacyr de Góes	129
2.3 A concepção de Educação e Cultura Popular segundo documentos da Campanha	136
 3.O MOVIMENTO MILITAR DE 1964 E O TÉRMINO DA CAMPANHA	 144
 CONCLUSÃO	 172

PREFÁCIO

O PREÇO DA ALFABETIZAÇÃO

Qualquer leitor mais exigente, inclusive o tido como especialista em Educação ou em Educação Popular, certamente poderá levantar várias questões ao examinar esta obra. Alguns perguntarão, na falta de melhor modo de ver este estudo, quais as causas que lhe deram origem. Perguntarão qual a originalidade, quando há verdadeira febre na atualidade em ouvir o povo, em sentir o povo, em auxiliar o povo e em gerar condições para o povo conquistar os meios de expandir sua cultura. Acerca disto, falando com sinceridade, as estantes das livrarias estão repletas de livros sobre histórias de movimentos alfabetizadores, teorias da Educação, técnicas de alfabetização do povo, as últimas idéias e práticas educacionais, sobre definição de Educação e de Educação Popular.

É bom ainda lembrar que de fato as estantes das bibliotecas universitárias contêm muito maior número de trabalhos acadêmicos relativos a todos aqueles temas aludidos. Porém, outro exigente leitor poderá impressionar-se com a falta de neutralidade do Autor, como se a imparcialidade representasse privilégio de uns poucos homens, patrimônio da ciência imortal! Porventura, haverá quem descubra tons messiânicos no acontecimento analisado. Na realidade, tudo não passa de um problema de retina, atrapalhando a leitura das frases deste texto. Ou talvez venha a ser um caso de falta de tempo para aprofundar a meditação.

O livro de José Willington Germano, intitulado *Lendo e aprendendo*, não se reduz a mero conjunto de depoimentos de participantes da Campanha “De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler”, posta em prática pela Prefeitura de Natal, Capital do Rio Grande do Norte, de 1960 a 1964, durante a gestão do Prefeito Djalma Maranhão. Aliás, referências e depoimentos quanto à Campanha já existem, e bons, motivo por que esta Obra ultrapassa tais limites. Além de reconstruir e de refletir sobre tal Campanha, o livro de José Willington Germano significa um brilhante capítulo da História do Rio Grande do Norte e mais, uma irrepreensível exposição das relações desta História com o momento dramático vivido pelo Brasil. Este estudo, de outra parte, possui outro significado.

O livro *Lendo e aprendendo* discorre sobre a mobilização da população de Natal,

no início dos anos 60, com a intensa presença de autênticos heróis do povo, conhecidos ou não, que vieram a enfrentar os grupos dominantes da sociedade, acostumados ao populismo das alianças, das promessas e das campanhas eleitorais de cunho carismático. Esses autênticos heróis do povo se depararam também com a oligarquia política mais retrógrada que imaginar se possa. Esses autênticos heróis do povo, diante de tal quadro político, sentiram ainda o peso da capital estrangeiro, cada vez mais poderoso no Rio Grande do Norte.

A Campanha “De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler” consiste num setor de estratégia de mobilização social promovida pela administração do Prefeito de Natal, Djalma Maranhão. A Campanha serviu, portanto, como um das intermediárias entre a Prefeitura dessa cidade e seus habitantes, abrindo assim amplo espaço para as reivindicações populares. Encontrando enorme apoio da população, a Campanha aplicou um método próprio de alfabetização, elaborou cartilha, criou seus intelectuais de caráter popular, utilizou-se de salas vazias de Natal, erigindo palhoças para instalar novos cursos e novas bibliotecas.

A obra, por conseguinte, dedica-se à política do Rio Grande do Norte, mostrando-a como reprodução do que acontecia no Brasil inteiro, com a existência, ao mesmo tempo, de maior espaço para a ação das massas populares e de ampliação dos antagonismos das classes. Por outro lado, no interior da luta política desse estado, nasce, organiza-se e se desenvolve a Campanha “De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler”, baseada num projeto mobilizador e numa ideologia nacionalista.

A Campanha se caracterizou como movimento radical em favor das necessidades gerais da população de Natal e em especial como instrumento vigoroso para dar condições à expansão da cultura e da educação do povo. O livro de José Willington Germano constitui um estudo fundamentado em documentos, depoimentos, artigos de jornais e até em inquérito. Ao lado de outras tentativas da época referentes à alfabetização, por sinal bastante lembradas e valorizadas, a Campanha esclarece os obstáculos levantados diante de quem quer ler e escrever ao menos, apontando inteiramente os riscos e definindo o preço humano da alfabetização naquele período. Quem não acreditar, ou quem desejar conhecê-las, percorra as páginas de José Willington Germano.

APRESENTAÇÃO

Cabe explicitar, inicialmente, que este trabalho tem como objeto de investigação a Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Natal no período compreendido entre fevereiro de 1961 e março de 1964. Trata-se, pois, de um estudo monográfico sobre a Campanha, em que se tenta não somente contribuir para o “resgate” dessa experiência significativa de educação, registrando sua origem e as formas pelas quais se organizou e se desenvolveu, mas também localizando-a devidamente no contexto histórico do qual surgiu.

Importa assinalar que esta pesquisa se preocupa em primeiro lugar com a situação econômica-política-social vigente no início dos anos 60, para em seguida pensar nos movimentos e campanhas de educação e cultura popular que floresceram na época (1960-1964) e, em particular, na Campanha “De Pé no Chão...” Assim sendo, parte-se do pressuposto de que o movimento de educação, enquanto forma de mobilização (na qual se inclui “De Pé no Chão...”), aconteceu num contexto de crise econômica e política das classes dominantes; num momento de ascensão política dos trabalhadores urbanos e de organização crescente dos trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste; surgiu, enfim, no ocaso do populismo e sob a direção intelectual de setores da classe média, como, por exemplo, a dos estudantes universitárias. Importa ainda destacar que esta pesquisa, tem como objetivo precípua investigar, através da Campanha, as relações entre política e educação no Rio Grande do Norte, no período 1960-1964, como forma, inclusive, de tornar inteligível a origem, o desenvolvimento e o término do citado movimento educacional.

Este trabalho apresenta a seguinte ordem de exposição:

a) Introdução, onde, de modo abreviado, procura-se caracterizar a situação econômico-político-social do Brasil e do Nordeste no início da década de 60, no bojo da qual despontaram os movimentos de educação e cultura popular.

b) A seguir vem a Parte I, que se refere especificamente à Política do Rio Grande do Norte nos anos 60. Aqui, encontram-se não somente a análise das eleições de 1960, nas quais Aluísio Alves foi eleito governador do Estado e Djalma Maranhão, prefeito de Natal, mas também uma identificação dos grupos políticos que atuavam no Estado, dispersos pelos vários partidos, e, em seguida, focaliza-se o término das administrações de Dinarte

Mariz, à frente do governo estadual, e de José Pinto Freire, à frente da Prefeitura de Natal, num esforço de caracterização de uma dominação tipicamente oligárquica. Por último, tem-se uma rápida análise das administrações de Aluizio Alves, no governo do Estado, e de Djalma Maranhão, na Prefeitura de Natal, em que a primeira significou uma redefinição das práticas oligárquicas de dominação política e a segunda, pelo vínculo popular que a distinguiu, um momento de ruptura com relação aos grupos oligárquicos que desde sempre mantiveram as rédeas do poder sob seu controle. Tanto é assim que os mesmos personagens que dominavam, como representantes da oligarquia algodoeiro-pecuária, o poder do Estado sob a bandeira do Partido Republicano Federal na 1.^a República vão se recompor em 1933 com a criação do Partido Popular, que elege o novo governador em 1934, o qual, em 1937, com o Estado Novo, é transformado em interventor. Assim, o Partido Popular atravessa toda a ditadura Vargas no poder. Com a redemocratização, a oligarquia se fraciona em duas correntes, e o Partido Popular fornece os quadros do PSD e da UDN. Este quadro de tranqüila dominação oligárquica só veio a sofrer um pequeno abalo no princípio da década de 60, e novamente se recompôs após 1964 sob a égide da ARENA. Os capítulos que enfeixam a Parte I procuram mostrar, afinal, a origem dos grupos políticos e as articulações existentes entre eles ao longo do tempo; concomitantemente, tentam demonstrar como o único grupo político “independente” com atuação legal foi sucessivamente “expurgado” pelas oligarquias, até ser “exterminado” pelo golpe militar, o que consta do último capítulo do trabalho. Este grupo era liderado por Maranhão, em cuja administração surgiu a Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”.

c) Os capítulos da Parte II tratam da origem, desenvolvimento e término da mencionada Campanha, cuja direção intelectual coube a marxistas e aos cristãos de esquerda. Trata-se, pois, de uma tentativa de “reconstituição histórica”, contada não somente a partir do seu surgimento e das suas interessantes formas de organização, mas também através da identificação, ainda que de forma precária, das idéias essenciais que fundamentavam o citado projeto educativo, expressas por alguns dos seus intelectuais, tais como o próprio Djalma Maranhão, Moacyr de Góes, então secretário de Educação de Natal, bem como pelo Grupo de Educação Popular, responsável imediato pelo desenvolvimento da Campanha. Procura-se reter, essencialmente, alguns pontos centrais levantados pelo

nacionalismo de esquerda, principalmente no que toca à luta antiimperialista e, no interior desse quadro, como se apresentavam as propostas de educação e cultura popular: o que entendia por educação? O que entendia e qual era o papel da cultura popular? Existia um projeto de sociedade a ser perseguido? Diga-se de passagem, que essa “discussão de idéias” é focalizada anteriormente por ocasião da análise da campanha eleitoral de Maranhão à Prefeitura de Natal, quando se tenta comparar o nacionalismo segundo as formulações expressas na *Folha da Tarde* (jornal dirigido pelo referido candidato) e o nacionalismo veiculado pelo desenvolvimento juscelinista conforme as análises de Miriam Limoeiro Cardoso. Posteriormente, isto é, no capítulo referente ao movimento militar e ao término da Campanha “De Pé no Chão...”, volta-se a “discutir idéias”, desta vez as dos responsáveis pela condução dos inquéritos e de outros personagens triunfantes que expressam o pensamento das forças vitoriosas, em contraposição às que foram derrotadas, e que naturalmente enveredam pelos caminhos da acusação. Este capítulo se reporta especificamente sobre como transcorreu o movimento militar no Rio Grande do Norte e, em particular, em Natal, capital do Estado.

Em síntese, esta é a proposta do estudo ora empreendido, proposta executada com dificuldades, porquanto as fontes escritas tomadas como base das informações, tais como jornais, relatórios, boletins, ofícios, atas, mensagens governamentais, discursos e outros tipos de documentos, fizeram com que esta pesquisa tivesse que encontrar, na sua realização, alguns óbices irremovíveis muito próprios de um país que não tem a devida preocupação com a História. Dessa maneira, teve-se de enfrentar a escassez de documentos, o que dificultou ou mesmo deixou incompletas algumas informações e análises; este é o caso, por exemplo, dos jornais *Folha da Tarde* e *Jornal de Natal*, ambos dirigidos por Djalma Maranhão e, portanto, duas das principais fontes de informações, cujas coleções estão incompletas no Instituto Histórico e Geográfico, onde os exemplares disponíveis correspondem apenas até o mês de agosto de 1962. No que diz respeito à documentação específica da Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, esta, além de escassa, encontra-se dispersa em mãos de particulares, que a muito custo conseguiram “salvar” algumas peças preciosas. Essa escassez documental da Campanha muito provavelmente deve-se a dois fatores fundamentais: os próprios agentes tiveram pouca preocupação em documentar a experiência; do pouco que foi produzido a respeito, a repressão,

proveniente do movimento militar de 1964, foi responsável pela sua apreensão e destruição. Muitas vezes aconteceu que eram os próprios participantes e/ou seus familiares que, temendo a repressão, destruíam ou davam fim aos documentos que estavam em seu poder.

Visando complementar as informações colhidas nas fontes escritas, foram realizadas também três entrevistas com informantes qualificados: o secretário municipal de Educação na época, prof. Moacyr de Góes, o preso do Comitê Nacionalista das Rocas, prof. José Fernandes Machado, e o titular da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura de Natal, prof.^a Mailde Pinto.

A seguir, as principais fontes consultadas e as respectivas instituições visitadas:

a) *Folha da Tarde e Jornal de Natal* – período: 1960, 1961, até agosto de 1962 – Local: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte;

b) *A Ordem*, jornal pertencente à Arquidiocese de Natal – Período: 1962-1964 – Local: Arquivo da Arquidiocese de Natal;

c) *O Diário de Natal e O Poti*, jornais pertencentes aos Diários Associados – Período: 1964 – Local: Arquivo dos Diários Associados;

d) Ofícios e outros documentos oficiais do governo do Estado – Período: 1961-65 – Local: Arquivo Público do Rio Grande do Norte;

e) Atas da Câmara Municipal, mensagens do executivo municipal e outros documentos oficiais – Período: 1961-64 – Local: Arquivo da Câmara Municipal de Natal.

Além destes, foi consultada a documentação constante dos arquivos do prof. Moacyr de Góes e do deputado Roberto Furtado, secretário das Finanças da Prefeitura de Natal na administração de Djalma Maranhão (1960-64).

“A Cultura, na mão do povo, é arma na luta pela liberdade.” (Livro de Leitura *De pé no chão também se aprende a ler.*)

“Se esta história de Cultura vai-nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos.” (Coronel Darcy Lázaro, comandante da invasão à Universidade de Brasília. citado por Márcio Moreira Alves em *O Cristo do povo.*)

INTRODUÇÃO

O início da década de 60 marcou o aparecimento de uma série de movimentos e campanhas que se propunham a desenvolver projetos de educação, principalmente de adultos, em moldes diferentes do que até então era praticado; ou seja, propunham um rompimento com as práticas usuais de alfabetização de adultos que simplesmente desenvolviam o ensino da leitura, da escrita e do contar. Não formulando nenhum questionamento sobre a realidade, mas pelo contrário, procurando sempre dissimulá-la, essas práticas estavam perfeitamente sintonizadas com a reprodução social das estruturas sócio-econômicas existentes. Este é o caso, por exemplo, da Campanha de Educação de Adultos, instituída pelo governo federal e desenvolvida pelo Ministério da Educação a partir de 1947. Aqui havia “uma aproximação entre os conteúdos do ensino de adultos e do ensino infantil”.¹ Era, portanto, inteiramente alienante. Ora, nada mais natural que isso ocorresse, uma vez que tal Campanha, patrocinada pelo estado burguês, num momento em que o pacto de classes, muito próprio do populismo, pendia francamente para o lado mais forte da aliança, ou seja, para a burguesia.²

¹ C. de R. Beisiegel. *Estado e educação popular*. São Paulo, Pioneira, 1974, p. 94.

² Embora não seja objetivo desse trabalho discutir o populismo brasileiro, mesmo assim torna-se importante tocar no assunto, identificando a interpretação dada por alguns autores, porquanto é no contexto populista que surgem os movimentos de educação e cultura popular da década de 60. Assim, para Weffort, “o populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aplicações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo (...). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi, sobretudo, a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”. Dessa maneira, salienta Weffort que “o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações”. (F. Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 61-2.) Boris Fausto segue a mesma orientação, destacando, entretanto, o papel do Estado. Para ele, o populismo representa uma época na história da América Latina, sobretudo a partir dos anos 30. “O populismo seria um comportamento político, um estilo de política, uma orientação de política pela qual o Estado, sobretudo, promove uma tentativa, no plano econômico, de desenvolvimento nacional autônomo, reunindo em torno de si diferentes classes sociais – em alguns casos especialmente a classe operária – com a exclusão de velhos setores das oligarquias rurais latino-americanas. No caso da América Latina, é importante ressaltar o aspecto do Estado (...). O Estado aparece como figura de grande importância. É o Estado que vai soldar esse projeto de desenvolvimento econômico autônomo e vai nuclear uma aliança de classes que vai, por vezes, desde a burguesia até as grandes massas populares”. (B. Fausto.

Entretanto é preciso assinalar “(...) que as classes sociais não se apagam, mas desenvolvem-se, no curso da aliança; ao longo da experiência populista as classes amadurecem as suas especificidades...”³ Sem embargo, é importante notar que as contradições entre as classes foram se aguçando e, em decorrência, verificou-se uma crescente participação dos setores populares na vida política do país e que se traduzia não somente através das reivindicações e da organização dos trabalhadores urbanos, mas, já agora, também dos trabalhadores rurais.

Pode-se afirmar que o período que vai de 1961 até 1964 caracterizou-se como sendo de crise econômica e política. “Quanto à crise econômica, assinala Ianni, manifestou-se da

“Populismo: Capítulo encerrado”. *Cadernos de Debate*. São Paulo, (1):33-4, 1976.) “Aliança”, ressaltava Weffort, “na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares”. (F. Weffort, op. cit., p. 75-6.) Fernando Henrique Cardoso ratifica as palavras de Weffort e Fausto, pois, para ele, “o populismo apareceu como uma espécie de recurso político do qual lançou mão na luta de poder quando uma certa forma de organização política entrou em crise. Que forma foi essa? A chamada democracia de elites, ou democracia restrita, que, no fundo, é a passagem do Estado de tipo oligárquico (...) para um Estado que fosse a expressão de um pacto que começasse a incluir a massa. Então, realmente, populismo como forma política é algo que vem primeiro do Estado. Quando há uma crise dentro do Estado, a nível das forças que controlam o Estado, é que alguns setores que estão dentro do Estado buscam apoio fora do Estado. E vão à massa”. (F. H. Cardoso. “Populismo: Uma Crise no Estado”. *Cadernos de Debate*. São Paulo (1): 35, 1976.) Para Octavio Ianni, “o populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político (...). Ao mesmo tempo que os governantes atendem parte das reivindicações do proletariado urbano, vão se elaborando as instituições e os símbolos populistas. Pouco a pouco, formaliza-se o mercado de trabalho, no mundo urbano industrial em expansão. Ao mesmo tempo, as massas passam a desempenhar papéis reais, ainda que secundários”. Para Ianni, o populismo significa “uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais. *Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político*”. Desse processo participou não somente a burguesia, mas também a esquerda. E “*o populismo sempre foi, malgrado as distorções político-ideológicas que lhe são inerentes, um mecanismo de politização das massas*”. E por isso mesmo sempre “foi pontilhado de crises”. (O. Ianni. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 206-8. Grifos do autor.) Por fim, o próprio Laclau – que critica as posições de Weffort e Ianni, que tendem “a vincular ‘populismo’ e industrialização por substituição de importações”, porquanto “o ‘populismo’ não é a superestrutura *necessária* de nenhum processo social ou econômico” – parte, entretanto, para identificar “as condições necessárias à emergência de fenômenos populistas” na América Latina: “uma crise particularmente grave no bloco do poder, que leva uma de suas frações a tentar estabelecer a sua hegemonia através da mobilização das massas, e uma crise do transformismo”. (E. Laclau. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 183. Grifos do autor.) Para esses autores, portanto (com exceção de Laclau), o populismo latino-americano e brasileiro se caracteriza essencialmente por representar uma época histórica pós-30, onde o Estado teve um papel de destaque no sentido de soldar um pacto de classes, onde as classes dominantes impunham sua hegemonia, embora atendendo, em parte, às reivindicações dos trabalhadores; representou uma crise no bloco do poder e implicou um processo de manipulação das massas populares, mas também um canal em que essas manifestavam as suas insatisfações. Por abrigar forças contraditórias foi um movimento em permanente crise.

³ O. Ianni. “Populismo e classes subalternas”. *Revista Debate & Crítica*. São Paulo, (1): 7-17, jul.-dez. 1975.

seguinte forma: reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação.”⁴ Ora, esgotara-se a “etapa de substituição de importações” e o “governo deveria optar, ainda que de modo implícito, por uma das duas estratégias políticas de desenvolvimento: favorecer a expansão do capitalismo nacional ou acelerar a internacionalização, como meio de promover os investimentos indispensáveis a uma nova expansão econômica”.⁵ Entretanto, as condições políticas da época dificultavam a tomada de uma decisão clara e, por outro lado, contraditoriamente, a situação não mais permitia ambigüidades. Quadros e Goulart “não estavam em condições de resolver as contradições herdadas do Governo Kubitschek”, pois “já não havia mais condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo nacional ou entre ideologia nacionalista e capitalismo associado (...). Além disso, as contradições entre as classes sociais, tanto na cidade como no campo, haviam-se aguçado. Essa foi a época de intensa politização e organização política das massas camponesas, principalmente no Nordeste”.⁶ Nesse contexto os trabalhadores assalariados, escudados na sua capacidade de organização e de mobilização, não estavam dispostos a arcar com o ônus da crise. Os trabalhadores demonstravam, isto sim, “uma crescente disposição de não apenas impedir novas investidas sobre os seus salários, como, também, de melhorar as suas condições de vida”.⁷

⁴ O. Ianni. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 192. Na verdade a crise econômica, segundo Singer, teria início em 1962 e se prolongaria até 1967, quando então começa novo ciclo de expansão a partir de 1968; tem início aqui o chamado “milagre brasileiro”. Salienta que “o Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes cresceu 35,4% no quinquênio 1951-56, acelerando-se sua expansão para 48,6% em 1956-61, que no quinquênio 1962-67, no entanto, caiu para 18,3 por cento”. (P. Singer. *A Crise do “Milagre”*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 109.) Segundo Ianni: “Nos anos de 1961-64, a economia brasileira apresentou as seguintes taxas de crescimento: 7,3; 5,4; 1,6 e 3,1. Como nesse mesmo período a população crescia a uma taxa de 3,1 % ao ano, em 1963 houve descapitalização no país; e em 1964 a taxa de crescimento da economia foi anulada pelo aumento populacional”. (O. Ianni, op. cit., p. 204.) Por outro lado, a inflação apresentou um crescimento intenso: 1960 – 30,5%; 1961 – 47,7%; 1962 – 51,3%; 1963 – 81,3%; 1964 – 91,9%. (Dados da Fundação Getúlio Vargas, citados por L. C. B. Pereira. “As Contradições da inflação brasileira”. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, (21):58, mar. 1980.) Por fim, “o fluxo de capitais de risco do exterior, excluindo-se os reinvestimentos, declinou de US\$ 108 milhões em 1961 para US\$ 69 milhões em 1962 e US\$ 30 milhões em 1963”. (Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968/1970. Estudo Especial: A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas, citado por G. Mantega e M. Moraes.) *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 34.

⁵ O. Ianni, op. cit., p. 192.

⁶ *Ibidem*, p. 192-3.

⁷ G. Mantega e M. Moraes, op. cit., p. 14.

Por outro lado, o início dos anos 60 vai se caracterizar também como um período de crise política⁸, estreitamente vinculada à crise econômica. A renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 e a deposição de João Goulart em abril de 1964 evidenciam um quadro de crise, tal a instabilidade do poder. Jogaram um papel importante nessa crise: *a*) a radicalização das posições dos partidos políticos com relação à orientação a ser dada nos assuntos econômicos, políticos, nas relações externas, etc.; *b*) a intensa politização das massas, sobretudo urbanas, ao longo do período em que concorreram para a mencionada politização: o episódio da renúncia de Jânio; as freqüentes campanhas de reivindicação salarial, quando eram realizados comícios, assembléias, greves e, por fim, o debate em torno das reformas de base – agrária, tributária, universitária; *c*) o divórcio entre o poder legislativo e o poder executivo: de um lado, o Congresso Nacional composto, boa parte, por representantes da sociedade agrária e, por outro lado, o executivo, “fortemente influenciado pelos interesses e valores ligados à sociedade urbano-industrial”. Salienta Ianni que “é possível ressaltar agora o que seria o fundamento de toda a crise político-econômica desses anos (...). Por um lado, colocavam-se as condições políticas e econômicas, bem como ideológicas, favoráveis à formação de um sistema capitalista de tipo nacional. E, por outro lado, colocavam-se as condições políticas, econômicas, bem como ideológicas, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo associado; (...)”.

Foi no âmbito dessa contradição que se desenvolveu o antagonismo entre forças políticas favoráveis à expansão do capitalismo (...) e as forças políticas de esquerda, favoráveis à transição pacífica para o socialismo (...). Assim, na medida em que se agravou a crise interna do poder político vigente, isto é, da ‘democracia representativa’, cresceu a importância relativa das correntes políticas que preconizavam o alargamento da ação do Estado, com o fim de provocar a transição para uma economia de tipo especialista. E é

⁸ “A ‘crise política’ se manifesta quando os aparelhos de Estado não podem mais garantir nem a ‘seletividade específica de classe’, necessária à estabilidade do processo político, nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com o pessoal político existente quando é preciso então reestruturá-los de modo significativo”. (J. Hirsch. “Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise”. In: N. Poulantzas. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 107-8.) No Brasil, por exemplo, o Ato Institucional nº 1 de abril de 1964 deixa, segundo Carvalho, “o seguinte saldo até o final daquele ano: 378 pessoas e 55 membros do Congresso com suspensão dos direitos políticos; a demissão de 10 mil funcionários públicos e cerca de 50 mil pessoas sob investigação policial militar”. (H. M. Carvalho. “O caráter de classe no sistema partidário brasileiro”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, (13): 144, jul. 1979.)

claro que o crescimento da importância política da estratégia socialista acentuou ainda mais a crise de ‘democracia representativa’.⁹ Nesse contexto surgiu o movimento militar de 1964, que depôs o presidente Goulart, rompendo-se, assim, o pacto populista.

No interior desse processo onde o poder político e reivindicativo das classes populares, que lutavam pelas chamadas reformas de base, começava a despontar, é que surgiram movimentos e campanhas de educação e cultura popular cujas propostas eram diferentes do que, até então, era posto em prática. Educação Popular, nessa perspectiva, não dizia respeito somente à educação destinada às camadas populares ou à educação oferecida a toda a população de forma gratuita e universal. Essas propostas iam mais além, uma vez que todas elas tinham projetos políticos a desenvolver, cuja conscientização social e política dos setores populares envolvidos nos processos educacionais eram um fator relevante para a consecução desses projetos. A educação assumia, então, um caráter instrumental e se propunha a expressar os interesses populares na medida em que procurava desvendar o quadro de “injustiça social” no qual estavam inseridos, fornecendo, assim, elementos que pudessem contribuir para a transformação da situação. A alfabetização de adultos e os movimentos de cultura popular¹⁰ constituíram-se nos pontos nodais de tal processo.

Tantos foram os movimentos e campanhas surgidos nesse período (1960-1964), que o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado entre 15 e 21 de setembro de 1963, em Recife, contou com a participação de 74¹¹ deles, dos quais 44 desenvolviam trabalhos de alfabetização de adultos; entretanto, alguns movimentos “incluíam escolas elementares para crianças”.¹² Entre os principais movimentos e

⁹ O. Ianni, op. cit., p. 196-7.

¹⁰ M. T. Berlinck, em entrevista ao *Folhetim*, afirma que “a partir da segunda metade da década de 50 a palavra cultura popular adquiriu um duplo significado. Até então cultura popular era produzida pelo povo (...). A partir dessa época surgiu uma outra conotação para a cultura popular: seria a de expressão cultural produzida para o povo, ou seja, uma cultura que visaria à conscientização social e política do povo brasileiro. Ela é popular na medida em que se apropria de formas populares. Agora, ela não é produzida pelo povo e sim por uma elite política que formula propostas de conscientização política e social do povo”. (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1978. *Folhetim*, (76):5.)

¹¹ Ver a propósito o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, 1, Recife, 1963. Relatório (mimeografado).

¹² V. Paiva. “Estado, sociedade e educação no Brasil”. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, (22):56, abro 1980. Neste trabalho a autora mostra um dado interessante referente à taxa de crescimento negativo, na ordem de – 3,3% na matrícula da 1ª série do curso elementar, entre 1964-65. Esse decréscimo “resultou do fechamento dos movimentos de educação popular logo após a queda do governo Goulart”. Outro fato a destacar é que o período que vai de 1962 a 1964 apresenta uma elevada

campanhas presentes pode-se apontar: o Movimento de Cultura Popular (MCP), instituído pela Prefeitura do Recife em maio de 1960; os Centros Populares de Cultura, criados pela União Nacional dos Estudantes em 1961 (CPC/UNE, que de um veículo de divulgação artística passou também a adotar a alfabetização em seu programa em fins de 1963); o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e reconhecido pelo governo federal em março de 1961; a Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, encetada pela Prefeitura de Natal a partir do mês de fevereiro de 1961.

Um aspecto, entretanto, deve desde logo ser posto em destaque, qual seja: embora os movimentos e campanhas de alfabetização e cultura popular tenham despontado em todo o país foi, porém, o Nordeste brasileiro o lugar de origem das mais significativas experiências nessa “área” de educação e cultura (com exceção do CPC/UNE). Assim sendo, o MEB, o MCP, a Campanha “De Pé no Chão...”, as experiências de Paulo Freire e, em segundo plano, a Campanha de Educação Popular, CEPLAR, desenvolvida no Estado da Paraíba, todos tiveram como origem e se desenvolveram no Nordeste (posteriormente o método Paulo Freire seria experimentado em outras partes do Brasil). A essa altura cabe perguntar por que foi nesta região que esses movimentos e campanhas ganharam tanta força. A resposta é difícil. Sabe-se, entretanto, que a partir da segunda metade da década de 50 (cujo marco pode ser arbitrariamente fixado em 1956 com a criação da 1.^a Liga Camponesa no Engenho Galiléia – Pernambuco) e prosseguindo até 1964, o Nordeste viveu um processo de intensa luta de classes provocado não somente pela organização dos trabalhadores urbanos, mas, sobretudo, pela organização e politização dos trabalhadores rurais; é nesse contexto que se deve procurar a resposta. As Ligas Camponesas, em primeiro lugar, e os sindicatos rurais, em plano inferior, foram os principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais como classe. O nível organizacional chegou a um ponto tal que a Liga Camponesa de um pequeno município como Sapé, na Paraíba, por exemplo, contava cerca de 10 mil associados e, em 1963, 230 mil trabalhadores rurais de Pernambuco, em greve, paralisaram totalmente a indústria açucareira daquele Estado. A

taxa anual de crescimento da matrícula no ensino de 1º grau, para em seguida apresentar um crescimento negativo em 1965. Observe-se: 1962 – 9,75; 1963 – 9,91; 1964 – 9,87; 1965 – 0,88. Deve-se destacar que as taxas verificadas no período 1962-64 jamais foram alcançadas, posteriormente, pelo menos até 1978. Ver, a propósito, Brasil, Conselho Federal de Educação. *Distorção série-idade escolar*, p. 10.

organização dos camponeses iria provocar forte reação por parte dos latifundiários e que se traduziu em assassinatos, conflitos, chacinas e perseguições. Dessa maneira pode-se apontar: *a)* o assassinato, em emboscada, de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, em abril de 1962, executado pelas forças do latifúndio; *b)* o conflito entre camponeses e forças do latifúndio em Mari, Paraíba, em janeiro de 1964, no qual morreram 10 pessoas, sendo 3 camponeses e 7 representantes do latifúndio; *c)* a chacina no pátio da Usina Estreliana, Pernambuco, em janeiro de 1963, onde vários camponeses foram mortos pelas costas pelo simples fato de reivindicarem o pagamento do 13º salário ao usineiro José Lopes; *d)* em 1962, no Rio Grande do Norte, os sindicatos dos trabalhadores rurais endereçaram memorial ao governo do Estado solicitando garantias não somente para o exercício de suas atividades, mas também dos seus filiados, muitos deles ameaçados de morte por latifundiários, simplesmente por pertencerem a um sindicato, tal era o clima de conflito existente na região. Os trabalhadores urbanos, por sua vez, não se limitavam a mobilizar-se em função exclusiva dos interesses econômicos imediatos, traduzidos principalmente pelas reivindicações salariais, mas começavam também a participar de mobilizações políticas (como de resto ocorria no Brasil inteiro). Este foi o caso da greve deflagrada por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando forças direitistas tentaram impedir a posse de Jango; este foi o caso da mobilização em favor de Cuba, ameaçada de invasão por parte dos Estados Unidos; este foi o caso das mobilizações em favor das reformas de base, isto sem contar, por fim, que em 1959 as forças de esquerda, rompendo o círculo de ferro das oligarquias, iriam eleger Miguel Arraes prefeito do Recife que em 1962 seria eleito governador de Pernambuco. E em 1960 essas mesmas forças elegeriam Djalma Maranhão prefeito de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

O Nordeste, além disso, apresentava, quanto à sua economia, um quadro de crescente perda na participação do produto total do país em virtude do crescimento industrial ter se concentrado no Centro-Sul, o que favoreceu o agravamento dos chamados “desequilíbrios regionais”. Raimundo Moreira¹³ mostra, citando dados do Relatório do GTDN, que embora a produção industrial do Nordeste entre 1948 e 1956 tenha crescido 50%, portanto a uma taxa anual de 5,2%, sua participação, entretanto, no produto industrial

¹³ R. Moreira. *O Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 34-5. 14.

do país baixou de 11 % para 9 %¹⁴ devido justamente ao processo de substituição de importações ter se concentrado fundamentalmente no Centro-Sul, cujo produto evoluiu no mesmo período a uma taxa anual de 7,7 %. Essa queda da participação do Nordeste acrescente-se, não ocorreu somente no que diz respeito ao produto industrial, mas abrangia o conjunto dos setores econômicos, pois sua participação no produto total do país caiu de 15,5% para 13,4% no mencionado período, enquanto a participação do Centro-Sul subia de 81,0% para 83,4%. Saliente-se, ainda, que o produto *per capita* do Nordeste com relação ao Centro-Sul baixou de 37,3% para 32,0% e que, entre 1948 e 1956, o Nordeste cresceu 37,0% e o Centro-Sul, 51,2%. O crescimento populacional foi igual para as duas regiões no período, 2,5 %, o que significou um crescimento da defasagem das rendas *per capita* entre as citadas regiões. Destaca Moreira que “a origem do crescente distanciamento quantitativo (...) apresentado reside fundamentalmente no vigoroso processo de crescimento industrial do Centro-Sul, favorecido (...) pelo Governo com suas respectivas políticas econômicas, a exemplo da política cambial, através da qual a acumulação das divisas obtidas pelas exportações do Nordeste se destinou a financiar a importação de equipamentos requeridos pela industrialização do Centro-Sul.

O avanço da industrialização do Centro-Sul e as medidas impostas de proteção aduaneira obrigaram as regiões periféricas a comprar no mercado do Centro-Sul, o que era outra forma de consolidar o crescimento industrial, mediante transferência de renda¹⁵ para a região central.¹⁶

Esse processo não consistiu numa exclusiva transferência de divisas do Nordeste

¹⁴ Esse decréscimo prosseguiria nos anos seguintes até representar, em 1960, 8,0%. Em seguida decairia para 7,5 em 1961 e 6,7 em 1962. Em 1963 e 1964 apresenta ligeira reabilitação, 7,0 e 7,5, respectivamente, para novamente decrescer a partir de 1965. (F. Oliveira e H. P. Reichstul. “Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil”. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, (4):145, abr.-jun. 1973.

¹⁵ A propósito, assinala Furtado: “Afirmo que, do ponto da transferência de rendas, o Nordeste não representa nenhuma carga para as demais regiões do país. Pode-se, entretanto, ir mais adiante e afirmar que, no último decênio, o Nordeste prestou uma contribuição substancial para o desenvolvimento da Região Centro-Sul (...). Bastava lembrar que, entre 1948 e 1956, o Nordeste proporcionou às demais regiões do país um saldo favorável de 638 milhões de dólares, saldo que foi suficiente para cobrir o *déficit* da balança comercial dessas regiões, o qual se elevou a 552 milhões, e ainda proporcionou uma margem de 74 milhões para atender a outros itens negativos do balanço de pagamentos. Visto o problema de outro prisma: ao realizar suas compras no Centro-Sul do país, o Nordeste desinpolso, no período referido, uma média de 70 milhões de dólares por ano, contribuindo, assim, como dissemos, para ampliar aquele estreito corredor de divisas, ponto de estrangulamento principal do desenvolvimento da Região Centro-Sul”. (C. Furtado. “Orientação da economia do Nordeste”. In: *Anais do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro, Desenvolvimento e conjuntura, v. 2, p. 185-235, 1959. Ed. especial.)

¹⁶ R. Moreira, op. cit., p. 35-6.

para o Centro-Sul, porém significou igualmente uma destruição das bases da economia nordestina, conforme salienta Oliveira: “A penetração de mercadorias produzidas no Centro-Sul, e posteriormente a própria penetração econômica de grupos econômicos do Centro-Sul, que precede a própria SUDENE, destruía as bases da economia ‘regional’, tanto agrícola quanto industrial. Essa destruição propiciava uma acumulação diferencial extraordinária (...), cuja base residia seja no mercado nordestino capturado, seja na implantação de empresas com capital do Centro-Sul que, repousando numa composição técnica de capital superior, passavam a realizar uma composição orgânica mais favorável, devido exatamente ao diferencial de custos de reprodução da força de trabalho nordestina. Ora, as reivindicações das forças populares no Nordeste, tanto rurais quanto urbanas, centravam-se agora exatamente na aplicação vigorosa das leis de propriedade, por um lado, e das leis de regulamentação trabalhista, por outro, entre estas a estrita obediência ao pagamento do salário mínimo. Se no Centro-Sul, na origem da expansão industrial dos anos trinta, a aplicação dessas regulamentações funcionou de certo modo como alavanca do processo de acumulação, no movimento de expansão oligopolística elas funcionam noutra direção, roubando à burguesia industrial do Centro-Sul uma oportunidade de acumulação diferencial”.¹⁷ Nessa perspectiva, acrescenta Oliveira que “o conflito de classes entre as forças populares do Nordeste e as combalidas forças dominantes locais, burguesia industrial e oligarquia latifundiária, num processo que estava desembocando claramente na perda de hegemonia daquelas classes dominantes, expressa-se bem sob outros aspectos, e nesse sentido era antagônico, também, com a expansão do capitalismo monopolista a partir do Centro-Sul (...). As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante: estavam impondo a sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou a sua hegemonia ideológica ao nível das instituições da Superestrutura. É no Nordeste que surgiram os chamados ‘movimentos de educação de base’ (...); é no Nordeste que uma instituição como a Igreja Católica começa a tomar posição aberta pela reforma agrária (...). É no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação, orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja raiz residia na

¹⁷ F. Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1977, p. 97.

conscientização (...); é no Nordeste que o Movimento de Cultura Popular do Governo Miguel Arraes, desde a prefeitura do Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos da cultura popular para, a partir deles, desmistificar os processos de dominação e exploração; é no Nordeste, mais precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional cuja sigla era ‘de pé no chão também se aprende a ler’, que não se reduz a uma questão de economia, mas propunha uma educação para o poder. É no Nordeste, finalmente, (...), que o movimento das Ligas Camponesas utiliza o Código Civil para combater a propriedade, o sobretrabalho, o ‘cambão’. Todos esses aspectos revelam que o avanço no nível da superestrutura obrigatória, levado às últimas conseqüências, a um novo caráter na condução dos negócios do Estado”.¹⁸

A situação do Nordeste, afinal, preocupava não somente as classes dominantes internas que passavam a enxergar a existência de desequilíbrios regionais como uma ameaça à unidade nacional – “na verdade uma ameaça à sua dominação de classe –, sendo, portanto a superação desses desequilíbrios uma questão de segurança nacional”¹⁹. Preocupava também a Igreja Católica, conforme já foi dito, que contribuiu grandemente para a organização dos trabalhadores rurais (e a Igreja se preocupou com a “questão social” do Nordeste antes mesmo das encíclicas de João XXIII – *Mater et Magistra*, 1961, e *Pacem in Terris*, 1963 –, pois foram realizadas três reuniões para discutir o problema; a primeira em 1956, em Campina Grande, e a segunda em 1959, em Natal, tendo sido realizada uma terceira em 1962, também em Natal). Não se deve esquecer, por outro lado, que o “medo” da influência das Ligas Camponesas e do “comunismo”, junto às massas rurais, foi ponto

¹⁸ Ibid., p. 98.

¹⁹ Esse problema aparece com freqüência nos textos da época referente à criação da SUDENE. A propósito, assinala Oliveira: “Enfatiza-se explicitamente, nesses documentos, o risco que correria a ‘unidade nacional’ se o agravamento dos ‘desequilíbrios’ entre o Nordeste e o Centro-Sul persistisse na direção e na intensidade indicadas pelas estatísticas disponíveis”. E prossegue Oliveira, desta vez fazendo uma citação onde os autores afirmam que “(...) estava, assim, constatado que esta desigualdade econômica, num país de extensão territorial do Brasil, poderá acarretar a formação de grupos regionais antagônicos, comprometendo a *Unidade Nacional*”. (F. H. M. Oliveira et alii. “A Natureza jurídica da SUDENE”. *SUDENE*, Boletim Econômico, (1):1962. Grifos dos autores.) Indaga então Francisco de Oliveira: “De que ‘unidade nacional’ se falava, senão da ‘Unidade Nacional’ da burguesia? (...), a nação de que se trata no caso não é outra senão a *nação burguesa*, espaço de expansão da forma capitalista de produção; e essa ‘unidade’ é a unidade produzida agora pela expansão capitalista do Centro-Sul. A miséria nordestina tanto não era nova quanto se estava, na verdade, em presença de um movimento que tendia a dissolver a própria identidade da economia regional do Nordeste, ao contrário do documento citado e os demais que enfatizam esse risco”. (F. Oliveira, op. cit, p. 100-1. Grifos do autor.)

importante para uma tomada de posição da hierarquia católica em favor da sindicalização rural. No Rio Grande do Norte, por exemplo, essa era uma postura claramente assumida pela hierarquia religiosa, conforme se pode ler nas notas e editoriais publicados pelo jornal *A Ordem*, bem como nos pronunciamentos feitos por dom Eugênio de Araújo Sales, então Administrador Apostólico de Natal, e divulgado pelo referido veículo de comunicação pertencente à Arquidiocese. É interessante notar, entretanto, que, embora a Igreja desse ênfase no combate ao comunismo, criticava também o capitalismo. Observe-se o que afirma dom Eugênio Sales: “Há os que admiram a Igreja patrocinar a sindicalização rural, mas é assim que os trabalhadores se livram dos enganos do comunismo e da pressão do capitalismo liberal (...)”.²⁰ Em uma das notas publicadas em *A Ordem*, pode-se ler: “Combatendo o comunismo não dizemos que tudo está correto na nossa organização política e social. Pelo contrário, o capitalismo individualista tem determinado a mais revoltante exploração dos economicamente mais fracos. Procure conhecer como a Doutrina Social da Igreja quer estabelecer uma justiça social”.²¹ Existe, portanto, uma crítica ao capitalismo, porém não se nota uma proposta de sua superação. Desse modo, a Doutrina Social da Igreja aparece como algo capaz de atenuar as injustiças do capitalismo e não como propostas de mudanças fundamentais nas relações de produção. Em 1962, por ser um ano de eleições, a Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte criou a Liga Eleitoral Pró-Família. A mencionada Liga, assinala *A Ordem*, “visa esclarecer os católicos e outros nos assuntos religiosos relacionados com a vida política e social, principalmente no que diz respeito ao comunismo e ao divórcio”.²² A Província fez publicar uma circular onde explicitava o seu ponto de vista sobre as eleições e fazia recomendações aos católicos. Observe-se: “Fora e acima da política partidária, a Igreja cumpre o dever de alertar seus filhos eleitores sobre a responsabilidade que têm diante de Deus, na escolha de dirigentes capazes e dignos (...). Para isso damos algumas normas:

1) Condenamos veementemente a influência dos grupos econômicos e do próprio dinheiro na escolha de candidatos e na aquisição de votos (...).

2) Insistimos que votem nos melhores entre os bons. Assim não podemos sufragar

²⁰ *A Ordem*, Natal, 3 de abr. 1962, p. 3

²¹ *Idem*, 27-28 de fev. 1962, p. 7.

²² *Idem*, 27-28 de jan. 1962, p. 1-6.

as urnas:

a – candidatos comunistas ou outros sobre os quais pesam prudentes suspeitas de serem comunistas ou de tendências marxistas;

b – os que defendem princípios errados de capitalismo liberal, e por atos, tenham se rebelado contra a adoção dos princípios da Doutrina Social da Igreja.²³

Ainda em 1962, em pleno mês de julho, quando a rebelião ocorreu em novembro, *A Ordem* publica um editorial onde, entre outras coisas, pode-se ler que: “É preciso (...) nos lembrarmos de 1935. Com efeito, nesse ano de triste recordação, um clima de agitação percorria o país. Formara-se a Aliança Nacional Libertadora, cortina do Partido Comunista, que procurava tirar partido da confusão reinante. Aproveitando a crise política e a infiltração vermelha, mesmo em certos setores das Forças Armadas, Luís Carlos Prestes fez desferir um golpe nitidamente comunista, em Natal, no Recife, no próprio Rio de Janeiro. Com a graça de Deus e a resistência dos bravos, o golpe fracassou (...). Bom é que se recordem estas coisas, quando nesta hora também conturbada, surgem pregoeiros dos mesmos princípios ditos nacionalistas, mas na verdade comunistas, procurando confundir a opinião pública. E não falta mesmo uma nova Aliança Nacionalista, cortina de fumaça da agitação vermelha.”²⁴

Quanto às Ligas Camponesas e sindicalismo rural, assinala o aludido órgão noticioso da Arquidiocese: “Os recentes acontecimentos do vizinho Estado da Paraíba, ligados” ao problema da terra e aos desentendimentos entre patrões e operários rurais e também as atividades das chamadas ‘Ligas Camponesas’, tudo isto vem mostrando como aqui no Rio Grande do Norte enveredamos pelo caminho certo, através da sindicalização rural.²⁵ Dessa maneira, “prosegue, assim, com sucesso, o empreendimento da Arquidiocese, que visa dar assistência de ordem maternal e espiritual, mostrando aos trabalhadores a pouca importância das doutrinas esquerdistas que se arvoram de salvadoras do meio rural.”²⁶

A hierarquia, entretanto, não conseguiu submeter ao seu controle inteiramente a

²³ Idem, 23-24 de jun. 1962, p. 6. Assinam essa circular: dom Eugênio de Araújo Sales – Administrador Apostólico de Natal; dom Manoel Tavares de Araújo – bispo de Caicó; e dom Gentil Diniz Barreto – bispo de Moçoró.

²⁴ *A Ordem*, Natal, 7-8 de jul. 1962, p. 1.

²⁵ Idem, 21-22 de abr. 1962, p. 1. 27.

²⁶ Idem, 6-7 de jan. 1962, p. 5.

prática dos cristãos (e, a bem da verdade, nem todos os bispos tinham em mente a contenção da situação). Isso foi o que ocorreu, por exemplo, com relação à própria sindicalização rural, pois a dar crédito ao relatório do inquérito, o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, “fugindo à linha de conduta e a orientação dada pelo sr. Administrador Apostólico de Natal, o indicado José Rodrigues Sobrinho vinha praticando atos e orientando dirigentes de Sindicatos Rurais de maneira bem diversa das preconizadas pela arquidiocese (...)”.²⁷ É que “nem o camponês permitia a intervenção do bispo em seu trabalho, nem dom Eugênio se conformava em perder todo o controle sobre um movimento que criara (...). Quando a revolução estourou, José Rodrigues estava proibido de entrar no escritório de dom Eugenio (...)”.²⁸ Mesmo assim, o bispo intercedeu em favor de Rodrigues e de outros católicos presos, como os jovens pertencentes à Juventude Universitária Católica (JUC). Essa contradição se manifestava também ao nível do *Jornal A Ordem*, que seguia denunciando semanalmente as arbitrariedades perpetradas pelos latifundiários e divulgando as lutas desenvolvidas pelos sindicatos e pela Federação. Basta ver algumas manchetes publicadas na época pelo aludido jornal: “Proprietários da Fazenda Lapa Expulsam Trabalhadores Rurais” (3 e 4-02-1962); “Trabalhador Rural e sua Família Vítimas de Violências da Polícia”(7 e 8-07-1962); “As Violências Partem dos Proprietários e não dos Camponeses” (26-01-1963); “Há Forças Organizadas para Destruir o Sindicalismo Rural” (09-02-1963); “O Delegado de Santo Antônio Ameaça de Prisão Trabalhadores Rurais Atendendo Pedido de um Proprietário”(30-03-1963); “40 mil Trabalhadores Reivindicam Reforma Agrária”(04-05-1963); “Sindicatos Rurais Tomam Posição e Exigem Reforma Agrária” (18-05-1963); “Denúncia de Latifundiários Escravocratas – Perseguição a Trabalhadores Sindicalizados – Expulsão de Moradores sem Indenização – Devastação Propositada de Plantações” (06-07-1963); “Não Aceitamos mais Exploração e nem Somos mais Escravos de Ninguém” – declarações de José Rodrigues (13-07-1963); “Juiz de Florânia Desobedece a Lei e Despeja 4 Famílias” (21-09-1963); “Latifundiários Continuam Resistindo, mas o Sindicalismo Rural Triunfa” (09-11-1963); “Juiz de Cruzeta Contra Trabalhadores” (04-01-1964); “Protótipo de Proprietário Explorador, Prepotente e Feudal” (11-11-1964), etc. Em 1963, precedendo o dia 1º de

²⁷ Relatório do Inquérito policial, aberto de conformidade com o Ato Institucional nº 1, elaborado pelo capitão José Domingos. *O Poti*, Natal, 20 de set. 1964, p. 1 e 2.

²⁸ M. M. Alves. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968, p. 78-9.

maio, *A Ordem* publicou uma “Saudação aos Trabalhadores Rurais”, onde se pode ler, entre outras coisas, que: “A História julgará os brasileiros de hoje. E no banco dos réus estarão sentados os que tramam contra a vida de infelizes trabalhadores. Lá se encontrarão os que negam o salário, os que humilham, os que perseguem. A foice que partiu o braço de João Moreira Caldas será exibida na tribuna da acusação. As conspirações urdidas contra Sebastião Getúlio serão julgadas à luz do dia. As ameaças a José Palhares não escaparão à justiça dos homens no Tribunal da História. Nem mesmo ao Tribunal do Eterno. Serão julgados e condenados os que na Lapa enriquecem à custa do foro triplicado; os que em Nova Cruz sangram 50% de juro dos trabalhadores; os que comerciam a ignorância; os que vivem de perseguir e tocaiá líderes rurais que lutam por uma vida melhor”.²⁹ Conforme se pode ver, tem-se aí um veemente discurso condenando a exploração e a perseguição de trabalhadores.

Enquanto isso, lembrar o trabalho desenvolvido pelo MEB, em favor da conscientização e da sindicalização dos trabalhadores rurais, parece importante. A respeito observe-se o que afirma Manoel da Conceição, líder camponês maranhense, em entrevista ao *Pasquim*. Pergunta o repórter: “Você disse que se deslocou a partir do curso do MEB?” Responde Manoel: “Exato. Daí foi que veio a consciência política (...). Bem, então com esse curso do MEB, comecei a entender os mecanismos de dominação (...). Então, meu caro, após o fim do curso, nós éramos 35 companheiros do campo (...). Começamos a trabalhar e fundar pequenas escolas de alfabetização, porque o trabalhador rural, nessa época, não adiantava falar pra ele em sindicato que ele nem sabia o que era isso. Então a gente fundava escola de alfabetização. Essa escola, rapaz, era interessante, porque era escola autônoma, construída pelo trabalhador local, professora eleita pelo trabalhador local. E paga também (...) pelo trabalhador local. E a gente aproveitava o MEB pra elevar o nível de consciência, de conhecimento (...). E essas professoras passavam a dar escolas aos trabalhadores no local (...). O fato é que por volta de agosto de 1963 nós já tínhamos vinte e tantas, quase trinta escolas, fundadas com essas características próprias. Autônoma, independente”. O repórter pergunta: “Como vocês implantaram a escola?” Responde Manoel: “Fazia reunião na aldeia, discutia o analfabetismo, a pobreza, a miséria, uma série de coisas enfim. E nessas escolas, de dia as crianças lá aprendendo a ler, e para os adultos

²⁹ *A Ordem*, Natal, 27 de abr. 1963, p. 8.

não era escola de aprender a ler, isso era muito secundário. Era muito mais escola de discutir os problemas da gente. E aí começou a apresentar problemas de gado, preço de produtos, grileiro que invade terras dos trabalhadores, jagunços que tomam o produto. E aí se começou a discutir a questão do sindicato (...). Bem, aí a coisa começou a crescer, crescer, crescer, até que elaboramos um programa de luta, um estatuto próprio, discutindo com os camponeses, os trabalhadores”. E prosseguiram os trabalhos de organização até que “com o golpe militar, eles ocuparam o sindicato, ocuparam, a sede, né em Pindaré-Mirim”.³⁰

Por fim, o Nordeste era alvo de preocupação do próprio imperialismo norte-americano.

Em 1961, a Conferência de Punta del Este resultara na elaboração de uma carta e na criação da Aliança para o Progresso, as quais revelavam a preocupação dos governantes norte-americanos e latino-americanos em face da revolução socialista em Cuba. A Aliança era uma forma de intervir de modo a contribuir para a contenção de possíveis impulsos revolucionários das classes populares dos países latino-americanos.³¹ No Brasil, sobremaneira, o imperialismo norte-americanos se preocupava com a situação do Nordeste, onde temia a possibilidade de que fosse repetida a experiência cubana.³² Daí a concessão de “certa flexibilidade de atuação”³³ à USAID – Nordeste, quando a sede da instituição no Brasil se localizava no Rio de Janeiro. Daí o estabelecimento de negociação diretas entre governos estaduais, capazes de fazer frente ao avanço popular, e a USAID, passando por cima das autoridades do governo federal e da própria SUDENE.³⁴ Daí a entrada

³⁰ Entrevista a *O Pasquim*, Rio de Janeiro, (549): jan. 1980, p. 20-1. Manoel da Conceição estava se referindo às lutas travadas no vale do Pindaré-Mirim; Maranhão, e o papel do MEB na época em que o bispo da região era dom Antônio Batista Fragoso, hoje titular da diocese de Cratêus, Ceará.

³¹ “As verbas da Aliança para o Progresso, a fim de pretensamente promover certa melhoria (...) nos padrões de vida da população nordestina, constituíram apenas um dos instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou para conter ou esmagar qualquer revolução.” (M. Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 447.)

³² “O imperialismo norte-americano preparou, porém, as bases para a contra-revolução. Seus maiores cuidados, inicialmente, se concentraram no Nordeste, cuja invasão (...) o Pentágono planejava, prevendo a possibilidade de que lá irrompesse uma revolução inspirada pelo exemplo de Cuba.” (M. Bandeira, op. cit., p. 447).

³³ J. M. Tavares. “Educação e imperialismo no Brasil”. *Revista Educação e Sociedade*, (7): 17 de set. 1980. Assinala ainda Tavares no citado artigo, que: “A USAID seria o instrumento diplomático, por excelência, da infiltração imperialista. Constitui, ainda, um centro de informações precioso, desde que os seus representantes estão presentes em todas as áreas da administração pública federal, estadual e municipal, realizando levantamentos e fazendo projetos”. (J. M. Tavares, op. cit., p. 16. Grifos do autor.)

³⁴ “(...) O primeiro acordo é firmado com o governo de Cid Sampaio em Pernambuco quando ainda o próprio

desenfreada de “Voluntários da Paz” (na verdade agentes da CIA) no Nordeste, às vezes em número superior à entrada de norte-americanos durante a II Guerra mundial, quando então mantinham oficialmente bases militares na região.³⁵ Daí a cooperação recíproca entre setores das classes dominantes (latifundiários, comerciantes, industriais) e a CIA, com vistas a enfrentar a “revolução iminente”.³⁶ Daí o envio de tropas para as costas do Rio Grande do Norte por ocasião da deflagração do movimento militar de 1964, como forma de assegurar respaldo às forças golpistas. Tratava-se, enfim, de contribuir para assegurar, a todo custo, a manutenção da situação, evitando, assim, o surgimento de uma “nova Cuba”.³⁷

Acordo do Nordeste não estava em vigência; o segundo acordo é firmado com o governo Aluizio Alves, no Rio Grande do Norte, imposto à SUDENE goela abaixo com o beneplácito do próprio presidente Goulart, cuja tática política centrava-se numa míope manobra de desgaste das forças políticas à sua esquerda, no caso as forças sob a liderança de Miguel Arraes” (F. de Oliveira, op. cit., p. 108). Ainda a propósito escreve o conservador historiador norte-americano Thomas Skidmore que “a partir da segunda metade do ano de 1963, o governo norte-americano tornou-se cada vez mais circunspecto em relação a Goulart”. Em vista disso “seguiu uma política de negociar diretamente com os governadores estaduais que estivessem dispostos a preencher as condições das agências norte-americanas. Em Estados como a Guanabara e o Rio Grande do Norte, governadores da UDN aceitaram as condições e receberam dinheiro norte-americano para realizar programas de desenvolvimento econômico”. (T. Skidmore, *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 4.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 391.)

³⁵ “Desde 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado começou a solicitar ao Itamarati vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, comerciantes, Corpo da Paz, etc.), dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste. No início de 1963, havia mais de quatro mil vistos concedidos, causando estranheza no Itamarati, que, certa vez, interpelou a Embaixada Americana. A resposta de Gordon foi evasiva. Disse ele que apenas dois mil americanos utilizaram efetivamente os vistos (...). É certo, porém, que cerca de 4.968 norte-americanos (e isto conforme as estatísticas oficiais de desembarque) chegaram ao Brasil, apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos Estados Unidos e superando quase todos os números registrados durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando eles, oficialmente, instalaram suas bases militares no Nordeste”. Escreve ainda Bandeira que em 1963 o jornalista José Frejat “denunciou a chegada de *impressionante volume de mercadorias* para a Embaixada dos Estados Unidos, informando que, em Recife, o Consulado Americano recebera várias caixas de armas e até máquina de fabricar balas, fotografadas por um repórter da *O Última Hora* daquela cidade. O Consulado Americano declarou, juntamente com o ex-governador Cid Sampaio e o general Humberto Castelo Branco, comandante do IV Exército, que as armas se destinaram à Polícia do Estado. Mas a Polícia só recebeu, de fato, uma caixa, não se sabendo o rumo que tomou o restante das armas (...). Essa infiltração de homens e de armas tinha o caráter (se é que se pode considerar) *preventivo*. Eram os *boinas verdes* (...), forças especiais, que já atuavam em cerca de 50 países, com a tarefa de enfrentar, como um braço da CIA, os movimentos de esquerda (...).” (M. Bandeira, op. cit., p. 447-9. Grifos do autor.)

³⁶ “Os agentes da CIA estabeleceram no Brasil extensa rede, com o apoio de latifundiários, comerciantes e industriais, amantilhando os radicais da direita, para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerrilha”. Em Alagoas, por exemplo, “comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio secretário da Segurança, coronel João Mendonça (...)” e com o apoio do governador Luis Cavalcanti. (M. Bandeira, op. cit., p. 458-9.) Esse exército foi montado com *knowhow* da CIA e custou cerca de 100 milhões de cruzeiros.

³⁷ “Enquanto Minas Gerais se mobilizava para o levante, outro agente da CIA, Dan Mitrione, procurou o governador Magalhães Pinto para comunicar-lhe que os Estados Unidos também tinham condições de mandar tropas, seis horas depois de feita a solicitação, Magalhães Pinto estranhou a rapidez (...). Ninguém soube que, àquela altura, a frota norte-americana do Caribe se deslocava, aproximando-se de Natal, no Rio Grande do

Na verdade o “movimento de educação foi uma das várias formas de mobilização adotadas no Brasil”,³⁸ surgidas numa “etapa crucial assinalada pela emergência política das classes populares e pela crise das elites dominantes”.³⁹ O processo educativo e político em marcha, se consolidado, poderia acarretar, entre outras coisas, consequências eleitorais indesejáveis para as classes dominantes, pois é sabido que uma extensa faixa populacional, constituída justamente por largas parcelas das forças populares, é alijada do jogo eleitoral pelo fato de ser composta de analfabetos. Tanto é assim que “em 1960, encontravam-se registrados 15,5 milhões de eleitores para uma população de 34,5 milhões com 18 anos de idade ou mais”.⁴⁰ O emprego do método Paulo Freire, por exemplo, poderia redundar na existência de 5 ou 6 milhões de novos eleitores nas próximas eleições presidenciais, programadas, mas não realizadas, para 1965. Muito embora correndo o risco da manipulação, pois aos políticos populistas interessava transformar cada homem num voto, mesmo assim assinala Freire que “isso pesava demais na balança do poder. Era um jogo muito arriscado para a classe dominante”.⁴¹

Todos esses movimentos e campanhas, com exceção do MEB, tiveram uma existência efêmera de dois, três e nenhum deles chegando a quatro anos, nem mesmo o MCP, que começou suas atividades em maio de 1960. Deve-se ressaltar ainda que a iniciativa de desenvolver projetos de educação e cultura popular coube a instituições da sociedade civil, como, por exemplo, a UNE e a CNBB, bem como a ramificações do aparelho de Estado, como prefeituras municipais. Por esses canais circulavam diversos grupos políticos e religiosos interessados na transformação da sociedade: PC, AP, JUC, “Frentes Populares”, etc. Nesse sentido, somente em janeiro de 1964, através do decreto nº 53.465, é que o governo federal instituiu o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que tinha como principal objetivo a coordenação dos movimentos e campanhas espalhados por todo o Brasil. A criação do PNA trouxe consigo a oficialização do método Paulo Freire de alfabetização. Resta saber o que representou essa medida legal: Se uma consolidação da intervenção do Estado nacional burguês, no processo de alfabetização e conscientização

Norte, para que os *marines* desembarcassem, se necessário”. (M. Bandeira, op. cit., p. 472-3. Grifos do autor.)

³⁸ F. Weffort, “Educação e política”. In: Paulo, Freire. *Educação como prática da liberdade*. 4.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. p. 9.

³⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 18.

⁴¹ P. Freire, “Entrevista”. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, (2):10 de dez. 1978, p. 10 (ed. especial).

posto em prática, tentando impor sua hegemonia no referido processo ou se, pelo contrário, representou uma conquista das classes populares, que assim obtinham um espaço importante no interior desse aparelho ideológico, ameaçando desse modo as técnicas de manipulação política e social, contrariando, por conseguinte, os interesses dominantes.

A verdade é que nas épocas de crise as técnicas de manipulação podem fracassar ante a situação real das massas. As relações vigentes correm perigo e as classes dominantes são obrigadas a procurar uma saída para o impasse através da formação de um novo sistema de alianças ou, lembrando Gramsci,⁴² da unificação das diversas facções espalhadas por diversos partidos, cujo conteúdo divergente era de caráter secundário, concordando todos no essencial: preservação da situação, manutenção do poder e dos privilégios. No Brasil, a burguesia, ante a crescente força política das classes populares, temeu perder o controle do processo reformista, já que os aparelhos de Estado,⁴³ seguindo a ótica de Hirsch,⁴⁴ não podiam mais garantir integralmente a “seletividade específica de classe”, necessária à estabilidade política e à dominação burguesa, advindo a necessidade de recompor os quadros dirigentes, substituindo-os de modo significativo.⁴⁵ Essa substituição dos quadros dirigentes redundou na implantação de um regime político autoritário, gerido por setores militares ultraconservadores,⁴⁶ o que ocasionou o completo desmantelamento do processo

⁴² Ver a propósito A. Gramsci. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 55.

⁴³ Estado “complexo global de atividade prática e teórica pelo qual a classe dominante não apenas justifica e mantém a sua dominação, mas consegue preservar o consenso ativo daqueles que são governados”. Gramsci, citado por Joachim Hirsch, op. cit., p. 80.

⁴⁴ “A aparência de neutralidade do Estado acima das classes, ponto central da integração ideológica, não reside, entretanto apenas nesta determinação de forma geral – ela supõe também que o Estado leve em conta em certa medida os interesses materiais das classes dominadas”. (J. Hirsch, op. cit., p. 92.) Levar em “conta em certa medida” os interesses das classes dominadas e exploradas significa dizer que a quota de “sacrifício” da burguesia tem um limite. Daí a necessidade de uma “relatividade estrutural” de classe, porquanto, “(...) o Estado burguês em função de sua forma específica e dos modos de funcionamento burocráticos internos que daí decorrem, se apresenta concretamente como um sistema profundamente escalonado de filtros, de barreiras e de instâncias de transformação e de tratamento das exigências políticas e de articulação de necessidades: sistema que, em seu modo de funcionamento, tem estruturalmente uma dupla orientação, a saber, por um lado, premunir-se contra as exigências ‘disfuncionais’ do ponto de vista da manutenção da dominação de classe burguesa e, por outro lado, formular e impor um interesse geral de classe burguês (...)”. (J. Hirsch, op. cit., p. 100.)

⁴⁵ “A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda de homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas.” (A. Gramsci, op., cit., p. 55.)

⁴⁶ “(...) a intervenção das Forças Armadas assume também um significado de contestação da própria dominação burguesa, na medida em que esta se mostrava incapaz de – nos limites do regime instituído em moldes liberais em 1946 – preservar as relações fundamentais do sistema capitalista implantado no Brasil.”

mobilizatório então existente, seja através da intervenção nos sindicatos de trabalhadores, seja através da destruição de entidades estudantis, como a UNE, seja através da extinção dos movimentos e campanhas de educação e cultura popular. Traduzindo-se, afinal, no aniquilamento de tudo quanto poderia ser “disfuncional” à plena dominação burguesa. A democracia populista chegava ao fim e com ela esvaíra-se também a estratégia de desenvolvimento nacionalista, o projeto de capitalismo nacional. A estratégia de desenvolvimento associado vencera e com ela seria inaugurado um novo ciclo da história econômica do país: o das exportações de produtos industriais. A consolidação dessa estratégia implicou a retirada de cena do movimento popular e a adoção de medidas institucionais profundas, o que foi assegurado pelo aparato estatal excessivamente autoritário e repressivo, inaugurado a partir de 1964, livre da “democracia representativa”.

Efetuar a análise de cada um dos movimentos e campanhas de educação surgidos no período 1960-1964 é uma tarefa que se impõe urgentemente, como maneira de contribuir para o conhecimento dessas formas de organização de que foi fértil a história brasileira em período recente, procurando assim retirar as lições legadas por essas experiências, bem como tentar identificar os equívocos por eles cometidos.

PARTE I

A POLÍTICA DO RIO GRANDE DO NORTE NO INÍCIO DOS ANOS 1960

1 – A CANDIDATURA E A ADMINISTRAÇÃO DE ALUÍZIO ALVES NO GOVERNO DO ESTADO

1.1 A INDICAÇÃO E A VITÓRIA ELEITORAL DE ALUÍZIO ALVES

As eleições de 1958 no Nordeste representam, segundo Amélia Cohn, “no nível regional (...) a queda da oligarquia agrária que até então detinha inquestionavelmente o poder; no nível nacional representam a derrota do partido governamental, e do tradicional compromisso eleitoral PSD-PTB ‘coronéis’”.⁴⁷ Significam, também, uma ascensão política das massas populares, consubstanciada, por exemplo, na vitória de Miguel Arraes para a prefeitura do Recife, em 1959, e posteriormente para governador do Estado de Pernambuco, em 1962. Enquanto isso, referindo-se às eleições de 1960, Francisco de Oliveira assinala que “em um Estado como o Rio Grande do Norte, a correlação de forças e suas mudanças indicam o mesmo movimento: a cisão que se opera na UDN, entre as alas Dinarte Mariz e Aluízio Alves, é uma cisão produzida pela penetração da burguesia do Centro Sul: a ala Dinarte Mariz continuará sendo a mais lídima expressão da oligarquia agrária algodoeiro-pecuária, enquanto o ‘populismo’ de Aluízio Alves é um resultado da penetração do Estado Nacional burguês”.⁴⁸

Nessa perspectiva toma-se importante observar, através do caso concreto do Rio Grande do Norte, até que ponto as análises, há pouco referidas, são compatíveis com a

⁴⁷ A. Cohn, *Crise regional e planejamento*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 92.

⁴⁸ F. Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 94.

realidade do Estado. Nesse sentido é necessário se reportar à origem dos grupos e partidos políticos que desde a redemocratização disputam o poder do Estado. Em primeiro lugar, deve-se pôr em destaque que tanto a União Democrática Nacional (UDN), como o Partido Social Democrático (PSD), isto é, as principais forças políticas estaduais, tiveram uma origem comum, qual seja, no oligárquico Partido Popular. Pois bem: “Neste Estado, o antigo Partido Popular se dividira em dois e a sua ala mais, radical na oposição a Getúlio Vargas formara a União Democrática Nacional (...). A outra ala, o Partido Social Democrático, se constituiu de elementos (...) menos extremados no combater Getúlio Vargas...”⁴⁹ À frente da UDN encontravam-se Dinarte Mariz, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. Os dois últimos foram governadores do Rio Grande do Norte em períodos anteriores à chamada Revolução de 1930; por sinal, Juvenal Lamartine estava à testa do poder quando eclodiu o citado movimento revolucionário. Aluízio Alves e os Rosados de Moçoró igualmente pertenciam às hostes udenistas. Do outro lado, estavam os pessedistas comandados por Georgino Avelino, Dioclécio Duarte e mais João Severiano da Câmara.

Na verdade, o Estado Novo conseguiu perdurar na reconstituição e na recomposição dos velhos quadros oligárquicos, uma vez que uma dessas facções tinha sua origem no Partido Republicano Federal e dominava a política estadual até 1930 e que depois se reagrupou em torno do Partido Popular, criado em 1933⁵⁰ e extinto em 1937, nunca se ausentando do poder enquanto representante da oligarquia algodoeiro-pecuária. Tanto é assim que Rafael Fernandes, eleito de forma indireta pela Assembléia Legislativa em 1934 e representante do Partido Popular, é transformado em interventor com a instauração do Estado Novo em 1937, função que exerceu até 1943. Seu sucessor, general Antonio

⁴⁹ J. M. Furtado, *Vertentes*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1976, p. 223.

⁵⁰ No Rio Grande do Norte, além do Partido Popular, foi fundado, igualmente em 1933, pelo interventor federal tenente Bertino Dutra juntamente com João Café Filho o Partido Social Nacionalista. Em 1934, o novo interventor Mário Câmara fundou o Partido Social Democrático. Com vistas a combater o Partido Popular nas eleições diretas para a Assembléia Constituinte Estadual e indiretas para o governo constitucional do Estado e Senado Federal, o partido de Café alia-se ao de Mário Câmara, formando a Aliança Social, que seria derrotada. Rafael Fernandes Gurjão, rico comerciante de algodão, antigo deputado federal na República Velha, é eleito governador pelo Partido Popular e permaneceria no poder até 1943, já que se metamorfoseou de interventor a partir de 1937; a mesma representação partidária elegeria senadores Eloy de Souza e Joaquim Inácio de Carvalho Filho. Ver a propósito J. A. L. Spineli. *Os partidos políticos nos primeiros anos da República Nova no RN* (datilografado).

Fernandes Dantas, é figura identificada com essa facção política, tendo sido inclusive comandante da Polícia Militar na época de Juvenal Lamartine, governador deposto em 1930 o futuro organizador da UDN. Eloy de Souza, um dos mais expressivos intelectuais orgânicos das oligarquias, veterano político (deputado federal e senador, 1897-1930, e novamente senador pelo Partido Popular, 1935-1937) e jornalista, foi diretor do jornal *A República*, órgão oficial do governo estadual em pleno Estado Novo. Aluízio Alves, ainda jovem, dirigiu não somente o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), como também a representação local da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) de 1943 a 1945, quando então ingressou na UDN, sendo eleito deputado federal. No crepúsculo do Estado Novo, já em 1945, o general Antônio Fernandes Dantas foi substituído na interventoria por Georgino Avelino, o qual escolheu Dioclécio Duarte (também fundador do Partido Popular) para secretário-geral do Estado; ambos, futuros organizadores do PSD e, conseqüentemente, da campanha do seu candidato à presidência da República, general Eurico Gaspar Dutra. Avelino seria eleito senador e Duarte, o deputado federal mais votado nas eleições de 2 de dezembro de 1945; ambos, naturalmente, pela legenda do Partido Social Democrático. No Rio Grande do Norte, portanto, PSD e UDN não somente se originaram das entranhas do Partido Popular, mas, igualmente, do ventre do Estado Novo.

Ao lado do PSD e da UDN iria ressurgir uma terceira força política no Rio Grande do Norte, comandada por Café Filho, através do Partido Social Progressista (PSP).

Cabe salientar, entretanto, o domínio exercido pelo PSD ao longo do período que vai de 1947 a 1960. Nesse espaço de tempo o PSD elegeu três governadores: José Augusto Varela – 1947, Jerônimo Dix-Sept Rosado – 1950 (coligação PSD-PSP-PR) e Aluízio Alves – 1960 (coligação PSD-PTB-PDC). A UDN elegeu apenas um governador: Dinarte de Medeiros Mariz – 1955 (coligação UDN-PSP-PDC).⁵¹ Ora, sabendo-se que ambos os partidos representavam os interesses das oligarquias, torna-se extremamente difícil encontrar uma explicação plausível para o fato de o PSD ter conseguido exercer o domínio do governo estadual no período configurado. Entretanto, pode-se observar que, com exceção das eleições de 1947, quando José Augusto Varela foi eleito governador, as

⁵¹ J. L. Silva, “Os lentos passos da caminhada política (II)”. *O Poti*, Natal, 11 de mar. 1979, p. 24.

eleições seguintes foram vencidas pela oposição. Dessa maneira, foi oposição em 1950, porque o governador José Varela se passara para a UDN. Por sua vez, a UDN era oposição em 1955 e o PSD em 1960.

Tratava-se, portanto, de um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder. Nesse sentido não se pode jamais falar na existência de contradições fundamentais, mas somente de divergência de caráter secundário, concordando todos no essencial: a preservação da situação.

Este quadro de tranquila dominação da oligarquia agrária estende-se até às eleições de 1960, quando então entra em crise e onde novos elementos são incorporados ao processo político, já agora influenciado pelas tensões sociais oriundas das estruturas sociais e que possibilitou tanto o aparecimento das massas populares urbanas, como força política liberta do controle dos “coronéis” (diga-se de passagem que esse processo começou a se expandir, outrossim, para o campo),⁵² como também o surgimento de uma liderança “desenvolvimentista e modernizadora”. Essa liderança, embora atrelada a setores oligárquicos específicos, propunha um rompimento com as práticas “tradicionais” de fazer política e de exercer o poder. Isto ocorria em virtude de essa liderança representar, nesse momento, os interesses da industrialização, e, portanto, da burguesia, como forma de resolver os graves problemas “regionais”.

Com efeito, essa liderança assumia naturalmente uma posição ambígua, porquanto, sendo oriunda da oligarquia agrária, estava agora “contaminada” pelos interesses

⁵² Um dos fatores responsáveis pelo processo de “libertação” dos trabalhadores rurais, com relação aos proprietários de terra, era justamente o sindicato rural, ou seja, o sindicato exercia um papel importante na organização dos camponeses como classe. Daí os constantes conflitos registrados entre trabalhadores e patrões rurais, no período 1960-1964. Tanto é assim que, em fevereiro de 1962, os sindicatos rurais do Rio Grande do Norte enviaram um memorial ao governador do Estado, solicitando “cobertura policial necessária” que garanta as suas atividades sindicais, porquanto “diversos patrões rurais (...) têm oferecido resistência à nossa pretensão (...), oprimindo os filiados” das entidades criadas. Esclarecem em seguida que “reação desta natureza [parte] dos proprietários que são economicamente mais fortes” e que “muitos patrões (...) estão até mesmo ameaçando de morte alguns trabalhadores e arrendatários seus (...) como represália a nossa iniciativa de querermos organizar a classe”. *A Ordem*, Natal, 3 de abr. 1962, p. 8. (Grifos nossos.) Naturalmente que os sindicatos não foram atendidos porque, de fato, a polícia atuou como o braço armado do latifúndio em diversos conflitos. Por outro lado, esse processo de organização poderia ter reflexos ao nível político-eleitoral. A propósito José Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, em declaração sobre as eleições para governador a serem realizadas em 1963, afirmava: “Nós não estamos mais prontos para sermos mais boi de ninguém e os trabalhadores rurais estão se preparando nos seus sindicatos, para nas próximas eleições darem uma lição aos políticos que nada fazem a não ser enganar o povo”. *A Ordem*, Natal, 2 de nov. 1963, p. 8.

modernizadores da burguesia. Dessa maneira, embora fosse “favorável ao progresso”, não se tratava de substituir pura e simplesmente a tradicional dominação oligárquica no comando político do Estado, porém modernizar para conservar, em essência, essa dominação. Assim sendo, isso iria representar não somente a modernização da máquina administrativa estadual com a institucionalização do planejamento governamental (que passava a existir paralelamente às práticas clientelísticas de se fazer política), mas também significou o estabelecimento de condições infra-estruturais requeridas pela industrialização, como é o caso da eletrificação do Estado com a energia gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Por outro lado, essa liderança pelo seu poder manipulatório constituía um obstáculo à radicalização das classes populares.

Sendo originariamente vinculado aos setores oligárquicos,⁵³ Aluízio Alves representou, entretanto, nas eleições de 1960, essa força “modernizadora”, essa “nova mentalidade nordestina”,⁵⁴ conforme assinala Cohn, citando Robock. Deputado federal desde 1946, Aluízio Alves sempre fora vinculado à UDN, a José Augusto e a Dinarte Mariz. Passava da condição de deputado federal menos votado em 1945 para a de mais votado nas eleições parlamentares de 1958.⁵⁵ Na Câmara Federal sempre teve destacada participação. O espaço político que havia conquistado conferia respaldo à sua pretensão de governar o Estado. Dinarte Mariz não concordou e lançou como candidato à sua sucessão o também deputado federal Djalma Marinho, tendo Vingt Rosado como vice. Aluízio não desistiu da candidatura, quando então recebeu o apoio do PSD, formando posteriormente uma coligação denominada Cruzada da Esperança com o PTB, PDC e PTN.

Esclareça-se que o apoio do PSD à candidatura Alves não se deu de forma automática. Antes, foi acompanhado por um processo de dissensão interna. Com efeito, a inclinação inicial do PSD era no sentido de efetuar um acordo com a UDN e apoiar o

⁵³ “Aluízio Alves fora ligado a Dinarte Mariz desde os idos de 1930, quando aquele, jovem estudante, era o principal escrevente dos artigos políticos ditados por Eloy de Souza, na incansável maratona de pregação que este antigo parlamentar norte-riograndense e a mais acabada personificação de remanescente da Velha República manteve na imprensa natalense, combatendo ao lado de outros, ‘carcomidos’, com veemente obstinação, a nova mentalidade inspirada no ‘tenentismo’ sob a liderança no Estado de Café Filho e que se opunha a todo o regresso ao passado, o retorno dos elementos decaídos em outubro de 1930. Assim, evidente que o estudante Aluízio Alves, com essa admiração a Eloy de Souza, nessa sua antiprogressista jornada de imprensa, se revelou um conservador temporão tanto que dessa sua primeira escola política passou às fileiras da reacionária UDN. Mas sagaz, inteligente e ambicioso, adaptou-se logo aos novos tempos...”. J. M. Furtado, op. cit. p. 317-8.

⁵⁴ A. Cohn, op. cit., p. 93.

⁵⁵ Ver L. J. Silva, “Os lentos passos da caminhada política (I)”. *O Poti*, Natal, 4 de mar. 1979.

candidato governista, num pacto muito próprio das oligarquias, que concordam entre si no essencial e divergem somente no que diz respeito a aspectos secundários. Essa posição favorável ao acordo era defendida, inclusive, pelo presidente do PSD local, deputado federal Teodorico Bezerra. A propósito assinala o jornal *Folha da Tarde*: “O grande argumento do deputado Teodorico Bezerra, para defender o acordo com os udenistas, é a alegação de que os pessedistas não dispõem de recursos financeiros para a campanha (...). E como desta vez não contam com as verbas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e da Estrada de Ferro, os pessedistas preferem um entendimento com Dinarte Mariz, que conta com o Tesouro do Estado”.⁵⁶

Essa tese não foi aceita pela unanimidade do partido. Tanto é assim que o grupo liderado pelo ex-governador Sílvio Pedroza elaborou um plano para levantar recursos. Nesse plano foram incluídas figuras de empresários e políticos locais, como Francisco Seráfico, Jessé Freire, Tomaz Salustino, etc. Além disso, incluía a solicitação de apoio à direção nacional, através de Amaral Peixoto, com o objetivo de arrecadar fundos para a campanha política, fora do Estado. Em decorrência dessa movimentação, o PSD resolveu lançar uma candidatura própria às eleições de outubro de 1960, surgindo o nome do deputado Teodorico Bezerra como virtual concorrente.

Entretanto, o candidato das oposições seria o dissidente udenista Aluizio Alves. Foi feita então uma aliança entre as duas forças (dissidência da UDN e o PSD), através da qual o deputado Teodorico Bezerra retira sua candidatura em favor de Alves. Essa candidatura, no entanto, iria ganhar apoio não somente do PSD, do PTB e do PDC, mas também das forças de esquerda alojadas no PTN e que haviam lançado a candidatura de Djalma Maranhão à prefeitura de Natal.

Em rápidas palavras, esta foi a história da indicação de Aluizio Alves para candidato do PSD. Dessa maneira, ao afirmar que “a cisão que se opera na UDN (...), é uma cisão produzida pela penetração da burguesia do Centro-Sul” onde “a ala de Dinarte Mariz continuará sendo a mais lídima expressão da oligarquia agrária algodoeira-pecuária, enquanto o ‘populismo’ de Aluizio Alves é um resultado da penetração do Estado nacional burguês”,⁵⁷ antes de assim proceder é importante lembrar que Alves, embora fosse essa

⁵⁶ *Folha da Tarde*, Natal, 13 de jan. 1960, p. 1. 11.

⁵⁷ F. Oliveira, op. cit., p. 94.

força “modernizadora”, foi igualmente apoiado por uma fração dessa oligarquia agrária, ainda que num movimento de dissolução oligárquica, representada, entre outros, pelos nomes de Teodorico Bezerra, José Augusto Varela e Aristóфанes Fernandes, velhos oligarcas e veteranos políticos.

A campanha política foi feita utilizando as modernas técnicas de comunicação e com forte apelo emocional, seguindo as recomendações de uma empresa de publicidade, especialmente contratada, que, sob o comando de J. Albano, elaborava a propaganda e sugeria comportamentos e atitudes a serem seguidos pelos candidatos a governador e vice-governador – Aluizio Alves e monsenhor Walfredo Gurgel. Utilizando *slogans* com expressões tais como *Fome ou Liberdade?*, *Mendicância ou Trabalho?*, *Miséria ou Industrialização?*, onde a redenção econômica do Estado era a palavra de ordem e, além disso, fazendo uma profissão de fé na moralização dos costumes políticos e nos moldes de conduzir a administração estatal, e criticando severamente o governo de Dinarte Mariz, Aluizio acabou vencendo as eleições. As urnas apresentaram os seguintes resultados: Aluizio Alves, candidato da oposição – 121.076 votos; Djalma Marinho, candidato da situação – 98.195 votos. Aluizio obteve, assim, 53,79% dos votos para governador.⁵⁸

Acrescente-se, ainda, que a mesma eleição que conduziu Aluizio Alves ao governo do Estado pôs igualmente Djalma Maranhão à frente da prefeitura de Natal, num processo muito semelhante ao que havia ocorrido nas eleições de 1958, em Pernambuco, onde, através de uma aliança, Cid Sampaio seria eleito governador e Miguel Arraes prefeito de Recife em 1959.⁵⁹ Maranhão obteve 66% dos votos para prefeito. Tanto Arraes, em 1959, como Maranhão, em 1960, saíram vitoriosos com o apoio de forças de esquerda.

⁵⁸ Ver a propósito C. E. L. Silva, “A comunicação populista de Aluizio Alves”. Rio Grande do Norte, 1960-1980 (datilografado), p. 27, 86.

⁵⁹ “(...) naqueles dois Estados nordestinos pareciam ocorrer fenômenos semelhantes: candidatos contra a ‘situação’, conservadores, porém ‘modernizadores’, favoráveis à industrialização e a uma política de reformas, venciam as eleições para a governança do Estado. Candidatos de esquerda eram levados às prefeituras das capitais, incluindo [em seus] respectivos programas a ampliação da rede escolar e o combate ao analfabetismo.” V. P. Paiva. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980. p. 21.

1.2 O LEGADO RECEBIDO DO GOVERNO ANTERIOR

O término do governo Dinarte Mariz foi marcado pelo desencadeamento de um processo político-administrativo de forte cunho patrimonialista que merece registro. A Assembléia Legislativa, em primeiro lugar, passou a ser palco de uma contenda interna muito intensa, provocada pelos conflitos de mando,⁶⁰ isto é, pela simples substituição dos quadros oligárquicos na direção do Estado. Em decorrência dessa situação até um tiroteio ocorreu em meio a uma sessão legislativa. O deputado situacionista Moacir Duarte, visando atingir o deputado Carvalho Neto que, discursando, criticava severamente o governo, acabou alvejando o deputado Garibaldi Alves, irmão de Aluizio Alves, governador eleito.

Em segundo lugar, a situação tomou-se tão absurda, que “nem os deputados da oposição nem o povo têm acesso à ‘Assembléia’. Somente os áulicos do governo e as mãos armadas da polícia”.⁶¹ Com efeito, tratava-se do funcionamento de uma “Assembléia Legislativa” composta exclusivamente por deputados governistas, que seguiam aprovando o que se denominou “inventário político” do governo Dinarte Mariz e que consistia, essencialmente, em contemplar amigos e correligionários com empregos e aposentadorias em bons cargos públicos. Pelo fato de funcionar no Museu do Estado, essa “Assembléia” ficou conhecida como sendo a “Assembléia do Museu”.

Os atos administrativos naturalmente eram publicados no *Diário Oficial* do Estado e, nesse período, ocorreu um episódio inusitado: a edição do *Diário Oficial* de 27-11-1960 foi apreendida e recolhida das bancas de jornal pela Polícia Militar “em obediência às ordens do governador Dinarte Mariz”.⁶² No dia seguinte circulou uma edição correspondente ao número apreendido e que levava, portanto, a data anterior. Na verdade, não se sabe ao certo quais foram os atos que o governador impediu que fossem divulgados pela imprensa oficial. Provavelmente, deveria constar de mais uma lista de nomeações ocorridas no interior do “inventário político”. Mesmo assim, o *Diário Oficial* do dia

⁶⁰ Para uma distinção entre conflito de mando e conflito de dominação ver J. Agnoli e P. Bruckner. *La Transformación de La democracia*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1971. p. 34, 35.

⁶¹ *Folha da Tarde*, Natal, 11 de novo 1960, p. 1. Nesta mesma edição, na p. 3, a *Folha* publicava a Portaria nº 019-60 de 09/11/1960, em que o presidente da Assembléia, vice-governador José Augusto Varela, resolvia “cerrar as portas da Assembléia, para só reabri-Las quando se estabelecerem as condições legais e constitucionais dos seus membros”. A Assembléia, entretanto, continuou a funcionar com a presença exclusiva de deputados situacionistas, conforme foi indicado no corpo do trabalho.

⁶² *Folha da Tarde*, Natal, 29 de nov. 1960, p. 1.

posterior ao empastelamento, e que levava o mesmo número, fez divulgar duas mensagens “contrárias ao interesse público”, quais sejam: a solicitação de um crédito especial no valor de 176 milhões de cruzeiros, que já haviam sido gastos nas Despesas de Utilidade Pública, no exercício de 1960, e uma outra que expunha à venda as ações da Petrobrás pertencentes ao patrimônio do Estado do Rio Grande do Norte.

Nesse contexto, a “Assembléia do Museu” continuava a aprovar as mensagens enviadas pelo executivo. Dentre elas, foi incluída e aprovada a mensagem que dispunha da venda, por parte do Estado, das ações da Petrobrás de que era portador. Essa atitude provocou grande reação, onde os Comitês Nacionalistas se mobilizaram, realizando reuniões e assembléias. Em uma dessas assembléias “verdadeiras e absurdas barricadas de veículos foram colocadas pela polícia, impedindo a passagem dos transeuntes com o fim de prejudicar⁶³ a manifestação. Outras formas de luta foram desenvolvidas. Dessa maneira, José Jorge Maciel, Adalberto de Souza e Mário Vilar de Melo impetraram uma ação popular contra a lei aprovada pela Assembléia Legislativa. O juiz Paulo Pereira da Luz, da 2ª Vara, deu ganho de causa aos impetrantes, decretando o seqüestro das ações, em número de 341.343, em poder do governo.⁶⁴ O Tribunal de Justiça, por quatro votos contra três, confirmou a sentença do juiz e, portanto, o seqüestro das ações.

A facção udenista comandada pelo governador Dinarte Mariz, encastelada no poder, se fechou de tal maneira em tomo de si mesma, que até as “classes conservadoras do Rio Grande do Norte, representadas pelas entidades que estas subscrevem (...) e devidamente autorizada pela grande assembléia do dia 24 de novembro pretérito, na qual estavam representados o comércio e a indústria de 50 municípios...”, fizeram publicar uma longa nota oficial em que “protestam (...) veementemente, contra os atos impensados e praticados açodadamente pela Assembléia Legislativa e pelo governo (...)”. Elas apelam ao Secretário de Segurança Pública para que “exerça sua influência (...), fazendo cessar a elaboração de leis e decretos contrários à moral e à razão, e que tão profundamente vêm ferindo a opinião pública, certo de que ninguém poderá insuflar o povo contra as classes produtoras e suas associações, quando é o próprio povo que está sendo defendido, no seu patrimônio, nos seus direitos e pela possibilidade de sua sobrevivência – dentro da ordem, dentro da lei e ao

⁶³ *Idem*, 10 de dez. 1960, p. 1.

⁶⁴ *Idem*, 24 de dez. 1960, p. 1, 8.

amparo da liberdade constitucional (...)”. Dessa maneira, as referidas classes conservadoras “esclarecem que estão convencidas (...) de que as resoluções, projetos e atos (...) não consultam o interesse público e somente satisfazem pessoas ou grupos, ao arrepio dos princípios basilares da ordem administrativa e financeira, e constituem os focos de mal-estar e insatisfação ora reinantes na ordeira e sensata sociedade norte-riograndense”.⁶⁵ Assinam esta nota oficial Antônio Fernandes Filho (presidente da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte), Epifânio Dias Fernandes (presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte), Aldo Fernandes R. de Melo (representante da Associação Comercial de Moçoró) e Salviano B. Gurgel Viana (representante da Associação Comercial de Caicó).

O presente texto configura uma posição em que as ditas “classes conservadoras”, ante a situação de revolta reinante na população,⁶⁶ procuravam “oficializar” sua condenação aos atos do governo, assumindo uma pretensa defesa do “povo”, como forma de se eximir de qualquer “culpa” pela situação existente. Apontavam o governo como responsável, como se não existisse nenhuma identificação entre este e as classes dominantes. As “classes conservadoras” partiam, pois, para identificar a origem dos problemas ao nível simplesmente do Estado e não ao nível da estrutura social na qual estava assentado.

Em que consistiu, pois, o “inventário político” do governo Dinarte Mariz? Observe-se o que assinala Aluízio Alves: “(...) o inventário político votado em 80 dias depois dos resultados das eleições de 1960 (...) pode ser representado por:

⁶⁵ *Idem*, 13 de dez. 1960, p. 4.

⁶⁶ A população se voltava contra “os atos impensados e praticados açodadamente pela Assembléia Legislativa e pelo governo”. Esses “atos” se traduziam essencialmente no seguinte: *a*) no funcionamento da Assembléia Legislativa sem a presença do seu presidente José Augusto Varela e dos deputados da oposição; *b*) no prosseguimento do “inventário político”; *c*) no atraso do pagamento ao funcionalismo público estadual por vários meses. Em decorrência desse “estado de coisas”, os funcionários ameaçaram inclusive depredar o Departamento da Fazenda do Estado, sendo reprimidos por guarnições da rádio-patrolha. Na ocasião, a União dos Servidores Públicos Civis do Rio Grande do Norte lançou uma nota de condenação “em face do atraso do pagamento dos seus vencimentos, o que tem dado motivo a que grande número de humildes servidores permaneçam 15 (...) e até mais horas por dia nas filas formadas às portas do Tesouro do Estado, sem receber os salários a que fazem jus” e, no mesmo documento, lança o mais “veemente protesto contra o aparato policial existente na porta do Tesouro”. (*Folha da Tarde, Natal*, 24 de jan. 1961, p. 2.) Por outro lado, em assembléia geral extraordinária, realizada no dia 24 de novembro de 1960 na Associação Comercial do Rio Grande do Norte, “ficou acertado que todo e qualquer comerciante que não quiser pagar imposto de vendas e consignações ao Estado até o fim deste governo, em sinal de protesto, (...) receberá todo apoio moral e jurídico da Diretoria da Associação Comercial” (*Folha da Tarde, Natal*, 25 de nov. 1960, p. 1). Além disso, vale relembrar as mobilizações realizadas pelos Comitês Nacionalistas em defesa das ações da Petrobrás em poder do Estado.

a) 306 leis de criação de cargos novos (835 cargos); b) elevação de padrões antigos (644); c) criação de funções gratificadas (135); d) criação de novos postos militares (15).

A esse testamento o executivo acrescentou, em condições irregulares e ilícitas, mais de 120 aposentadorias, algumas com proventos de mais de Cr\$ 120.000,00 mensais, num Estado em que 86% do funcionalismo ganha menos de Cr\$ 3.000,00.⁶⁷

Essencialmente o “inventário” consistiu em contemplar amigos e correligionários com empregos e aposentadorias em bons cargos públicos, num processo em que, pelas características assumidas, a ocupação de um cargo público executivo, como é o caso do governador do Estado, é identificado com a posse de uma propriedade privada. Público e privado se entrelaçam nesse contexto, desmistificando a concepção do “Estado representante e defensor de todos”, ainda que tivesse os seus atos apoiados na elaboração de leis e decretos, aprovados pela Assembléia Legislativa. Embora as decisões governamentais tomassem por base todo um aparato jurídico e legislativo, este era utilizado como um dispositivo que vinha beneficiar e respaldar o grupo no poder.⁶⁸

Observe-se, por exemplo, o caso da 3ª Consultoria Geral, segundo descrição de ofício assinado por Aluizio Alves: “O caso da 3ª Consultoria Geral avulta no conjunto do ‘inventário’ do governo passado pela circunstância de nele se haverem envolvido quatro professores de Direito, três dos quais situados em destacadas posições no governo.

.....

Não se trata de pessoas que andassem à cata de empregos; de pais de família à procura de uma situação melhor. Tratava-se de advogados, de professores, e todos altos funcionários do Estado (...).

⁶⁷ Ofício nº 5891GB de 25-11-1961, assinado pelo governador Aluizio Alves e endereçado ao monsenhor Walfredo Gurgel, então presidente da Assembléia Legislativa, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado.

⁶⁸ A propósito é elucidativo o que assinala Neumann: “(...) se a burguesia, de um modo decisivo, se encontra representada no Parlamento, então essa doutrina [isto é, do domínio do direito] significa que a classe social, que é o objeto da intervenção, determinaria ela mesma o conteúdo dessas interferências e providenciará para que os seus interesses sejam protegidos”. (F. Neumann. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro. Zahar, 1969. p. 49.) Com efeito, afirma Gramsci que “o Direito não exprime toda a sociedade (...), mas a classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento”. (A. Gramsci. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 152.)

A 3ª Consultoria Geral do Estado, criada pela lei n.º 2.387, de 18-03-59, destinou-se ao folclorista Luís da Câmara Cascudo, que jamais se dedicou a estudos jurídicos. Por isso mesmo, e como não lhe fossem solicitados pareceres sobre *folk-lore*, em que é mestre insigne, não produziu um só parecer jurídico. Quando o Sr. Dinarte de Medeiros Mariz está ultimando a partilha do espólio em que se transformara o Estado, o chefe de sua Casa Civil (...) obteve do Dr. Câmara Cascudo um requerimento de aposentadoria; para que lhe abrisse a vaga, tão certo estava que a vaga era sua e o cargo era seu, que o emprestou – a palavra é sua – que o emprestou por três dias ao seu companheiro de governo, o secretário de Interior e Justiça, (...) que o devolveu no prazo, aposentando-se em seguida. Um segundo empréstimo lhe foi solicitado por dois dias, pelo advogado pessoal e seu delegado junto à justiça eleitoral (...). No prazo de dois dias, aposentado também este, o cargo é restituído ao seu dono, que é a seguir nomeado.⁶⁹

Especifica ainda o mencionado documento de Aluízio Alves que, no período que vai de 3 a 13 de janeiro, passaram pela 3ª Consultoria Geral quatro Consultores, representando um desembolso por parte do Estado de um montante correspondente a Cr\$ 353.721,30, sem que nenhum deles tenha produzido um só parecer.

Tratando-se de professores de Direito, como já foi dito, houve caso em que legislaram em causa própria. Isso ocorreu, por exemplo, com uma lei preparada por um dos consultores gerais (ex-secretário do Interior e Justiça), que mandava contar como tempo de serviço para efeito de aposentadoria o período correspondente ao tempo em que havia exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados. A intenção, portanto, era aproveitar o “inventário” para se aposentar e, como o tempo de serviço era insuficiente, tomava-se necessário preparar, então, uma lei que viesse respaldar seus interesses. O que foi feito, dela se beneficiando dois consultores.

Por outro lado, enquanto o bloco no poder dividia o “espólio” do Estado entre si, a massa do funcionalismo público estadual tinha os vencimentos atrasados por vários meses. Repetia-se aqui, de certa maneira, o que havia ocorrido na prefeitura de Natal: os recursos eram distribuídos entre os que estavam próximos do poder, impondo aos pequenos

⁶⁹ Ofício n.º 458/GE de 11-09-1961, assinado pelo governador Aluízio Alves e endereçado ao desembargador Wilson Dantas, relator do mandado de segurança de número 504, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado.

assalariados do Estado, já explorados, momentos de extrema privação. Vale adiantar que, em 1960, “(...) a receita [estadual] do primeiro semestre excedeu a 75% da previsão orçamentária, e os meses subsequentes ultrapassaram as expectativas, sendo de se salientar que a arrecadação de outubro e novembro alcançou a elevada soma de 180 milhões de cruzeiros”,⁷⁰ não se justificando o atraso no pagamento do funcionalismo, senão pelos motivos descritos.

Dinarte Mariz, seguindo o mesmo procedimento de José Pinto Freire, quanto à transmissão do cargo de prefeito de Natal, igualmente não compareceu às solenidades de posse de Aluízio Alves, não lhe transmitindo, portanto, o cargo de governador.

1.3 GOVERNO ALUÍZIO ALVES – O PROCESSO MODERNIZADOR

Aluízio assumiu⁷¹ no dia 31-01-1961, marco inicial da “decolagem no rumo do progresso”,⁷² encetada no Rio Grande do Norte pelo seu governo. Em essência, como político “favorável ao progresso”, sua administração se pautou nos seguintes aspectos:

a) modernização administrativa e estabelecimento da infra-estrutura necessária “ao progresso” e à industrialização;

b) forte aliança com o imperialismo norte-americano, através de Aliança Para o Progresso, onde mediante convênios conseguiu vultosos recursos para seu programa de governo;

c) combinação de práticas “modernizantes”, com práticas “clientelísticas/conservadoras” e repressivas na direção do aparelho de Estado. Dessa maneira, “estilo de governo – escreve Ewaldo Dantas Ferreira – foi a primeira alteração trazida à vida do Estado pela administração que pretendia fazer uma revolução (...). Hoje, uma ala do Palácio da Esperança (...) aloja uma comissão de técnicos, – integrada por homens que receberam formação especializada (...) incumbida de realizar a reforma

⁷⁰ Classes Conservadoras do Rio Grande do Norte. “Nota Oficial”. *Folha da Tarde*, Natal, 13 de dez. 1960, p. 8.

⁷¹ Um dos primeiros atos do novo governador foi anular o “inventário político” elaborado por Dinarte Mariz, o que provocou uma verdadeira enxurrada de mandados de segurança.

⁷² E. D. Ferreira. “A Quadragésima hora – II.” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de abr. 1963, p. 18.

administrativa [tratava-se do Conselho Estadual de Desenvolvimento]. Estes homens que planejam um governo para uma unidade nordestina (...) característica de uma tradição antiquíssima e sem renovação, estão mobilizando todos os recursos da técnica moderna de planejamento, de administração, de governo. Só não entendem de política e política é o único dado que não entra nos seus cálculos para fazer governo no Rio Grande do Norte. E isto é uma revolução”.⁷³ Desse modo, o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), criado por Aluizio, nascia assumindo ares de “neutralidade” e, portanto, como algo inteiramente despolitizado. Sua função prendia-se exclusivamente a sugerir formas “racionalizadoras” e “científicas” de administração, acima de qualquer interesse de classe. Com efeito, “obedecendo (...) à técnica racional de programação, o CED em 1962 [não somente] reformulou completamente o Plano de Desenvolvimento Econômico Social do Estado e, na elaboração do Plano de Governo para 1963, realizou trabalhos técnicos”, mas também realizou e realiza, em sua atividade normal, trabalhos de contribuição à iniciativa privada”.⁷⁴ O planejamento era implantado, então, no Rio Grande do Norte, e o Estado passava a programar “racionalmente” sua intervenção na realidade. “Agora, é enfrentar as velhas estruturas”.⁷⁵ Aluizio Alves montou um ambicioso programa governamental e vai buscar financiamento para suas obras na Aliança Para o Progresso. Ora, sabe-se que a situação política do Nordeste, principalmente a organização dos trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas, preocupava muito o governo norte-americano. Daí ser de mais alta importância apoiar e fortalecer os políticos “receptivos”, isto é, “favoráveis ao progresso”, porém conservadores o suficiente “para não representar um perigo potencial de evolução para a esquerda”,⁷⁶ evitando assim o exemplo de Cuba, cuja revolução era

⁷³ *Idem*, 19 de abr. 1963, p. 14.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ E. D. Ferreira. *Op. cit.*, p. 14.

⁷⁶ Ver a propósito V. P. Paiva, *op. cit.*, p. 22, 23. Ainda a respeito desse assunto torna-se significativo explicitar, conforme assinala Dreifuss, que “através da UCF organizaram-se [em São Paulo] conferências de promoção e relações públicas a favor do governo do Rio Grande do Norte. Estas atividades relacionavam-se com a criação de plano de desenvolvimento (orientado pelo IPES) daquele Estado. Por coincidência o Rio Grande do Norte era um dos Estados-chave escolhidos como ‘vitrine’ para a promoção das ‘ilhas de sanidade’, denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos Estados cujos governadores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros para projetos de impacto e outros meios, essas ‘Ilhas de Sanidade em um mar conturbado’ visavam a frustrar a crescente mobilização trabalhista e de esquerda e escorar as imagens dos vários governadores do problemático Nordeste. Por coincidência, também Aluizio Alves, governador do Rio Grande do Norte, era associado e parente do líder do IPES, José Luiz Moreira de Souza. O plano projetado pelo IPES consistia em tornar o Estado do Rio Grande do Norte um exemplo

recente. Tratava-se, então, de “derrotar a ameaça comunista”. Alves era considerado um político “receptivo” e, por isso, não teve dificuldade em receber o apoio da Aliança. Entretanto, ao abrir as portas do Estado para os ianques, através dos programas desenvolvidos pela USAID, Aluizio Alves perdeu um dos seus aliados na campanha política de 1960, qual seja Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal, que, por sua postura nacionalista, discordava da colaboração com Washington, posta em prática pelo governo do Estado. Entretanto, o rompimento definitivo ocorre quando, nas eleições de 1962, Alves se nega a apoiar a candidatura Maranhão para o Senado, esvaindo-se assim as ilusões da esquerda com relação ao governador. Dessa maneira, o jornal *A Ordem* anunciava em agosto de 1962 que o governador havia conseguido “vinte milhões de dólares (mais de oito bilhões em cruzeiros), (...) na sua recente viagem aos Estados Unidos.”⁷⁷ Os recursos

do que a empresa privada poderia fazer pelo Nordeste, tentando solucionar os problemas da região através do estabelecimento da Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte CODERN” (R. A. Dreifuss. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.p. 295, 296). Menciona-se também que, nesse contexto, foram publicadas uma série de reportagens, em abril de 1963, na *Folha de S. Paulo*, contendo justamente referências elogiosas aos planos governamentais do Rio Grande do Norte. Essas reportagens foram escritas por Ewaldo Dantas Ferreira e levaram o título de “A Quadragésima Hora”, já citada neste trabalho.

⁷⁷ A ORDEM – Natal, 4, agos., 1962, p. 5. Na versão de Aluizio Alves assim ocorreu o seu contato e o relacionamento do seu Governo com a “Aliança para o Progresso”. Assinala, então, que “não foi fácil entrosar o Estado com o Programa instaurado por iniciativa do Presidente Kennedy. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, desanimei com a execução dos planos de grandes investimentos no Estado. A única saída era ver como poderia obter recursos da Aliança para o Progresso (...). Fui aos Estados Unidos. Estive na Aliança com vários setores e todos me diziam que nada podiam fazer porque havia um convênio entre o Governo do Brasil, o Governo americano e a Aliança para o Progresso de que os Governos Estaduais não podiam tratar diretamente com a Aliança. No Nordeste, só através da Sudene, e eu sabia da resistência da Sudene à execução dos planos da Aliança. Procurei o então Embaixador Roberto Campos, e expus o problema a ele. Ele me disse: Se você falar com o Presidente Kennedy, pode, talvez, encontrar uma solução (...) e o embaixador conseguiu que o Presidente me recebesse (...). Falei ao Presidente Kennedy que tinha ido a Washington ver o que era a Aliança e voltava sem saber. Ele perguntou: Por quê? Respondi: Porque falei com várias autoridades da Aliança e todas elas ficaram nas objeções burocráticas e jurídicas. Ele me perguntou: Mas o senhor falou com o embaixador Moscoso? Informei: Não, infelizmente, ele está de férias na Austrália. Ele trocou rapidamente idéias com um auxiliar e me perguntou quando eu regressaria no Brasil. Disse-lhe que voltaria no dia seguinte, mas poderia permanecer alguns dias, se efetivamente necessário. Voltou a conversar com o assessor, e em seguida, se dirigiu a mim: O senhor, depois de amanhã procure o Embaixador Moscoso na sede da Aliança que ele estará lá para recebê-lo, pois vou mandar buscá-lo agora para essa conversa. E, realmente, fui recebido pelo Embaixador Moscoso, apresentei parte do programa do Governo, no valor de 25 milhões de dólares, ouvindo que no dia 16 de julho (estávamos em 16 de junho) estaria aqui para que os técnicos examinassem os projetos que eu dizia ter preparados (...). O presidente da Aliança veio no avião da Presidência da República, com 25 técnicos. Foi direto ao Palácio do Governo. Discutimos das 9 horas da manhã às 7 horas da noite. E, ao final, foi lida por ele e por mim uma nota pela qual a Aliança assegurava-me, para 7 projetos, (...) 25 milhões de dólares. Mas, quando ele saiu daqui para fazer uma visita à Sudene e comunicar os resultados alcançados em Natal, a Sudene reagiu, achando que a Aliança, por ter se entendido diretamente com o Governo do Estado, passara por cima da sua autoridade. Vetou a concessão daqueles recursos, baseando-se no convênio existente. Fui imediatamente

obtidos junto à Aliança destinavam-se a projetos a serem desenvolvidos nas seguintes áreas: agricultura, casas populares, pecuária, abastecimento de água, saúde e educação. Merece especial destaque o projeto 512-AA-64-BJ-5, convênio RGN-Ed-PL480, através do qual o governo do Estado obteve da Aliança para o Progresso recursos da ordem de Cr\$2.065.350.000,00, destinados “ao melhoramento e ampliações do sistema de educação primária e básica”.⁷⁸ Esse plano previa a “construção de 1.175 salas de aula (...); conclusão e equipamento de cinco ginásios no interior (...); formação de três mil professores em cursos intensivos; e alfabetização de 100.000 adultos”.⁷⁹ Particularmente importante é o item referente à alfabetização de adultos, pois, com parte desses recursos, foi desenvolvida a famosa experiência de Paulo Freire no Rio Grande do Norte. Acontece, entretanto, que a meta nem de longe foi alcançada, pois, apesar de o Subcoordenador dos Esforços dos Estados na Aliança para o Progresso, *mister* S. J. Gionfrido, e o governador Aluísio Alves terem assumido “o risco” da politização e conscientização que decorria do processo de alfabetização, segundo o método do professor pernambucano, cedo redefiniram suas posições. Desse modo, o programa de alfabetização teve vida curta, não passando das experiências de Angicos e Natal, ambos em 1963. Na realidade, as restrições ocorreram tanto ao nível da USAID, que “retirou o apoio ao projeto devido à 'inadequação dos procedimentos didáticos – como razão oficial –, mas na verdade porque passara a encarar o método como uma fábrica de revoluções”;⁸⁰ a partir do quarto trimestre de 1963 suspendeu a remessa de recursos para a educação, cuja parcela só foi liberada coincidentemente após o golpe militar de 1964;⁸¹ também o Serviço Cooperativo da Educação do Rio Grande do Norte (SECERN), órgãos executor do programa, passou a sofrer uma série de interferências em sua ação administrativa por parte do governador e de escalões da administração estadual, o que motivou, inclusive, o pedido de demissão do secretário de Educação,

a Brasília. Estávamos no regime parlamentarista. Antes que a Sudene conseguisse apoio à sua atitude, consegui que o Gabinete considerasse possíveis experiências pioneiras da Aliança para o Progresso com qualquer Estado, e que o nosso caso fosse caracterizado como uma *experiência pioneira*. Ainda assim, fui aconselhado, em Brasília, a negociar com a Sudene. Após uma série de conversas e fórmulas transigi. A Sudene iria liberando recursos aos poucos, à medida que fôssemos mostrando capacidade de execução.” (Alves, A. – Entrevista ao Programa Fórum da TV Universitária em 7.7.81. Cadernos Populares. Natal, (1): 39, 1982). Grifos do autor.

⁷⁸ E. D. Ferreira, op. cit., p. 16.

⁷⁹ *A Ordem*, op. cit., p. 5.

⁸⁰ V. P. Paiva, op. cit., p. 25.

⁸¹ *A Ordem*, Natal, 23 de mar. 1964, p. 4.

Calazans Fernandes, provocando conseqüentemente a saída da equipe responsável pela alfabetização, coordenada por Marcos Guerra, que se transferiu para Sergipe. Dessa maneira, por trás das interferências e restrições administrativas impostas à Secretaria de Educação, escondia-se, na verdade, uma divergência política entre facções do governo, do que resultou uma crise, na qual a facção mais “conservadora” conseguiu expurgar a facção “modernizadora e progressista”.⁸²

No plano das realizações, o governo Aluizio Alves iria desempenhar um papel de destaque no que diz respeito ao estabelecimento de infra-estrutura necessária ao “desenvolvimento”. Eletrificação, abastecimento de água, estradas e telecomunicações

⁸² Em fins de 1963 estourou uma crise no governo do Rio Grande do Norte, “motivada pelo choque de idéias entre o coronel Manuel Leão Filho (...) e o grupo jovem” (*A Ordem*, Natal, 30 de novo 1963, p. 8), o que acarretou o pedido de demissão de Calazans Fernandes, secretário de Educação e Cultura; de Eider Moura, secretário de Agricultura; de Ivanaldo Bezerra, diretor da Divisão de Cooperativismo, e posteriormente de Geraldo José de Melo, secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED). Segundo o mesmo jornal, “a crise foi originada por razões ideológicas, pois é conhecido o anticomunismo do coronel Leão. Ele desconfia de tudo o que cheira a transformações sociais”. Na verdade, o grupo jovem não tinha nenhum projeto de “transformação social”, porém era favorável à modernização, à concretização da reforma administrativa e comentava “o contraste entre a filosofia progressista de governo (...) e as concessões que se continuam fazendo aos vícios do passado” (*A Ordem*, Natal, 14 de dez. 1963, p. 4). No âmbito da Secretaria de Educação esse “choque de idéias” iria se refletir numa série de medidas, tomadas pelo coronel Leão, então secretário de Finanças, e depois pelo próprio governador, restritivas e fiscalizadoras ao trabalho do SECERN, órgão responsável pela execução do Convênio entre USAID, MEC, SUDENE e governo do Rio Grande do Norte, e ao qual estava afeto o desenvolvimento do programa de alfabetização de adultos através da utilização do método Paulo Freire. As pressões vieram sob a forma de “medidas administrativas” e que consistiram essencialmente no seguinte: utilização das verbas do convênio em outras atividades, sem prévia anuência do secretário de Educação, resultando no não pagamento às firmas a quem o SECERN contraía dívida; estabelecimento do teto de recursos aquém do volume necessário ao SECERN para fazer face aos compromissos já assumidos; cheques do SECERN eram devolvidos pelo Banco do Rio Grande do Norte sob o pretexto de deficiência de assinaturas (o que revelava, na verdade, a falta de fundos); em decorrência alguns bancos passaram a não mais aceitar cheques do SECERN; o governador Aluizio Alves subscreveu e divulgou no *Diário Oficial* “um despacho em que declara dever o secretário de Educação submeter à sua aprovação todas as decisões relacionadas com a educação, inclusive despesas e nomeação de professores” (*A Ordem*, Natal, 12 de dez. 1963, p. 4). A USAID não liberou a parcela correspondente aos recursos destinados ao quarto trimestre de 1963, etc. Ante tal quadro de dificuldades e açodado pela “política de policiamento financeiro”, Calazans Fernandes viu-se forçado a pedir demissão do cargo de secretário de Educação, sendo substituído pelo Dr. Manuel Vilaça. A partir daí o programa de alfabetização de adultos, pelo método Paulo Freire, não mais foi posto em prática pelo governo do Estado. Em fevereiro de 1964, Aluizio Alves declarava ao jornal *A Ordem* (Natal, 15 de fev. 1964, p. 5), que a parcela de recursos referentes àquele último trimestre de 1963 “ainda não foi recebida em virtude de se encontrar com um atraso de 10 meses a contabilidade do SECERN, ou seja, atraso oriundo da anterior administração daquele serviço”. Portanto, a explicação do governador para a suspensão de recursos por parte da USAID se devia ao atraso na contabilidade na época em que Calazans Fernandes permanecia à frente do órgão. Assim, com o expurgo da facção “progressista”, a facção “conservadora” se fortaleceu no poder. Posteriormente, já em 1964, Vilaça declarava “que em lugar de politização daremos [à educação] uma conceituação cívica, individual...”. (*A Ordem*, Natal, 2 de jun. 1964, p. 8.)

foram pontos importantes tocados por essa administração. Nesse período foram criadas algumas empresas de economia mista, como a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), responsável pela distribuição da energia de Paulo Afonso no Estado, e a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN).

Por fim, e como terceiro traço distintivo, Alves, na direção do aparelho de Estado, combinou práticas “modernizadoras”, como já foi dito, com práticas “clientelísticas/conservadoras” e repressivas. Dessa maneira, repetiu procedimentos que havia condenado em administrações passadas, como, por exemplo, o “inventário político” do governador Dinarte Mariz, apenas com uma roupagem nova, pois procedeu de forma muito semelhante, confirmando assim, em essência, a preservação do poder oligárquico. Significativa a esse respeito é a reforma administrativa, através da qual (lei nº 3.117 de 10-04-1965) criou três ou quatro mil novos cargos públicos. O último prazo para nomeações de funcionários naquele ano (1965), devido às eleições de outubro, era 3 de julho, conforme estabelecia a legislação federal. Entretanto, até àquela data, “existiam a preencher mais de dois mil cargos e para fraudar aquela salutar proibição legislativa, o governo fez publicar às caladas da noite – e daí a denominação pejorativa de BACURAU – com a data de 3 de julho e com o número 871, uma edição clandestina do *Diário Oficial* do Estado, quando já havia circulado com aquela mesma data (...) a edição verdadeira dessa publicação com o número 870,⁸³ assinala J. M. Furtado. Alves, além disso, desenvolveu uma severa perseguição aos seus adversários, do que é exemplo o “fiscal de rendas José de Balelê, líder político em Santa Cruz, que chegou a ser transferido de uma coletoria para outra 52 vezes”.⁸⁴

O governo Aluizio Alves, por outro lado, foi pródigo no que diz respeito à repressão de manifestações coletivas. Foi o que ocorreu, por exemplo, logo no início da sua administração, quando um trote de calouros sofreu uma drástica repressão⁸⁵ pelo fato de os

⁸³ J. M. Furtado, *Vertentes*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1976. p. 338.

⁸⁴ Segundo declarações do seu arqui-inimigo senador Dinarte de Medeiros Mariz. *O Poti*, Natal, 03 agos., 1980, p. 5. Pergunta o jornalista Marco Aurélio Sá: “No governo do senhor houve perseguição política?” Responde Aluizio Alves: “Houve. Assumo todos os meus erros. Assumindo, também, o compromisso de não repeti-los quando os reconheço.” (Alves, A. Entrevista ao Programa Forum da TV-Universitária em 7.7.81, op. cit., p. 41.) Na ocasião da entrevista, esclareça-se, Alves era virtual candidato a governador pelo então PP, hoje (abril de 1982) incorporado ao PMDB, de quem é candidato ao mesmo cargo.

⁸⁵ Recentemente Aluizio Alves declarou que o que houve “foi a proibição de cartazes pornográficos num trote da Faculdade de Direito. Proibi e mantive a proibição”. (*Diário de Natal*, 21 de out. 1980, p. 3.) Declara ainda

estudantes criticarem as “mordomias” governamentais, principalmente no que tocava à casa de hóspede e ao restaurante do palácio. Ainda a propósito de estudantes vale lembrar que, em fins de maio de 1963, o próprio governador Aluízio Alves, em companhia do seu ajudante de ordens, tenente Armindo Medeiros, pôs abaixo o muro que segurava o portão da Faculdade de Filosofia, local em que se realizava o programa Encontro da Semana, produzido por Fernando Luiz Cascudo, e que naquele dia havia sido suspenso por iniciativa do produtor. Entretanto, ao chegar à Faculdade de Filosofia e encontrando-a fechada, Alves pensou que fosse obra dos estudantes, que eram contra o mencionado programa, e incontinenti derrubou o muro juntamente com Armindo.⁸⁶

A repressão também atingiu a greve que os trabalhadores da construção civil realizaram em maio de 1963, reivindicando um reajuste salarial na ordem de 80 %. Na ocasião, apesar de o secretário de Segurança haver afirmado que a “Polícia Militar garante os que quiserem fazer greve e os que querem trabalhar”,⁸⁷ na verdade a PM só garantiu os que resolveram trabalhar, pois a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na Rua Amaro Barreto no Alecrim, foi sitiada, sítio este “empreendido pela Polícia, [com soldados] armados de metralhadoras e baionetas, além de dois carros de bombeiros, (...) impedindo que saísse à rua a passeata (...) da qual participariam familiares dos operários”.⁸⁸ A proibição da passeata foi feita, segundo alegações das autoridades policiais, pelo fato de ter acontecido, no dia anterior, incidentes no bairro das Quintas, na entrada da Fábrica Penedo, entre grevistas e policiais que estavam garantindo o trabalho daqueles que furaram o movimento, muito embora os quatro grevistas implicados na agressão tenham sido “presos e incursos no código de Segurança Nacional”.⁸⁹ Enquanto isso, ao mesmo tempo em que a polícia reprimia a manifestação, o governador fez distribuir 1.500 feiras (cestos com mantimentos) entre os grevistas, num gesto tipicamente manipulatório e com vistas a confundir os trabalhadores em greve.

Em setembro de 1963, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte desencadeou pacificamente uma greve, reivindicando também melhoria salarial e exigindo equiparação aos salários percebidos pelas polícias militares de Pernambuco e do Ceará. Aluízio Alves

Aluízio que recebeu no episódio apoio, inclusive, do presidente da UNE.

⁸⁶ Ver a propósito o jornal *A Ordem*, Natal, 1 de jun. 1963, p. 5.

⁸⁷ *A Ordem*, Natal, 25 de mai. 1963, p. 5.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*.

imediatamente solicitou ao Exército que “seja posto à disposição do governo o efetivo (...) necessário à normalização da situação”.⁹⁰ Em decorrência, uma verdadeira operação de guerra dirigida pessoalmente pelo general Ornar Emir Chaves, comandante da Guarnição Militar de Natal, foi desenvolvida no sentido de ocupar o quartel da Polícia Militar. A operação de tomada contou com a participação das três Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica. Assim sendo, na madrugada do dia 12-09-1963, “cerca de três horas e trinta minutos, aviões da FAB começaram a sobrevoar o quartel da Polícia Militar, em vôos rasantes, acordando toda a população do Tirol e alertando a Polícia Militar. Logo em seguida, através de potentes alto-falantes, as famílias residentes nas imediações foram convidadas a abandonar as suas casas (...). Os avisos dos alto-falantes dirigiram-se depois para a Polícia Militar, anunciando em termos amigáveis e persuasivos a missão a que o Exército se via obrigado a cumprir e convidando o efetivo aquartelado a render-se sem resistência para evitar derramamento de sangue. No caso de resistência o quartel seria bombardeado”.⁹¹ Enquanto isso, nas “posições estratégicas foram colocados obuses e ninhos de metralhadoras”.⁹² Desse modo ocorreu a ocupação do quartel da Polícia Militar, cujos ocupantes viram-se forçados a render-se ante o poderio das Forças Armadas. Deve-se destacar que em todas as emissoras de rádio “se encontravam piquetes do Exército” impondo restrições aos noticiários. Particularmente importante a esse respeito é o ofício

⁹⁰ Ofício nº 315/CE de 11/09/1963 dirigido ao comandante da Guarnição Militar de Natal pelo governador do Estado, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Norte. Em recente entrevista, Alves declara que a Polícia Militar fazia uma série de reivindicações, “a primeira das quais era a seguinte: equiparação dos vencimentos da Polícia do Rio Grande do Norte ao Exército”. Ora, essa declaração contraria, em parte, o próprio teor do ofício nº 315/63 em que ele assinala que “sargentos, cabos e soldados da Polícia Militar, ao entregarem ao Comando daquela corporação memorial reivindicatório de equiparação de salários as polícias do Ceará e Pernambuco a primeira equivalente aos do Exército (...) também comunicaram o estado de rebelião, negando-se a comparecer à formatura regulamentar e abandonando todos os serviços dentro e fora do quartel”. (Ofício 315/CE de 11.09.63.) Quer dizer, a reivindicação era de equiparação aos salários das corporações dos vizinhos Estados de Pernambuco e Ceará. Retomando as suas declarações recentes, Alves afirma, então, “que o Estado não tinha condições de dar esta equiparação e aquele não era o processo para obtê-la. Nunca quis abrir mão do exercício da minha autoridade e acho que quem exerce, em nome do povo, um cargo público, ou zela pela sua autoridade, ou desmoraliza o próprio mandato que o povo lhe confere, desmoraliza o próprio povo. Disse que, naquelas condições, eu não aceitava reivindicações mesmo que pudesse atendê-las financeiramente, quanto mais não podendo fazê-lo”. Mesmo assim, Alves diz ter mantido conversações e discutido com os grevistas, não chegando, porém, a um acordo. “No dia seguinte, o Exército deu um ultimato e a Polícia se rendeu. Quando se rendeu, reuni o meu secretariado e a bancada do governo na Assembléia Legislativa. Estudei um aumento de vencimentos, não como eles queriam (...), mas dei um aumento ao funcionalismo do Estado de 83% e a Polícia Militar de 104%.” (Alves, A. Entrevista ao Programa Forum da TV-Universitária em 7.7.81, op. cit., p. 37-38.)

⁹¹ *A Ordem*, Natal, 14 de set. 1963, p. 8.

⁹² *Idem*.

endereçado ao diretor dos Correios e Telégrafos Luiz Gonzaga dos Santos, no qual o governador afirma que “devidamente autorizado pelo Senhor Ministro da Justiça (...) solicito de Vossa Senhoria providências imediatas no sentido de ser fechada a Rádio Nordeste”, bem como sugere que “se requisite ao comando da guarnição tropas que assegurem a execução das medidas adotadas, inclusive a apreensão dos originais divulgados”.⁹³ Isto porque a “referida emissora está divulgando notícias falsas de adesão à greve da Polícia Militar”.⁹⁴ A Rádio Nordeste, esclareça-se, era propriedade de Dinarte Mariz, principal adversário político de Alves. Ainda na ocasião o jornal *Correio do Povo*, igualmente pertencente a Mariz, foi invadido na madrugada do dia 12-09-1963 pela Polícia Civil, que, além de censurar matérias que seriam publicadas na edição que circularia a seguir, ainda retirou material de propriedade da empresa.⁹⁵ Em consequência do movimento, foram presos durante a greve: o padre Manuel Barbosa Vasconcelos, capelão da Polícia Militar, e o dentista Humberto Gonçalves Xavier. Enquanto isso, o médico Pedro Germano, que, segundo Aluizio Alves, “era apontado, mesmo (...) como chefe do motim”,⁹⁶ foi transferido para o Departamento Médico-legal. Em decorrência do inquérito instaurado pelo IV Exército e presidido pelo coronel Sylvio de Melo Cahu, foram expulsos da corporação: por “indisciplina”, o sargento Gil Lucena; por “conclusão de tempo”, os sargentos: Valdeci Aquino de Lacerda, Rubens Pereira de Oliveira, José Basílio de Alencar, Cícero de Castro, João Marcelino Filho, José de Oliveira Diniz, João Vaz Guedes Alcoforado e Geraldo Costa; o tenente Freire foi condenado a trinta dias de prisão, enquanto setenta e um graduados e praças receberam prisão disciplinar de oito dias.⁹⁷ A essas punições pode-se acrescentar ainda a demissão da assistente social Maria das Dores

⁹³ Ofício nº 314/GE de 11-09-1963, conforme consta do Arquivo Público do Rio Grande do Norte.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *A Ordem*, op.cit., p. 8.

⁹⁶ Ver a propósito ofício nº 18/64 de 09-01-1964 endereçado ao desembargador Zulmar de Souza Veras, relator do mandado de segurança nº 641, no qual Alves afirmava que “em virtude de sua participação no motim ocorrido na Polícia Militar, o qual alcançou repercussão nacional, o requerente foi mandado servir no Departamento Médico-Legal. Ficava assim preservada a disciplina da corporação com o afastamento de um dos elementos mais atuantes, apontado mesmo como seu chefe, no motim que foi debelado pela interferência das forças federais”. O pacífico movimento da PM havia se transformado em motim, “já que a ordem e a disciplina militar foram gravemente perturbados”, e o médico Pedro Germano ainda seria acusado de ter se tomado “um dos mais influentes instrumentos de desagregação”. Este ofício consta do acervo do Arquivo Público Estadual.

⁹⁷ *Diário de Natal*, 15 de fev. 1964, p. 6.

Costa.⁹⁸

Finalizando, ressalte-se que, embora o governador Aluísio Alves tenha se declarado da “esquerda positiva”,⁹⁹ isto é, favorável às reformas com a “manutenção das instituições democráticas”, logo aderiu ao golpe militar de 1964 e, ainda por cima, com base no Ato institucional nº 1, instaurou no âmbito do governo estadual um IPM para “apurar a subversão e corrupção” no Rio Grande do Norte, cuja direção foi entregue aos policiais pernambucanos Carlos Veras e José Domingos, especialmente convidados para esse fim.

2 – A CANDIDATURA E A ADMINISTRAÇÃO DE DJALMA MARANHÃO NA PREFEITURA DE NATAL

2.1 A CANDIDATURA DE DJALMA MARANHÃO

A derrocada do Estado Novo vai possibilitar o ressurgimento de uma terceira força política no Rio Grande do Norte, representada pelo PSP de Café Filho. Pois bem, no interior desse partido vai se formar um grupo que se colocava à “esquerda” do cafeísmo e que não mantinha vinculação orgânica com as forças dominantes encasteladas no PSD e na UDN. Esse grupo era liderado por Djalma Maranhão, que nos meados da década de 50 começa a ganhar expressão e a se consolidar como força política independente das oligarquias, fruto das lutas populares urbanas. O aludido grupo se aglutinava em torno dos jornais *Folha da Tarde*, de propriedade de Maranhão, e do *Jornal de Natal*, pertencente a Café Filho, em cujas oficinas era impressa a *Folha*.

Maranhão era um antigo militante do Partido Comunista, tendo participado da rebelião de 1935, quando então era cabo do Exército. A repressão desencadeada após o movimento vai jogá-lo na prisão. Em 1946, foi expulso¹⁰⁰ do PC em virtude de uma

⁹⁸ *A Ordem*, Natal, 28 de abr. 1964, p. 8.

⁹⁹ *A Ordem*, Natal, 27 de abr. 1964, p. 4.

¹⁰⁰ Na ocasião escreveu Djalma Maranhão: “Faz 16 anos que me filiei ao Partido Comunista do Brasil. Politicamente nasci e formei a minha mentalidade dentro do movimento obreiro nacional. Lutei e sofri. Particpei da grande luta do povo e do proletariado. Conspirei pelo Brasil afora. Fui uma das vítimas da reação. Andei pelos presídios políticos e pelos campos de concentração, martirizado pelos esbirros de Felinto Müller e de Getúlio Vargas. Nada me entibiava. Cada vez alicerçava mais as minhas convicções e colocava mais alto o meu ideal. Hoje, como a 16 anos atrás, continuo o mesmo. Depois de uma

acusação de desonestidade que fizera dos “donos do partido” no Estado. Foi expulso,¹⁰¹ de forma arbitrária, pela própria direção partidária. Diante disso, o “caminho natural para Djalma Maranhão será a militância no cafeísmo. Aqui estão agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira de luta contra o Estado Novo e o fascismo”.¹⁰²

Nas eleições parlamentares de 3 de outubro de 1954 é eleito deputado estadual em pleito que concorreu sob a legenda do PSP. A essa altura, esse grupo político começou a assentar suas bases no município de Natal, capital do Estado e seu principal centro urbano.

Enquanto isso, nas eleições de 1955 para governador e vice-governador, Maranhão e seu grupo vão dar apoio ao candidato udenista Dinarte Mariz, que sai, vitorioso nas urnas. O apoio a Mariz deveu-se a dois motivos principais: em primeiro lugar, a nível nacional, a UDN apoiava Café Filho, na época presidente da República e pertencente aos quadros do PSP; em segundo lugar, a nível local, a candidatura Mariz era de oposição ao governador Sílvio Pedroza, que substituíra Dix-Sept Rosado, falecido em desastre aéreo. Pedroza pertencia ao PSD, que fazia oposição no âmbito federal, através das candidaturas de Juscelino e Jango. Nestas eleições Dinarte Mariz derrota o candidato possedista Jocelyn Vilar, elegendo-se, assim, governador do Estado.

Fruto desse “pacto” político, Djalma Maranhão é nomeado prefeito de Natal,

completa e serena autocrítica continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção e da entrega da terra aos camponeses. Atualmente não pertenço mais às fileiras do Partido Comunista do Brasil (...). (D. Maranhão, “Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte”. *A República*, Natal, 24 de abril 1946, p. 10)

Assinala Luiz Gonzaga de Souza, em documento dirigido ao Partido, datado de 22-04-1946 e publicado no *Diário de Natal* de 8 de jun. 1964, que Maranhão fizera a acusação por escrito ao plenário do partido e que sua expulsão, bem como a de Jacob Wolfson e outros se dera sem a presença dos mesmos à reunião, numa flagrante violação dos estatutos partidários, que especificava no seu capítulo III, artigo 17, que “todo membro do Partido tem o direito de exigir a sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sobre sua situação ou conduta”. L. G. Souza, *Diário de Natal*, 8 de jun. 1964.

¹⁰¹ Na verdade, a inquietude e a “desobediência” que caracterizavam o comportamento de Maranhão iriam provocar a sua expulsão de várias agremiações partidárias a que se filiou. Desse modo foi expulso do PCB por ter feito acusações à direção local do partido. Alojado no PSP, seria igualmente expulso por divergências com Ademar de Barros. Inscrito no PTN, sob cuja legenda seria eleito prefeito de Natal em 1960, seria igualmente expulso após o pleito eleitoral daquele ano em virtude de desobedecer à orientação nacional do partido, que apoiava Jânio Quadros para presidente da República, enquanto a representação local apoiou a candidatura do marechal Henrique Lott. Por fim se inscreve no Partido Socialista Brasileiro (PSB), por cuja sigla é candidato a senador nas eleições de 1962, sendo derrotado tendo, entretanto, permanecido em seus quadros até o golpe militar de 1964, quando é deposto e preso.

¹⁰² M. de Góes, *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964). Uma escola democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p. 15.

porquanto o município não tinha ainda autonomia administrativa, onde toma posse em 01-02-56.¹⁰³ O conjunto de forças que apoiava Dinarte Mariz conflitava entre si em virtude da sua heterogeneidade. Mariz significava uma das mais legítimas lideranças da oligarquia algodoeiro-pecuária, sendo um anticomunista ferrenho, tendo mesmo combatido os revolucionários de 1935 na região do Seridó, no interior do Estado. Maranhão, ao contrário, era originário de outra vertente política e se identificava com a causa popular, tendo sido, ele próprio, um revolucionário de 1935. Dessa maneira, esse conjunto de forças não poderia conviver por muito tempo; a oligarquia não poderia tolerar a presença de um elemento “estranho” à frente da Prefeitura. Assim sendo, veio o rompimento com Dinarte Mariz em 1959, quando renuncia à chefia da edilidade natalense e assume na Câmara Federal, 1º suplente que era desde o pleito de 1958, onde concorreu, já agora pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Como deputado federal teve atuação destacada como integrante da Frente Parlamentar Nacionalista. Na Câmara iria permanecer até sua nova posse, em 05-11-1960, como 1º prefeito eleito de Natal. Em 1960, em virtude de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa, que concedia autonomia política e administrativa, o município de Natal, pela primeira vez na sua história, teria um prefeito eleito pela população.

Enquanto os grupos dominantes distribuídos no PSD e na UDN se digladiavam em tomo da escolha dos nomes que iriam concorrer às eleições para o governo do Estado e para a Prefeitura de Natal, Maranhão lança-se candidato com apoio do núcleo político que se aglutinava em tomo dos já mencionados jornais. Tendo dispensado, na sua primeira administração, uma especial atenção à solução dos problemas da periferia¹⁰⁴ da cidade,

¹⁰³ Natal. Prefeitura Municipal. *Memória sumária do Palácio Felipe Camarão*. Natal, Gráfica Manimbu, 1978. p. 20. É interessante notar que nas eleições para governador em 1955, a esquerda se dividiu. O PCB concedeu apoio ao candidato pessedista Jocelyn Vilar, enquanto uma outra fração da esquerda, liderada por Maranhão, deu apoio ao candidato udenista Dinarte Mariz, que saiu vitorioso. Mesmo assim, a indicação de Djalma Maranhão para exercer o cargo de prefeito de Natal, em 1956, acarretou uma série de pressões sobre o governador eleito. Assim sendo, em entrevista à Televisão Universitária do Rio Grande do Norte em 01-02-1981, Mariz destacou que foi pressionado por vários membros da família Varela (latifundiários e usineiros) de Ceará-Mirim; por dom Eugênio Sales e por outros que se manifestaram contra a indicação, alegando que Maranhão era marxista-leninista, tendo sido, inclusive, preso na sua juventude. Enquanto isto destaca Góes, que “no dia de sua posse, a primeira página do jornal do PSD é ocupada, toda ela, por um anúncio fúnebre: encimada por uma grande cruz, em negrito, a informação do ‘Infausto Acontecimento’: um comunista fora nomeado para a prefeitura de Nata!”. (M. de Góes, op. cit., p. 19.)

¹⁰⁴ No seu 1º período administrativo à frente da prefeitura de Natal, foram pavimentadas quase 130 ruas, construídas dois mercados públicos na periferia (Quintas e Igapó), instalação de cerca de 120 escolinhas,

sendo conhecido como “o prefeito do subúrbio”, Djalma Maranhão apresentava-se agora como “sendo uma candidatura eminentemente popular, sem ligações esquivas com grupos políticos ou econômicos, sua força repousa na força do povo”.¹⁰⁵

Em janeiro de 1960 foi solicitado o registro da sua candidatura, sob a legenda do PTN, para concorrer às eleições a serem realizadas no mês de outubro. Não tardou que o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Democrático (PSD) impugnassem a candidatura de Djalma Maranhão, sob a alegação de que o mesmo havia exercido o cargo de prefeito de Natal em período imediatamente anterior, conforme previa um dispositivo constitucional, quando na verdade a José Pinto Freire estava entregue, naquele momento, a Prefeitura Municipal. A sentença do juiz Euvaldo Poty Martins foi de rejeição à impugnação. Não satisfeitas, as forças da reação apelaram para o Tribunal Regional Eleitoral, onde novamente foram derrotadas, pois a sentença do juiz foi mantida pela unanimidade do TRE.

A coligação das oposições a Dinarte Mariz, que passou a ser uma espécie de “inimigo comum” e uniu forças políticas de origem tão diferente como Aluízio Alves e Djalma Maranhão, pôs fim a este entrevero. Na verdade, podia-se identificar três posições distintas: a primeira representada por Dinarte Mariz, que expressava os interesses da oligarquia, sendo, portanto a mais conservadora; a segunda era encarnada por Aluízio Alves, que, embora estreitamente vinculado à oligarquia, representava naquele momento os interesses da industrialização e do “progresso” e, portanto, tinha uma proposta de modernização; na terceira posição situava-se Djalma Maranhão, nacionalista de esquerda, favorável à reforma agrária, à nacionalização dos setores produtivos fundamentais, contra o imperialismo, etc. As duas últimas posições se uniriam para enfrentar a primeira, que saiu derrotada nas eleições de 1960.

Ao se elaborar esse rápido traçado histórico, estava-se pensando em evidenciar a posição das oligarquias com relação à substituição dos quadros políticos. Do exposto pode-se observar que elas resistiram, tanto as encasteladas na UDN como as vinculadas ao PSD, enquanto foi possível, à ameaça de perder o controle político do Estado. Instaurou-se um

construção de 97 estradas de barro nos subúrbios, instalação de 32 chafarizes, além de praças, parques, etc. “Não aumentou imposto predial, (...), e fazia semanalmente prestação de cantas ao Povo.” *Folha da Tarde*, Natal, 1 de out. 1960, p. 3.

¹⁰⁵ Idem, 19 de jan. 1960, p. 1.

processo de contenção das forças políticas emergentes, cujo limite foi dado também pela insuficiente capacidade das oligarquias em submeter integralmente ao seu controle, a essa altura, o processo sucessório. Os mecanismos de contenção, postos em prática, conforme pode-se depreender dessa breve exposição, consistiram principalmente em negação de legenda partidária (UDN) e na tentativa de junção das forças oligárquicas da UDN e do PSD em tomo de uma mesma candidatura, no caso da governança estadual, e da impugnação judicial, no caso da Prefeitura, interpostas pelo PDC e pelo PSD ao candidato Djalma Maranhão. Além disso, vale salientar a utilização da máquina administrativa do Estado e da Prefeitura em favor dos candidatos oficiais.

2.2 A CAMPANHA POLÍTICA DE DJALMA MARANHÃO

“Djalma não tem dinheiro, então com quem Djalma vai contar? Só vai contar com o povo.”¹⁰⁶

2.2.1 A mobilização popular contra o situacionismo local

Contando com escassos recursos e lutando contra a máquina administrativa instalada na Prefeitura e no governo do Estado,¹⁰⁷ utilizada em favor de Luiz de Barros, candidato oficial à Prefeitura, as forças de oposição, aqui entendidas como as forças que apoiaram Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos, instituíram os chamados *Comandos Populares*, encarregados de organizar a campanha política em seus múltiplos detalhes. Os Comandos funcionavam assim como uma espécie de comitê central, composto por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros.

Os Comandos criaram, em primeiro lugar, os *Acampamentos Nacionalistas*, espécie de barracas cobertas de lona e instaladas nas proximidades dos mercados e das feiras, onde, além do alistamento eleitoral, existiam umas onde eram depositadas contribuições

¹⁰⁶ Comentário feito por Dinarte Mariz, então governador do Estado e citado por Moacyr de Góes, secretário de Educação, Cultura e Saúde do Município de Natal, em entrevista que concedeu ao autor deste trabalho em 24 de julho de 1979.

¹⁰⁷ Era prefeito de Natal, em 1960, o Sr. José Pinto Freire. Era governador o Sr. Dinarte Mariz.

financeiras destinadas à movimentação, política. Era o início da *Campanha do Tostão contra o Milhão* e que seria responsável por uma grande mobilização em Nata. Esse processo mobilizatório foi acentuado a partir do surgimento dos *Comitês Nacionalistas*, organizados por ruas e por bairros; imagine-se que, numa cidade que em 1960 contava com uma população de 154.276¹⁰⁸ habitantes, existiam cerca de 240 desses Comitês, que reuniam moradores de uma rua ou de um bairro não somente para participarem da campanha política, mas também para discutirem problemas, fossem locais ou não. Os Comitês; dessa maneira, não constituíam simples locais de proselitismo eleitoral, pois, como assinala José Fernandes Machado, presidente do Comitê Nacionalista do bairro das Rocas, fazia-se “o questionamento dos problemas sociais, do problema de salário, do problema dos trustes, o que era um truste”.¹⁰⁹ Esses núcleos políticos, principalmente os *comitês femininos*,¹¹⁰ vinculados aos Comitês Nacionalistas, levantavam também recursos para a movimentação política, seja promovendo rifas de objetos, seja recebendo doações de dinheiro ou de produtos. Aliás, não somente os Acampamentos e os Comitês procuravam arrecadar fundos, também a *própria população* se mobilizava nesse sentido, como foi o caso da *Campanha da Gasolina*, necessária para o transporte de eleitores e que foi inteiramente doada pela população. Pessoas que trabalhavam em um mesmo local se cotizavam e enviavam igualmente sua colaboração para a campanha dos candidatos populares – Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos.

Na verdade, além dos comícios, foram realizadas palestras e debates sobre temas nacionalistas, não somente no Fórum de Debates localizado na rua João Pessoa, no Grande Ponto, portanto, em pleno centro da cidade, mas também nos bairros populares. Isto ocorria, por exemplo, na amplificadora A Voz da Verdade, situada nas Rocas, na amplificadora Cruzeiro do Sul, sediada no bairro da Conceição, entre outras.

Entretanto é preciso que se diga que de todas as formas de mobilização surgidas, na ocasião, as mais importantes, sem dúvida, foram os Comitês Nacionalistas, porquanto envolviam um processo de participação e de discussão política ao nível das bases, efetivamente. E a partir dos *Comitês foram feitas convenções nos bairros*. Com efeito,

¹⁰⁸ Dado retirado da publicação Brasil. IBGE. *Censo Demográfico de 1960. Rio Grande do Norte*, citado por Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Uma Experiência municipal de educação popular – De pé no chão também se aprende a ler*. Natal, 1963. p. 2.

¹⁰⁹ Entrevista que concedeu ao autor deste trabalho, em 24 de julho de 1979.

¹¹⁰ Existiam comitês formados exclusivamente por mulheres.

afirma Moacyr de Góes que “os Comitês Nacionalistas foram os grandes responsáveis pela vitória de Djalma na Prefeitura, porque a legenda (...) era a mais inexpressiva possível; a legenda do PTN não tinha peso político nenhum. Então a organização da [Campanha] se faz à base dos Comitês Nacionalistas e um dado muito importante é que Djalma fez as convenções dos Comitês Nacionalistas nos bairros. Então você tem a candidatura dele lançada, por exemplo, pelo bairro das Quintas, através dos Comitês Nacionalistas que (...) na hora da Convenção levantavam os problemas do bairro; (...) quando ele assume o governo do município (...) leva bairro por bairro um, vamos dizer assim, diagnóstico dos problemas (...) feito através dos Comitês Nacionalistas”.¹¹¹ Os problemas apontados e as reivindicações decorrentes eram discutidos. na própria convenção. Dessa maneira, ao tomar posse, Djalma Maranhão “(...) levou para a prefeitura um programa que veio de baixo para cima realmente (...)”.¹¹²

Na amplificadora Cruzeiro do Sul, no bairro da Conceição, foi realizada a convenção dos Comitês dos bairros do Alecrim, Conceição, Lagoa Seca, Tirol e Nova Descoberta,¹¹³ bem como a convenção do bairro das Quintas. A convenção das Rocas foi realizada na amplificadora A Voz da Verdade, situada à rua Expedicionário José Varela, e assim por diante. Esse processo culminou com a realização da I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista, nos dias 6 e 7 de setembro de 1960, na sede do Alecrim Clube. Participaram do evento mais de 200 comitês, além de delegados do interior do Estado.

O temário constou dos seguintes aspectos:

“1º Política Nacionalista;

2º Atividades das Empresas Estrangeiras nos setores da produção e distribuição de energia elétrica, da indústria extrativa, de minérios e do comércio exportador de fibras;¹¹⁴

¹¹¹ Entrevista que concedeu ao autor deste trabalho, em 24 de julho de 1979.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ *Folha da Tarde*, Natal, 3 de set. 1960, p. 1.

¹¹⁴ Esse item reflete uma preocupação específica do Movimento Nacionalista do Rio Grande do Norte, no que toca à economia do Estado, porquanto a produção e distribuição de energia elétrica estava entregue à Bond and Share, o setor algodoeiro era monopolizado por empresas igualmente estrangeiras, como a Sanbra, Anderson Clayton, Machine Cotton, Cook, etc., enquanto a Wa Chang constituía um dos grupos responsáveis pela exploração da scheelita. Tanto é assim, que no manifesto lançado pelos estudantes potiguares em apoio às candidaturas de Lott e de Jango à presidência e vice da República, respectivamente, por ocasião da instalação do Comitê Nacionalista Estudantil, encontra-se a seguinte passagem: “(...) a penetração das empresas estrangeiras estende-se por todo o território nacional, chegando até o Rio Grande do Norte, onde

- 3º Reforma Agrária e Organizações Rurais;
- 4º Ação Nacionalista e a Industrialização do Nordeste;
- 5º Administração Estadual e Municipal;
- 6º Reivindicações populares;
- 7º Carestia de vida;
- 8º Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 9º Política Sucessória; e
- 10º Estruturação do Diretório Estadual do Movimento Nacionalista”.¹¹⁵

A Convenção Estadual homologou as candidaturas do marechal Lott para presidente da República, de João Goulart para vice-presidente, de Aluizio Alves para governador, de monsenhor Walfredo Gurgel para vice-governador e de Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos para prefeito e vice, respectivamente, de Natal.

Aqui cabe assinalar, como fizeram Moacyr de Góes e José Fernandes Machado,¹¹⁶ que Aluizio Alves, embora apoiado pelo Movimento Nacionalista, silenciava com relação às candidaturas Lott-Jango, não mencionando, por conseguinte, seus nomes. Isso evidenciava um apoio discreto a Jânio Quadros, candidato da UDN, da qual Alves era dissidente no Estado.

Djalma Maranhão apresentava-se como *administrador* e como *político*. "Como *administrador* marcou o seu governo na prefeitura com um trabalho em favor da coletividade e do bem comum (...). Chamado o "Prefeito do Subúrbio", foi um administrador que teve suas vistas voltadas para o centro urbano igualmente (...). Como *político*, defendendo as idéias básicas da *doutrina nacionalista*, que prega antes de mais nada a *emancipação econômica do país*, a *valorização do trabalho*, o *respeito à dignidade da pessoa humana e às liberdades democráticas*".¹¹⁷

Assumindo essa postura, Maranhão recebeu apoio de vários sindicatos de trabalhadores, que lançaram, inclusive, um manifesto que afirmava entre outras coisas:

exercem, acintosamente, o monopólio da produção e distribuição da energia elétrica, da indústria extrativa de minérios e do comércio exportador de fibras vegetais". *Folha da Tarde*, Natal, 1/fev. 1960, p. 3.

¹¹⁵ Idem, 5 de set. 1960.

¹¹⁶ Entrevista que concedeu ao autor deste trabalho, em 24 de julho de 1979.

¹¹⁷ *Folha da Tarde*, Natal, 1 de out. 1960. (Grifos nossos.)

NATALENSES:

A classe trabalhadora, através dos seus legítimos líderes, que subscrevem o presente manifesto, conclamam a todos para uma Frente Popular Nacionalista, com os nomes dos grandes brasileiros LOTT e DJALMA MARANHÃO.

O programa de lutas é o mesmo: não desertar dos legítimos interesses do Povo; um programa nacionalista de defesa dos interesses do Brasil.

(...) Sem compromisso com políticos ou grupos econômicos. Compromissos somente com o povo.”¹¹⁸

Esse documento levava a assinatura dos seguintes sindicatos: Estivadores, Sapateiros, Combustíveis, Minerais, Construção Civil, Barbeiros, Alfaiates, Indústria do Vestuário, Condutores de Veículos Rodoviários, Empregados no Comércio Hoteleiro e do Sindicato dos Tecelões.

Estudantes e funcionários públicos participaram igualmente da campanha política. Os primeiros chegaram inclusive a instalar um *Comitê Estudantil Nacionalista*, enquanto os outros (funcionários públicos) assumiam modalidades diferentes de participação, seja lançando manifesto de apoio aos candidatos nacionalistas, conforme ocorreu com os funcionários do Departamento de Endemias Rurais,¹¹⁹ seja através da arrecadação de recursos financeiros, como ocorreu com os próprios funcionários da prefeitura municipal de Natal.¹²⁰

A mobilização político-eleitoral transcorreu em clima inteiramente conflitivo, com as forças governistas praticando atos de violência. Assim aconteceu com o Comitê do Alecrim, que no dia 23 de agosto de 1960 foi invadido e depredado por uma guarnição da polícia, comandada pelo major Hipólito Corsino, delegado de Ordem Social,¹²¹ fato que motivou protesto do próprio marechal Lott.¹²²

¹¹⁸ Idem, 27 de jan.1960, p. 1.

¹¹⁹ Idem, 7 de set. 1960, p. 8.

¹²⁰ Idem, 19 de set. 1960.

¹²¹ Idem 15 de set. 1960, p. 1.

¹²² Idem, 3 de set. 1960, p. 1.

2.3 O NACIONALISMO DA CAMPANHA DE DJALMA MARANHÃO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

A essa altura resta saber em que consistia a “doutrina nacionalista” de que falava Djalma Maranhão, o que era, afinal, “um programa nacionalista de defesa dos interesses do Brasil”, como afirmavam os líderes sindicais no manifesto que lançaram.

Na verdade, ao nível do material coletado para esta pesquisa, toma-se impossível identificar uma doutrina enquanto conjunto de princípios que fundamentam uma concepção de mundo, ou seja, que fundamentam uma interpretação da realidade social. Desse modo, quando muito, pode-se identificar neste momento alguns aspectos da ideologia nacionalista na forma como era percebida na época, por setores e agentes sociais locais.

Com efeito, por ocasião a instalação do Comitê Estudantil, Nacionalista foi lançado um manifesto, onde se encontram, entre outras, as seguintes passagens:

“O movimento nacionalista brasileiro – expressão popular da luta antiimperialista – limitava-se nos seus primórdios a uma persistente campanha de esclarecimento objetivando despertar a consciência nacional para defender-se das ameaças do expansionismo dominador das nações economicamente fortes e poderosas. Dedicou-se posteriormente a mobilizar forças com as quais pudesse exercer uma ação política nacionalista, que se concretizaria com a criação e manutenção de instituições organizadas sob a forma de monopólio estatal, às quais caberia, com exclusividade, a exploração de determinados fatores da produção, tais como as fontes de energia. Uma legislação de espírito nacionalista foi tecendo, gradativamente, uma rede, protetora dos interesses nacionais, em virtude da qual nasceu e continua a existir a PETROBRAS.

Entretanto, a constante vigilância dos homens de bem não pode impedir que a incúria e a irresponsabilidade criminosas dos nossos governantes maquinassem tentativas de escravização de nossa economia ao imperialismo absorvente das grandes nações capitalistas. Assim, a penetração das empresas estrangeiras estendeu-se por todo o território nacional, chegando até o Rio Grande do Norte (...). Os resultados imediatos dessa pernicioso atividade monopolista são o aniquilamento do competidor local e a debilitação geral da nossa economia, já enfraquecida pelas condições físico-geográficas em que se desenvolve.

Diante de fatos dessa natureza, aqueles que corajosamente procuravam arrancar o país da inércia e do subdesenvolvimento tremiam de indignação a cada palmo conquistado pelos agentes dos grupos internacionais sob as vistas benevolentes dos responsáveis pelos destinos da nação (...). Restava-lhes, contudo, (...) a possibilidade de elegerem um dia um governo nacionalista.

O amadurecimento político do povo brasileiro propiciou, mais cedo do que era de esperar, a realização das aspirações nacionalistas: um candidato nacionalista à presidência da República. Compreenderam que era chegada a hora de redimir os erros das gerações passadas, porquanto, num regime presidencialista como é o nosso, a extraordinária soma de poderes que está concentrada nas mãos do chefe do executivo nacional o toma pessoalmente responsável pelos desmandos que sejam praticados durante a sua gestão.”¹²³

Com efeito, ao se analisar o conteúdo expresso no mencionado manifesto, vai-se constatar, em *primeiro lugar*, que o nacionalismo, tal qual se acha explicitado, representa uma luta em defesa das riquezas nacionais face à dominação imperialista “das nações economicamente fortes e poderosas”. Trata-se de um posicionamento contrário “à escravização de nossa economia ao imperialismo, absorvente das grandes nações capitalistas”.¹²⁴ O problema é colocado, dessa maneira, ao nível da existência de uma relação externa de dominação econômica, entre nações. Nesse sentido, torna-se um imperativo a defesa dos “interesses nacionais”, tendo em vista “arrancar o país da inércia e do subdesenvolvimento”. Nesse quadro, o movimento nacionalista brasileiro passou de uma campanha de esclarecimento da situação para a mobilização de “forças com as quais pudesse exercer uma ação política nacionalista” e que redundou na “criação e manutenção de instituições organizadas sob a forma de monopólio estatal”. O que não foi suficiente, porquanto a “vigilância dos homens de bem não pôde impedir que a incúria e a irresponsabilidade criminosas dos nossos governantes maquinassem tentativas de escravização da nossa economia”. Para os nacionalistas restava a possibilidade de elegerem um dia um governo nacionalista. “O amadurecimento político do povo brasileiro propiciou (...)” o surgimento de “um candidato nacionalista à presidência da República”, em que eram

¹²³ Idem, 1 de fev. 1960, p.1-3.

¹²⁴ “Os resultados imediatos dessa perniciosa atividade monopolista são o aniquilamento do competidor local e a debilitação geral da nossa economia...”. *Folha da Tarde*, Natal, 1 de fev. 1960, p. 3.

depositadas as esperanças, “porquanto, num regime presidencialista (...), a extraordinária soma de poderes que está concentrada nas mãos do chefe do executivo nacional o toma pessoalmente responsável pelos desmandos que sejam praticados durante sua gestão”. Daí o apoio ao marechal Lott.

Do exposto pode-se depreender claramente que as críticas, da maneira como foram formuladas, passaram por cima da análise e compreensão das classes sociais, enquanto agentes históricos fundamentais. Assim sendo, ao colocar o problema exclusivamente sob a ótica da nação, dos interesses nacionais em relação ao imperialismo, conduzia ao entendimento da dominação de uma nação sobre outra externamente, esquecendo-se da dominação de uma classe sobre outra, que se dá ao nível interno. Em síntese, nessa formulação, o capitalismo como modo de produção não era posto em questão enquanto tal. Por outro lado, o Estado é visto como salvador, como guardião nacional e não como representando interesses específicos de classe. Ao defender o monopólio estatal, não questiona o caráter do Estado e as formas de exploração dos setores produtivos sob seu controle. Na verdade, a submissão de determinados meios de produção e o controle das forças produtivas pelo Estado não significam a abolição das relações de exploração que caracterizam o processo produtivo capitalista; na realidade ocorre o contrário.¹²⁵

Nesse combate ao “imperialismo das nações economicamente fortes e poderosas”, principalmente no que se refere aos trustes norte-americanos, recai toda a ênfase da produção intelectual nacionalista, elaborada no Rio Grande do Norte, em 1960. Assim, ao se analisarem os artigos que Ubirajara de Macedo escrevia diariamente para a *Folha da Tarde* e que eram publicados sob o título de “Coluna Nacionalista”, pode-se facilmente observar esse aspecto.¹²⁶

Em 1960, a Revolução Cubana estava em muita evidência e, a propósito de Cuba,

¹²⁵ Destaca Engels que “o Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista: o estado dos capitalistas, o capitalismo coletivo ideal. Quanto mais se apropria das forças produtivas e quanto mais se torna um capitalista coletivo de fato, tanto mais explora os cidadãos. Os operários continuam a ser assalariados, proletários. O domínio capitalista não é suprimido, pelo contrário, é levado ao seu máximo. Mas, chegando a este máximo, desequilibra-se”. F. Engels. *Anti-Dühring*. Lisboa, Dinalivro. 1976. p. 380.

¹²⁶ Possivelmente em virtude do seu envolvimento na campanha política de 1960, não foi encontrado, no material pesquisado, nenhum escrito de Djalma Maranhão que possibilitasse uma análise de suas concepções nesse ano. A solução encontrada para o estudo das concepções nacionalistas locais consiste em analisar artigos publicados na *Folha da Tarde*.

escrevia Macedo: “(...) o caso de Cuba em muitos aspectos muito se parece com o nosso. A grande ilha antilhana sempre foi o pasto ideal para os grandes grupos ianques que ali se enquistaram de há muito, roubando e levando para seu país de origem o produto do trabalho daquele povo.

(...) Seguiu Fidel Castro e fez uma limpeza geral na administração do país caribe (...). Destruíu todos os antros de tavolagem, que faziam de Havana a cidade da perdição. Depois, olhou para a miséria reinante no interior de seu país, onde os lavradores não tinham terras porque estas estavam em sua grande maioria nas mãos de consórcios estrangeiros. Indenizou estas terras, e as distribuiu entre os verdadeiros donos da terra que são os cubanos (...). E toda a América Latina vê em Fidel Castro o símbolo da luta de libertação desta parte da América, das garras dos trustes (...). Sabem que o líder cubano fará escola, e em breve o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, etc., estarão seguindo o exemplo de Cuba e expulsando de seus territórios aqueles que para aqui vêm apenas para levar o nosso ouro, explorar o nosso povo e procurar nos arrastar à condição de colônia...”¹²⁷

Nesse texto o elogio de Macedo a Castro não se prende exclusivamente à libertação de Cuba “das garras dos trustes”, volta-se também para a questão agrária interna, onde, ante a “miséria reinante no interior do país” em que “os lavradores não tinham terras”, Castro indenizou-as e distribuiu entre “os verdadeiros donos”.

Outro ponto a destacar diz respeito à remessa de lucros. Com efeito, salienta Macedo, referindo-se a Jânio Quadros, que ele “jamais dirá que a causa da nossa fome é a remessa de lucros para o exterior, ou que a scheelita teve o seu preço aviltado, por culpa exclusiva da Wa Chang, ou, ainda, que o algodão sofre as consequências da política colonialista da Sanbra, Anderson Clayton, Cook ou Machine Cotton”.¹²⁸ A ênfase recaiu aqui outra vez na economia do Estado do Rio Grande do Norte, ou seja, nos setores produtivos capturados por empresas estrangeiras, como é o caso do algodão, que tem sua produção controlada pelas empresas acima citadas, e da scheelita, que tem sua produção em parte controlada pela Wa Chang.

O país inteiro assistiu em 1960 a uma ampla discussão em tomo do projeto de lei

¹²⁷ *Folha da Tarde*, Natal, 26 de jan. 1960, p. 3.

¹²⁸ *Idem*, 3 de fev. 1960, p. 3.

sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional,¹²⁹ em tramitação no Congresso. Esse debate chegou ao Rio Grande do Norte, tendo sido incluído, inclusive, no temário da I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista. Infelizmente, não se dispõe de informações sobre a posição aprovada pela Convenção com relação a esse item. A Coluna Nacionalista, entretanto, vinha desde o princípio do ano disparando suas baterias contra a proposição de Lacerda. Embora cometendo imprecisões nas suas formulações, Ubirajara de Macedo assim se expressava em um dos seus artigos: “Em nosso comentário de ontem, tecemos considerações a respeito da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, lei antinacional, pelo seu conteúdo reacionário e cujo autor, em outro país qualquer, a estas horas estaria preso ou morto. Porque nunca uma lei foi tanto contra o povo, contra as classes mais desprotegidas da sorte, quanto esta infeliz proposição de autoria do deputado Carlos Lacerda (...). Se tal lei for aprovada, adeus Escola Pública, e então só os ricos poderão manter filhos nas escolas. O filho do operário que cresça analfabeto (...). Estas leis reacionárias são manipuladas todas elas nos escritórios dos grandes trustes, para que a mocidade brasileira não venha a ter aquilo de que mais precisa: a educação. É preciso, para melhor manter este povo enganado, ludibriado, espezinhado, explorado, que não haja educação ou que essa educação seja dada somente aos filhos dos abastados, daqueles que, tendo a barriga cheia, não se preocupam com os magnos problemas da nacionalidade.”¹³⁰

Nesse texto aparece a questão das classes sociais de forma muito ambígua e confusa. *Em primeiro lugar*, ao se referir às “classes mais desprotegidas da sorte”, e não a classes exploradas, incorre num equívoco que pode levar à interpretação de que a existência de classes e, portanto das relações de exploração é algo que faz parte da ordem natural das coisas. Mesmo assim, pode-se observar, *em segundo lugar*, que povo é identificado com

¹²⁹ O Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação do governo Dutra, constituiu em abril de 1947 uma comissão de educadores com a missão de elaborar um esboço do projeto de lei, o qual foi enviado ao Congresso em outubro de 1948. Participaram dessa comissão, entre outros, Alceu de Amoroso Lima, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão e Leonel Franca. Entretanto, o projeto permaneceu durante longos nove anos completamente “adormecido” no Congresso. Dessa maneira, somente em 1957 sob pressão de educadores e setores da população é que foram reabertos os debates. E, em 1958, o deputado Carlos Lacerda patrocinou uma reviravolta no feitiço laicista-liberal do projeto originário, convertendo-o em protetor dos interesses dos proprietários de escolas particulares. O projeto foi aprovado pelo Congresso e posteriormente sancionado pelo presidente João Goulart e pelo Sr. Oliveira Brito, então Ministro da Educação. A propósito ver F. Fernandes. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1966. Parte III.

¹³⁰ *Folha da Tarde*, Natal, 5 de fev. 1960, p. 3.

essas “classes desprotegidas da sorte” sobre quem recai a exploração dos trustes. Daí porque, para melhor manter o povo enganado, explorado, torna-se necessário que não haja educação ou esta seja somente destinada “aos filhos dos abastados” que, “tendo a barriga cheia não se preocupam com os magnos problemas da nacionalidade”.

A lista de citações poderia se estender ainda mais. Acredita-se, porém, que o exposto é suficiente para se ter uma idéia de alguns aspectos centrais que marcavam o nacionalismo, encarado do ângulo do movimento nacionalista local. Com efeito, pode-se depreender facilmente que: o combate ao imperialismo, principalmente dos EUA; o reconhecimento da existência de uma relação de dominação entre nações onde umas sugam as riquezas das outras; a condenação das remessas de lucros para o exterior, que conjuntamente favorecem o subdesenvolvimento do país e a exploração do povo, tomando-se necessário romper esses laços de dominação, através de um processo de libertação – constituem o fulcro das concepções nacionalistas no Rio Grande do Norte no período analisado, qual seja, o ano de 1960. Deve-se ainda acrescentar que as classes sociais, quando mencionadas, são tratadas de forma ambígua, conforme foi salientado, da mesma maneira que as propostas de estatização de setores econômicos não seguem acompanhadas de nenhum questionamento sobre o caráter da exploração a ser assumido pelo Estado. Libertação, nesse contexto, significa tomar-se livre “das garras dos trustes” e, por conseguinte, do capital estrangeiro.

Assim configurada essa concepção nacionalista conflitava com a ideologia dominante na época, qual seja, o desenvolvimentismo juscelinista. Com efeito, seguindo as análises efetuadas por Miriam Limoeiro Cardoso,¹³¹ “esta ideologia elimina completamente algum vínculo que pudesse existir entre exploração e subdesenvolvimento”.¹³² Na verdade, assinala Limoeiro que “na ideologia desenvolvimentista, pelo menos do que diz respeito a sua formulação juscelinista, o nacionalismo se define pelo desenvolvimento”.¹³³ Segundo Juscelino, “o nacionalismo que objetivamos é o que se fundamente em nosso desenvolvimento. O nacionalismo que convém ao Brasil é o que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma

¹³¹ M. L. Cardoso, *Ideologia do desenvolvimento – Brasil – JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

¹³² *Ibid.*, p. 158.

¹³³ *Ibid.*, p. 157.

subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade”.¹³⁴ Acrescenta a autora que “aqui a compreensão da nação não é mais do que formal, plano em que toda nação se confronta com qualquer outra unidade isolada, enriquecendo-se, mutuamente no confronto – já que o conceito passa a ser, antes de tudo, cultural. Como *esta ideologia elimina completamente algum vínculo que pudesse existir entre exploração e subdesenvolvimento*, sendo este compreendido como apenas um estado de civilização, uma nação subdesenvolvida diante de outra, desenvolvida, sente o seu atraso, e isto gera inferioridade, e talvez subserviência. No caso em que esta subserviência exista, ela é consequência de um confronto desfavorável. *A ideologia substitui, assim, com proveito para o seu projeto, a relação dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos como exploração, pela relação dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos como inferioridade, receio e subserviência. São os subdesenvolvidos que se sentem inferiores e se tornam servis; e esta subserviência não é, de forma alguma, resultado de uma exploração*”.¹³⁵ Para Kubitschek, o nacionalismo “é o que (...) consiste em desenvolver, enriquecer e tomar respeitado o Brasil”.¹³⁶

Ora, existindo apenas relações entre nações “(...) um nacionalismo, que aqui é radicalmente negado, propõe que as relações sejam postas entre nações dominantes e nações dominadas; ou exploradas e exploradores; enquanto o nacionalismo desenvolvimentista coloca relações entre nações ricas e pobres.

Se o problema é alcançar a prosperidade, e se para isso a colaboração do estrangeiro é necessária, passa a ser contrária ao interesse nacional (...) qualquer oposição ao estrangeiro que é oposição à sua colaboração. O estrangeiro não prejudica, não é responsável por nenhum dos males nacionais”.¹³⁷ *Daí porque “comparar a entrada e saída de capitais, reclamar contra os excessos de lucros e dividendos remetidos para o exterior é desanimar o possível investidor ou financiador estrangeiro e, deste modo, retardar o processo de expansão econômica. E é isto que, em primeiro lugar, não interessa à nação, conforme a ideologia desenvolvimentista”*.¹³⁸

¹³⁴ J. Kubitschek, citado por M. L. Cardoso, op. cit., p. 157. (Grifos nossos).

¹³⁵ M. L. Cardoso, op. cit., p. 158.

¹³⁶ J. Kubitschek, citado por M. L. Cardoso, op. cit., p. 158.

¹³⁷ M. L. Cardoso, op. cit., p. 158-9.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 159. (Grifos nossos.)

Fica evidenciado, assim, o caráter divergente entre as duas concepções a que se fez referência, isto é, entre as formulações expressas por nacionalistas norte-rio-grandenses e as formulações do nacionalismo desenvolvimentista expressas por Juscelino. Presume-se, portanto, não ser mais necessário, ao nível deste trabalho, alongar-se em comentários sobre o assunto. Desse modo, somente a título de síntese pode-se dizer que, enquanto a primeira concepção entende as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos como sendo de exploração, o desenvolvimentismo nega essa perspectiva; em decorrência, a primeira prega o rompimento dos laços de exploração, libertando-se e repudiando o capital colonizador dos trustes; por outro lado, o desenvolvimentismo prega a “cooperação” com o estrangeiro e condena as críticas e restrições às remessas de lucros para o exterior, o que constitui um dos pontos nodais de combate da primeira concepção. De forma muito abreviada e simplificada este era o ideário vigente na época.¹³⁹

¹³⁹ Que dizer do marechal Lott? Deve-se dizer que em princípio ele incorporava inteiramente o ‘discurso ideológico’ do desenvolvimento juscelinista ao declarar que ‘na prática e a rigor não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital, que, ao lado do trabalho, é uma mola do progresso. O dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido. O que se faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento! (Major Costa, Marechal Henrique Teixeira Lott, citado por M. V. Benevides, *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 183.) Iguualmente quando se manifesta sobre a Reforma Agrária [recomenda] o máximo de prudência ao Congresso: ‘um estudo acurado é imprescindível para evitar que uma lei precipitada resulte no caos’. (Entrevista a *O Cruzeiro*, citada por M. V. Benevides, op. cit., p. 183.) Pode-se observar que duas das principais bandeiras levantadas pelo nacionalismo de esquerda, quais sejam o combate ao capital estrangeiro e a luta pela Reforma Agrária, eram negadas ou vistas com reserva pelo militar em foco. Lott, entretanto, era o autor da “célebre frase” pronunciada por ocasião da “visita do Secretário de Estado americano Foster Dulles em 1958: ‘A Petrobrás é intocável’”. (M. V. Benevides, op. cit., p. 173.) Contraditório, pois “apesar de não ser getulista, mais tarde se apresentará como candidato do PTB, citando frases de Getúlio nos comícios (‘o povo não mais será escravo de ninguém’). (N. W. Sodré, citado por M. V. Benevides, op. cit., p. 155.) Anticomunista (era contra inclusive o reatamento das relações comerciais com a URSS), receberá o apoio do PC nas eleições de 1960. Candidato, “assumia posições supostamente de esquerda”. (M. V. Benevides, op. cit., p. 165.) Diante disso o quadro político na época era muito ambíguo: “O PSD sentia-se mais inclinado às proposições da política econômica de Jânio e os setores mais radicais do PTB divergem de Lott quanto às questões de relacionamento com os países socialistas (notadamente URSS e Cuba), com o PC, apesar de Lott defender o voto do analfabeto e a restrição à remessa de lucros. Aliás, o debate eleitoral entre ‘esquerda’ e ‘direita’ nunca esteve tão confuso: Jânio é candidato da ‘direita’ com aspectos ‘esquerdistas’ (política externa) e Lott é candidato da ‘esquerda’, mas seu anticomunismo declarado não consegue popularidade com os setores mais radicais”. (M. V. Benevides, op. cit., p. 126.)

2.4 A HERANÇA RECEBIDA NO REGRESSO À PREFEITURA DE NATAL

Realizadas as eleições de 3 de outubro de 1960, Djalma Maranhão venceu o pleito, derrotando o candidato governista Luiz de Barros – obtendo uma maioria de 10.644 votos,¹⁴⁰ considerada expressiva para o eleitorado de Natal (em 1960 foram apurados 33.240 votos válidos para prefeito). Luiz Gonzaga dos Santos foi igualmente eleito. Essa vitória foi fruto, sobretudo, da participação popular na campanha política através dos Comitês Nacionalistas. Com efeito, salienta o jornal *O Semanário*, em matéria transcrita pela *Folha da Tarde*, que “o modo porque ele organizou a sua campanha para prefeito de Natal, interessando nela o povo, fazendo dela participar o povo ativamente, como comandante e não como comandado, devia servir de exemplo a todos os núcleos nacionalistas (...). A experiência de Natal, a mais rica, sem dúvida, no último prélio eleitoral, deve, por isso, ser estudada pelos companheiros de todo o país. Mas estudada para ser aplicada, e não para servir apenas de tema para divagações em tertúlias acadêmicas”.¹⁴¹

Como prefeito eleito, os primeiros contatos políticos de Djalma Maranhão, fora do Estado,¹⁴² deram-se justamente com Miguel Arraes, então prefeito do Recife, e Pelópidas da Silveira, vice-governador de Pernambuco.¹⁴³ Era o início de um intercâmbio, de uma cooperação que iria se verificar, sobretudo, através do Movimento de Cultura Popular e da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Enquanto isso, da mesma forma que ocorria no governo do Estado, era desencadeada na prefeitura, ainda sob a administração de José Pinto Freire, um processo de partilha do espólio municipal entre correligionários do prefeito. Esse tipo de procedimento foi denominado, na época, de “inventário político” e consistia fundamentalmente em

¹⁴⁰ Foram os seguintes os resultados das eleições de 1960 em Natal: para presidente da República: Lott – 23.372; Jânio – 9.924 e Ademar – 2.571 votos; para vice-presidente: João Goulart – 19.893; Milton Campos – 7.188 e Ferrari – 5.663 votos; para governador: Aluizio – 24.197; Djalma Marinho – 10.958 votos – para vice-governador: monsenhor Walfredo – 23.695; Vingt Rosado – 10.513 votos; para prefeito: Maranhão – 21.942; L. Barros 11.298 votos; para vice-prefeito: Luiz Gonzaga dos Santos – 13.936; Antônio Felix – 6.103; Rubens Massud – 6.120; Wellington Xavier – 3.273; Severino Galvão – 2.821 votos. *Diário de Natal*, 8 de out. 1960, citado por M. de Góes, *De pé no chão também se aprende a ler*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p. 154-5.

¹⁴¹ *Folha da Tarde*, Natal, 27 de out. 1960, p. 4.

¹⁴² *Idem*, 14 de out. 1960, p. 1.

¹⁴³ Posteriormente Arraes seria eleito governador de Pernambuco e Pelópidas seria eleito prefeito do Recife.

contemplar correligionários com empregos públicos. Por isso mesmo, pode-se ler na *Folha da Tarde* que “(...) o Sr. José Pinto não desmentiu o juízo que dele fazíamos: começou a agir de forma contrária, fazendo o inventário da sua administração, a qual não será esquecida pelo povo, não por ter sido profícua, mas exatamente pelo inverso (...).

O pigmeu edil não ficou satisfeito com as duzentas e tantas nomeações feitas no começo do corrente ano. Agora recomeçou a escangalhar o erário municipal, recomeçou a retratar a sua pobre administração, voltou a dar exemplo da sua ineficiência administrativa. O *Diário do Município* de ontem publicou quase vinte novas nomeações e fala-se que o seu número ascenderá a cento e cinquenta.

A nova administração não poderá se furtar de reexaminar a lesividade desses atos aos cofres municipais”.¹⁴⁴

Tendo em vista ainda incompatibilizar Djalma Maranhão com o funcionalismo municipal, logo de saída, José Pinto Freire fez elaborar, através da Secretaria das Finanças, uma tabela de pagamento do pessoal a ter início no dia 04-11-1960. Ora, 5 de novembro era a data da posse de Maranhão na prefeitura, e esta não dispunha de recursos suficientes para efetuar o pagamento do funcionalismo, por quanto José Pinto havia carreado o dinheiro disponível para pagar empreiteiros e firmas comerciais, o que redundou na suspensão do pagamento ao funcionalismo.¹⁴⁵

O fim da administração de José Pinto Freire frente à prefeitura de Natal, portanto, caracterizou-se pela dissolução entre o público e o privado, onde a ocupação de um cargo público executivo é identificada coma posse de uma propriedade privada.¹⁴⁶ Daí a

¹⁴⁴ *Folha da Tarde*, Natal, 8 de out. 1960.

¹⁴⁵ A propósito é elucidativa a seguinte nota, assinada por Roberto Brandão Furtado, então secretário das Finanças: “A Secretaria de Finanças da Prefeitura avisa aos funcionários do município que suspendeu o pagamento desse funcionalismo, pelo que fica sem efeito a tabela já publicada.

O motivo dessa medida é a atual impossibilidade financeira da Secretaria atender esse compromisso dentro da tabela referida, desde que o numerário proveniente da arrecadação do Imposto de Indústrias e Profissões, que de praxe tem sido reservado para esse pagamento, foi utilizado pelo ex-prefeito José Pinto Freire no atendimento de compromissos outros, como sejam dívidas de empreiteiras e firmas comerciais.

Os compromissos da Secretaria de Finanças com o pagamento do restante dos subsídios dos vereadores, funcionalismo das secretarias de Educação e Cultura, Negócios Internos e Jurídicos e Viação e Obras, além dos operários diaristas, se elevam a mais de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS (...), existindo disponibilidade inferior a TREZENTOS MIL CRUZEIROS...”. *Folha da Tarde*, Natal, 9 de nov. 1960, p. 4.

¹⁴⁶ Os procedimentos administrativos, tanto de Dinarte Mariz à frente do governo do Estado, como de José Pinto Freire à frente da prefeitura municipal de Natal, parecem se aproximar do que Weber denomina patrimonialismo. Para este autor “Llamase *dominación patrimonial* a toda dominación

existência do que se convencionou chamar de “inventário político”, num processo que se repetiu, também, no governo do Estado, configurando um poder oligárquico, autoritário e impopular. Por outro lado, o caráter de classe é posto à mostra na medida em “que o numerário proveniente da arrecadação do Imposto de Indústrias e Profissões que de praxe tem sido reservado para esse pagamento (ou seja, do pagamento do funcionalismo) foi utilizado pelo ex-prefeito (...) no atendimento de compromissos outros, como sejam dívidas de empreiteiros e firmas comerciais”,¹⁴⁷ isto é, no momento de efetuar o pagamento e certamente ante a insuficiência de recursos, coube aos empreiteiros e comerciantes receber o que lhes devia a prefeitura, aqueles com que o prefeito se identificava como “classe”, cabendo aos assalariados esperar que a nova administração levantasse os fundos necessários e efetuasse o pagamento.

2.5 PANORAMA DAS REALIZAÇÕES DE DJALMA MARANHÃO NA PREFEITURA DE NATAL

A posse de Djalma Maranhão na prefeitura de Natal se deu no dia 5 de novembro de 1960. O cargo lhe foi transmitido pelo Dr. Euvaldo Poti Martins,¹⁴⁸ juiz eleitoral da 1ª Zona, porquanto o prefeito José Pinto Freire não compareceu ao ato de transmissão, o mesmo ocorrendo com o presidente, 1º vice-presidente e 2º vice-presidente da Câmara Municipal. O evento foi marcado por um clima de festividade popular a que não faltaram

primariamente orientada por la tradición, pero ejercida en virtud de un derecho propio”. (M. Weber, *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977, p. 185. Grifos do autor.) A propósito, assinala Freund que “na maioria das vezes os responsáveis pelo serviço eram proprietários de seu cargo ou pelo menos dos meios da administração (...)”. Assim “o que *faltava* nesse sistema era a *separação entre a esfera privada e a esfera oficial*, isto é, a distinção entre os interesses pessoais do administrador e (os interesses públicos ligados ao cargo que ele ocupava. Além disso, a noção de capacidade administrativa praticamente não intervinha na escolha dos funcionários. *Só havia, com efeito, como critério de seleção a confiança do soberano em seus favoritos*. Em outras palavras, a administração patrimonial ignorava as noções de competência e de especialização e só considerava a honra das ‘individualidades’ (...). Em suma, a *característica fundamental do domínio patrimonial consiste em um sistema cujas oportunidades residam em geral de alto a baixo da escala, na apropriação privada da maioria das funções*”. J. Freund, *Sociologia de Max, Weber*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975, p. 174-5. (Grifos nossos.)

¹⁴⁷ *Folha da Tarde*, Natal, 9 de novo 1960, p. 4.

¹⁴⁸ Ver a propósito, Natal. Prefeitura Municipal. *Memória sumária do Palácio Felipe Camarão*. Natal, Gráfica Manimbú, 1978. p. 21.

blocos carnavalescos, conjuntos de danças folclóricas e os Comitês Nacionalistas. Integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista igualmente estiveram presentes, além de líderes políticos locais.

Inicialmente, o secretariado¹⁴⁹ do prefeito foi assim constituído: Chefe de Gabinete – Ticiano Duarte. Secretário de Educação e Cultura – Moacyr de Góes. Secretário de Finanças – Roberto Brandão Furtado. Secretário de Negócios Internos e Justiça – Ernani Silveira. Secretário de Viação e Obras – Antomar Perreira de Souza. Posteriormente, a Secretaria de Educação e Cultura passou a denominar-se Secretaria de Educação, Cultura e Saúde; da mesma maneira, a Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos passou a ser Secretaria de Justiça, Comércio e Agricultura. Ao longo da administração, Nathánias Von Sohsten Júnior substituiria Ticiano Duarte na chefia de Gabinete e Wilson Miranda assumiria a Secretaria de Viação e Obras.

Ao assumir a prefeitura, Maranhão iria se defrontar concretamente com o primeiro problema a ser resolvido: a questão do déficit orçamentário. Dessa maneira, como “elaborar um programa de ação que fugisse ao estilo e à técnica tradicionais da administração municipal”, tendo em vista “a abordagem dos problemas realmente sérios e urgentes da comunidade”¹⁵⁰ num município reconhecidamente pobre e, portanto, de diminuta capacidade tributária?

Com efeito, o orçamento municipal aprovado para os exercícios correspondentes aos anos de 1961 e de 1962 apresentava cifras bastante deficitárias, conforme evidencia a Tabela I a seguir transcrita.

¹⁴⁹ *Folha da Tarde*, Natal, 4 de nov. 1960, p. 1. 51.

¹⁵⁰ Mensagem nº 6/62 enviada pelo Chefe do Executivo Municipal à Câmara Municipal de Natal em 1 de abril de 1962. *Folha da Tarde*, Natal, 3 abr. 1962, p. 4.

TABELA I
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA DAS FINANÇAS
ORÇAMENTO MUNICIPAL DO PERÍODO 1961-1962

<i>Especificação</i>	<i>Anos</i>		<i>Crescimento</i>	
	<i>1961 (Cr\$)</i>	<i>1962 (Cr\$)</i>	<i>Absoluto (Cr\$)</i>	<i>Relativo</i>
Receita Prevista	111.539.000,00	270.103.000,00	158.564.000,00	59%
Despesa Fixada	155.198.756,40	330.896.650,00	175.697.894,00	53%
Déficit Previsto	43.659.756,40	60.793.650,00	17.133.894,00	28%

Fonte: Folha da Tarde de 11-04-1962 e *Boletim* da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Natal, abr.1963.

Dessa maneira, numa rápida apreciação dos números acima transcritos, vai-se constatar que o déficit previsto monta a Cr\$ 43.659.756,40 (quarenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), em 1961, e a Cr\$ 60.793.650,00 (sessenta milhões, setecentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), em 1962, respectivamente, configurando desta forma a falta de correspondência entre o aumento das despesas públicas e o crescimento da receita.

Ao se observar a Tabela I, conclui-se que se tratava da existência de uma “crise fiscal”,¹⁵¹ em que o orçamento se apresentava deficitário, visto que o crescente aumento dos gastos não vinha sendo acompanhado do correspondente crescimento da receita. Os déficits, entretanto, foram superados no decorrer dos exercícios, em consequência da adoção de uma política tributária, acompanhada de medidas concretas que possibilitaram sua efetivação. Em síntese, essa política previa “uma menor oneração de um mesmo contribuinte” e consequentemente o “alargamento do campo de incidência tributária”.¹⁵²

¹⁵¹ “Costumamos chamar tal propensão para os gastos superarem as receitas de ‘crise fiscal do Estado’.” (J. O'Connor, *USA: A Crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 14.) Aqui não se trata naturalmente de empreender um estudo do orçamento, não só porque escapa aos objetivos e limites deste trabalho, bem como não se dispõe de dados suficientes e adequados para levar adiante tal empreendimento. Além disso, a metodologia empregada por O'Connor é atinente a um nível e a uma realidade inteiramente diversa da que ora está sendo estudada. Dessa maneira, ao se fazer a mencionada citação, tem-se a intenção de simplesmente situar, do modo mais amplo e geral possível, o problema em foco. Do ponto de vista deste trabalho, portanto, trata-se de uma tentativa elementar de descrever como foi possível superar o déficit orçamentário da prefeitura de Natal no período de estudo.

¹⁵² Mensagem. nº 6/62 enviada pelo Chefe do Executivo Municipal à Câmara Municipal de Natal em 1 de abril de 1962. *Folha da Tarde*, Natal, 11 de abro 1962, p. 4.

Esse “alargamento” não significava, entretanto, extensão da cobrança de impostos a todos indistintamente. Assim sendo, pode-se constatar no Código Tributário do Município, elaborado e aprovado pela Câmara Municipal, na gestão de Djalma Maranhão, Seção III – Do Imposto sobre Indústrias e Profissões, Capítulo VI – Das Isenções, que todo um tipo de instituições, toda uma gama de pequenos negócios e toda uma categoria de artífices foram excluídos do pagamento de impostos. Eis o que especifica o Código quanto às isenções, neste capítulo:

“I – As instituições de Educação e de Assistência Social, desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no país, para os respectivos fins, de acordo com o mesmo art. 31 da Constituição Federal;

II – As Associações e Entidades Culturais e Esportivas;

III – As oficinas que se limitarem a pequenos consertos, com movimento anual até Cr\$60.000,00;

IV – Os que nos mercados públicos e nas feiras livres venderem frutas, legumes, flores e outros produtos agrícolas, não transformados;

V – Os vendedores a domicílio de hortaliças, frutas, legumes, flores, pão, ovos, peixe, carvão e aves, quando não forem estabelecidos com negócios desses gêneros, nem prepostos de estabelecimentos;

VI – As casas pias e estabelecimentos de caridade que vendam flores artificiais, doces e artigos cuja confecção seja feita no estabelecimento;

VII – As pequenas oficinas e instituições reconhecidas de utilidade pública, que ministrem conhecimentos profissionais, gratuitamente, às crianças pobres;

VIII – Os pequenos fabricantes, artífices e profissionais, que trabalhem sem auxílio de operários em suas próprias residências; (...).¹⁵³

Enquanto isso, sintonizada com a política proposta, algumas medidas concretas foram tomadas e que se traduziram não somente pela elaboração do Código Tributário do Município, mas também pela organização do Cadastro Fiscal da Prefeitura, bem como pelo aumento da alíquota do Imposto de Indústrias e Profissões. Esse conjunto de medidas concorreram de forma decisiva para a superação do déficit orçamentário. A utilização do Cadastro Fiscal, por exemplo, permitiu à Prefeitura evitar em 1961 “a evasão de renda de mais de sete mil unidades sujeitas ao Imposto Predial, de mais de três mil, sujeitas ao

¹⁵³ Natal. Prefeitura Municipal. *Código tributário municipal*. Natal, p. 29-30. 55.

Imposto de Indústrias e Profissões (...), de mais de três mil, sujeitos ao Imposto de Localização e Funcionamento, e mais de quatro mil, sujeitos ao pagamento de Imposto Territorial Urbano”.¹⁵⁴

TABELA II
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA DAS FINANÇAS
ORÇAMENTO MUNICIPAL DO PERÍODO 1961-1962

<i>Especificação</i>	<i>Anos</i>		<i>Crescimento</i>	
	<i>1961 (Cr\$)</i>	<i>1962 (Cr\$)</i>	<i>Absoluto (Cr\$)</i>	<i>Relativo</i>
Receita Arrecadada	202.545.751,27	407.317.059,70	204.771.308,00	50%
Despesa Realizada	182.774.925,08	405.314.113,90	222.539.189,00	55%
Superávit	19.770.826,19	2.002.945,80	–	–

Fonte: Folha da Tarde de 11 abr. 1962 e *Boletim* da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Natal, abr. 1963.

A Tabela II demonstra que, comparando-se com a primeira, a Receita Arrecadada tanto em 1961 como em 1962 superou a Receita Prevista e que, embora esse crescimento tenha se situado muito próximo das taxas de inflação¹⁵⁵ que concorreram significativamente para o crescimento das despesas em proporções igualmente altas, foi possível, entretanto, manter o superávit orçamentário no biênio, ainda que tenha apresentado forte decréscimo em 1962.

Isso, entretanto, resultou não somente da estimulação inflacionária, mas também de um processo em que as despesas cresceram em decorrência tanto do aumento, na ordem de 60%, concedido ao funcionalismo, como também foi nesse período que a prefeitura concluiu alguns empreendimentos, e iniciou outros, influenciando decisivamente o crescimento, já referido, das despesas. Entre esses empreendimentos pode-se apontar: concluídos em 1962 – a construção do Centro de Formação de Professores, o asfaltamento

¹⁵⁴ Mensagem citada, *Folha da Tarde*, Natal, 11 de abr. 1962. p. 4.

¹⁵⁵ Em 1961 a taxa de inflação, segundo os números da Fundação Getúlio Vargas (FGV), alcançou a cifra de 47,7 e de acordo com os cálculos do DIEESE foi à ordem de 42,2. Em 1962, trocam-se os valores, a FGV aponta uma inflação de 51,3 e o DIEESE de 62,4. A FGV toma como critério fundamental para a determinação da taxa de inflação o índice geral de preços, enquanto o DIEESE trabalha com o índice do custo de vida. Dados citados por L. C. B. Pereira, “As Contradições da inflação brasileira”. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1980.

e iluminação a vapor de mercúrio e fluorescentes das ruas João Pessoa e Ulisses Caldas e avenida Rio Branco, todas no centro da cidade; iniciadas em 1962 e concluídas em 1963 – Galeria de Arte, Mercado das Rocas, Palácio dos Esportes, Estação Rodoviária, construção de 11 quadras de esportes (número que se elevaria para 12 em 1964), 10 parques infantis (15 é o número existente em 1964), restauração de praças públicas, construção de galerias pluviais, etc.

A superação do déficit orçamentário verificou-se também no exercício seguinte, pois, em entrevista que concedeu ao *Diário de Natal* em 12-03-1964, Djalma Maranhão afirmava que, em 1963, a receita total havia ultrapassado a casa dos novecentos milhões, enquanto a despesa atingiu um montante em torno dos oitocentos e vinte milhões.

Na verdade, a superação do déficit orçamentário revela apenas capacidade administrativa¹⁵⁶ de Maranhão. Entretanto, o que é mais importante salientar, sua administração foi marcada, mais uma vez, por uma identificação com os interesses populares. Isto fica evidenciado não somente pelo apoio que sempre deu às mobilizações populares, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de uma prática política frente à prefeitura, sempre voltada para os setores explorados da sociedade. Seu programa de governo trazia as marcas dos Comitês e das Convenções Nacionalistas. Por isso mesmo, à base de reivindicações populares, a *educação* e *cultura* foram definidas como *meta número um do seu governo*, surgindo daí a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

No entanto, a identificação com os interesses populares não se resume à educação e à cultura. Alguns episódios surgidos durante seu período administrativo dizem bem dessa disposição. Em julho de 1961, por exemplo, foi deflagrada uma greve por parte das

¹⁵⁶ A título de ilustração acrescenta-se que sempre se constituiu uma prática administrativa de Djalma Maranhão divulgar amplamente, inclusive através de boletim, a situação orçamentária da prefeitura, acompanhada das principais realizações efetuadas no período, como forma de dar a conhecer em que a prefeitura aplicou os recursos arrecadados.

Uma outra prática administrativa dizia respeito ao diálogo que mantinha com a população com o objetivo de ouvir os problemas e as reivindicações. A propósito, observe-se esta passagem: “Nesses últimos 15 anos, apareceu algum prefeito para ouvir as reivindicações dos moradores dos bairros de Natal?”, perguntou o atual prefeito, José Agripino.

“Somente Djalma Maranhão, respondeu uma das pessoas presentes à sede do Conselho Comunitário do Conjunto Soledade (...).

José Agripino parece que não ficou surpreso com a resposta, dada a sua pergunta, pois em todos os bairros natalenses visitados por sua equipe de secretários e assessores, constatou que o povo de Natal não esqueceu Djalma Maranhão”. *Diário de Natal*, 19 de out. 1979, p. 4.

empresas de transportes coletivos de Natal. Greve de patrões em busca de aumento do preço das tarifas e não de empregados em busca de melhores salários. Maranhão resistiu às pressões e organizou um esquema de transportes em cooperação com as Forças Armadas, com a Rede Ferroviária do Nordeste e com o próprio povo. Com efeito, a população, fazendo uso de caminhões, ônibus e outros tipos de transportes postos à disposição, continuou se deslocando normalmente para o trabalho. Além disso, o prefeito baixou o Decreto nº 544, de 5 de julho de 1961, que tomava sem efeito todas as concessões anteriores da linha nº 1, a chamada linha tronco Rocas-Alecrim, e ainda por cima abriu, em seu artigo 2º, novas concessões para a exploração da referida linha de transportes.¹⁵⁷ Como fruto desse enfrentamento, os empresários recuaram nas suas pretensões, concordando com o reajuste proposto pela prefeitura.

Outro episódio diz respeito ao decreto que declarou de utilidade pública e interesse social, para efeito de desapropriação, terrenos localizados em Brasília Teimosa e Mãe Luíza. Brasília Teimosa, assim denominada por ter sido alvo de várias invasões por parte de famílias pobres, consiste numa área situada próxima à orla marítima de Natal, na qual começava a se erguer uma favela. Maranhão desapropriou a área não para expulsar os favelados, mas para regularizar a situação dos habitantes com relação à ocupação dos terrenos. Assim o artigo 3º do mencionado decreto especificava que “(...) os lotes serão entregues, gratuitamente, a famílias de reconhecido estado de pobreza para que ali estabeleçam sua moradia”.¹⁵⁸ O parágrafo primeiro determinava que os terrenos seriam entregues em caráter de usufruto, não podendo ser objeto de negociação por parte dos ocupantes, podendo, isto sim, ser transferidos de pais para filhos.

Essa atitude, tomada pelo prefeito, difere do que tem se constituído em norma comum das administrações municipais, quais sejam: desalojar as populações pobres das áreas “nobres” das cidades e confiná-las em lugares distantes, expulsando-as sempre para as periferias.

Em sua administração Djalma Maranhão iniciou um programa de construção de casas populares destinadas aos funcionários municipais. O primeiro conjunto (dez casas) foi construído nas Quintas, inteiramente com recursos da prefeitura, sendo as casas

¹⁵⁷ *Folha da Tarde*, Natal, 5 de jul. 1961, p. 1.

¹⁵⁸ *Idem*, 15 de jun. 1962, p. 6.

sorteadas entre os funcionários inscritos, contando estas com três quartos, sala única, copa, cozinha, instalações sanitárias, quintal e jardim. “Depois, a prefeitura preparou planos. Planos que entregou ao Ministério do Trabalho encaminhou à SUDENE e distribuiu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); até hoje, a prefeitura de Natal não foi beneficiada com os financiamentos pleiteados, a despeito de já possuímos experiência necessária”,¹⁵⁹ assinalava Maranhão em entrevista concedida ao *Diário de Natal*, há poucos dias, portanto, do golpe militar. Certamente a oposição à Aliança para o Progresso¹⁶⁰ concorreu para o não financiamento do empreendimento e redundou numa interrupção do programa.

A construção de mercados públicos foi outro aspecto que marcou a passagem de Maranhão pela prefeitura de Natal. Em sua primeira gestão, foram construídos os mercados das Quintas e de Igapó, enquanto na segunda foi a vez dos bairros de Nova Descoberta, Lagoa Seca e Rocas, na época todos habitados por uma população reconhecidamente pobre. Enfim, as frentes de calçamento, as estradas de barro, as quadras de esportes, os parques infantis, as bibliotecas populares, os chafarizes, os mercados e as feiras, onde a prefeitura colocou balanças, devidamente aferidas, para repeso das mercadorias adquiridas, por quem desejasse, contribuíram assim para a defesa do consumidor; a Campanha De Pé no Chão..., as maternidades populares programadas, mas que não chegaram a ser instaladas, pois a última lei assinada por Djalma Maranhão – Lei nº 1.414 –, que tratava especificamente de

¹⁵⁹ *Diário de Natal*, 12 de mar. 1964, p. 8.

¹⁶⁰ A “Aliança” significava uma poderosa intromissão do imperialismo norte-americano com vistas à contenção do movimento popular, isto é, tratava-se de assegurar a preservação da situação (leia-se da estrutura de exploração) existente. Para tanto tornava-se necessário “modernizar” a estrutura, aumentar o consumo das massas e oferecer-lhes serviços de educação, saúde e habitação. E isso era feito através do financiamento de governos estaduais “receptivos”, como por exemplo, Carlos Lacerda, no então Estado da Guanabara, e Aluizio Alves, no Rio Grande do Norte. No caso específico do Nordeste, tratava-se de estimular o surgimento de uma liderança que pudesse enfrentar o crescente prestígio popular de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Alves apresentava credenciais para tal. Por outro lado, a “Aliança” significou uma tentativa muito forte no sentido de manter o isolamento de Cuba do restante do continente, contribuindo, assim, para reduzir o fascínio que o movimento revolucionário cubano exercia em toda a América Latina. Com efeito, sabe-se que a interferência da “Aliança” não se dava exclusivamente à base do financiamento de obras de governos nominais, principalmente Lacerda e Alves, mas também através da divulgação de farto material ideológico, bem como histórias em quadrinhos (veja a propósito S. M.B. Luyten et alii. A Aliança para o Progresso em Quadrinhos – mimeografado), projeção de filmes em praças públicas nos mais recônditos povoados do interior, além de utilizar, em escala mais reduzida, o rádio e a TV. Ora, Djalma Maranhão se colocava numa posição de combate ao imperialismo e era um defensor da revolução cubana, por isso se posicionava contra a Aliança para o Progresso.

reestruturação do Serviço de Saúde do Município, foi publicada no *Diário Oficial* de 21-03-1964, nas vésperas, portanto, do movimento militar, em consequência do qual Maranhão foi deposto, dão conta de uma administração comprometida com os setores populares.

2.6 A CRISE NACIONAL E AS REPERCUSSÕES EM NATAL

Inegavelmente, o período compreendido entre os anos de 1960 e 1964 foi fértil no que diz respeito ao processo de mobilização aí desenvolvido. Este processo estava estreitamente vinculado à “crise” do Estado burguês e ao conseqüente avanço dos movimentos de massa. Dessa maneira, no Rio Grande do Norte, como no Brasil, esse processo mobilizatório não ocorreu exclusivamente em função dos interesses econômicos específicos de classe, como, por exemplo, as greves por melhores salários, a organização sindical nas cidades e nos campos, o movimento das donas de casa de Natal contra a carestia (e que visava inclusive à criação de uma Associação de Donas de Casa, quando veio o golpe desmobilizador), a mobilização da população contra a elevação de tarifas de energia elétrica e que ia de encontro aos interesses de trustes como Bond and Share, etc. Mas ocorreu também em função de questões políticas locais, nacionais e mesmo internacionais. Dessa maneira, pode-se apontar algumas dessas mobilizações e manifestações. Com efeito, além da mobilização dos Comitês Nacionalistas em defesa das ações da PETROBRÁS postas à venda pelo governo do Estado, na época exercido por Dinarte Mariz, cita-se ainda: a mobilização em defesa do povo cubano por ocasião da frustrada invasão da Baía dos Porcos em 1961 e que culminou com uma concentração no Grande Ponto. Em agosto de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25-08-1961), é desencadeado um processo de luta ante a resistência dos ministros militares (marechal Odílio Denys – Ministro da Guerra, brigadeiro Grun Moss – Ministro da Aeronáutica, e almirante Sílvio Heck Ministro da Marinha) à posse de João Goulart na presidência. Estudantes e trabalhadores novamente se manifestaram através dos seus respectivos órgãos representativos – a União Estadual dos Estudantes e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, exigindo o cumprimento da Constituição, que assegurava a

posse de Jango. Nesse período a *Folha da Tarde* deixou de circular durante 6 dias. É que a direção do jornal preferiu suspender a circulação a ter que se submeter à censura imposta pelo governo. Fruto de um trabalho desenvolvido pelos deputados Luiz Maranhão Filho e Aldo Tinoco, até a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, tradicionalmente ocupada por representantes da oligarquia agrária, pronunciouse favorável à posse de Goulart. O término da crise, com a posse de Goulart, foi comemorada com a realização do Comício da Legalidade, o que não impediu que a *Folha da Tarde* seguisse criticando a composição do gabinete ministerial, constituído sob a égide do parlamentarismo. A propósito, indagava um dos seus editoriais: “como sentar na mesma mesa o Sr. Walter Moreira Sales e o Sr. Gabriel Passos?”¹⁶¹

Em junho de 1962, a renúncia do primeiro-ministro Tancredo Neves favorece a eclosão de uma nova crise, que vem descerrar o duelo entre Goulart e o Congresso, comandado pelo PSD e pela UDN. San Tiago Dantas, que havia sido indicado pelo presidente para ocupar o cargo de primeiro-ministro, teve seu nome rejeitado pelo Congresso Nacional.¹⁶² Auro Moura Andrade, senador pelo PSD, é escolhido e “pretendeu, por sua vez, constituir um gabinete, de acordo com os líderes de partido, e Goulart, que obtivera previamente uma carta sua de renúncia, fê-la divulgar, antes mesmo que ele assumisse o cargo de primeiro-ministro. No mesmo dia (...) uma greve geral, a primeira grande greve política dos últimos tempos, paralisou quase todo o país, em apoio a Goulart”.¹⁶³

O movimento grevista atingiu o Rio Grande do Norte, onde trabalhadores de várias categorias paralisaram suas atividades. Foi realizada, outrossim, uma passeata que se deslocou da sede do Sindicato dos Estivadores na rua Frei Miguelinho, na Ribeira, até a Praça Gentil Ferreira, no Alecrim, local em que se realizou um comício. A propósito dessas greves, escrevia Danilo Bessa: “A etapa das lutas políticas, com a greve parcial de setembro do ano passado, pela posse do Sr. João Goulart, e com a recente greve geral por um

¹⁶¹ *Folha da Tarde*, Natal, 11 de set. 1961, p. 1.

¹⁶² Em sua edição de 28-06-1962 a *Folha da Tarde* publicou o que denominou *Placar Parlamentar*, onde constam os votos da bancada potiguar; assim explicita o jornal: “Favorável ao Nacionalismo – Clóvis Mota; *contra* – Djalma Marinho, Theodorico Bezerra, Olavo Galvão e Xavier Fernandes; *retiraram-se* do recinto –m Jessé Pinto Freire e Raimundo Soares”, isto é, somente o deputado Clóvis Mota votou favorável à indicação de San Tiago Dantas. *Folha da Tarde*, Natal, 28 de jun. 1963. (Grifos do autor.)

¹⁶³ M. Bandeira. *O Governo João Goulart, as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 58.

gabinete nacionalista, a classe operária inicia no Brasil a sua luta decisiva pela tomada do poder. Estas greves, embora sem a unidade necessária e por isso mesmo vacilante, abrem uma perspectiva fabulosa para o movimento revolucionário”.¹⁶⁴ Embora otimista, o autor reconhecia a debilidade que ainda se apossava do movimento sindical. As mobilizações foram importantes, sem dúvida, entretanto, faltava uma melhor definição do seu papel e dos seus interesses específicos de classe em torno dos quais se pudesse buscar a unidade necessária. A esse respeito escreve Moniz Bandeira: “O proletariado, desde o episódio da luta pela posse de Goulart, amadurecia, politicamente, como classe, e os líderes sindicais formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade e Ação (PUA) e outras associações em nível regional, a fim de *coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas como também para influir nas decisões do Poder Público, em sua política e mesmo em sua composição*. Não cabe dúvida de que esse era um dado novo na crise”.¹⁶⁵ Entretanto, há que se reconhecer, seguindo ainda as análises de Bandeira, que essas entidades igualmente padeciam do mesmo mal de todo o sindicalismo brasileiro: o baixo nível de organização, baixo número de filiados, “não tendo ramificações profundas nas massas”.¹⁶⁶ Tanto é assim, que “(...) se, de um lado, alarmavam as forças da reação, por outro, não preparavam o proletariado para enfrentá-las, com uma diretriz própria, de classe. Atrelavam-no à política burguesa, dando-lhes uma perspectiva legalista e reformista, como era igualmente a de Goulart (...).

De qualquer forma [adianta Moniz Bandeira], a participação militante do proletariado urbano, sua entrada na cena política, mudou, daí por diante, a qualidade do espetáculo. O mesmo Congresso, que rechaçara o nome de San Tiago Dantas, aceitou, já sem opção, o do professor Francisco Brochado da Rocha, comprometido com a política de Goulart, e, principalmente, de Brizola (...).¹⁶⁷

Entretanto, de todas as manifestações realizadas em Natal, no período configurado (1960-1964), uma delas obteve repercussão nacional. Trata-se de um comício promovido

¹⁶⁴ D. Bessa. Situação do operariado e sistema capitalista – sindicalização urbana – documento citado por C. Veras no relatório que elaborou como resultado do inquérito por ele presidido e instaurado pelo governo do Estado para apurar as “atividades subversivas”, no período pré-1964. *Diário de Natal*, 29 de set. 1964, p. 4.

¹⁶⁵ M. Bandeira, op. cit., p. 59. (Grifos nossos.)

¹⁶⁶ Ibid., p. 59.

¹⁶⁷ Ibid., p. 60.

pelos nacionalistas locais da data de 05-05-1963, em que o então deputado Leonel Brizola, perante grande multidão que se aglomerava diante do Fórum de Debates, pronunciou um violento discurso. Brizola havia sido convidado pelo Movimento Nacionalista do Rio Grande do Norte para participar da concentração, efetuada no mesmo dia em que Lincoln Gordon, embaixador norte-americano, visitava o Estado a convite do governador Aluísio Alves. Os oradores todos teceram críticas à visita de Gordon e ao programa da Aliança para o Progresso. Chegada a vez de Brizola, nesse comício transmitido para todo o país em cadeia comandada pela Rádio Mairynk Veiga, este “teceu considerações em torno da situação nacional, insistindo nas reformas de base. Referindo-se às Forças Armadas, fez alusão pessoal ao general Antônio Carlos Muricy, comandante da guarnição local. Acusou-o de gorila e golpista, chamando a atenção do povo natalense para aquele militar que, segundo o orador, nos acontecimentos da renúncia do sr. Jânio Quadros, ‘fugira de Porto Alegre para não ser preso’. Fez apelos aos soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica para que pegassem em armas, em defesa das reformas de base (...). E Brizola disse mais, que apresentaria ao presidente da República uma ‘representação contra o embaixador Gordon’ considerando-o *persona non grata* ao governo brasileiro, pois agia em nosso país como autêntico ‘inspetor de colônias’. Também atacou a Aliança para o Progresso e concitou o povo a expulsar do país os agentes do imperialismo ianque”.¹⁶⁸

O general Muricy encontrava-se no palácio do governo, participando de um banquete em homenagem ao embaixador, quando tomou conhecimento dos acontecimentos. Reuniu-se na mesma noite, em sua própria residência, com os comandantes de unidades militares e com o secretário de Segurança, coronel Ulisses Cavalcanti.

O jornal católico *A Ordem* publicava que: “A palavra do ex-governador gaúcho explodiu como uma verdadeira BOMBA no seio das forças armadas. As reações vieram de imediato, partindo de todo o país. Aqui em Natal quase que tomava aspecto mais grave com a atitude de grande parte da oficialidade em querer ir às forras com o agitador, atacando-o em pleno Grande Ponto”; Muricy impediu, no entanto, a consumação da agressão. O fato é que, em cinco dias, o general recebeu mais de mil telegramas. “Sem exceções, os oficiais

¹⁶⁸ H. Silva. 1964: *Golpe ou contragolpe?* Porto Alegre, L. & PM, 1978, p. 268-9.

gerais do Exército brasileiro manifestaram sua solidariedade ao general Muricy (...). Apenas o general Osvino Ferreira, comandante do I Exército e conhecido pela sua linha, permaneceu calado (...). Na guarnição de Natal não ficou um só oficial do Exército que não se solidarizasse com o general Muricy. O mesmo se deu com os sargentos. Apenas na Marinha e na Força Aérea Brasileira (FAB), a ressonância foi menor”.¹⁶⁹ E arremata o referido jornal: “Não é calma a situação. Poderá evoluir. Até que ponto, não sabemos, dado ao momento de agitação em que vivemos no país. *O caso de Natal poderá ser o começo do estopim*”.¹⁷⁰

“Foi o caso nacional da semana”, dizia ainda o jornal; basta ver que foi matéria de destaque e objeto de editoriais em importantes (e conservadores) órgãos da imprensa brasileira, como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Comércio*, etc.

Realmente, parece ter iniciado aqui o estopim que iria se alastrar e desaguar no golpe militar de 1964. A propósito escreve H. Silva: “O episódio de Natal, entretanto, serviu como um teste. A oficialidade brasileira podia ser unida. Não tanto o número de mensagens recebidas, mas os nomes que as assinavam, de oficiais ocupando postos-chaves e dos que tinham maior prestígio, podiam dar uma primeira visão panorâmica dos pontos de apoio com que se poderia contar para qualquer movimento de reação ao governo João Goulart”.¹⁷¹

A essas mobilizações e manifestações sempre estiveram presentes o prefeito Djalma Maranhão¹⁷² e o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos; os deputados estaduais Luiz Maranhão Filho, Aldo Tinoco e Floriano Bezerra; líderes sindicais e classistas, como Evlim Medeiros, Pretextato José da Cruz, José Campelo, José Holanda, João Macedo, Luiz Cavalcanti, etc., além do secretário de Educação Moacyr de Góes e das lideranças

¹⁶⁹ *A Ordem*, Natal, 11 de mai. 1963, p. 4.

¹⁷⁰ *Idem*.

¹⁷¹ H. Silva, op. cit., p. 274, fazendo referência a uma entrevista com o general Antônio Carlos Muricy, realizada em junho de 1974.

¹⁷² Moacyr de Góes, na entrevista citada, observa que Djalma Maranhão nunca procurou obstaculizar o avanço das classes populares. E assinala Moacyr: “Eu só vi Djalma, e isso para ser muito leal à memória dele, tomar uma posição que eu identificaria como reacionária, que eu me lembre. Foi por ocasião da greve da limpeza pública. Ele teve uma posição que depois a gente questionou e discutiu muito (...). Ele perdeu (...) a cabeça e fez uma pressão muito grande em cima dos grevistas. E quando eu questionei sobre isso, ele me respondeu: ‘a greve seria aceita se fosse um governo burguês, mas como eu não sou um governo burguês a greve não deveria ser aceita’. Ora, você está incidindo num erro de história muito grave (disse Moacyr); você é um governo burguês, está vivendo numa estrutura burguesa, quer dizer, não houve uma tomada de poder pelo povo (...), a gente está dentro de um lento processo da coisa. Aí ele pôs os pés na terra”.

estudantis.

PARTE II

A CAMPANHA “DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER” COMO EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR



1 – A ORIGEM, A ORGANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

1.1 A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE NATAL E O INÍCIO DA CAMPANHA

A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler constituiu-se em um importante movimento de educação popular, desenvolvido pela prefeitura de Natal no período compreendido entre o início de 1961 e 31 de março de 1964. “Em outubro de 1960 pela primeira vez na sua história, o município de Natal elegia o seu prefeito (...). E a administração que se iniciava em novembro do mesmo ano trazia matizes de governo de vanguarda. O prefeito Djalma Maranhão não se mostrava vinculado ao pólo dominante da sociedade, guardando raízes e afinidades com as populações suburbanas”.¹⁷³

Com base nas reivindicações populares, Maranhão definiu a “educação e cultura a meta número um de governo”,¹⁷⁴ pois sua campanha política foi amplamente apoiada na participação popular. A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos atrás funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez¹⁷⁵ unidades de ensino. Da mesma maneira, o número de “escolinhas” mantidas pela prefeitura decrescera de 120¹⁷⁶ em 1958 para 86¹⁷⁷ em novembro de 1960. Natal contava uma população de 154.276 habitantes, segundo o censo de 1960,¹⁷⁸ e tinha mais de trinta mil analfabetos (adultos e crianças) sem escolas.

Enquanto as populações pobres viam diminuir as possibilidades de frequentar a escola, as elites eram premiadas com a criação da Universidade do Rio Grande do Norte. “E os doutores foram surgindo, enquanto o ensino primário ficava relegado para um segundo plano”.¹⁷⁹

¹⁷³ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e Pé no Chão*. Natal, 1963, p. 5.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ *Folha da Tarde*, Natal, 1 de set. 1960, p. 3.

¹⁷⁷ *Boletim* da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Natal, nov. de 1961, p. 6. (Edição extra, 1º aniversário da administração de Djalma Maranhão.)

¹⁷⁸ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Uma Experiência municipal da educação popular “De pé no chão também se aprende a ler”. Natal, 1963, p. 2.

¹⁷⁹ D. Maranhão. “De pé no chão também se aprende a ler”. *Jornal de Natal*, 11 de jun. 1961, p. 1.

Nesse contexto a prefeitura teria que enfrentar o problema, porém procedia abandonando as soluções convencionais, porquanto “(...) nascida da reivindicação popular (...) a Campanha De Pé no Chão é a resposta de um povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a espoliação (...); por uma escola brasileira consciente, crítica e demonstrativa”.¹⁸⁰

Entregue à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, cujo titular era o professor Moacyr de Góes, a missão de coordenar e desenvolver um amplo movimento educacional, não somente surgiu uma nova rede escolar, mas também uma completa organização cultural da cidade de Natal. O desencadeamento da Campanha exigiu uma preparação prévia. Nesse sentido foram dados alguns passos importantes: *em primeiro lugar* foi criado na Secretaria de Educação da prefeitura o Grupo de Trabalho de Educação Popular,¹⁸¹ responsável pela sistematização inicial, que escolheu o bairro das Rocas como área-piloto da experiência, e no dia 23 de fevereiro de 1961 era lançada publicamente a Campanha de Erradicação do Analfabetismo; *em segundo lugar*, foi realizado um curso com vistas à preparação dos professores que iriam atuar na experiência e que contou com a presença de mais de 200 participantes.¹⁸²

Em seguida, tentando sensibilizar os intelectuais tradicionais¹⁸³ do Estado, foi programado e realizado o I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal Este Seminário se prolongou de março a junho de 1961, tendo sido efetuado em lugares diferentes e contando com a participação de um grupo desses mesmos intelectuais. Eis os lugares, as datas e o temário do seminário:

De 06 a 11-03-1961 - Local: Ginásio Municipal

- Região e Educação – Luís da Câmara Cascudo;
- A Escola Natalense e Comunidade – João Wilson Mendes Melo;

¹⁸⁰ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Livro de leitura De pé no chão também se aprende a ler*. Natal, 1963, p. 83.

¹⁸¹ Faziam parte desse Grupo de Trabalho, entre outros, o próprio Moacyr de Góes, os professores Severino Fernandes de Oliveira, Elza Brilhante, Isabel Alves da Rocha, os estudantes Alberto Pinheiro de Medeiros, Edísio Pereira, Ivis Bezerra, etc. *Folha da Tarde*, Natal, 24 de fev. 1961, p. 1.

¹⁸² Idem, 1 de fev. 1961, p. 1.

¹⁸³ “O tipo tradicional (...) do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista.” A. Gramsci, *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 8.

- A Escola Natalense, o Humanismo e a Técnica – Hélio Galvão;
- A Escola Particular em Natal – Carmem Pedroza;
- A Escola Pública em Natal – Luís Maranhão Filho;
- A Escola Confessional em Natal – Pe. Manoel Barbosa.

De 03 a 08-04-1961 - Local: Escola Normal

- Atividades Culturais Extraclases em Natal – Alvamar Furtado;
- Administração Escolar em Natal – Max Cunha de Azevedo;
- A Escola Natalense e a Orientação Educacional – Elza Sena;
- A Fixação do Aluno à Escola Primária de Natal – Maria A. Sampaio;
- A Reforma do Ensino Primário do Rio Grande do Norte – Lia Campos;
- A Escola para Excepcionais em Natal – Severino Lopes.

De 08 a 13-05-1961 - Local: Faculdade de Filosofia

- O Ensino Secundário em Natal – Ascendino H. de Almeida;
- O Ensino Comercial em Natal – Ulisses de Góes;
- O Ensino Industrial em Natal – Irineu Martins;
- O Ensino Normal em Natal – Chicuta Nolasco Fernandes;
- O Ensino Doméstico em Natal – Noilde Ramalho;
- O Ensino Universitário em Natal – Edgar Barbosa.

De 05 a 10-06-1961 - Local: Escola Doméstica

- A Escola Natalense, a Arte Tradicional e a Cultura Popular – Veríssimo de Melo;
- A Escola Natalense e a Música – Américo de Oliveira Costa;
- A Escola Natalense e as Artes Plásticas – Newton. Navarro.¹⁸⁴

Esse processo de sensibilização extrapolou, inclusive, o âmbito do mencionado seminário e também da cidade de Natal. Com efeito, intelectuais como Adonias Filho, Eneida e Nelson Werneck Sodré, entre outros, escreveram artigos no *Diário de Notícias* e no *Semanário*, do Rio de Janeiro, fazendo alusão à Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

¹⁸⁴ *Boletim* da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Natal, nov. 1961, p. 25-6 (edição extra).

A União Nacional dos Estudantes (UNE), através do II Conselho Nacional dos Estudantes,¹⁸⁵ realizado em Salvador, bem como os jornalistas, através do XII Congresso Nacional dos Jornalistas,¹⁸⁶ igualmente aprovaram votos de aplauso à Campanha. Dessa maneira, desde o início, a Campanha contou com o apoio de setores intelectuais¹⁸⁷ e com acesso a determinados meios de comunicação, o que possibilitou a divulgação das suas intenções mais imediatas, quais sejam, a de erradicar o analfabetismo de Natal.

1.2 A ORIGEM E AS CARACTERÍSTICAS DOS ACAMPAMENTOS ESCOLARES

O nome Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler surgiu de uma reportagem feita pelo jornalista Expedito Silva, em que “afirmava que até de pé no chão também se aprende a ler, querendo dizer que de agora em diante educação não era mais privilégio, pois todos teriam acesso à escola, sem fardas, com qualquer roupa e até mesmo sem calçados”.¹⁸⁸ Com efeito, escrevia Maranhão que “a inteligência não está nos pés da criança...”.¹⁸⁹ Nesse contexto, a vestimenta, e mais especificamente o fardamento, não constituía um obstáculo à frequência à escola e, portanto, não tinha função seletiva, como geralmente acontece com o sistema escolar convencional.

Entretanto, é importante que se diga, desde logo, que a Campanha significou, além das *escolinhas* e dos *Acampamentos Escolares*, a criação de bibliotecas populares, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, da Galeria de Arte; significou a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, a reativação de grupos de danças folclóricas, a promoção de exposições de arte, a apresentação de peças teatrais, isto é, redundou numa organização cultural da cidade, onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador.

¹⁸⁵ *Jornal de Natal*, 18 de jun. 1961, p. 1.

¹⁸⁶ *Boletim* da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Natal, nov. 1961, p. 46 (edição extra).

¹⁸⁷ Francisco Macedo, por exemplo, escrevia que “já não se precisa ir a Cuba para ver revolução. Em Natal, no bairro mais pobre da cidade, está plantado um autêntico marco de revolução: o acampamento pioneiro que Djalma Maranhão secundado pelo seu dinâmico secretário de Educação erigiu para alfabetizar as crianças”. *Jornal do Comércio*, Natal, 13 jun. 1961.

¹⁸⁸ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*. Natal, 1963, p. 6.

¹⁸⁹ D. Maranhão. “De pé no chão também se aprende a ler”. *Jornal de Natal*, 11 de jun. 1961, p. 1.

O que eram, afinal, as Escolinhas e os Acampamentos Escolares? Não dispondo de recursos suficientes para enfrentar a construção dos prédios escolares, “a prefeitura apelou para a população, onde fosse cedida gratuitamente uma sala, aí seria instalada uma escolinha. Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol, igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram suas portas”.¹⁹⁰

Em dois anos já somavam 271 essas escolas, espalhadas pelos quatro cantos da cidade. Havia escola em tudo que era lugar, até em cinema. O cine São José, situado nas Quintas, por exemplo, pela manhã e à tarde funcionava como escola, com duas salas de aula, à noite era cinema. Enquanto isso, os Acampamentos Escolares surgiram a partir da natural necessidade de expandir a Campanha, cuja dimensão assumida não comportava ficar reduzida aos estreitos limites das Escolinhas. Ante a indisponibilidade de recursos que permanecia, a solução encontrada foi a construção de escolas de palha, que partiu de uma sugestão da própria população.¹⁹¹ Observe-se, a propósito, esta passagem da entrevista de Moacyr de Góes: “Mas é no Comitê das Rocas que surge a proposta de acampamento de palha de coqueiro (...). Como eu disse, na reunião do Comitê das Rocas a população manifestou que queria escola. Isso vem desde aquelas convenções de bairro. Eu fui chamado para participar dessa reunião do Comitê Nacionalista do bairro das Rocas. E eu disse na ocasião que a prefeitura não tinha dinheiro pra construir escola. Havia somente a disponibilidade de manter as escolinhas onde cedessem gratuitamente uma sala. Mas construir escola de alvenaria era impossível. Então, levanta-se (...) um cidadão e pergunta: se não pode fazer de alvenaria, por que não constrói escola de palha? A discussão passou a ser, então, escola de palha. E foi uma discussão longa, não foi uma opinião assim gratuita, não. Depois, veio a indagação, onde fazer essa escola de palha? Ah, vamos fazer num terreno que a prefeitura quer construir um cemitério (...) nas dunas (foi a resposta dos presentes à reunião). Eu levei dali a idéia pra Djalma e na segunda-feira, isso tinha sido num sábado, (...) nós estávamos nas dunas vendo o local. E a idéia foi aceita.”¹⁹²

¹⁹⁰ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 7.

¹⁹¹ Tanto é assim que no seu discurso de posse, Moacyr de Góes não faz nenhuma referência à construção de “Acampamentos”. Há isto sim, o propósito de “planificar um programa de uma ampla rede de escolas primárias, reformulando as antigas escolinhas”. M. de Góes. Discurso de posse. Natal, 1960 (mimeografado).

¹⁹² M. de Góes. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 24 de jul. 1979.

No processo de construção do primeiro acampamento localizado nas Rocas de Cima, mais precisamente na Rua das Dunas, ocorreu um fato curioso: os operários, ao término da montagem da estrutura de madeira, não souberam fazer a cobertura de palha porquanto não dominavam as técnicas da “virada” e da “amarração” da palha. Observe-se novamente o que assinala Moacyr de Góes na sua entrevista: “Ribamar começou a convocar os operários da Prefeitura para fazer o negócio (...). Na hora em que estava montada a estrutura de madeira, pra colocar a palha [na cobertura], os operários (...) não sabiam fazer a virada da palha. Isto porque a palha que serve de cobertura ela é jogada sempre para um lado só, não é? Faz-se a virada da palha e organiza-se então a corrida d'água (...). Aí criou-se um impasse: os operários não sabiam fazer a virada da palha, não sabiam montar uma estrutura de teto de palha de coqueiro. Quer dizer, já representavam uma cultura urbana sabiam montar uma estrutura de teto de palha de coqueiro. Quer dizer, já representavam uma cultura urbana (...). Então mandamos chamar os pescadores da praia de Areia Preta, os pescadores que moravam em (...) Mãe Luísa (...) e no Canto do Mangue e que construíam as suas casas de palha. Os pescadores vieram e ensinaram aos operários da prefeitura a técnica da virada da palha, então os operários aprenderam com os pescadores e fizeram a cobertura”.

Conforme se pode notar, o movimento educacional originado da reivindicação popular, expressada através dos comitês e das convenções, tinha agora a arquitetura dos seus prédios escolares sugerida e erguida a construção por operários e pescadores. E, naturalmente, era uma escola simples, com uma arquitetura que refletia as próprias condições de habitação das populações pobres da cidade. Um tal tipo de edificação não só demandava um baixo consumo de mercadorias; como também significava, sobretudo, uma autêntica obra de cultura popular, usada pelos pescadores das praias nordestinas.

Os Acampamentos Escolares eram, pois, constituídos de grandes galpões de 30 x 8 metros, com estrutura de madeira, coberta com palha de coqueiro e chão de barro batido. Constavam, em geral, de quatro galpões, com quatro classes cada um (separadas por um tabique) e mais um galpão em forma de círculo, destinado à recreação, às reuniões do círculo de pais e professores, bem como à realização de sessões festivas. Surgia, assim, uma escola erguida sem paredes e sem portas, inteiramente aberta à comunidade. Inicialmente foi construído o Acampamento das Rocas e, ainda em 1961, edificado o do Carrasco. Em

1962 foram erguidos os acampamentos das Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó, todos bairros populares. Eram edificações que, conforme foi dito anteriormente, demandavam pouco consumo de materiais, não somente no que diz respeito àqueles utilizados na construção propriamente dita, como também no que se refere aos empregados na instalação e equipamento dos acampamentos.

A Tabela III especifica os materiais e os custos referentes à construção de um galpão a preços de janeiro de 1962. Igualmente, a Tabela IV enumera os materiais e os custos dos equipamentos empregados num galpão.

TABELA III
RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

Especificação dos Materiais e Custos Referentes à Construção de um Galpão da
Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – 1962

<i>Especificação</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Custo unitário (Cr\$)</i>	<i>Custo total (Cr\$)</i>
Palhas de coqueiro	2.000	5,00	10.000,00
Pregos	20 kg	240,00	4.800,00
Madeirame	–	–	53.700,00
Piso de barro batido	–	–	5.000,00
Mão de obra	–	–	21.000,00
Total	–	–	95.000,00

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

As tabelas III e IV demonstram uma relação extremamente simples de materiais utilizados, tanto na construção como na instalação e equipamento dos galpões. Com efeito, um galpão com quatro classes custava, a preços de janeiro de 1962, a quantia de Cr\$95.000,00 (noventa e cinco mil cruzeiros antigos), correspondente aos custos de construção (palhas de coqueiro, barro, madeira, pregos e mão-de-obra). O equipamento custava Cr\$ 141.180,00 (cento e quarenta e um mil, cento e oitenta cruzeiros), a preços de janeiro de 1962. Um galpão pronto para funcionar, construído e equipado, custava a quantia de Cr\$ 236.180,00 (duzentos e trinta e seis mil, cento e oitenta cruzeiros). Esse era o tipo principal de escola da Campanha.

TABELA IV
RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

Especificação dos Materiais e Custos Referentes à Instalação de um Galpão da
 Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – 1962

<i>Especificação</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Custo unitário (Cr\$)</i>	<i>Custo total (Cr\$)</i>
Carteiras escolares	60	1.800,00	108.000,00
Tamboretas	04	210,00	840,00
Mesinhas	04	1.400,00	5.600,00
Quadros-negros	04	900,00	3.600,00
Quadros murais	04	1.300,00	5.200,00
Filtros	04	800,00	3.200,00
Apagadores	04	60,00	240,00
Instalações elétricas	–	–	14.500,00
Total			141.180,00

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

1.3 A EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA DA CAMPANHA

Infelizmente, as estatísticas disponíveis não permitem que se faça um estudo sistemático da evolução da matrícula. Mesmo assim, tentar-se-á trabalhar os dados obtidos, visando, pelo menos, fornecer uma “idéia geral” sobre este aspecto. Desde logo deve ser esclarecido que as informações mais detalhadas que foram encontradas (mesmo assim incompletas) referem-se ao ano de 1961, isto é, correspondem ao início da Campanha. As demais são extremamente esparsas. De qualquer maneira pode-se ter uma idéia de evolução da matrícula ao se observar que, enquanto em novembro de 1960 as escolinhas municipais atendiam a somente 2.974 alunos, em março de 1961 esse número saltou para 5.249 alunos. A partir daí cresceu incessantemente durante o ano, atingindo em outubro (último mês do qual se dispõe de dados) um total de 8.120 alunos.¹⁹³

A Tabela V apresenta os dados referentes ao movimento das escolas da Campanha entre abril e setembro de 1961.

¹⁹³ *Boletim* da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, Natal, nov. 1961, p. 7, 8, 13 (edição extra).

TABELA IV
RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

Movimento das Escolas da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende
 Ler, segundo a especificação – 1961

Meses	Especificação	Movimento das escolas		
		Matrículas	Frequência	Porcentagem
Abril	Cidade sem as Rocas	4.123	3.466	84%
	Rocas	2.360	1.996	84%
	Total	6.492	5.462	84%
Maio	Cidade sem as Rocas	4.238	3.745	88%
	Rocas	2.244	1.951	87%
	Total	6.472	5.696	88%
Junho	Cidade sem as Rocas	4.258	3.700	87%
	Rocas	2.236	1.878	84%
	Total	6.494	5.578	86%
Agosto	Cidade sem as Rocas	5.354	4.526	84%
	Rocas	2.160	1.812	84%
	Total	7.514	6.338	84%
Setembro	Cidade sem as Rocas	5.634	4.758	84%
	Rocas	2.211	1.771	80%
	Total	7.845	6.529	83%

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal.

Os dados da Tabela V dizem respeito às Escolinhas e aos Acampamentos do Carrasco e das Rocas. Sua leitura enseja algumas observações. *Em primeiro lugar*, pode-se notar que, ao contrário do que ocorre com os sistemas convencionais de ensino, a matrícula aumentou incessantemente ao longo do período escolar, ao invés de estacionar ou mesmo de se reduzir o efetivo de alunos. O processo adotado pela Campanha era inteiramente diverso do que é norma e prática de uma organização “regular” de ensino. Neste, ocorre geralmente que o contingente inicial de alunos (principalmente no que se refere ao ensino primário) que frequenta a escola no princípio do ano é maior do que o contingente final de alunos que permanece na escola ao fim do ano letivo. Nesse sentido é importante destacar que a complexa e rígida estrutura burocrática, na qual repousa a organização do sistema “regular”, tem na sua racionalidade específica um instrumento que sustenta sua manutenção “equilibrada” e “eficiente”, isto é, o sistema precisa funcionar bem para fazer jus ao seu papel de organização burocrática eficiente a serviço da reprodução da desigualdade social,

própria da sociedade de classes. Para isso arma um esquema de funcionamento ao longo do qual vai expulsando mais e mais alunos, geralmente os mais pobres, seja porque precisam trabalhar cedo e, em determinados períodos, não podem retomar à escola em qualquer época para não ferir a “organização”, seja porque a escola lhes oferece uma realidade distante da que é vivida por esses alunos oriundos das classes populares. O certo é que no sistema “regular” a expulsão, seleção e discriminação dos alunos não ocorrem somente na passagem de um ano escolar para outro, mas também no próprio transcorrer do ano letivo. Essa seleção-expulsão, diga-se de passagem, não se dá unicamente em função dos exames, mas também em função do cumprimento ou não de normas e determinações legais. *Em segundo lugar*, pode-se dizer, como já foi dito, que o processo adotado pela Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler era inteiramente diverso do chamado “sistema regular” que se acabou de descrever sumariamente. Basta ver que, contrariamente ao “sistema regular”, a matrícula, ao invés de decrescer, aumentou durante o ano de 1961, apresentando acréscimos de mês a mês. E, não somente isso, a frequência se manteve igualmente alta, apresentando um percentual de comparecimento à escola nunca inferior a 80%. A estrutura burocrática da Campanha não repousava, certamente, nos mesmos princípios que norteiam os sistemas convencionais de ensino e, por isso mesmo, a matrícula e a frequência cresciam durante o ano inteiro.

Vale adiantar que a matrícula máxima feita por uma Escolinha atingia o número de 40 alunos, enquanto os Acampamentos apresentavam matrícula bem maior. Os acampamentos das Rocas e do Carrasco apresentaram em setembro de 1961, por exemplo, uma matrícula correspondente a 1.266 e 1.347¹⁹⁴ alunos, respectivamente, em três turnos de funcionamento.

É de lamentar-se que não se disponha das estatísticas referentes à evolução da matrícula nos anos seguintes, não somente em virtude da apreensão e da destruição de documentos, em decorrência do movimento militar de 1964, mas também, muito possivelmente, pelo fato de não ter havido, na época, preocupação em documentar a experiência. Sabe-se, entretanto, que ela teria atingido a marca dos 15.000 (quinze mil) alunos em 1962¹⁹⁵ e que alcançou mais de 17.000 (dezesete mil) matrículas entre adultos e

¹⁹⁴ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 13.

¹⁹⁵ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão, p. 17.

crianças, em março de 1964,¹⁹⁶ mesmo porque, a partir de agosto de 1963, a prefeitura municipal de Natal, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (na época em que Paulo de Tarso Santos era o ministro da Educação e Cultura), construiu cerca de 20 pequenas escolas no município.

A Campanha atingia crianças e adultos. Os Acampamentos Escolares durante o dia recebiam crianças e à noite era a vez dos adultos, onde “a maioria é constituída de pais de crianças que estudam no mesmo acampamento nos horários matutino e vespertino”.¹⁹⁷ No entanto, é importante destacar que a Campanha enfatizava especialmente, em termos de atendimento escolar, a educação de crianças, isto porque, conforme assinala o documento *Cultura Popular e Pé no Chão*, “o número de crianças em idade escolar existente em Natal é muito maior que o número de adultos analfabetos e, portanto, só conseguiremos fazer a erradicação do analfabetismo se dermos maior importância à alfabetização de crianças sem deixar à margem a alfabetização de adultos, evidentemente”.¹⁹⁸ Mesmo assim, em 1963, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler matriculava cerca de 3.000 adultos em seus cursos de alfabetização. Deve-se ressaltar que a educação de adultos utilizou modalidades diferentes, desde o ensino mútuo, conforme especifica Moacyr de Góes, experiência desenvolvida em 1962 e que consistia em alfabetizar o adulto em sua própria casa, até a formação de círculos de cultura, usando o método de Paulo Freire. Entretanto, cabe mencionar que, em 1963 e princípios de 1964, predominou o uso do Livro de Leitura, elaborado originariamente pelo MCP e reelaborado, em seguida, por uma equipe da Campanha. O ensino mútuo era desenvolvido por estudantes secundaristas e visava atender àqueles adultos que não desejavam frequentar as aulas nos Acampamentos Escolares. Com efeito, “em 1962, 22 núcleos prestaram esse serviço, sob a supervisão de Antônio Campos e Silva (...)”. Adiante, “De Pé no Chão abriu dois círculos de cultura nas Rocas, dois em Nova Descoberta e um no Carrasco, com um número de classes que não deve ter excedido uma dezena”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ M. de Góes. *De pé no chão também se aprende a ler*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 79.

¹⁹⁷ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 16.

¹⁹⁸ Idem. p. 6.

¹⁹⁹ M. de Góes, op. cit., p. 70-3.

1.4 O PAPEL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Na história da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, os professores e o Centro de Formação de Professores²⁰⁰ tiveram destacada importância. O professorado era constituído, em parte, por voluntários e, em parte, por assalariados da prefeitura de Natal. Uns eram estudantes, outros eram pessoas indicadas pela localidade onde existia uma Escolinha; outros, ainda, concluíam o Curso de Formação de Professores e procuravam um local onde pudessem desenvolver o trabalho. Todos passavam por treinamentos e cursos. O primeiro deles foi realizado em princípios de 1961, do qual participaram cerca de 200 professores. Era o desencadear da Campanha. Depois veio o Centro de Formação de Professores, instalado em dezembro de 1962 (criado pela Lei nº 1.301, de 27-12-1962). O Centro substituiu a Coordenação Técnico-pedagógica, que existia desde outubro de 1961, e tinha como atribuições: a formação de professores, através de diferentes cursos; a manutenção de uma escola de demonstração, que servia como laboratório para os seus alunos; a coordenação pedagógica da Campanha.

O Centro, que era dirigido por Margarida de Jesus Cortez, mantinha, então, três tipos de cursos, desenvolvidos em três diferentes níveis:

- a) Emergência – preparação a curto prazo; cursos e/ ou treinamentos com duração de três ou quatro meses.*
- b) Ginásio Normal – duração de quatro anos.*
- c) Colégio Normal – duração de três anos.*

Até o mês de setembro de 1963 foram realizados dois cursos de Emergência. O primeiro curso contou com uma participação de 481 pessoas, sendo 28 do interior do Estado; o segundo curso foi frequentado por 124 alunos, dos quais 18 eram do interior, o que demonstra uma ampliação do raio de influência da Campanha. Nos Cursos de Preparação Pedagógica, além da parte propriamente técnica, incluía-se uma outra parte referente ao estudo dos problemas e da realidade brasileira, bem como discussões sobre o

²⁰⁰ “Este Centro é, inegavelmente, a grande força motriz, o cérebro, dínamo pensante da Campanha De pé no chão...” Djalma Maranhão, em entrevista ao *Diário de Natal*, 13 de mar. 1964, p. 4.

conteúdo da Cartilha (Livro de Leitura/ Adultos) da Campanha. O temário, em geral, versava sobre os seguintes aspectos: “Processo Espoliativo do Imperialismo, Cultura Brasileira e Alienação, Cultura Popular, Análise e Crítica da Constituição Brasileira, Realidade Brasileira, Reformas de Base, Aspectos da Economia Brasileira, O Professor Primário em Face da Realidade Brasileira e Análise da Cartilha da Campanha”.²⁰¹

Enquanto isso, o Centro de Formação de Professores exercia a coordenação pedagógica através de um processo democrático de discussão e participação dos agentes envolvidos no empreendimento educacional. Possuindo uma equipe de 32 orientadores pedagógicos, composta por normalistas e universitários, o Centro exercia a coordenação da seguinte maneira: *em primeiro lugar*, as atividades eram discutidas e planejadas semanalmente entre os orientadores e os diretores dos Acampamentos. Inicialmente, as pessoas em grupos separados discutiam e apresentavam sugestões; em seguida, era realizada uma reunião de todos os grupos com a presença da Direção Pedagógica do Centro, quando então as atividades eram definidas. Igualmente, cada semana havia um encontro entre orientadores e professores dos acampamentos com vistas à discussão das atividades planejadas, bem como à maneira de adaptá-las ao nível e às especificidades de cada turma. Além disso, orientadores diariamente realizavam visitas às Escolinhas e, quando se tratava de Acampamento, passavam o dia inteiro trabalhando no local. *Em segundo lugar*, o Centro elaborava periodicamente uma lista de indicações bibliográficas, disponíveis quase sempre na biblioteca do respectivo acampamento, como forma de facilitar o trabalho dos professores e conseqüentemente do círculo de leitura. Os círculos de leitura existentes em cada acampamento funcionavam como verdadeiros círculos de debates. Quinzenalmente, o Centro de Formação de Professores expedia também uma lista de sugestões pedagógicas para toda a Campanha. Estas sugestões parecem ajustar-se bem dentro daquilo que Nidelcoff²⁰² chama Ver e Compreender a realidade.

²⁰¹ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 16.

²⁰² “O primeiro passo desse ‘ver e compreender a realidade’ (...), consiste em ajudar as crianças a descobrir a vida dos homens que as rodeiam e com as quais estão em contato. Deve ser assim, não apenas porque com as crianças é preciso partir do imediato, do que constitui a sua experiência cotidiana, mas também porque significa iniciá-la na prática de um comportamento extrema mente valioso: o de estar atentas à realidade que nos rodeia e o de ponderar e dar opiniões partindo da análise de tal realidade.” M. T. Nidelcoff. *A Escola e a compreensão da realidade*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 9.

Com efeito, ao se observar uma dessas sugestões, a sugestão nº 6 (infelizmente sem data), por exemplo, pode-se constatar a existência dessa preocupação. Essa sugestão dizia respeito a uma unidade de trabalho a ser desenvolvida pela escola durante uma semana. *Ajudantes da Comunidade* era seu título e visava ao estudo das principais profissões existentes na localidade: sapateiro, alfaiate, padeiro, lavrador, professor, médico, advogado, dentista, mecânico, carteiro, marchante, leiteiro, etc. Para tanto, deveria se iniciar com uma “discussão com as crianças sobre o dia do trabalho”. Dessa maneira, deveria haver uma “apresentação de objetos manufaturados, discutindo ao mesmo tempo como são feitos. Pedir às crianças que digam as profissões que conhecem (...)”. Escrever “sentenças sobre o que fazem em casa para ajudar o pai ou a mãe (...)”. Podem “escrever sobre temas diversos (...): como plantamos nossos alimentos; como construímos nossas habitações; como fazemos nossos móveis (...), Desenvolver atividades manuais (...)”. Realizar dramatizações sobre: “as profissões; um amanhecer com o aparecimento dos primeiros ajudantes da comunidade: leiteiro e padeiro; uma distribuição de cartas, etc.” Efetuar visitas: “a uma fábrica próxima da Escola ou do Acampamento; a uma construção na qual os operários estejam trabalhando; a um local que esteja sendo cultivado; a uma padaria, a um açougue”, etc. Entrevistar pessoas: “convidar um guarda para conversar com as crianças sobre o seu trabalho; convidar um marceneiro (...), um pedreiro ou (...) mesmo um padeiro para contar como faz o seu trabalho”.

“Depois de cada discussão, de cada dramatização e de cada visita, a professora conversará com as crianças sobre o que viram, aproveitando toda situação para a elaboração de problemas (...). As professoras cujos alunos não souberem ler deverão ter o máximo cuidado em *dosar o vocabulário* para que não haja dispersão do conteúdo que estamos visando fixar e *nem prejuízo* (...) do desenvolvimento da linguagem da criança. O *conteúdo deverá ser relacionado com o vocabulário da criança...*²⁰³ Deve-se mencionar, ainda, a preocupação com a formação do hábito de pesquisa e do trabalho em grupo entre as crianças.

Do exposto, pode-se depreender que a preocupação com a realidade concreta era um dos objetivos da Campanha e que o estudo dessa mesma realidade era efetivado em contato

²⁰³ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Orientação técnica pedagógica da campanha De pé no chão também se aprende a ler. Sugestão nº 6 (i.n.f.). (Grifos do autor.)

direto com ela, não somente observando e conversando, mas também fazendo, praticando, tanto quanto possível. A escola não procurava, assim, distanciar-se do seu contexto, mas, pelo contrário, tentava dele se aproximar para melhor conhecê-lo e interpretá-lo.

O Centro de Formação de Professores promoveu, ainda em princípios de 1964, um curso de férias para professores da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, e dele participaram cerca de 500 pessoas. O curso tinha o caráter de atualização-reciclagem.

Em 1963, o Centro promoveu, entre 21 de abril e 1º de maio, o 1º Congresso de Cultura Popular, contando com a participação de delegações dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, além do próprio Rio Grande do Norte. Constou do programa a apresentação de peças teatrais, tais como: *O Processo de Tiradentes em nosso Tempo*, com a participação do Centro de Cultura Popular de Natal²⁰⁴, e *Pedro Mico*, de Antônio Callado, inaugurando o Teatrinho do Povo no bairro do Alecrim. Foram realizadas exposições de arte, feito o lançamento do segundo volume *Viola de Desafio*, dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, com a presença de Ênio Silveira, e do disco da UNE *O Povo Conta*. Foram realizadas, ainda, palestras e debates sobre: Cultura e Alienação, Arte Popular, Reforma Agrária, etc. e exibidos os documentários *Aruanda e Cajueiro Nordestino*, de Linduarte Noronha. O Congresso foi encerrado com uma concentração operário-estudantil-camponesa²⁰⁵ no dia 1º de maio.

1.5 OS CÍRCULOS DE PAIS E PROFESSORES E OUTRAS DIMENSÕES DA CAMPANHA QUANTO À SUA ORGANIZAÇÃO

A preocupação com a realidade concreta e o emprego de uma linguagem compatível com o modo de se expressar dos alunos envolvidos na experiência, tanto para possibilitar uma compreensão dessa mesma realidade, como para o desenvolvimento da linguagem da criança, constituíam dois aspectos importantes da Campanha. Entre tanto, há que se

²⁰⁴ O Centro de Cultura Popular (CCP), na verdade não se confundia com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Tratava-se, com efeito, de uma organização criada por jovens intelectuais oriundos, em geral, da universidade e que desenvolviam um trabalho junto às Associações de Bairro, sindicatos, incentivavam a criação de organizações de bairro onde não havia, etc. O Teatro Universitário do Rio Grande do Norte – TURN, é que desenvolvia um trabalho semelhante ao do CPC/ UNE.

²⁰⁵ Natal. Secretaria de Educação. Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão. Natal, 1963. p. 12-3.

ressaltar outras dimensões igualmente importantes no interior das práticas adotadas pelo citado movimento educacional. Este é o caso, por exemplo, dos círculos de pais e professores, que se propunham a “aproximar ambos num grupo que, devidamente organizado, será uma verdadeira força atuando sobre a estrutura social do bairro”.²⁰⁶ Assim, os círculos, além de serem instrumentos de politização, atuavam como agentes catalisadores dos problemas locais; ou seja, como um lugar em que se discutiam problemas que atingiam a todos e reivindicava-se a respectiva solução, e não somente um lugar em que se discutia meramente a educação das crianças. Observe-se, a Propósito, esse trecho da entrevista de Moacyr de Góes: “Quando nós fizemos o Acampamento do Bairro Nordeste, que ficava naquela região dos alagados, hoje não é mais alagado, porém naquela época era, antes da Ponte de Igapó, da velha ponte da estrada de ferro; ali não havia água nem luz (...), à noite os adultos estudavam com lâmpadas Coleman (...). Quando houve a primeira reunião do círculo de pais e professores, na qual o prefeito estava presente, pois ele tendo possibilidade participava intensamente de todas as atividades da Campanha e gostava muito de participar dos círculos de pais e professores, nós professores, nós pedagogos, levamos para o círculo (...) propostas de discussão de teorias de aprendizagem, de educação das crianças, de como se deveria proceder, etc., etc. E a comunidade afastou rapidamente esta proposta dos intelectuais da Campanha, vamos dizer assim, e passou a exigir do prefeito aquela sua necessidade básica primária que era a água (...). Dessa reunião já saiu um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho, integrado por moradores daquela região, foi ao saneamento, como era chamado antigamente (...), pressionou o Dr. Floro Dória, que era o responsável pelo saneamento, pressionou o governador Aluizio Alves, e o saneamento teve que colocar um chafariz naquela região (...). Convocamos novamente o círculo de pais e professores para, a essa altura com aquela necessidade satisfeita, apresentar as proposta de aprendizagem, etc. Quando chegamos lá a comunidade, a liderança do círculo de pais e professores, afastou novamente a nossa proposta e disse que o problema agora era luz, era energia elétrica. Aí a coisa se complicou mais, porque, naquela época, a Companhia Força e Luz pertencia a um truste, o Bond and Share, não é? Foi formado um novo grupo de trabalho, a prefeitura deu apoio (...). Quando [o grupo] chegou na Força e Luz esta disse

²⁰⁶ *Boletim* da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Natal, nov. 1961, p. 5 (edição extra).

que não ia fazer a extensão da luz elétrica porque não tinha retorno econômico, não tinha retorno financeiro (...); o Grupo de Trabalho se dirigiu novamente ao governo do Estado. O governador se recusou, desta vez, a atender a reivindicação. E aí se dá um fato muito importante que eu acho. É que aquele grupo de trabalho [que] na primeira reivindicação havia pressionado outros poderes que não a prefeitura, (...) quando viu nessa segunda proposta (...) não ter sido atendido na Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, não ter sido atendido no governo do Estado, esse grupo (...) criado pelo círculo de pais e professores passou a pressionar a prefeitura. E criou até uma certa situação de constrangimento em que por algum tempo o prefeito não se sentia bem em participar (...) das reuniões (...) (toda quarta-feira de manhã ele percorria todos os acampamentos, (...), comigo e com a equipe da Secretaria e terminava fazendo uma reunião). E quando o prefeito nas quartas-feiras passava pelo Acampamento Nordeste era aquele constrangimento, porque já estava lá alguém esperando para reivindicar a luz elétrica. E a situação chegou a um nível tal que o prefeito partiu para realmente encontrar uma solução. E a solução foi o mutirão. A prefeitura entrou com os fios, eu me lembro bem, a prefeitura comprou os fios e a comunidade fincou os postes; postes entenda-se, aqueles varapaus rústicos onde a própria comunidade trabalhou sábados e domingos montando aqueles postes e estendendo os fios. E a luz chegou ao bairro Nordeste”.²⁰⁷

Os círculos de pais e professores também tinham uma função recreativa. Neles eram realizadas apresentações de autos populares: “o bambelô, (...), o fandango, (...), pastoril, boi de Reis, os congos (congos de saiote, congos de calçola); o bambelô esse era, então, habitual.”²⁰⁸

Deve-se mencionar, ainda, outras dimensões da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, quanto à sua prática e à sua organização. *Em primeiro lugar*, o caráter de gratuidade da educação oferecida, não somente porque o aluno não estava sujeito ao pagamento de anuidades ou de taxas escolares, pois estas eram completamente abolidas, como também pelo fato de inexistir a exigência de fardamento e pela distribuição gratuita do material escolar. Isso significava uma tentativa de proporcionar, tanto quanto possível, uma educação aberta a todos. Por outro lado, visando assegurar a permanência dos alunos

²⁰⁷ M. de Góes. Entrevista citada.

²⁰⁸ Idem.

na escola, eram desenvolvidas várias atividades. Entre elas, a localização dos alunos evadidos, através de levantamentos e pesquisas em que se procurava identificar os motivos da evasão e os meios para contê-la, não obstante a frequência à escola se mantivesse elevada, como já foi visto, e o aproveitamento escolar atingisse níveis cada vez mais altos. Basta ver que, em dezembro de 1963, o rendimento escolar foi da ordem de 85%, contrariamente aos 74%²⁰⁹ verificados em julho do mesmo ano. Isso decorria provavelmente da forma pela qual a escola estava organizada, pelos conteúdos e pelas práticas escolares mais compatíveis com a realidade na qual se inseria, refletindo dessa maneira ou se aproximando da realidade concreta vivida pelo aluno. Esse dado é importante porque, ao se verificar o aproveitamento escolar, ainda hoje existente, no chamado sistema “regular” de ensino, poderá observar-se o elevado índice de seletividade que se dá, principalmente, na passagem da 1ª para a 2ª série do curso primário, nunca inferior a 40 ou 50%. Em parte, isso é devido ao predomínio de uma prática escolar distante da realidade e da vida concreta da maioria dos alunos, oriundos dos setores populares, e, portanto de uma educação cujo conteúdo se volta e se organiza segundo o modo de viver e interpretar o mundo, de acordo com a ótica das classes dominantes. Através da abolição de rigidezes normativas e burocráticas, tão frequentes no chamado sistema regular de ensino, na Campanha o aluno tinha acesso à escola em qualquer época do ano, porquanto o funcionamento de novas classes e de novas escolas normativas e burocráticas, tão frequentes no chamado sistema regular de ensino, na Campanha o aluno tinha acesso à escola em qualquer época do ano, porquanto o funcionamento de novas classes e de novas escolas era freqüente. Além disso, no transcorrer do próprio ano letivo, o aluno podia passar de um nível escolar para outro.²¹⁰

Em segundo lugar, deve-se ainda mencionar a existência de aviários e hortas escolares em alguns Acampamentos, trabalhados pelas próprias crianças, cuja produção era consumida como merenda escolar juntamente com o leite do Fundo Internacional para Socorro da Infância (FISI). Dessa maneira, havia uma preocupação de associar educação a trabalho²¹¹ e educação a cultura. Tanto é assim que, além dos aviários e das hortas, a partir

²⁰⁹ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão. Natal, 1963, p. 13.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ “Fiquei comovidíssimo quando entrei no primeiro acampamento, onde encontrei centenas de crianças estudando e outras centenas trabalhando em cursos profissionais num artesanato ainda precário, mas que

das quais se estimulava a organização de hortas nos quintais das casas dos alunos, desenvolveu-se também a Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, que atendia da criança ao adulto, isso com relação a trabalho. No que diz respeito à cultura, pode-se dizer que a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler contribuiu decisivamente para a organização cultural da cidade, que se traduzia não somente pela valorização da cultura popular, como também pelo despertar da população com relação aos seus problemas, que passavam a ser discutidos nas salas de aula, nos círculos de pais e professores, nas associações de bairro, em outras organizações e na própria praça pública.

Cada acampamento possuía ainda uma biblioteca rotativa, em tomo da qual se organizavam os círculos de leitura.

1.6 A CAMPANHA DE PÉ NOCHÃO... E A ORGANIZAÇÃO CULTURAL DE NATAL

Conforme já foi dito, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler deu origem não somente a uma nova rede escolar, mas também possibilitou a organização cultural do município de Natal. Assim sendo, a Campanha significou, além das Escolinhas e Acampamentos, a criação de bibliotecas, de praças de cultura, do Centro de Formação de Professores, do Teatrinho do Povo, a edificação da Galeria de Arte, a construção de praças de esportes, a formação de círculos de leitura, a realização de encontros culturais, o estímulo e conseqüente reativação de grupos de danças folclóricas, exposições de artes plásticas, a criação do Museu de Arte Popular, etc. O povo participava e não somente assistia como mero espectador.²¹²

A organização tinha sua origem no próprio Acampamento Escolar. Com efeito, cada Acampamento possuía uma biblioteca rotativa, assim denominada porque os livros eram

indica o alcance da esplêndida Campanha (...).” Declarações do então ministro da Educação Júlio Sambaqui. *Diário de Natal*, 7 de mar. 1964, p. 3.

²¹² A propósito escreve José Luiz Silva: “Cultura sem capacidade transformadora, sem engajamento, não passa de representações ingênuas. Quem não se lembra dos folguedos populares no tempo de Djalma Maranhão? Eram somente folguedos ou não eram causa e efeito de aprendizagem? Será que *De pé no chão também se aprende a ler* surgiu sem nenhuma causalidade? O povo se sentia dentro do processo de transformação. A intenção era não exclusivizar a cultura. O objetivo era fazer com que a cultura não fosse sinônimo de elitismo, de privilégio de alguns”. *O Poti*, Natal, 6 de abr. 1980, p. 10. (Grifos do autor.)

acomodados em caixas, que funcionava num sistema de rodízio, ou seja, cada caixa comportava um acervo constante de 100 livros que circulavam entre os acampamentos. Dessa maneira, tendo em vista que cada caixa demorava cerca de um mês em cada lugar, pode-se dizer que cada acampamento contava um acervo de 900 livros.²¹³ Assim sendo, em tomo dessas bibliotecas eram organizados os círculos de leitura, que funcionavam em dois níveis: ao nível dos professores e ao nível de professores e alunos. No primeiro caso, tratava-se de estudar e discutir, mais especificamente, questões atinentes à educação, como forma de aperfeiçoar a formação do grupo de professores.²¹⁴ No segundo caso, tratava-se da realização de leitura, em comum, de literatura infantil. O Centro de Formação de Professores possuía igualmente uma biblioteca, onde também funcionavam círculos de leitura.

A propósito desse assunto, vale lembrar uma campanha desenvolvida sob o lema “O livro que está sobrando em sua estante é o que está faltando nas mãos do povo”, em que se conseguiu da população de Natal a doação de mais de 20.000 livros, cujos volumes aproveitáveis foram incorporados às bibliotecas.

Foram instaladas, então, as bibliotecas populares; inicialmente a Biblioteca Monteiro Lobato, inaugurada em 01-05-1962, localizada no bairro das Rocas. Em seguida foi a vez da instalação da Biblioteca Castro Alves, em 23-06-1962, localizada nas Quintas. O que eram afinal as bibliotecas populares? Na verdade funcionavam bem mais como postos de empréstimos de livros do que como bibliotecas, mesmo porque não havia espaço suficiente. Eram barracas de madeira abertas diariamente à tarde e à noite, cada uma delas com um acervo de aproximadamente 2.000 livros; ou, mais precisamente, o posto Monteiro Lobato dispunha em setembro de 1963 de um acervo constante de 1.784 volumes, enquanto o Castro Alves contava no mesmo período 2.360 volumes em suas estantes.²¹⁵ É importante destacar que estes postos, embora localizados em bairros nitidamente populares, como

²¹³ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 15.

²¹⁴ Observe-se a propósito: “O secretário de Educação do Município, professor Moacyr de Góes, acaba de adquirir 50 cartilhas do MEB, apreendidas na Guanabara (...)”. (Tratava-se da Cartilha Popular, apreendida pelo DOPS carioca em fevereiro de 1964, através de uma invasão à Editora Americana, na época em que Carlos Lacerda era o governador.)

“Essas cartilhas serão discutidas em círculos de debates, pelos professores da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.” *Diário de Natal*, 31 de mar. 1964, p. 2.

²¹⁵ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Departamento de Documentação e Cultura. Relatório sobre as bibliotecas populares, p. 5-6. 44.

Rocas e Quintas, mantinham, no entanto, um movimento surpreendente. Basta ver que “são emprestados cerca de 80 a 120 livros diários, somando mensalmente uma média de 3.000 livros”²¹⁶; isso no que se refere ao posto de empréstimo localizado nas Rocas. Vale dizer ainda que nesse mesmo posto foram emprestados, no período compreendido entre 01-05-1962 e setembro de 1963, cerca de 50.450 volumes.²¹⁷ Enquanto isso, nas Quintas “são emprestados cerca de 50 a 80 livros diários, somando mensal mente uma média de 2.000 livros”.²¹⁸ Apesar de funcionar à base de empréstimos, deve-se ressaltar que os leitores tinham muito cuidado com os livros. Tanto é assim que, segundo Mailde Pinto, “eles nunca deixaram de devolver. A identificação era feita através de recibos de luz ou de água (...). Eles vinham, tomavam emprestados os livros, liam e devolviam”.²¹⁹ Na verdade, o público predominante das bibliotecas era infanto-juvenil e Monteiro Lobato o escritor preferido. Com efeito, afirma Mailde que “a coleção de Monteiro Lobato deve ter sido substituída umas três ou quatro vezes, por gasto; não era por estrago”.²²⁰

Mencione-se ainda que cada biblioteca contava com um jornal mural, afixado na parte externa das barracas. Esses murais eram constituídos de recortes de jornais locais e do Rio de Janeiro, substituídos dia sim dia não, o que possibilitava à população pobre o acesso à leitura dos jornais.

Em 1963, com a inauguração da Concha Acústica, a Cidade Alta também ganhou sua biblioteca; além dessa, havia uma biblioteca volante instalada num ônibus que percorria os diferentes bairros da cidade. Por falar em Concha Acústica, é interessante notar que a Praça André de Albuquerque se transformou num centro cultural dinâmico, movimentado. Localizada no centro da cidade, nela foi instalada primeiramente, em março de 1963, a Galeria de Arte, seguida da Concha Acústica e da biblioteca, tudo funcionando na mesma área. A Galeria promoveu exposições ininterruptas²²¹ de obras de artistas eruditos e populares. Artistas como Francisco Brennand, Abelardo da Hora, Newton Navarro, Chico

²¹⁶ Ibid., p. 5.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Departamento de Documentação e Cultura, op. cit., p. 6.

²¹⁹ Entrevista concedida por Mailde Pinto, então diretora do Departamento de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal, ao autor deste trabalho em 25-08-1979. A este Departamento estava afeto a programação cultural, inclusive as bibliotecas.

²²⁰ M. Pinto. Entrevista citada.

²²¹ “Nestes doze meses de funcionamento foram realizadas 27 exposições na Galeria de Arte. Dezenas de conferências e de debates também foram realizados naquele local. Mais de 12 mil pessoas visitaram a Galeria neste período.” *Diário de Natal*, 9 de mar. 1964, p. 2.

Santeiro, Maria do Santíssimo, entre outros, expuseram seus trabalhos. Enquanto isso, adiante, na mesma praça, era posta em prática diariamente uma programação cultural diversificada, pois abrangia desde a audição orientada de música popular e erudita até o debate político, passando pela exibição de filmes, apresentação de grupos populares e pela leitura em praça pública de textos previamente selecionados “dentro do nosso plano de conscientização das massas através da leitura”.²²² Esses debates eram, em geral, conduzidos por estudantes universitários.²²³

Enquanto isso, o prédio onde funcionava a Guarda Municipal, localizado no bairro do Alecrim, mais precisamente na rua Presidente Bandeira, foi transformado em Teatrinho do Povo. A peça *Pedro Mico*, de Antônio Callado, foi apresentada na inauguração da referida casa, em 26-04-1962,²²⁴ pelo Teatro Universitário do Rio Grande do Norte (TURN); no mesmo dia deu-se a exibição do Jogra! Universitário da Paraíba.

O Teatrinho do Povo foi palco, pois, de apresentações artísticas dos alunos dos grupos escolares, dos Acampamentos e do Centro de Formação de Professores, além de servir naturalmente à cidade, através da apresentação constante dos seus grupos artísticos, num autêntico processo de difusão artístico-cultural. Nesse sentido, torna-se importante assinalar a valorização da cultura popular em sua variada dimensão, principalmente dos seus grupos de danças folclóricas e dos seus artesãos. Dessa maneira, tratava-se de “revitalizar aquilo que era origem do povo, que surgiu do povo”.²²⁵ Assim sendo, a “prefeitura municipal de Natal vem procurando (...) incentivar todas as manifestações tradicionais da vida popular da cidade”.²²⁶ No dizer de Moacyr de Góes isso se explicava “porque se você assume uma postura nacionalista, você tem que denunciar o imperialismo, as formas de dominação do imperialismo, do colonialismo, entre elas o colonialismo cultural. Então o fato de nós nos voltarmos para uma estimulação muito forte na área do

²²² *Diário de Natal*, 29 de jan. 1964, p. 3.

²²³ Observe-se a propósito: “Continuando as reuniões do círculo de debates da Praça de Cultura da Prefeitura de Natal, teremos na próxima terça-feira, dia 3, às 20 horas, um debate subordinado ao tema ‘Realidade Brasileira e Momento Nacional’, orientada por um grupo de universitários, entre os quais Geniberto Campos, Nei Leandro de Castro, Francisco Ginani e Josemar Azevedo”. *Diário de Natal*, 20 de fev. 1964, p. 3.

²²⁴ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria de Documentação e Cultura. Relatório de Atividades durante 5 meses no Teatrinho do Povo, p. 1.

²²⁵ J. F. Machado. Entrevista citada.

²²⁶ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*, p. 21.

popular, dos autos populares, do folclore, etc., era uma maneira de nós respondermos àquelas formas de colonialismo cultural”.²²⁷ O certo é que as festas populares foram devidamente revitalizadas. Os grupos de danças folclóricas representados pelos seus conjuntos de Boi Calemba, Babelô, Congos, danças antigas, como o Araruna, Camaleão e Coã, Chegança, Fandango, Lapinha e Pastoril, se apresentavam na época própria por toda a cidade, desde Santos Reis e Rocas até as Quintas. Acrescenta Mailde Pinto que, numa tentativa de preservar a memória dos grupos, “(...) os conjuntos eram catalogados cada um com o seu histórico já gravado; cada conjunto de folclore tinha contada a sua história em gravação (...). E daquela gravação era feita a história de cada conjunto...”²²⁸

Acrescente-se ainda o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo, inaugurado em 1957 e que segundo Zila Mamede, então diretora da DDC, em relatório apresentado afirmava que o Museu em março de 1961 contava com um acervo de apenas 32 peças.²²⁹ Vale ressaltar que, até a deflagração do golpe militar de 1964, quando Maranhão foi deposto, o dito Museu possuía um acervo de mais de mil peças, segundo Mailde Pinto, dentre as quais numerosas obras do conhecido escultor popular Chico Santeiro.²³⁰ Embora funcionando precariamente em uma das dependências da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), o Museu promovia exposições em praça pública e mantinha na Galeria de Arte um acervo permanente. Com efeito, é importante notar que o mencionado Museu não mais existe hoje, sendo desconhecido o destino dado ao seu acervo.

1.7 ESPORTE E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DA CAMPANHA

O esporte amador e a recreação estavam incluídos, naturalmente, nesse processo de organização cultural. Dessa maneira, foram construídas doze quadras destinadas à prática de esportes, localizadas em diferentes pontos da cidade.²³¹ O coroamento desse conjunto de quadras deu-se com a inauguração do Palácio dos Esportes, que se constitui, ainda hoje,

²²⁷ M. de Góes. Entrevista citada.

²²⁸ M. Pinto. Entrevista citada.

²²⁹ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 26.

²³⁰ “O Museu de Arte Popular era dentro da própria DDC (...). Tinha um acervo de mais de mil peças catalogadas. Tinha tudo que Chico Santeiro fazia (...).” Mailde Pinto, entrevista citada.

²³¹ A propósito, ver entrevista de Djalma Maranhão. *Diário de Natal*, 12 de mar. 1964, p. 4.

num ginásio esportivo amplo e bem equipado, situado na Praça Pedro Velho. Para ele convergiam as competições esportivas mais importantes desenvolvidas no âmbito do esporte amador. Paralelamente à construção de quadras eram erguidos parques infantis, em número de quinze, até março de 1964, igualmente espalhados pelos diversos bairros de Natal. Assim, onde houvesse uma quadra esportiva, quase sempre existia um parque infantil. Dessa maneira, é importante notar que alguns bairros contavam com uma espécie de complexo cultural, ou seja, com um conjunto de equipamentos rudimentares, onde o esporte e a cultura eram desenvolvidos. Este era o caso das Rocas e das Quintas, por exemplo. Ali localizavam-se um Acampamento Escolar, uma biblioteca popular, uma quadra de esportes e um parque infantil. Este também é o caso da Cidade Alta, que, embora não possuindo um acampamento, possuía biblioteca, galeria de arte e concha acústica, onde eram realizados debates, exibiam-se filmes e apresentavam-se grupos populares.

A recreação ocupava, pois, um lugar de destaque na Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Com efeito, nos acampamentos, a recreação era feita regularmente com os alunos e de forma mais ocasional com os pais de alunos, através dos círculos de pais e professores. No que toca à recreação infantil especificamente, pode-se dizer que ela tomava por base, sobretudo, as danças, cantos, jogos, brincadeiras e folguedos populares. Eram as danças e cantigas de roda e outras brincadeiras, como pular corda, academia, isto sem falar no João Redondo, versão potiguar do teatrinho de fantoches, também usado principalmente nas festas escolares.

Destaque-se, outrossim, que além do propósito de divertir e educar, procurando inclusive a preservação das brincadeiras populares, a recreação era utilizada também como um instrumento que poderia contribuir para a atenuação da evasão escolar, estimulando na criança o interesse pela escola. Sabe-se que a evasão decorre de um conjunto de problemas escolares e, sobretudo sócio-econômicos. Aqui tratava-se de agir sobre a organização escolar, buscando formas de atuação que possibilitassem, cada vez mais, aproximar a escola do aluno, dos seus interesses, da realidade vivida por ele. Nesse sentido, cabe acentuar que o percentual de freqüência à escola nunca foi inferior a 80% da matrícula em 1961 (único ano em que se encontrou algum registro mais detalhado sobre matrícula e freqüência), conforme se pode observar na Tabela V, anteriormente transcrita.

Enquanto isso, o rádio também foi utilizado como instrumento de recreação. Com efeito, vale notar que através da recreação via transmissão radiofônica sempre eram veiculados “assuntos e problemas brasileiros”. Tratava-se de um programa levado ao ar diariamente pelas rádios Nordeste de Natal e Brejuí de Currais Novos, no horário compreendido entre 11 e 30 e 12 horas. Embora dirigido principal mente ao público infantil, visava também atingir o público adulto o programa, em geral, era desenvolvido da seguinte maneira: “apresentação, de forma dramatizada, de histórias infantis e esquetes sobre assuntos e problemas brasileiros de compreensão infantil, seguida de um debate ou análise do assunto apresentado na história ou esquete”.²³² Nesta primeira parte, existiam três personagens, vovô Patrício, Chiquinho e dona Suzana, mãe de Chiquinho. A segunda parte constava da divulgação de música infantil e de música popular brasileira. Por fim, era apresentado um rápido noticiário enfocando as atividades da prefeitura e especialmente da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

1.8 A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO

“Mas Pé no Chão não ensina somente a ler, escrever e contar, estende-se também no ramo da profissão”.²³³ A frase é de Djalma Maranhão, referindo-se à Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, instalada em 11-02-1963 e que funcionava nos próprios Acampamentos Escolares. Com efeito, a nova Campanha “(...) pretende dar ao homem alfabetizado, através do curso de aprendizes, os instrumentos profissionais para um Nordeste que vai amanhecendo para a industrialização”.²³⁴ Dessa maneira, embora ao nível das intenções tenha ficado clara a formação de uma força de trabalho com vistas a suprir as necessidades de uma indústria nascente, o que se verifica, na realidade, é que a Campanha em foco se prendeu de fato a formar artesãos, ou seja, com exceção de alguns poucos cursos como datilografia, eletricidade e enfermagem de urgência, o restante, na verdade, voltava-se basicamente para o artesanato. Assim sendo, predominavam cursos de sapataria,

²³² Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão, 1963, p. 15.

²³³ Entrevista de Djalma Maranhão. *Diário de Natal*, 12 de mar. 1964, p.8.

²³⁴ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão, 1963, p. 8.

marcenaria, corte e costura, encadernação, alfaiataria, barbearia, além dos acima cita dos. O caráter artesanal de tais cursos fica ainda mais patenteado com a criação da “Cooperativa da Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, que tem como principal finalidade beneficiar os artesãos da referida Campanha”.²³⁵ Ainda a propósito da cooperativa, assinala Moacyr de Góes, “aí é interessante você ver o seguinte: é o próprio processo que vai nos ensinando (...). A essa altura a gente começava a questionar: preparar mão-de-obra para quê e para quem? Então houve essa discussão. Preparar mão-de-obra para o capitalismo (foi a resposta); já a essa altura a gente estava usando certos dados, certas categorias. Preparar mão-de-obra para o capitalismo. Então foi pensado a formação de uma cooperativa”.²³⁶

Aqui pode-se observar que, ao procurar unir educação e trabalho, a Campanha cometia um duplo equívoco: em primeiro lugar, ao acreditar que a industrialização implicaria necessariamente o aumento do mercado de trabalho para as categorias ocupacionais de características artesanais; em segundo lugar, ao imaginar que pudesse retirar esses artesãos do processo de produção capitalista ao instituir o cooperativismo.

Embora não se disponha de informações detalhadas sobre a Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, sabe-se que até janeiro de 1964 tinham sido ministrados três cursos, abrangendo as diversas modalidades profissionais. Assim, as primeiras turmas concluíram seus respectivos cursos em agosto de 1963, as segundas em novembro do mesmo ano, e em janeiro de 1964 saíram as terceiras turmas. Sabe-se igualmente que mais de 2.000 pessoas passaram por tais cursos. A título de ilustração, pode-se citar os dados contidos no documento “Cultura Popular e Pé no Chão”, que registra uma matrícula de cerca de 700 alunos. Em fevereiro de 1964, enquanto isso, O *Diário de Natal* registrava uma matrícula de aproximadamente 1.500 alunos. Como se vê, a matrícula duplicou de um período para outro. Os citados cursos eram ministrados nos Acampamentos Escolares das Rocas, Carrasco, Nova Descoberta, Nordeste e Quintas.²³⁷ A Campanha De

²³⁵ *Diário de Natal*, 29 de fev. 1964, p. 3.

²³⁶ M. de Góes. Entrevista citada. Esclareça-se que a cooperativa, embora criada, não chegou a funcionar em virtude da extinção da Campanha com a deposição de Maranhão em abril de 1964.

²³⁷ Ver, a propósito da Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão, Natal. Secretaria. De Educação, Cultura e Saúde. Cultura popular e pé no chão, p. 8-9. Ver também *Diário de Natal*, 9 de jan. 1964, p. 3, e 29 de fev. 1964, p. 3.

Pé no Chão também se Aprende uma Profissão igualmente encerrou suas atividades em 31 de março de 1964.

1.9 A ÚLTIMA FASE DA CAMPANHA

A última fase da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler foi marcada pela construção de 20 escolinhas de alvenaria, às quais foram custeadas pelo Ministério de Educação e Cultura. Esse plano desenvolveu-se no segundo semestre de 1963 e em 27-12-1963²³⁸ estavam concluídas as três últimas unidades escolares construídas com os recursos do MEC, liberados mediante convênio com a prefeitura do Natal. Essas escolas foram construídas sob o lema Escola Brasileira, com Dinheiro Brasileiro, o que evidenciava uma crítica ao programa educacional desenvolvido pelo governo do Estado com recursos da Aliança para o Progresso.

Com a vitória do movimento militar de 1964, Djalma Maranhão foi deposto e, conseqüentemente, a Campanha foi extinta. Em decorrência, os Acampamentos Escolares foram abandonados. Assim, tal qual aconteceu com os Acampamentos, essas Escolinhas foram quase todas abandonadas igualmente ou passaram a servir a outras atividades. Assim sendo, as Escolinhas passaram a abrigar associações espíritas, núcleos de escoteiros e até mesmo a Associação Norte-riograndense de Imprensa, que foi erguida onde antes funcionava uma delas.

Em sua última fase, antes do golpe, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler começava a se expandir para o interior. Foi o que ocorreu onde, mediante convênios com prefeituras interioranas, vários municípios começaram a adotar o método de alfabetização da Campanha. E “periodicamente de 15 em 15 dias um grupo de orientadores pedagógicos vai a cada cidade, onde supervisiona classes, reúne-se com os professores, apresenta planos”.²³⁹ Nesse sentido havia mesmo um Plano Piloto de Assistência Pedagógica aos Municípios de Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Pendência, Pedro Avelino,

²³⁸ *Diário de Natal*, 9 de jan. 1964, p. 3.

²³⁹ *Idem*.

Macau, São Tomé, Barcelona, São Paulo do Potengi e Rui Barbosa.²⁴⁰ Era início de 1964, começo do fim da Campanha.



²⁴⁰ *Diário de Natal*, 28 de set. 1964, p. 4.

2 - AS BASES CONCEPTUAIS DA CAMPANHA

2.1 O NACIONALISMO DE DJALMA MARANHÃO

A essa altura torna-se importante identificar as bases teórico-ideológicas que embasaram a ação pedagógica da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Nesse sentido, é imprescindível reter, em primeiro lugar, alguns elementos do pensamento de Djalma Maranhão, principalmente no que concerne ao nacionalismo, ou seja, qual era a concepção de Maranhão sobre o nacionalismo. Com esses propósitos foram consultados alguns artigos escritos por ele e publicados no *Jornal de Natal* em 1961. Como se vê, constitui uma amostra muito pequena e se refere a um só ano; porém, é o que se conseguiu encontrar a respeito.

Com efeito, assinalava Maranhão que “trazemos nesta hora tão difícil para os destinos do Brasil, o problema que consideramos fundamental, que é o da luta antiimperialista.

(...) Encontramo-nos hoje perante um Brasil humilhado, um país subjugado que quase não reage, e cujas manifestações se perdem no eco longínquo das manifestações das ruas”. Entretanto, “temos a esperança e a impressão de que, dentre em breve, marcharemos para uma luta mais tenaz, mais patriótica, visando libertar o Brasil da tutela imperialista”.²⁴¹

E prossegue Maranhão: “Não é a construção de Brasília que levará o Brasil à derrocada. O que vai levar o Brasil à falência é a pressão, a subjugação imperialista, a nossa dependência econômica às forças do capital monopolizador.

Esta é que é a grande luta do povo brasileiro. E nós só poderemos alcançar a etapa de industrialização do país e a abolição do analfabetismo, quando anularmos a pressão econômica imperialista em nossa Pátria.

A mais poderosa manifestação da luta antiimperialista no Brasil foi a campanha ‘o petróleo é nosso’. Essa campanha nasceu com Monteiro Lobato, que lutou por todos os meios.

(...) Hoje a Petrobrás é esta realidade atuante, de que ninguém se atreve a duvidar.

²⁴¹ D. Maranhão. “A Luta antiimperialista dos países subdesenvolvidos Iª parte”. *Jornal de Natal*, 2 de jul. 1961, p. 1.

(...) A luta pela Petrobrás vai continuar a servir de marco, de anteparo, de exemplo a outras grandes lutas nacionalistas.

Nessa campanha antiimperialista precisamos, antes de tudo, olhar a industrialização do país. Não se faz luta antiimperialista sem desejar chegar à industrialização. Um país agrícola é sempre um país subdesenvolvido, um país dependente, um país produtor de matéria prima para os países industrializados. É o caso do Brasil, país subdesenvolvido, que produz matéria-prima para os países industrializados. Temos, atualmente, alguns marcos que demonstram o início de nossa industrialização. Foi na época da guerra, em que a Alemanha, Itália e o Japão ameaçavam destruir os centros vitais da indústria aliada, inclusive norte-americana, que os Estados Unidos, no entrosamento da defesa comum de uma causa que era comum às forças aliadas, permitiram que, em alguns países subdesenvolvidos, como o Brasil, o Chile e outros da América do Sul, se começasse a etapa da indústria pesada. E surgiu Volta Redonda em consequência da guerra, como decorrência da Segunda Grande Guerra.

Mas vemos, nesta hora, um falso desenvolvimento industrial no país. Será, porventura, nacional, brasileira, a indústria automobilística? Sabemos que não. A Willys Overland é empresa estrangeira, a General Motors também não é do Brasil (...); a Mercedes Benz também não é brasileira.

(...) Na realidade, continuamos nesta sangria, como se o organismo nacional estivesse permanentemente pingando uma gota de sangue”.²⁴²

E escreve ainda Djalma Maranhão que “não somos contra o estrangeiro. Somos contra o capital estrangeiro no seu aspecto colonial”.²⁴³ Por outro lado, “não se faz luta antiimperialista sem antes se realizar a reforma agrária”.²⁴⁴ Dessa maneira, “também não se pode pensar em nacionalismo (emancipação econômica) sem antes reformular a política agrária”.²⁴⁵ Com efeito, a “reforma agrária é solução burguesa, válvula do capitalismo para o problema da terra. Para os socialistas-marxistas é uma etapa da luta, dentro da tese proudhoniana em que a propriedade é um roubo.

(...) No Nordeste dois movimentos distintos estão surgindo no combate ao

²⁴² D. Maranhão. “2ª parte”. *Jornal de Natal*, 9 de jul. 1961, p. 1.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ D. Maranhão. “Reforma agrária no Nordeste”. *Jornal de Natal*, 28 de mai. 1961, p. 1.

latifúndio.

O primeiro é aquele bravamente liderado pelo deputado esquerdista Francisco Julião, lançando em Pernambuco as (...) famosas Ligas Camponesas, que começam a se alastrar pela Paraíba e Alagoas. Movimento sério, estruturando uma campanha que poderá modificar os rumos da vida nacional, desde que os camponeses, *a exemplo da China e de Cuba*, despertem e passem a ter conhecimento da força extraordinária que possuem.

O outro, surgido recentemente aqui no Rio Grande do Norte, tem as tendências do movimento ‘Economia e Humanismo’, do prof. Artur Rios, e é no Estado impulsionado pelo bispo Eugênio Sales”.²⁴⁶

Acrescenta Maranhão que “o Nordeste é, hoje, uma região dominada pela miséria, campo fértil para uma experiência *revolucionária*”.²⁴⁷ Nesse sentido, os exemplos da China e de Cuba sempre pontificavam; veja-se a propósito do primeiro país: “Quando se falava naquele país era para aludir aos seus falsos negócios, às suas grandes negociatas (...); quando se falava na China, era para destacar a miséria do seu povo, milhões de crianças morrendo de fome, milhões de pessoas vivendo sem habitação. A China era um exemplo de degradação (...); era, portanto, (...) um país esquecido, onde o povo passava fome e onde o analfabetismo alcançava um grau dos mais graves. De dez anos para cá, entretanto, a China se transformou numa das maiores potências do mundo (...). Hoje não existem mais ‘negócios da China’. Quando desejamos exemplificar uma negociata, poderemos dizer, são ‘negócios do Brasil’.

(...) Este é um exemplo para o Brasil, exemplo de um povo milenarmente espoliado, de um povo secularmente oprimido, que resolveu tomar em suas próprias mãos seu destino (...).

(...) Não precisamos, entretanto, ir muito longe (...). Na América Latina temos o exemplo de Cuba, país tão pequeno, diferente da China na sua expressão geográfica.

Cuba, que não representa, na geografia continental, maior expressão, resolveu também tomar nas próprias mãos o seu destino e hoje o povo cubano é respeitado, não recebe mais ordens do estrangeiro; o povo cubano sabe o que quer e o que pode fazer.

A pequena e heróica República de Cuba, nessa luta dos países subdesenvolvidos,

²⁴⁶ Idem. (Grifos nossos.)

²⁴⁷ Idem. (Grifos nossos.)

nessa luta antiimperialista, está ocupando uma posição de vanguarda”.²⁴⁸

Djalma Maranhão criticava, outrossim, “a nefasta política do Banco do Brasil, que apesar de ser do Brasil, está a serviço das firmas e empresas estrangeiras (...) que vêm para o Brasil afirmando cinicamente, falseando a opinião pública, dizendo trazer capitais para fazer o desenvolvimento econômico para o nosso país, quando a verdade é bem outra.

Aqui no Rio Grande do Norte poderíamos exemplificar com a SANBRA e Anderson Clayton & Cia. Em 1958, e disto temos documentos oficiais, receberam financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em importância superior a 54 bilhões de cruzeiros, o que representa mais da metade de todos os financiamentos feitos no referido ano.

*A luta antiimperialista deve ser, neste instante, a grande bandeira do povo brasileiro, porque, enquanto não nos libertarmos da influência e da tutela econômica do estrangeiro, não poderemos pensar em melhorar as condições de vida do nosso povo. Enquanto o Brasil for um país dependente, seremos um povo pobre, um país mendigo”.*²⁴⁹

Ao se analisarem algumas formulações de Djalma Maranhão elaboradas em períodos distintos, como em 1946 e 1961, respectivamente, vai-se encontrar uma diferença substancial. Em 1946, ao ser expulso do PCB, Djalma afirmava que “continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção e da entrega da terra aos camponeses”.²⁵⁰ Em 1961, como prefeito municipal de Natal e, naturalmente, sob uma conjuntura política diferente da de 1946, Maranhão escrevia que “o problema que consideramos fundamental (...) é o da luta antiimperialista”.

Em síntese, essa luta deveria ter em vista “libertar o Brasil da tutela imperialista”²⁵¹ e, conseqüentemente, é uma luta contra “a subjugação imperialista, a nossa dependência econômica às forças do capital monopolizador” e, por isso mesmo, “esta é a grande luta do povo brasileiro”.²⁵²

²⁴⁸ D. Maranhão. “A Luta antiimperialista dos países subdesenvolvidos – 3ª parte”. *Jornal de Natal*, 13 de ago. 1961, p. 1.

²⁴⁹ Idem. (Grifos nossos.)

²⁵⁰ D. Maranhão. “Carta Aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande da Norte”. *A República*, 24 de abr. 1946, p. 10. (Grifos nossos.)

²⁵¹ D. Maranhão. “A Luta antiimperialista dos países subdesenvolvidos – 1ª parte”. *Jornal de Natal*, 2 de jul. 1961, p. 1. (Grifos nossos.)

²⁵² D. Maranhão. “2ª parte”. *Jornal de Natal*, 9 de jul. 1961, p. 1.

Na verdade, a formulação de Djalma Maranhão era bastante simples. Para ele tratava-se de superar o subdesenvolvimento e para tanto era necessário industrializar o país, porquanto “um país agrícola é sempre um país subdesenvolvido, um país dependente, um país produtor de matéria-prima para os países industrializados”.²⁵³ Entretanto; para se atingir a industrialização tomava-se uma condição imperativa o rompimento das cadeias de dominação imperialista e a realização da reforma agrária. Isto está claro em seu discurso. Observe-se a propósito: “(...) nós só poderemos alcançar a etapa de industrialização (...) e a abolição do analfabetismo, quando anularmos a pressão econômica imperialista (...),²⁵⁴ porque enquanto não nos libertarmos da influência e da tutela econômica do estrangeiro, não poderemos pensar em melhorar as condições de vida do nosso povo. Enquanto o Brasil for um país dependente, seremos um povo pobre, um país mendigo”.²⁵⁵

Por outro lado, “não se faz luta antiimperialista sem antes se realizar a reforma agrária,²⁵⁶ visando alterar a má distribuição da riqueza”,²⁵⁷ pois, “as condições do nosso homem do campo, nos sertões brasileiros (...), são as piores possíveis (...). Sua situação é de miséria, de pauperismo, de completo abandono”. *Por isso, a “luta antiimperialista exige paralelamente a campanha de industrialização, a grande campanha pela reforma agrária”.*²⁵⁸

Acrescenta ainda Maranhão que a “Reforma Agrária é solução burguesa, válvula do capitalismo para o problema da terra. Para os socialistas-marxistas é uma etapa da luta, dentro da tese proudhoniana em que a propriedade é um roubo”.²⁵⁹ Essa afirmativa enseja que se interprete que o marxismo tenha incorporado a tese do filósofo francês, quando o próprio Marx foi um crítico rigoroso de Proudhon. A propósito assinalava Marx que “o único ponto em que estou totalmente de acordo com o Sr. Proudhon é quanto a sua repulsa

²⁵³ Idem. *Jornal de Natal*, 2 de jul. 1961, p. 1.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ D. Maranhão. “3ª parte”. *Jornal de Natal*, 13 de ago. 1961, p. 1.

²⁵⁶ D. Maranhão. “2ª parte”. *Jornal de Natal*, 13 de ago. 1961, p. 1.

²⁵⁷ D. Maranhão. “Reforma agrária na Nordeste”. *Jornal de Natal*, 28 de mar. 1961, p. 1.

²⁵⁸ D. Maranhão. “A luta antiimperialista dos países subdesenvolvidos – 2ª parte”. (Grifos nossos.) A propósito assinala Régis de Castra Andrade que “as duas proposições centrais do nacionalismo de esquerda do início dos anos 1960, (...), eram precisamente o controle da remessa de lucras para o exterior e a redistribuição da terra”. R. C. Andrade. “Perspectivas na estuda do populismo brasileiro”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, (07):77, jan. 1979.

²⁵⁹ D. Maranhão. “A Reforma agrária no Nordeste”. *Jornal de Natal*, 28 de mai. 1961, p. 1.

pelo pieguismo socialista”.²⁶⁰ A respeito da obra *Que é a Propriedade?* Marx adianta que “o próprio título já indica as deficiências do livro o problema fora colocado de forma tão errônea que a solução não podia ser acertada. *As relações de propriedade dos tempos antigos foram destruídas pelas feudais, e estas pelas burguesas.* Isto posto, a própria história encarregou-se de submeter à crítica, as relações de propriedade do passado. Do que trata no fundo Proudhon, é da *moderna propriedade burguesa*, tal como existe hoje em dia. A pergunta: que é essa propriedade? – só se podia contestar com uma análise crítica da *economia política*, que abarcasse o conjunto dessas *relações de propriedade*, não em sua expressão jurídica, como *relações volitivas*, mas em sua forma real, isto é, como *relações de produção*. Mas como Proudhon vinculava todo o conjunto dessas relações econômicas ao conceito jurídico geral de ‘propriedade’, *la propriété*, não podia ir além da contestação que já Brissot dera, em uma obra similar, antes de 1789, repetindo-a com as mesmas palavras: ‘a propriedade é um roubo’.

No melhor dos casos, daí se pode deduzir, unicamente, que o conceito jurídico burguês do ‘roubo’ é aplicável também aos lucros ‘*bem havidos*’ do próprio burguês. Por outro lado, em vista de que o roubo, como violação da propriedade, *pressupõe a propriedade*, Proudhon enredou-se em toda sorte de sutis raciocínios, obscuros até para ele próprio, sobre a *verdadeira propriedade burguesa*”.²⁶¹

Ora, conforme se pode observar, nenhuma palavra foi escrita por Marx concordando com Proudhon; portanto, não cabe a identificação feita por Maranhão.

Outro ponto a destacar é que Djalma Maranhão, nos artigos citados e escritos em 1961, não questiona explicitamente o modo capitalista de produção. O fulcro de sua concepção é, conforme foi dito anteriormente, voltado para a superação do subdesenvolvimento, o que implicava naturalmente a luta pela industrialização do país e pela reforma agrária. Para que isso se concretizasse, tomava-se necessário libertar o Brasil da “tutela imperialista” e por isso mesmo a “luta antiimperialista deve ser, neste instante, a grande bandeira do povo brasileiro, porque, enquanto não nos libertarmos da influência e da tutela econômica do estrangeiro, não podemos pensar em melhorar as condições de vida do nosso povo. Enquanto o Brasil for um país dependente, seremos um povo pobre, um

²⁶⁰ K. Marx. “Carta a P. V. Amlenkov (Bruxelas, 28-12-1846)”. In: *Miséria da filosofia*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965, p. 181.

²⁶¹ K. Marx. “Carta a J. B. Schweitzer”. In: *Miséria da filosofia*, p. 187. (Grifos do autor.)

país mendigo”.²⁶² Tratava-se, por conseguinte, de desenvolver uma indústria nacional, pois “vemos, nesta hora, um falso desenvolvimento industrial no país. Será, porventura, nacional brasileira, a indústria automobilística? Sabemos que não”.²⁶³ Maranhão não explicita, entretanto, o caráter dessa indústria nacional; não questiona a base na qual deveria se assentar esse desenvolvimento. Não questiona, outrossim, o capitalismo, mas apresenta as revoluções da China e de Cuba como exemplos a serem seguidos, ou seja, aponta sempre para experiências ditas socialistas. Não elucida claramente o que entende por reforma agrária (“para os socialistas-marxistas é uma etapa da luta” – em direção a quê?) e como deverá ser feita; porém deixa antever que “o Nordeste é, hoje, uma região dominada pela miséria; campo fértil para uma experiência revolucionária”.²⁶⁴

Do exposto, pode-se depreender que Maranhão não punha inteiramente a nu a essência das relações de exploração decorrentes do caráter de classe da formação social brasileira. O nacionalismo, aqui concebido, “se caracteriza essencialmente por combater o imperialismo e pelo reconhecimento de uma relação de dominação entre nações, onde umas sugam riquezas das outras, remetem lucros para o exterior²⁶⁵ e que configuram a situação de subdesenvolvimento como sendo de exploração”.²⁶⁶ Com efeito, parece inequívoca a influência das “Teses para discussão”, oriundas do V Congresso do PCB realizado em 1960, nas formulações de Djalma Maranhão. Isto porque, *em primeiro lugar*, embora tenha sido expulso do partido em 1946, Maranhão nunca renegou o marxismo. *Em segundo lugar*, pelo fato de ter sido apoiado e por ter contado sempre com esse apoio do PCB, através inclusive do seu irmão Luiz Maranhão Filho, deputado estadual e membro do

²⁶² D. Maranhão. “A Luta antiimperialista dos países subdesenvolvidos – 3ª parte”. *Jornal de Natal*, 13 de ago. 1961, p. 1.

²⁶³ D. Maranhão. “1ª parte”. *Jornal de Natal*, 2 de jul. 1961, p. 1.

²⁶⁴ D. Maranhão. “Reforma agrária no Nordeste”. *Jornal de Natal*, 25 de mai. 1961, p. 1.

²⁶⁵ A citação, a seguir transcrita, parece caracterizar bem a situação pré-1964. Observe-se: “Antes de 1964, o socialismo que se difundia no Brasil era *forte em antiimperialismo e fraco na propaganda e organização da luta de classes*. A razão esteve em parte ao menos na estratégia do Partido Comunista, que pregava a aliança com a burguesia nacional. Formou-se, em consequência (...) um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo terreno. *O aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário*, onde o PC fazia valer a sua influência sindical, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica. *E o aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária*”. R. Schwarz. *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 63.

²⁶⁶ Veja-se a propósito o item referente ao “Nacionalismo da Campanha de Djalma Maranhão e o Nacional-Desenvolvimentismo”, parte I, cap. 2 deste trabalho.

Comitê Estadual bem como através de outras figuras históricas, como o médico Vulpiano Cavalcante. Assim, no citado documento pode-se ler, entre outras coisas que: “a exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesado tributo à nação. Os monopólios norte-americanos se apropriam de parcela ponderável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que toma o processo de acumulação interna ainda mais” penoso para o povo (...). Dessa maneira, “a opressão imperialista norte-americana faz sentir os seus efeitos sobre todas as camadas do povo. Os problemas da emancipação nacional se tomam, assim, problemas candentes (...)”. Sobre o caráter da revolução: “a revolução no Brasil, na sua atual etapa, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: a *inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo*, (...); a *transformação radical da estrutura agrária*, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional (...); a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares”. Sobre “as ações unitárias das forças nacionalistas”: estas “se desenvolvem na luta por soluções de interesse comum: *defesa do petróleo e das riquezas nacionais, controle e regulamentação do capital estrangeiro*, ampliação do comércio exterior ao mercado socialista, *proteção à indústria nacional*, política de câmbio favorável ao desenvolvimento independente do país, assim como mudanças na política e na composição do governo, num sentido nacionalista e democrático”.²⁶⁷ Pode-se constatar, claramente, pontos de identificação entre as formulações de Maranhão e as “Teses”, muito embora nos textos que foram objeto desta análise, ele não faça nenhuma colocação acerca de revolução e do seu caráter, nem tampouco sobre a existência ou não de resquícios feudais no campo.

²⁶⁷ Partido Comunista Brasileiro. “Teses do V Congresso”. In: J. Pinsky. *Questão nacional e marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 286-9. (Grifos nossos.)

2.2 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA NAS FORMULAÇÕES DE MOACYR DE GÓES

Ante um tal quadro, cabe agora perguntar: em que consistia a concepção e qual era a “função” social da educação e cultura, segundo o nacionalismo em foco? Ou seja, como esse “nacionalismo de esquerda” entendia a questão da educação e cultura?

Em discurso que pronunciou ao assumir a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município de Natal, em 7 de novembro de 1960, Moacyr de Góes assinalava: “nesta altura se faz presente uma pergunta: qualquer escola satisfaz? Basta ensinar o b-a-bá e que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil?

– Certamente que não (...). No mínimo, colocar nas mãos do educando o aprendizado para a vida social, ao mesmo tempo que construir uma escola brasileira para servir ao Brasil (...). Vivemos a hora da encruzilhada de todos os países subdesenvolvidos, o amanhecer da emancipação econômica (...)”.

E salienta adiante: “Eis a visão mais larga no equacionamento dos nossos problemas de país subdesenvolvido. Sempre, (...) a educação foi problema de base. Também agora para formação de uma grande Pátria, independente e soberana, temos que partir da educação. Para nossa emancipação econômica (...) temos que formular uma política educacional brasileira em termos nacionalistas, através de uma escola nacional e nacionalizante”.

Com efeito, para Moacyr “são terminados os tempos da transplantação cultural, isto é, do colonialismo em sua mais ampla acepção”. E fazia um apelo: “juntai as vossas forças à escola brasileira para a edificação da grande casa da cultura nacional e, então, estareis construindo a independência definitiva do povo e do país”.²⁶⁸

Prosseguindo na mesma linha de interpretação, por ocasião do encerramento da I Praça de Cultura de Natal, realizada na primeira semana do mês de outubro de 1961, o

²⁶⁸ Citações extraídas do documento: M. de Góes. Discurso de posse na Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município de Natal. Natal, 1960 (datilografado).

então secretário de Educação, Cultura e Saúde assim se expressava: “há que se fazer a integração popular no processo cultural brasileiro, sob pena de continuar a alienação do homem e seu conseqüente alheamento às magnas questões da nacionalidade. Pois, se há uma crise em desenvolvimento, é a alienação, homem-marginal, não consultado, não ouvido, não opinante, não participante. Uma minoria dirige este país e se interessa em manter esse domínio, pois é um privilégio e os privilegiados jamais abrem mão de suas prerrogativas. Enquanto o povo, pela sua maioria esclarecida e lúcida, não se constituir na grande força opinativa que é a sua missão, a alienação do homem brasileiro continuará a ser o grande obstáculo a nossa mais plena realização como povo e como nação”.

Assim sendo, a educação tem um papel decisivo a desempenhar no que diz respeito à “libertação do homem brasileiro”. Observe-se o que diz ainda Moacyr de Góes: “E, como nós temos uma fé carismática na educação – e por isso somos, pessoalmente, professor (...) – acreditamos que só através da educação e da cultura poderemos libertar o homem brasileiro de sua alienação e o povo brasileiro de sua servidão”. E acrescenta: “estamos, assim, no caminho” de criar uma nova cidade e, conseqüentemente um novo Brasil, através da educação (...). A educação, no Nordeste, há que preceder as mudanças de estrutura, preparando o amanhã novo da sociedade renovada.

Eis que esta nova sociedade há de vir, livre do pecado original do bezerro de ouro do capitalismo. Quando não mais se negará o pão ao homem, a terra ao camponês, a liberdade e a justiça ao operário, a educação, a cultura, a saúde a todas as gerações. Há de vir quando o homem não for mais alienado na sociedade brasileira; quando o povo se libertar da servidão e tomar em suas mãos, sem tutelas nem ingerências, o seu próprio destino”. Entretanto, “só a cultura libertará o homem, pois não é cansativo repetir José Martí, que colocamos no frontispício de nossa praça: ‘Ser culto para, ser livre’, pois o nosso empenho em democratizar e popularizar a cultura, o verdadeiro caminho da grande revolução, que é missão de minha geração. Revolução em defesa de um pensamento brasileiro, sem a transplantação cultural. Revolução em defesa do homem esmagado pela injustiça social. Revolução em defesa do país, que também se aliena pela pressão dos grupos imperialistas que sufocam a sua economia e o seu desenvolvimento”.²⁶⁹

²⁶⁹ Citações extraídas do documento: M. de Góes. Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da I Praça da Cultura de Natal, realizada na primeira semana de outubro de 1961. Natal, 1961.

Moacyr de Góes, naturalmente em decorrência da “fé carismática” que depositava na educação enquanto instrumento de “libertação do homem brasileiro”, dava grande ênfase à profissão de professor, encarando-a, inclusive, liricamente. Com efeito, no seu discurso de posse assinalava: “Antes deste Ginásio [Moacyr se referia ao Ginásio Municipal] eu era um bacharel. Depois deste Ginásio procurei ser um professor (...). E vos direi nesta hora, (...) que os marcos na vida de um professor são os mais belos da vida de um homem: são os marcos construídos com os corações de seus alunos, com as almas e o amor dos moços e também os seus sonhos e as suas esperanças. E vos direi mais: nesta hora estou vendo todas as minhas salas de aula, no trabalho anônimo e obscuro da construção das gerações; estou vendo, rosto por rosto, os meus alunos e nas suas faces juvenis aquele apoio que nunca me faltou e cuja força, mais do que nunca, vou precisar ao iniciar mais uma tarefa”.

E arremata: “perdoai este extravasamento sentimental (...). O que seria de um mestre-escola se sempre não estivesse disposto a mostrar o coração, fora do peito”?²⁷⁰

Ao se apreciarem as formulações de Moacyr de Góes nos textos citados, além do seu “tom religioso”, vai se encontrarem *primeiro lugar* uma associação entre educação e subdesenvolvimento; isto está bastante claro. Observe-se a propósito, a seguinte passagem: “eis a visão mais larga no equacionamento de nossos problemas de país subdesenvolvido (...). Para a formação de uma grande Pátria independente e soberana temos que partir da educação”.²⁷¹ Isto é, de fato, o ponto de partida: educar para superar o subdesenvolvimento, educar para libertar o homem brasileiro, educar para modificar estruturas. “A educação, no Nordeste, há que preceder as mudanças, de estrutura, preparando o amanhã novo da sociedade renovada”.²⁷²

Do exposto pode-se depreender que, para Moacyr de Góes, a educação teria um caráter revolucionário; assim sendo, cabia a ela, educação, precedendo as mudanças de estrutura, diversamente da indicação de Marx,²⁷³ “preparar o amanhã novo da sociedade

²⁷⁰ M. de Góes. Discurso de posse na Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município de Natal. Natal, 1960 (datilografado).

²⁷¹ Idem.

²⁷² M. de Góes. Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da I Praça de Cultura. Natal, out. 1961 (datilografado).

²⁷³ “Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez”. K. Marx. “Para a crítica da economia política”. In: *Obras*. São Paulo, Abril, 1974. Col. Os Pensadores, v. 35, p. 136.

renovada”.

Resta saber o que seria essa “sociedade renovada” na acepção de Moacyr de Góes. Na verdade, ele não fornece uma indicação segura no sentido de identificar um tipo de formação social historicamente determinada. Desse modo, ele especifica simplesmente “que esta nova sociedade há de vir, livre do pecado original do bezerro de ouro do capitalismo. Quando não mais se negará o pão ao homem, a terra ao camponês, a liberdade e a justiça ao operário, a educação, a cultura, a saúde a todas as gerações”.²⁷⁴

Cabe assinalar, enquanto isso, que Moacyr de Góes encarava a educação como tendo um poder “messiânico” de transformar a realidade e de “libertar o homem brasileiro”. Sem embargo, afirmava Moacyr: “e, como nós temos uma fé carismática na educação (...) acreditamos que só através da educação e da cultura poderemos libertar o homem brasileiro de sua alienação e o povo brasileiro de sua servidão”.²⁷⁵

Em segundo lugar, parece evidente a proximidade do universo ideológico dos isebianos Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré nas formulações teóricas de Moacyr de Góes e da Campanha, sobretudo através dos conceitos de *alienação* e de *transplantação cultural*.

A propósito de alienação observe-se o que explicitava Góes em 1961: “há que se fazer a integração popular no processo cultural brasileiro, sob pena de continuar a alienação do homem e seu conseqüente alheamento às magnas questões da nacionalidade. Pois, se há uma crise em nosso desenvolvimento, é a alienação homem-marginal, não consultado, não ouvido, não participante. Uma minoria dirige este país e se interessa em manter esse domínio (...) Enquanto o povo, pela sua maioria esclarecida e lúcida, não se constituir na grande força opinativa que é a sua missão, a alienação do homem brasileiro continuará a ser o grande obstáculo a nossa mais plena realização como povo e como nação (...).”²⁷⁶

Conforme pode-se notar, a alienação aparece, inicialmente, como um “alheamento” do “homem” com relação às “magnas questões da nacionalidade”. Esse “homem brasileiro” alienado aparece aqui abstratamente, isto é, independentemente de sua condição de classe. Esse homem é um “marginal” no sentido de que não opina e não participa, afinal ele não é

²⁷⁴ M. de Góes. Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da I Praça de Cultura. Natal, out. 1961 (datilografado).

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

consultado e somente uma “minoría dirige este país”. Assim sendo, configura-se um segundo ponto a ser considerado: é a maioria que é alienada, porquanto não participa da direção do país, que é dirigido por uma minoria. Como terceiro ponto tem-se uma indicação de que o povo é maioria (“enquanto o povo pela sua maioria esclarecida e lúcida...”) e como tal é alienado. Entretanto, inexistente uma identificação explicitando o que forma, o que constitui o povo (para Gramsci, “el conjunto de las clases subalternas e instrumentales de todos los tipos de sociedad que han existido hasta ahora”)²⁷⁷ e tampouco em que consistia essa minoria dirigente. Existiria para Moacyr de Góes um outro tipo de alienação que não a do “homem brasileiro”? Sim, evidentemente, porque o país “também se aliena pela pressão dos grupos imperialistas que sufocam a sua economia e o seu desenvolvimento”.

Tem-se, portanto, dois tipos de “alienados”: de um lado o “homem brasileiro” através da sua maioria, do seu povo; de outro, o país sufocado economicamente pelos “grupos imperialistas”.

Cabe agora uma indagação: é possível a superação da alienação? Em que sentido? Sim, através de uma nova “sociedade [que] há de vir, livre do pecado original do bezerro de ouro do capitalismo; (...); quando o povo se libertar da servidão e tomar em suas mãos, sem tutelas nem ingerências, o seu próprio destino”.²⁷⁸ Não há indicação, conforme foi dito anteriormente, de qual forma histórica de sociedade seria essa “livre do pecado original do capitalismo”.

Enquanto isso acrescentava Moacyr de Góes: “só a cultura libertará o homem (...), o verdadeiro caminho da grande revolução, que é missão de minha geração”;²⁷⁹ isto é, para ele, a revolução não é “missão” de uma classe ou de um conjunto de classes, mas de uma geração. “Revolução em defesa de um pensamento brasileiro, sem a transplantação cultural”,²⁸⁰ pois “são terminados os tempos de transplantação cultural, isto é, do colonialismo em sua mais ampla acepção”.²⁸¹ Revolução em defesa do homem esmagado pela injustiça social. Revolução em defesa do país, que também se aliena pela pressão dos

²⁷⁷ A. Gramsci. *Cultura y literatura*. 4ª ed. Barcelona, Península, 1977. p. 330.

²⁷⁸ M. de Góes. op. cit.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ M. de Góes. Discurso de posse na Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Natal. Natal, out. 1960 (datilografado).

grupos imperialistas que sufocam a sua economia e o seu desenvolvimento”.²⁸²

Mais uma vez permanece a indefinição e a ambiguidade. Desse modo, pode-se constatar facilmente que o discurso de Moacyr de Góes não enseja nenhuma interpretação sobre o caráter dessa revolução. Mais uma vez o homem é tratado abstratamente. Assim, em primeiro lugar, trata-se de “libertar o homem”; em segundo lugar, trata-se de uma “revolução em defesa do homem esmagado pela injustiça social”, sem, no entanto, localizar na estrutura social a posição desse agente “vítima” da injustiça. Trata-se, por fim, de uma revolução “em defesa do pensamento brasileiro” e em “defesa do país” alienado em virtude da “pressão dos grupos imperialistas que sufocam a sua economia e o seu desenvolvimento”. Desenvolvimento, observe-se, aparece também de forma abstrata, sem nenhuma vinculação histórica com um modo de produção específico.

Tal qual se encontra explicitada, a alienação não significa, pois, a perda do controle do trabalho pelo operário no interior do processo de produção capitalista, conforme especificava Marx em *O Capital*. Para Marx, o trabalhador torna-se alienado do processo de produção na medida em que nada decide acerca do caráter a ser impresso pelo trabalho, resumindo-se a obedecer a um plano traçado pelo capitalista e a ser objeto de exploração do capital.²⁸³ Nesse sentido, a superação da alienação só é possível com a superação do modo capitalista de produção. Na formulação de Moacyr de Góes, alienação significa, por um lado, alheamento do “homem brasileiro” frente a sua própria realidade social, frente “aos magnos problemas da nacionalidade”. Portanto, nada tem a ver com um processo de produção historicamente determinado. Por outro lado, um país pode ser alienado na medida em que tem a sua economia controlada por grupos imperialistas. Para Moacyr, a superação da alienação só é possível “quando o povo se libertar da servidão e tomar em suas mãos, sem tutelas nem ingerências, o seu próprio destino”.²⁸⁴

Exatamente no que se refere à alienação de um país ou de uma nação é que reside, ao que parece, uma aproximação do universo ideológico de Álvaro Vieira Pinto nas

²⁸² M. de Góes. Discurso pronunciado no encerramento da I Praça de Cultura. Natal, out. 1961 (datilografado).

²⁸³ “La enajenación del trabajo significa entonces que el proceso de trabajo es organizado en función de un uso sobre cuyas predeterminaciones el obrero no tiene ningún poder de decisión (...) los obreros no participan de las decisiones que presiden el proceso de trabajo.” A. Palma. “La Organización capitalista del trabajo en el capital de Marx”. *Cuadernos de pasado y presente*. 2ª ed. Buenos Aires, (32): mar. 1974, p. 28.

²⁸⁴ M. de Góes, op. cit.

formulações de Moacyr de Góes. Assinala Vieira Pinto que “a nação subdesenvolvida é, portanto, um *ser social* igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia e por esse meio, o seu destino”.²⁸⁵ Essa influência se repete igualmente a propósito da superação da alienação através de uma revolução, “aquela que consiste na tomada de poder pelas forças sociais movidas pela autêntica consciência nacionalista (...)a conquista da plena soberania, colocando no interior da nação, nas mãos do povo, das massas trabalhadoras, o centro de suas decisões históricas, tal é a essência da revolução necessária”.²⁸⁶

No que toca ao segundo aspecto, assinala Caio Navarro de Toledo que “o termo transplantação é freqüentemente utilizado por N. W. Sodré para designar o fenômeno da alienação cultural a que estiveram sujeitas nossas elites durante todo o período colonial estendendo-se tal fenômeno até o início do século”.²⁸⁷ Com efeito, salienta Sodré que “voltaram-se eles [homens de pensamento] (...) para os livros estrangeiros, para os modelos distantes e se esmeram por vezes com incontestável virtuosismo na imitação, na cópia, desprezando tudo que o cercava sem nenhuma intenção de reduzir o aprendido à escala local, regional ou nacional; isolaram-se no ambiente, voltaram-lhe as costas (...)”.²⁸⁸ Para Sodré, “(...) no quadro da estrutura colonial – que avança além do período colonial – a *imitação, a cópia, a aceitação dos postulados externos sem exame*, tudo aquilo que englobamos no conceito de transplantação, abrangendo desde instituições até idéias literárias, não era escolha, era o único caminho”.²⁸⁹

Moacyr de Góes parece identificar-se com a idéia de Wemeck Sodré, no sentido de que transplantação significa sobretudo alienação cultural Tanto é assim que afirma: “só a cultura libertará o homem” e que este é “o verdadeiro caminho da grande revolução”, revolução essa que se propõe, entre outras coisas, ser uma “revolução em defesa de um pensamento brasileiro, sem a transplantação cultural”.²⁹⁰ Mas, conforme especificava

²⁸⁵ A. P. Pinto. *Consciência e realidade nacional*, citado por C. N. de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978, p. 73.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 78.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 83.

²⁸⁸ N. W. Sodré. “Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira”. In: C. N. de Toledo, op. cit., p. 83.

²⁸⁹ *Idem.* (Grifos do autor.)

²⁹⁰ M. de Góes, op. cit.

Nelson Wemeck Sodré, a transplantação não se dava somente no âmbito da cultura, abrangendo também as “instituições”, enquanto que, para Góes, transplantação significava “colonialismo em sua mais ampla acepção”.²⁹¹

Do exemplo pode-se constatar pontos de semelhança entre o pensamentos dos autores isebianos citados e as formulações de Moacyr de Góes. É claro que em níveis distintos de elaboração, onde o discurso de Góes se apresenta de forma bem mais simples em virtude mesmo das condições e dos limites com que foi produzido. No primeiro caso trata-se, de obras de intelectuais portadores de grande erudição; no segundo caso trata-se de simples discursos, pronunciados em público, por um jovem professor provinciano menos erudito, naturalmente, mesmo porque “eram precárias as bases ideológicas poucos eram os que as possuíam [e, dessa maneira] se tocava quase sempre de ouvido”.²⁹²

Um fato a destacar, por fim, é que embora permaneça a ênfase na luta antiimperialista como ponto de identificação do pensamento de Djalma Maranhão e Moacyr de Góes, este último faz alusão aos temas alienação e transplantação cultural ausentes nos escritos do primeiro (pelo menos nos que foram consultados). A vinculação específica de Moacyr com a educação e cultura talvez explique a diferença: alienação era abordada tendo em vista, também, a cultura; e o caso da alienação cultural, que decorre, em parte, de transplantação cultural.

2.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR SEGUNDO DOCUMENTOS DA CAMPANHA

A uma terceira etapa da análise tentar-se-á reconstituir a concepção de educação e cultura, principalmente de cultura popular, segundo expressavam documentos da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Nesse sentido há que se assinalar, inicialmente que o “significado do termo cultura popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias

²⁹¹ Idem.

²⁹² M. de Góes. Entrevista citada.

atuais”.²⁹³ Dessa maneira, a “eclosão dos movimentos de cultura popular” representa uma tomada de “consciência dessa dominação por parte do povo brasileiro”.²⁹⁴

Com efeito, a “conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação. Esta conscientização assume formas mais agudas na medida em que outros povos da América Latina lutam igualmente contra a opressão a que estão submetidos, evidenciando-se a existência de um movimento libertário do qual Cuba é o primeiro país a conseguir êxito deste grande anseio de libertação nacional”.²⁹⁵

Em um tal contexto “a nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular”,²⁹⁶ isto é, a cultura popular assume uma dimensão importante no processo de libertação. Essa “participação” da cultura popular desdobra-se em dois momentos essenciais: “assume no *primeiro momento* o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos os nossos valores criados e elaborados aqui. Essa tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido do universal (...)”.²⁹⁷ Assim sendo “(...) o esforço tem que ser realmente grande para ajudar no processo de desalienação de nossa cultura (...), pois os instrumentos que a classe dominante usa para a massificação de nosso povo estão em ação constante”.²⁹⁸

Enquanto isso, “num *segundo momento*, assume a cultura popular um caráter de luta que, ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promova a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo. Cultura popular que leva o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas, principalmente, criador de expressões culturais”.²⁹⁹

A cultura popular se apresenta, então, como “*um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder*”.³⁰⁰ Mas não somente, porquanto a

²⁹³ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*. Natal, 1963, p. 26.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 1.

²⁹⁵ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 3.

²⁹⁶ *Idem.*

²⁹⁷ *Idem.* (Grifos nossos.)

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 20.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 3. (Grifos nossos.)

³⁰⁰ *Idem.* (Grifos nossos.)

“tomada revolucionária do poder não extingue a cultura popular, ao contrário, deixa aberto o caminho para uma criação cultural autêntica e livre, (...), popular, nacional”.³⁰¹

Depreende-se do exposto a existência de “um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional-socialismo e luta antiimperialista”.³⁰² Em decorrência tem-se uma situação em que a cultura popular, embora seja um instrumento da revolução, somente a “afirmação” e vitória desta revolução é que irão possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico.

Fica claro, portanto, o mais profundo sentido dialético da revolução popular, que não é um fim, porém um meio de conseguir a libertação total do povo, fazendo-o construtor do seu destino, pois “NENHUM POVO É DONO DO SEU DESTINO SE ANTES NÃO É DONO DE SUA CULTURA”.³⁰³

Pode-se observar que o texto, ora analisado, “Cultura Popular e Pé no Chão”, elaborado pela Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler e apresentado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado em setembro de 1963 em Recife, colocava certas questões de forma mais clara do que Moacyr de Góes nos discursos há pouco referidos. Veja-se, por exemplo, que a cultura popular se apresenta claramente como “um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder”³⁰⁴ e pela primeira vez se mencionava explicitamente “revolução popular” e “socialismo”, ou seja, os problemas começavam a ser colocados de forma menos ambígua: “revolução popular” ao invés de “grande revolução”, “socialismo” ao invés de uma “sociedade (...) livre do pecado original do capitalismo”.³⁰⁵

Essa diferença na maneira de colocar os problemas provavelmente não se prendia exclusivamente à forma, ao instrumento de comunicação: discursos pronunciados em público, no caso de Moacyr de Góes, e, no segundo caso, um documento escrito destinado a ser apresentado num encontro específico sobre alfabetização e cultura popular. Essa

³⁰¹ Idem.

³⁰² Ibid., p. 4.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Ibid., p. 3.

³⁰⁵ M. de Góes. Discurso pronunciado por ocasião do encerramento da I Praça de Cultura. Natal, out. 1961.

diferença talvez decorra de outros aspectos mais importantes, quais sejam: *em primeiro lugar*, os discursos analisados de Moacyr foram escritos e pronunciados em 1960 e 1961; o documento da Campanha foi escrito em 1963, isto é, a conjuntura política de 1960/1961 era diferente da conjuntura política em 1963, onde o processo de mobilização popular era maior, onde os conflitos se exacerbavam cada vez mais; *em segundo lugar*, vale a pena lembrar que em 1963 todo um grupo vinculado à AP (Ação Popular)³⁰⁶ e que era formado inclusive pela “liderança estudantil que conhecia a UNE” estava trabalhando na Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da prefeitura de Natal. Esse fato parece ter muita importância no que diz respeito à formulação das bases teórico-ideológicas da Campanha a partir de 1963, de que o documento citado constitui um reflexo.

Isto posto, cabe indagar, agora, como era concebida a Campanha. Em largos traços, pode-se assinalar que assim era concebido o citado movimento educacional: “A alfabetização constituindo o núcleo de toda obra de cultura popular deve ter o objetivo máximo integrar o educando, na sua comunidade, dando para isso a oportunidade de sentir e viver a cultura do seu povo (...). Tal integração deve ter como sentido uma profunda vivência com a problemática da terra, de tal forma que o aluno sinta a realidade regional, estadual e nacional e reflita sobre tais problemas (...). A integração da criança ao meio ainda deve ser atingida através do próprio conteúdo do ensino. Assim é que todo o currículo deve ser desenvolvido através de grandes temas que procurem dar ao aluno uma visão de conjunto com uma interpretação de suas implicações no setor social”.³⁰⁷ Enquanto isso, “ao lado da alfabetização (...) está a preocupação por uma conscientização e politização dos adultos”.³⁰⁸ Destaque-se que não somente as Escolinhas/ Acampamentos assumiam esse processo de conscientização e de politização, pois “em 1963 os círculos [de pais e professores] se preparam para ser [também] um instrumento de politização”.³⁰⁹ Por outro

³⁰⁶ A Ação Popular (AP) “surgiu por volta de 1960, de uma dissensão entre o grupo estudantil da – JUC (...) e a hierarquia religiosa. A AP sustentava que não havia no Brasil um partido revolucionário do qual ela exigiria os seguintes requisitos: 1) existência de ‘uma ideologia verdadeiramente revolucionária’; 2) ‘ação de presença constante – junto à massa’; 3) a real participação, no partido; de militantes da ‘extração social dominada’”. A. J. Poerner. *O Poder Jovem*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 188. No Rio Grande do Norte igualmente a “AP surge de um racha na JUC. A JUC racha, inclusive a prepotência (...) e “o autoritarismo de dom Eugênio Sales são responsáveis pelo surgimento da AP aqui. (...). E esse grupo, que era constituído pela liderança estudantil que conhecia a UNE, vai trabalhar (...) comigo”. M. de Góes. Entrevista citada.

³⁰⁷ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, op. cit., p. 6.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 16.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 14. (Grifos nossos.)

lado, “no esforço de trazer bem viva a cultura popular em Natal e complementando as atividades da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler existe a Diretoria de Documentação e Cultura (...)”. E “o esforço tem que ser realmente grande para ajudar no processo de desalienação de nossa cultura. Desalienação sim, pois vivemos sob a tutela da cultura de dominação (...)”. Dessa maneira, “somente vivendo um processo de tentativa de revitalização de nossa cultura poderemos saber das barreiras encontradas, pois os instrumentos que a classe dominante usa para a massificação de nosso povo estão em ação constante”.³¹⁰ Com efeito, “o processo de emancipação cultural do povo brasileiro faz-se necessário o mais rápido possível, pois nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura”.³¹¹ Por isso, “a cultura na mão do povo é arma na luta pela liberdade”.³¹² Assim, “(...) o MCP e a Campanha De Pé no Chão têm o mesmo embasamento,³¹³ a autenticidade de uma cultura popular e se propõem ao mesmo fim o da libertação popular através da educação (...)”. Desse modo, “nascida da reivindicação

³¹⁰ Ibid., p. 20.

³¹¹ Ibid., p. 23.

³¹² 72. Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Livro de leitura/ adulto*, da Campanha De Pé no Chão, p. 37.

³¹³ O MCP e a Campanha De Pé no Chão não somente tinham o “mesmo embasamento” (tanto é assim que o livro de leitura/adulto da Campanha é uma adaptação do livro do MCP às peculiaridades de Natal, realizada por uma equipe de trabalho sob a coordenação da professora Maria Diva da Salette Lucena), mas também possuíam formas de organização muito parecidas, o que enseja interpretar ambos (MCP /Campanha) como fruto de um mesmo processo e como tendo um mesmo projeto de educação e cultura. Observe-se a propósito esta passagem: o MCP “nasceu do ascenso das forças populares. (...). É um lúcido esforço da comunidade inteira – populares, estudantes, intelectuais, particulares e poderes públicos – para acelerar a elevação do nível material e espiritual do povo, através da educação e da cultura. (...). Porque a obsessão do MCP é educar para a liberdade. Para a autonomia. Para a maioridade. Educar não só a criança. Mas o adolescente. E também o adulto. Educar através de escolas comuns. Educar, recorrendo a processos informais, nas praças públicas e em plena rua. (...). Educar, explorando novos métodos e técnicas de educação. Experimentando. Adaptando. Criando. Educar, recreando. Educar informando.

É assim a escola do MCP. A escola desburocratizada. Gratuita. (...) Desalienada. Regionalizada. Popular, porque voltada para a emancipação do povo. (...) Para enriquecer esta. Para torná-la atraente, apesar de pobre. Para motivar a ida à escola tantas vezes funcionando num mocambo – e deflagrar na comunidade a paixão do saber, o MCP tudo mobiliza. Tudo aglutina. E funde tudo sob uma só bandeira, num só movimento de educação e cultura para todos. O diversificado e denso folclore do Nordeste. O natalino, o carnavalesco e o joanino, que darão ao povo o comando incontestável de nossas grandes festas populares. Que caracterizam a originalidade de nossa cultura. E enfatizam a contribuição popular. As artes plásticas e o artesanato. O teatro, o cinema. A música, o canto e a dança. A literatura. A ciência. A pesquisa. Os problemas brasileiros. O cooperativismo. O sindicalismo. A documentação, a formação profissional. Os esportes. Atividades sem conta, que se institucionalizam em escolas, cursos, bibliotecas, conjuntos teatrais, centros de cultura, ciclos de leitura, institutos de pesquisa, museus, galerias de arte, centros artesanais, cines-clube, praças de cultura, tele-clubes, discotecas, festas populares, festivais, semanas de estudos, seminários, painéis, dramatizações, conferências e debates”. Movimento de Cultura Popular. “O que é o MCP”. *Arte em Revista*. São Paulo, (3): 69, mar. 1980.

popular (...), a Campanha De Pé no Chão é a resposta de Um povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a espoliação; pela afirmação do direito de todos à educação; pela autenticidade de uma cultura brasileira; por uma escola consciente, crítica e demonstrativa; é a resposta do prefeito Djalma Maranhão, de intelectuais, operários, de estudantes (...) Este Livro de Leitura/ Adulto é mais um marco no processo educacional hoje deflagrado no Rio Grande do Norte, que superando padrões conservadores e intelectualistas se engajou, definitivamente, na luta de emancipação do povo, solidário e comprometido com o destino dos humilhados e ofendidos por uma estrutura social injusta”.³¹⁴

Ao se fazer uma análise das bases teórico-ideológicas em que era concebida a Campanha, vai se constatar, *em primeiro lugar*, que tanto a educação como a cultura popular têm objetivos idênticos, qual seja o da “libertação popular”. Viu-se anteriormente que a cultura popular significava para a Campanha “um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder”. Agora pode-se observar que o “processo educacional” apresenta-se engajado na “luta de emancipação do povo, solidário e comprometido com o destino dos humilhados e ofendidos por uma estrutura social injusta”. Nesse sentido, ambas assumem um caráter instrumental no que diz respeito à “libertação popular”. *Em segundo lugar*, pode-se constatar que a Campanha estava imbuída de um certo “messianismo pedagógico” claramente expresso quando expõe a sua finalidade, qual seja: a da “libertação popular através da educação”. Entretanto, é importante destacar que ao pretender a “libertação popular através da educação” e ao se definir como um processo educacional que se “engajou (...) na luta da emancipação do povo”, ou seja, ao desaguar no “messianismo pedagógico”, a Campanha, tal qual era concebida, ao mesmo tempo em que cometia um equívoco, porquanto caía no culturalismo e valorizava em excesso o papel da educação num processo de transformação social, procurava se afastar do que se convencionou chamar de “reformismo burguês”. Ora, para esse “reformismo” a educação constitui um elemento que contribui decisivamente para a ascensão social dos indivíduos, ou seja, constitui um instrumento importante no sentido de possibilitar a passagem, o trânsito do indivíduo de um “estrato inferior” para um “estrato superior”, interessando-se assim, pela mobilidade individual e esquecendo-se inteiramente da estrutura de classes da

³¹⁴ M. de Góes. [Introdução]. In: Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Livro de Leitura/adulto*. Natal, 1963.

sociedade. Nessa perspectiva, o reformismo burguês, ao perceber a existência de problemas e obstáculos organizacionais e materiais ao pleno desempenho das “funções” escolares, enquanto instância de promoção social propõe de imediato uma reforma educacional. Entretanto “(..) la Escuela, en sua esencia ‘promocional’, sale indemne; funciona mal, es cierto, en el lecho: pero podría funcionar bien”.³¹⁵ Dessa maneira, a crítica exercida é meramente institucional, permanecendo intocável a sociedade. Com efeito, ao se colocar contra uma “estrutura social injusta”, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler se inscrevia numa perspectiva diferente, qual seja a da superação das estruturas sociais vigentes. Assim sendo, a Campanha não significava exclusivamente uma nova modalidade escolar; não propunha unicamente uma nova escola para atender a uma realidade determinada, mas se localizava, sobretudo, no interior de um projeto de transformação social, de uma nova sociedade “livre do pecado original do capitalismo”, por mais ambíguo, confuso e mal formulado que fosse esse projeto. Não se tratava, portanto, de fornecer aos indivíduos, isoladamente, um instrumental através do qual pudessem ascender na escala social, nos limites da sociedade existente, tratava-se, isto sim, de lutar contra uma “estrutura social injusta”. *Em terceiro lugar*, ainda dentro das debilidades teóricas da Campanha, pode-se ver que a questão das classes sociais era tratada de forma imprecisa: de um lado existia o povo e, do outro, uma classe dominante. Povo e classe dominante se contrapõem. Entretanto, quem, efetivamente, pertence a esses dois pólos? Quem são os “humilhados e ofendidos” e quem é a classe dominante? Isso não se encontra devidamente explicitado. Mesmo assim, o *Livro de Leitura da Campanha* se reporta às condições de vida e de trabalho de operários e camponeses.

Observe-se:

1. “– O pão dá saúde / Saúde é vida.
– A luta diária do operário é dura. / O salário do operário dá para o pão?
– O pão mata a fome do povo. / Um bom salário é a defesa da família do operário.
– A ceia do povo é só café com pão.”

2. “– Lia luta pela vida? / Sim, ela lava roupa.

³¹⁵ A. T. Vasconi. “Contra La escuela”. *Sociedad y Desarrollo*. Santiago (2): p. 6, 1972.

- O povo, sem casa, vive no casebre.
 - O povo do casebre é pobre. / O brado veio do povo do casebre. / O povo do casebre é bravo.
 - Eu vi o piso da casa. / O piso da casa é de taco.
 - O chão do casebre é de taco?”
3. “– O povo todo da cidade do Natal tem emprego?
 – Na cidade do Natal não há emprego para todo o povo.
 – O homem desempregado não tem casa. / O homem desempregado não tem pão.
 – Na cidade do Natal, a miséria também é causada pelo desemprego.”
4. “– A seca acaba com a vida do campo.
 – O homem do campo é herói? Sim, a luta do homem do campo é heróica. Ele vive isolado e sem apoio. Um dia ele terá pão, casa e roupa para a sua família.
 – O camponês vive da terra. / Da terra ele tira o seu sustento. / O camponês é dono da terra?
 – É dura a vida do sertanejo. Ele ainda usa a enxada. / Todos os anos ele espera a chuva. / Se há seca não há roçado. / O sertanejo ama a sua gleba. / A seca é apenas uma das causas da fuga do sertanejo para a cidade.
 – O lavrador está fugindo do campo? / Muitos não fogem mais. Agem pacificamente, com a esperança de justiça para a sua causa.”
5. “– Muitas crianças no Nordeste morrem na mais tenra idade”, etc.³¹⁶

Pode-se depreender, do exposto, que o “povo é pobre” e que o povo é constituído, portanto, pelos operários, pelos camponeses, pelos desempregados, enfim, pelos explorados da sociedade. Porém, quem, na verdade, constitui a classe dominante? O viés nacionalista dificulta o desvendamento preciso da contradição. De qualquer maneira, mesmo sendo evidente esse limite teórico na interpretação da realidade, é de se presumir que o embate cotidiano possibilitava uma definição crescente das partes em luta a um desnudamento das contradições sociais e a uma delimitação das posições em jogo.

Com efeito, ante o crescimento político e reivindicativo das forças populares, a burguesia se sentiu ameaçada e, temendo perder o controle do processo reformista,

³¹⁶ Citações extraídas do documento: Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Livro de leitura/adulto*. Natal, 1963, p. 81 (mimeografado).

precipitou o rompimento do chamado pacto populista. Isso desaguou no movimento militar de 1964, que, depondo João Goulart da presidência da República, instaurou um regime político excessivamente autoritário e repressivo, retirando, portanto, as massas do cenário político brasileiro.

Nesse contexto os movimentos populares foram desmantelados e severamente reprimidos. Entre eles, os movimentos de educação e cultura popular. Dessa maneira, os limites e as ambiguidades da Campanha não foram capazes de deter a repressão que sobre ela se abateu, implicando, inclusive; seu término.

3 – O MOVIMENTO MILITAR DE 1964 E O TÉRMINO DA CAMPANHA

Repetindo o que ocorria em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não dando margem ao surgimento de qualquer tipo de resistência. Isto significava, sobretudo, o baixo nível organizativo, que ainda predominava, dos setores populares, e que refletia, entre outras coisas, o otimismo que varria este país de Norte a Sul. Assinala Moacyr de Góes que era muito corrente, na época, uma expressão que dizia: “No Brasil não há clima para golpes porque a história é irreversível”.³¹⁷ Isso na verdade constituía um reflexo dos episódios desencadeados a partir da renúncia de Jânio Quadros.³¹⁸ O golpe, no entanto, aconteceu e o sonho dos

³¹⁷ M. de Góes. Entrevista citada. Ainda a respeito desse otimismo. Observe-se o que escreve Gorender: “A reeleitura do que se escreveu nas publicações de esquerda, antes do golpe de 1964 (...), evidencia uma avaliação demasiado favorável acerca das possibilidades das forças populares. Em contrapartida, era pouco realista nossa avaliação do potencial dos adversários”. Tanto é assim que, embora “após o comício de 13 de março se avolumassem os indícios da conspiração direitista, Prestes enfatizou, numa palestra pronunciada na ABI do Rio, na noite de 27 de março, que Goulart se tornava a Bandeira de revolução brasileira e que *não havia condições para um golpe reacionário* (...). A noite de 29, no Estádio do Pacaembu, festejando em São Paulo o aniversário do PCB, o secretário-geral reiterou, *perante milhares de pessoas*, sua avaliação superotimista exposta na ABI”. (J. Gorender. “64: O fracasso das esquerdas”. *Jornal Movimento*. São Paulo (299): 14-15 mar. 1981. Grifos do autor.)

³¹⁸ Observe-se a propósito esta passagem sobre a origem do CPC: “A queda de Jânio foi fundamental para o surgimento do clima que originou o CPC, todo aquele fervor que só tinha uma justificação: a idéia de que íamos chegar lá, e muito rapidamente. Com a renúncia de Jânio, armou-se um golpe de direita para impedir a posse de Jango e instalar uma ditadura de direita, e todos os que depois viriam fazer parte do CPC participaram da luta pela legalidade, junto com Brizola, o III Exército, a UNE, a CGT, os sindicatos, o movimento camponês, etc. Durante esse período, até 1964, tínhamos a perfeita sensação de que as classes populares haviam vencido, uma sensação em que há 14 anos está enterrada”. C. E. Martins. “História do CPC”. *Arte em Revista*. São Paulo, (3): 80, mar. 1980.

progressistas acabou.

Em Natal, a prontidão nos quartéis na noite do dia 31 de março transformou-se na ocupação dos principais pontos da cidade, pelas Forças Armadas, na manhã do dia 1º de abril. Ao mesmo tempo os jornais do dia 1º já estampavam as primeiras notas oficiais sobre o movimento. Dessa maneira, a prefeitura municipal de Natal divulgou uma nota onde tomava público que a “posição do prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart (...)”. Assim sendo, “junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país, na denúncia aos governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul, que (...) colocaram-se fora da lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as Reformas de Base (...)”. Por isso, “ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do Povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das Reformas de Base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

(...) O prefeito Djalma Maranhão, (...), cumpre a sua obrigação de dizer que a PREFEITURA É A CASA DO POVO ONDE SE INSTALA, NESTA HORA, O Q. G. DA LEGALIDADE E DA RESISTÊNCIA”.³¹⁹

No mesmo dia, no mesmo jornal e na mesma página, o contraalmirante Mário Cavalcanti de Albuquerque, comandante naval de Natal, e o coronel Alberto Carlos de Mendonça Lima – respondendo pelo comando da guarnição militar de Natal, pois o titular, general Ornar Emir Chaves, se encontrava ausente, fizeram publicar uma nota Onde expressavam que: “Na qualidade de comandantes das guarnições naval e militar desta capital e deste Estado, e em obediência a instruções dos comandos superiores sediados em Recife-PE, sentimo-nos no dever de nos dirigir à população ordeira desta cidade, com a finalidade principal de tranquilizar a família natalense, face aos acontecimentos que se desenrolam no Sul do País.

Tendo em vista a ameaça do Sr. prefeito desta capital, transmitida diretamente ao

³¹⁹ *Diário de Natal*. Natal, 1 de abr. 1964, p. 6.

comandante da guarnição militar, de desencadear a greve geral em todo o Estado e em particular nesta capital, medidas preventivas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimento com o Sr. governador do Estado, no sentido de impedir a todo custo, mesmo com o emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da ordem pública (...) e o atentado à pessoa e à propriedade privada”. E salienta adiante: “Advertimos ao povo em geral, mas em particular às classes operárias e aos estudantes, que ficam terminantemente proibidos (...), proibição assegurada pela força se necessário, as aglomerações em logradouros públicos, as passeatas sob qualquer pretexto, os comícios, sempre visando à manutenção da ordem pública”.³²⁰

Pode-se observar, facilmente, que as duas notas se chocavam frontalmente. Assim sendo, enquanto o prefeito dava a conhecer sua posição contrária ao movimento militar e comunicava a instalação do Q.G. da legalidade e da resistência na Prefeitura, conclamando o povo a permanecer em “estado de alerta”, nos seus sindicatos, nas suas associações e mesmo nas praças e nas ruas, a nota dos comandos militares, ao contrário, proibia qualquer mobilização, ameaçando, inclusive, o emprego da força para reprimir iniciativas que surgissem nesse sentido. Para tanto, advertia especialmente “às classes operárias e aos estudantes”. Outro ponto a destacar é que a nota vinha assinada somente pelos comandantes da Base Naval e da guarnição militar de Natal, não aparecendo a Base Aérea. Ocorre, entretanto, que a “Base Aérea de Natal de início não participou das ações revolucionárias porque seu comandante, o coronel-aviador Firmino, não apoiava o movimento; substituído esse comandante pelo coronel aviador Lebre, seus elementos passaram a atuar ativamente ao lado dos seus camaradas do Exército”.³²¹

Enquanto isso, a nota do governo do Estado apoiando o movimento militar somente foi divulgado na noite do dia 1º de abril, tendo sido publicada nos jornais do dia seguinte. A propósito do episódio, assinala Hernani D’ Aguiar: “O governador Aluísio Alves ‘tomou o bonde errado’, dando publicidade (...) a um incisivo manifesto em favor de Jango. Todavia, no dia 1º de abril, após diálogo telefônico mantido com Magalhães Pinto, governador mineiro e seu particular amigo, tratou de ‘mudar de camisa’”.

³²⁰ Idem.

³²¹ H. D’ Aguiar. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976, p. 175.

Na noite de 1º de abril, Aluízio divulgou nota oficial onde afirmava: “(...) agora, informado das razões e objetivos do movimento deflagrado sob a liderança do governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição, que visa à autêntica legalidade democrática, ameaçada por fatos que ainda não eram do conhecimento público”.³²² E, assim, o governador do Estado justificava sua posição, embora lamentando “que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar (tenha prestado) inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte (...), não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com respeito às tradições das Forças Armadas, o restabelecimento da tranqüilidade e da paz (...)”.³²³ No mesmo dia 2 de abril as “Classes Produtoras” também fazem publicar uma nota onde “manifestam a sua confiança no patriotismo de nossas gloriosas Forças Armadas”.³²⁴

Na verdade não foi esboçada nenhuma tentativa concreta de resistência. As Forças Armadas trataram logo de ocupar, na manhã do dia 1º de abril, os principais pontos da cidade, cercando alguns sindicatos e, na noite do mesmo dia, intervindo e dissolvendo uma assembléia de estudantes que se realizava no restaurante universitário da avó Deodoro; também foi desfeito o Q.G. da Legalidade pelas próprias forças militares que penetraram no edifício da prefeitura. A reação ao golpe, conforme foi dito, praticamente inexistiu. Sabe-se que os sindicatos marítimos de Areia Branca e Macau, centros produtores de sal no interior do Estado, entraram em greve em protesto contra a deflagração do golpe; que o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, José Rodrigues Sobrinho, enviou telegrama a Jango “no qual – diz o relatório do inquérito comandado por José Domingos – além de hipotecar solidariedade àquele presidente da República, pôs inclusive à disposição do mesmo cinquenta mil camponeses do RGN”.³²⁵ (Afirmativa que parece duvidosa, em todo caso fica a informação.) Sabe-se também que os universitários, cuja União Estadual de Estudantes era presidida por João Faustino Ferreira Neto, lançaram um documento no dia 2 de abril, onde afirmavam que “não sabemos realmente que destino nos aguarda”. Entretanto, “informamos aos colegas que a emocionante Assembléia Geral dos

³²² Ibid., p. 174.

³²³ *Diário de Natal*, 2 de abr. 1964, p. 6.

³²⁴ Idem.

³²⁵ *O Poti*, Natal, 20 de set. 1964. p. 4.

universitários, realizada ontem à noite no DCE, foi encerrada com a intervenção do Exército que, ao invés de cumprir um juramento, covardemente intimida os estudantes e o povo (...). Comunicamos, sem comentários, as brutais prisões de líderes sindicais e ameaças aos estudantes, culminando com a deposição do prefeito da capital e a ocupação do Palácio ‘Felipe Camarão’ pelas forças gorilistas (...). Anima-nos, porém, a certeza de que os brasileiros saberão vencer mais essa tentativa dos comprometidos e reacionários (...). Permanecendo sob a liderança da brava União Nacional dos Estudantes, conclamando todos os universitários a lutar, da forma mais patriótica possível, no sentido de que sejam respeitados os princípios estabelecidos em nossa Constituição e punidos aqueles que estão tentando o golpe direitista. OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL”.³²⁶

A simples leitura das notas lançadas pela prefeitura de Natal e pelos estudantes universitários evidencia prontamente que ambas se pautavam nos mesmos objetivos, quais sejam: o da defesa da legalidade, o cumprimento da Constituição e, por conseguinte, a manutenção de Jango no poder. Entretanto, salienta Moacyr de Góes que “o Q.G. da Legalidade na realidade não funcionou”. E esclarece a seguir, “talvez a situação, o próprio conceito de Q.G. da Legalidade, ainda estivesse vinculada à crise da renúncia de Jânio Quadros, quando Brizolla inicia a luta pela legalidade (...). Então o que nós pensávamos, e era uma expressão muito corrente que se dizia na época, era que *no Brasil não há mais clima para golpes porque a história é irreversível*”.³²⁷ Ainda a propósito do golpe, salienta José Fernandes Machado que “a gente achava, inclusive, que à maneira de 1961 (...), aquilo lá no Sul seria abafado. Aquela rebelião de dois generais de Belo Horizonte, aquilo morreria no caminho”,³²⁸ tal era a avaliação que os setores antigolpistas faziam da situação. “Então”, acrescenta Góes, “aquele *beau geste* do Q.G. da Legalidade e da Resistência somente juntou políticos, pessoas que eram do nosso grupo e que estavam lá tentando saber alguma notícia. Eu passei o dia 1º desesperado tentando falar com o Palácio das Princesas em Recife, tentando saber algumas notícias de Arraes, totalmente ilhado, notícias não chegavam aqui no Rio Grande do Norte. Quando o Exército invadiu a Prefeitura às 9 horas

³²⁶ *O Poti*, Natal, 27 de set. 1964, p. 6.

³²⁷ M. de Góes. Entrevista citada.

³²⁸ J. F. Machado. Entrevista citada.

da noite, encontrou lá o quê? Um rádio em que a gente estava tentando ouvir as notícias e umas 20 pessoas que se ajuntavam ali para tentar pensar juntas.”³²⁹

A dissolução do Q.G. da Legalidade e da Resistência representou o primeiro ato no processo de deposição do prefeito e do vice-prefeito de Natal. No dia 2 de abril Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos, por volta das 17 horas, foram presos, por patrulhas do Exército, em seus respectivos gabinetes. Inicialmente foram conduzidos para o Quartel-general e em seguida para o 16º RI. “Logo depois”, noticiava o *Diário de Natal*, “o Comando Militar informava à Câmara que, sendo o prefeito e vice-prefeito comunistas, estavam impedidos de exercer os seus mandatos. Diante dos fatos, a Mesa da Câmara solicitou do Comando Militar que a comunicação fosse feita por ofício, permanecendo o Legislativo reunido.

Já por volta de 22 horas, chegou à Câmara o ofício do coronel Mendonça Lima, nos termos da comunicação verbal anterior”.³³⁰

O fato é que no dia 2 de abril de 1964, a Câmara Municipal de Natal reuniu-se 3 vezes. Na primeira sessão, de caráter ordinário, presidida pelo então vice-presidente Raimundo Elpídio da Silva, os vereadores José Gurgel Guará, no pequeno expediente, e Manoel Eugênio Neto, no grande expediente foram os primeiros a se manifestar solidários com o movimento militar. Entretanto, “encerrada a hora destinada aos oradores e face aos acontecimentos que vêm se desenrolando, o presidente da Casa, atendendo ao pedido dos senhores vereadores, convocou a Câmara para uma sessão secreta”³³¹ a ter início imediatamente. Essa sessão secreta não somente apreciaria as denúncias efetuadas pelo comando militar como ainda votaria o *impeachment* do prefeito Djalma Maranhão e do vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos. Vale dizer que dessa sessão, e talvez por ser secreta, nada consta nos livros de atas da Câmara Municipal de Natal. A seguir seria realizada a terceira sessão do dia, já agora em caráter extraordinário. Dessa maneira, o 2º andar do Edifício Campiello, na av. Duque de Caxias nº 30, na Ribeira, local onde funcionava a Câmara, recebeu mais uma vez os senhores vereadores. Estiveram presentes: “Antônio Felix da Silva, Lourenço Gonçalves da Silva, Bianor Medeiros, José Sotero

³²⁹ M. de Góes. Entrevista citada.

³³⁰ *Diário de Natal*, 3 abr. 1964, p. 8.

³³¹ Natal. Câmara Municipal. Ata da 1ª Sessão Ordinária. Quinta Legislatura. Primeiro período, 2 de abr. 1964. Natal, 1964. Conforme consta do acervo da Câmara Municipal de Natal.

Sobrinho, José Gurgel Guará, Wallace Costa da Cunha, Augusto Alves da Rocha, Raimundo Elpídio da Silva, Epitácio Rodrigues Neto, Manuel Eugênio Neto, Francisco Sales da Cunha, Antonino Pio Cavalcanti, Antônio de Castro Cortez, José Blesbo de Macedo, José Pedro Neto, José Godeiro da Silva, Francisco Vasconcelos Galvão, Orlando Garcia da Rocha, Luiz Gomes Barbosa e Raimundo Nobre Viana”.³³² Esta sessão teve a finalidade de “dar posse oficial ao senhor vereador Raimundo Elpídio da Silva como prefeito municipal de Natal, considerado vago pela Casa em consonância com as denúncias apresentadas pelo comandante militar de Natal (...) contra o então prefeito Djalma Maranhão e também (contra) o vice-prefeito Luiz Gonzaga dos Santos que da mesma maneira fora considerado impedido”. Desse modo, “a Câmara Municipal de Natal, em sessão secreta, aceitara as denúncias apresentadas pelo comando militar (...) e considerados vagos os cargos de prefeito e vice-prefeito”.³³³ Seguindo as determinaes da Lei Orgânica dos Municípios, o 1 vice-presidente da Câmara, Raimundo Elpídio da Silva, assumiu provisoriamente o cargo de prefeito municipal, sendo empossado (precisamente às vinte e três horas e vinte e cinco minutos)³³⁴ do dia 2 de abril de 1964. Paralelamente, o vereador Manuel Eugênio Neto assumiu a presidência da Câmara.

Muito embora “o comando militar (tenha informado)  Câmara que (...) o prefeito e vice-prefeito (...) estavam impedidos de exercer os seus mandatos”³³⁵ por serem comunistas, no dia 3 de abril de 1964 a Casa Legislativa Municipal fazia publicar a seguinte declarao: “Declaramos que votamos o *impeachment* do prefeito e vice-prefeito, por estarmos certos de que estamos defendendo a Democracia, que se define na liberdade de pensamento individual.

Tomamos tal atitude por no estarmos coagidos por ninguém e reconhecermos a plena vigncia da Democracia”.³³⁶

A fragilidade e as contradies da nota saltam  primeira vista. *Em primeiro lugar*, se “democracia se define na liberdade de pensamento individual”, como explicar o impedimento de Maranhão e Gonzaga justamente por discordarem do golpe? *Em segundo*

³³² Natal. Ata da Sessão Extraordinária da 2 Reunião Legislativa. Quinta Legislatura. Primeiro período. Conforme consta do acervo da Câmara Municipal de Natal.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

³³⁵ *Diário de Natal*, 3 de abr. 1964, p. 8.

³³⁶ Idem.

lugar, como justificar, ante o que está exposto acima (o prefeito e vice estavam impedidos de exercerem os seus mandatos), que a Câmara não foi coagida? No mesmo dia 3 de abril, através da Resolução nº 42/64, a Câmara Municipal de Natal tomava público, fazendo divulgar na imprensa, o *impeachment* de Djalma Maranhão e de Luiz Gonzaga dos Santos; a resolução vinha assinada por Manuel Eugênio Neto – presidente, José Sotero Sobrinho – primeiro secretário, José Elesbão de Macedo – segundo secretário.³³⁷

Na prefeitura, Raimundo Elpídio da Silva, logo na tarde do dia 3 de abril de 1964, exonerou o prof. Moacyr de Góes do cargo de secretário de Educação, o qual foi substituído, na gestão do contra-almirante Tertius Rebello, pelo capitão-de-corveta Tomaz Édson Goulart do Amarante. O novo titular, em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, anunciou entre as suas metas à frente do ensino municipal a de “escoimá-lo ideologicamente”.³³⁸

Raimundo Elpídio permaneceu à frente da prefeitura apenas 3 dias, tempo suficiente para a conclusão dos entendimentos entre o governo do Estado, autoridades militares e vereadores, e que redundou na indicação do contra-almirante Tertius Cezar Pires de Lima Rebello para ocupar o cargo de prefeito. O nome indicado teve aprovação unânime da Câmara (constituída de 24 vereadores) em sessão extraordinária realizada no dia 6 de abril, às 10 horas, ocasião em que Raimundo Elpídio foi igualmente escolhido vice-prefeito.³³⁹ No mesmo dia ambos foram empossados nos seus respectivos cargos.

A vitória do movimento militar foi devidamente comemorada, como em outras partes do país, através da realização da “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade” no dia 7 de abril de 1964. No palanque oficial estiveram presentes, além do coronel Mendonça

³³⁷ Idem.

³³⁸ *A Ordem*, Natal, 11 de jul. 1964. (Grifos do autor.)

³³⁹ Ver Ata da Sessão Extraordinária da 2ª Reunião Legislativa, Quinta Legislatura. Primeiro período – conforme consta do acervo da Câmara Municipal de Natal. Ainda a propósito desse episódio é importante notar que os vereadores alimentavam a ilusão de poder escolher o sucessor de Maranhão entre eles, tendo sido cogitado inclusive os nomes de Antonino Pio Cavalcanti e Raimundo Elpídio da Silva (*Diário de Natal*, 4 de abril 1964). Tanto é assim que o *Diário* em sua edição de 04-04-64 estampava em manchete: “CÂMARA PRETENDE ELEGER UM VEREADOR, PREFEITO”; o que não foi possível, claro. No dia seguinte (*Diário de Natal*, 5 de maio 1964, publicava: “MAS O NOVO PREFEITO NÃO SERÁ UM VEREADOR”. A matéria expressava que “as correntes políticas da Câmara Municipal [procuram] encontrar um nome comum e que possa gozar de livre trânsito nas áreas militares (...)”. Por outro lado, “de comum acordo com o comando militar (...), acertou-se que o novo edil não deveria pertencer aos quadros da atual Câmara”, esvaziando-se, assim, a aspiração dos vereadores natalenses de postularem o cargo. Enquanto isso quem, efetivamente, deveria ocupar a prefeitura? “Os aluizistas se fixaram então no comandante Tertius Pires Rebello”, que foi indicado e aprovado pela Câmara.

Lima, um dos oradores da concentração, as mais altas autoridades do Estado, tais como: o governador Aluísio Alves, o vice-governador Teodorico Bezerra, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Oscar Siqueira, o novo prefeito contra-almirante Tertius Rebello, presidentes de entidades sindicais patronais, deputados e vereadores. “Pela ordem, seguiram-se na tribuna a professora Arcelina Fernandes, o estudante Ivo Dantas, o universitário Iberê Ferreira de Souza, o líder sindical Luís Cavalcanti (...), o sr. Francisco de Assis, representante da Federação dos Círculos Operários, o bancário Antônio Levi, o pastor Manuel Vieira de Moraes, o industrial DantasGuedes (...), o professor Paulo de Viveiros”.³⁴⁰ Falaram ainda o deputado Walmir Targino e o coronel Mendonça Lima, encerrando a manifestação. Em seguida foi realizada a “Marcha” pelas principais ruas da cidade. Segundo ainda o *Diário de Natal*, “discursos e a homenagem que se fazia ao Exército, Marinha e Aeronáutica davam bem o testemunho do reconhecimento às *Forças Armadas, que agiram para salvaguarda da integridade da Pátria e do regime. A paz e a tranquilidade do Brasil não seriam mais perturbadas, tendo os brasileiros O clima de respeito e ordem para trabalhar pelo bem da Pátria*”.³⁴¹

A presença de oradores representando diversos setores e classes sociais, como trabalhadores, industriais, professores, bancários, etc. procurava esconder, assim, o caráter de classe do movimento militar. Dessa maneira, as Forças Armadas apareciam como “árbitros da situação”, como restauradoras da “ordem e da tranquilidade” para o “bem da Pátria”. O “bem da Pátria”, na verdade, significava a tranquilidade para setores e classes sociais dominantes, que viam crescer dia a dia a organização e a mobilização dos setores e classes populares, entre os quais despontavam os camponeses. O “bem da Pátria” significava a manutenção do *status quo*, assegurada pelo desmantelamento e a repressão, enfim, dos movimentos populares.

Em oito dias a situação política da cidade de Natal estava inteiramente modificada. O prefeito e o vice-prefeito foram depostos e cassados; o Exército ocupara os sindicatos operários da mesma forma que intervieria no Diretório Central dos Estudantes; foram escolhidos os novos prefeito e vice; a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” fora realizada; começaram as prisões e as repressões; começaram as intervenções nos sindicatos

³⁴⁰ *Diário de Natal*, 8 de abr. 1964, p. 6.

³⁴¹ Idem. (Grifos nossos.)

e nos diretórios estudantis. Foram instaladas, finalmente, várias comissões de inquérito: no governo do Estado, na prefeitura e na Secretaria Municipal de Educação (Decretos de números 658 e 662, respectivamente, de 15 de abril de 1964 e 1º de junho de 1964, assinados pelo prefeito almirante Tertius Rebello), na Câmara Municipal; na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde existiram duas comissões de inquérito – uma seguida da outra – ambas presididas pelo professor Genário Fonseca, então diretor da Faculdade de Farmácia e futuro reitor; nas chamadas faculdades autônomas, Serviço Social, Ciências Econômicas e Filosofia; no próprio Exército foi instalada uma comissão sob a presidência do capitão Ênio Lacerda. Entretanto, de todos os inquéritos o mais importante foi o instrumento pelo governo do Estado em obediência às determinações do Ato Institucional nº 1, baixado pelo Comando Revolucionário. Para presidir o referido inquérito, o governo do Estado importou de Pernambuco os bacharéis Carlos Veras e José Domingos, ambos da Secretaria de Segurança Pública do vizinho Estado. O primeiro era inspetor geral de Polícia, professor da Escola de Polícia e estagiário do FBI, enquanto o segundo era capitão da Polícia Militar de Pernambuco. Adiante, tratar-se-á especificamente das conclusões desse inquérito, no que diz respeito à prefeitura e, em particular, à Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Enquanto isso, o “prefeito inicia a recomposição da administração do município”.³⁴² A “recomposição da administração do município”, nesse momento, significava a destituição, remoção ou mesmo demissão de funcionários municipais. No caso específico da Educação, a exoneração de Góes, do cargo de secretário, por Raimundo Elpídio: seguiu-se a substituição de Ornar Pimenta na Diretoria do Ensino Municipal, de Mailde Pinto na

³⁴² *Diário de Natal*. Natal, 14 abr., 1964, p. 6. Vale a pena retomar a questão da escolha dos policiais pernambucanos que vieram presidir os inquéritos no Rio Grande do Norte. Aluizio Alves assim justifica a escolha: “Nós vínhamos de uma luta política muito dura, a luta da minha eleição, que praticamente continuou durante todo o meu governo. Resolvi não nomear ninguém do Estado, porque dificilmente se encontraria aqui autoridade imparcial, alguém isento.” Por outro lado, acrescenta Alves, “as informações que eu tinha, através dos auxiliares da área de segurança do meu governo, sobretudo o general Ulisses Cavalcanti, chefe de Polícia, era de que o IPM do Exército estava se processando com absoluto rigor e, mais do que com rigor, com evidentes exageros. Então via a oportunidade de, fazendo pelo Estado a Comissão que era determinada pelo Ato Institucional, e trazendo de fora pessoas isentas, poder realmente exercer uma atuação equilibrada e, cumprindo o dever do Estado, contribuir para evitar injustiças. Mandei recrutar profissionais em Pernambuco e a seleção foi feita pelo próprio general Ulisses Cavalcanti, em colaboração com o 4º Exército e com o governo de Pernambuco. Vieram um oficial da Polícia, capitão Domingos, e um delegado, Carlos Veras, que hoje é deputado estadual pelo PDS, foi presidente da Assembléia pela Arena até o ano passado e é um homem de relevo político em Pernambuco”. (Alves, A. Entrevista ao Programa Fórum da TV-Universitária em 7.7.81. In: *Cadernos Populares*. Natal (1):24, 1982.)

Diretoria de Documentação e Cultura, na rescisão dos contratos da professora Maria da Conceição Pinto de Góes e do prof. Geniberto Campos,³⁴³ respectivamente do cargo de diretor e vice-diretor do Ginásio Municipal, já na gestão de Tertius Rebello.

Na esteira da repressão, as bibliotecas ocuparam um lugar de destaque, especialmente as vinculadas à Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Com efeito, Josenira Fraga de Holanda Brasil³⁴⁴ afirma ter presenciado a invasão do Centro de Formação de Professores da Campanha, localizado no Baldo, por forças militares que penetraram na biblioteca e provocaram um autêntico rasga-rasga de livros. Ainda, a propósito, os jornais fizeram publicar seguidamente matérias sobre os livros apreendidos. Uma delas apresentava uma fotografia onde se destacavam vários exemplares dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, editados pela Civilização Brasileira, e um exemplar de *Vida de um revolucionário*, de Agildo Barata. Logo abaixo da foto encontrava-se a seguinte legenda: “Parte do material apreendido pelo 16º RI em diversas escolinhas da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Livros de Karl Marx e Proudhon também foram encontrados”.³⁴⁵ No dia seguinte era publicada uma outra fotografia, expondo livros como: *Capitalismo e escravidão*, de Fernando Henrique Cardoso; *Ianques contra Cuba*, de José Rego de Estrela; “Cadernos do Povo Brasileiro”, *Livro de leitura da Campanha* e livros militares, *Noções militares fundamentais*, *Exercícios de combate de companhia*, entre outros. Abaixo, estava escrito: “Alguns dos livros apreendidos na Biblioteca Popular, da prefeitura, na Praça André de Albuquerque nesta capital. As obras editadas pela Biblioteca do Exército, (...) embora de circulação autorizada, parecem demonstrar a preocupação no preparo militar para guerrilhas”.³⁴⁶ Na verdade, os livros

³⁴³ A “recomposição da administração do município”, além das destituições, remoções e demissões, acarretou também a prisão de várias pessoas. Com efeito, assinala Góes que “em abril e maio de 1964, todo o *staff* da educação *caiu*”. Assim sendo, “reencontrei os meus companheiros de trabalho nas prisões do 16º RI, do 7º RO e da Polícia Militar do Estado: Omar Fernandes Pimenta (diretor de Ensino), Mailde Ferreira de Almeida (diretora de Documentação e Cultura), Margarida de Jesus Cortez (diretora do Centro de Formação de Professores), Geniberto Paiva Campos (diretor do Colégio Municipal de Natal), Maria Diva da Salette Lucena (vice-diretora do CFP), Francisco Floripe Ginani (chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação), Josemá Azevedo (responsável pela interiorização da Campanha), José Fernandes Machado (presidente do Comitê Nacionalista das Rocas e responsável pelo Sistema Paulo Freire na colônia dos Pescadores do Canto do Mangue), João Fauctino Ferreira Neto (presidente da União Estadual de Estudantes e professor do CFP De pé no chão)”. M. de Góes. *De pé no chão também se aprende a ler*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 136. (Grifos do autor.)

³⁴⁴ Declaração prestada ao autor deste trabalho em 4 de setembro de 1979.

³⁴⁵ *O Poti*, Natal, 12 de abr. 1964, p. 8.

³⁴⁶ *Diário de Natal*, 13 de abr. 1964, p. 8.

havia sido doados pela Biblioteca do Exército à Prefeitura de Natal; conforme declaração da prof.^a Mailde Pinto, na entrevista citada.

Por fim, a Galeria de Arte da Prefeitura Municipal serviu de local para uma exposição do material apreendido.

A essa altura cabe perguntar afinal, como se deu o término da Campanha? Não existe praticamente nenhum registro a respeito nas fontes utilizadas desta pesquisa. As pessoas responsáveis pela direção do movimento foram presas e quando saíam da prisão não encontravam mais nada. Por isso, para Moacyr de Góes esta “pergunta não é fácil de ser respondida”. Esclarece então que “no dia 2 de abril (...) estou na Prefeitura (...) quando Djalma (foi) preso e (conduzido) num jipe do Exército. A partir dessa hora eu não voltei mais à Secretaria (...). Voltei para casa e me afastei, (...) do convívio das pessoas, procurando uma área de segurança; Então eu não voltei à Secretaria. Eu não fechei uma gaveta, não arrumei uma gaveta. Depois de ter passado na casa de um amigo (um período) de oito a dez dias, o Exército foi na minha casa, cercou a minha casa, fez uma devassa completa, com um aparato incrível, colocando inclusive metralhadora na cabeça de minha mãe, uma velhinha já. Então no outro dia de manhã, (...) eu soube disso (...) e no dia seguinte às sete horas da manhã, (...) fui me apresentar no quartel general. O coronel Esteves Caldas (...) teve o maior susto. Perguntou, quem é o senhor? Eu sou Moacyr de Góes. Meu amigo o que é que o Sr. está fazendo aqui? Respondeu Moacyr: “Estou aqui porque o (...) Exército foi ontem na minha casa, devassou (...) a casa toda, levou livro, levou tudo lá e eu quero saber o que é que há? Depois de uma longa conversa, de uma conversa muito surre alista (...) ele chegou à seguinte conclusão: que se tivesse que prender todas as pessoas (suspeitas) não tinha cadeia que bastasse. Que eu fosse para casa. E eu fiquei em casa numa espécie de liberdade vigiada até maio, quando fui preso. (Antes de ser efetivamente preso, Moacyr ficou respondendo ao inquérito presidido pelo capitão Ênio Lacerda.) E preso fiquei até novembro (...). Eu sei, assim, por informação de amigos, da repressão muito grande dentro do Centro, da destruição do esquema todo, da intimidação de toda a equipe, da dispensa das pessoas. Não tive condições de acompanhar o processo de deterioração da Campanha”.³⁴⁷

³⁴⁷ M. de Góes. Entrevista citada.

A professora Mailde Pinto, ex-titular da Diretoria de Documentação e Cultura, órgão da Secretaria de Educação do Município de Natal, assim se pronuncia a respeito: “Veio 1964 (...). O Exército invadiu a Diretoria, [e] tirou tudo o que encontrou no meu *bureau* (...): as pastas do jogral, um livro de João Cabral de Melo Neto (estava se preparando a apresentação de *Morte e vida Severina*, *A Vida de Cristo*, escrita por Papini, etc.). O que eu tinha lá foi levado”.³⁴⁸ Ao contrário de Moacyr de Góes, Mailde foi detida logo em abril. Dessa maneira ressalta que “o Exército foi lá em casa e mexeu em tudo, tirou toda a minha roupa, a roupa de cama, tudo; levou livro, levou *Guerra e Paz* de Tolstói (um volume porque o outro estava com uma capa); levou *O Nosso Homem em Havana* de Graham Greene, levou *O Diabo* de Papini, levou um livro de Josué de Castro (...). Levou diversos livros meus e me levou também. Antes de me levar [o Exército] cercou toda a frente da casa [para em seguida] invadi-la. Me conduziram para o 16º RI (...) num jipe, com um oficial na frente e, atrás, comigo no banco, [iam] dois soldados; cada um portando uma metralhadora. Chegando lá me levaram para uma sala para ser interrogada. Aí abriram a minha bolsa e jogaram tudo que eu tinha em cima da mesa, tudo (...). Leram todos os papéis e entre os papéis tinha um poema (...) de Ledo Ivo [intitulado] ‘Abril’. O primeiro verso do poema era: ‘Agora que é abril, o mar se ausenta’. Eles cismaram que tinha alguma coisa a ver com a revolução; por que era abril? (...). Isso me cansou, me irritou, porque era um diálogo impossível entre eles e eu. Eu nunca senti tanto o que era o diálogo impossível como quando falava com os militares”.³⁴⁹ Esta foi a primeira prisão de Mailde Pinto. Libertada a seguir, pensava ela ter ficado livre das perseguições e dos inquéritos. Entretanto, no dia 18 de junho de 1964 é presa pela segunda vez. “Aí eu fui presa mesmo, para ficar”,³⁵⁰ assinala. Desta vez a prisão se deu por conta do inquérito instaurado no âmbito do governo do Estado e comandado por Carlos Veras e José Domingos, conforme foi salientado. Novamente foi conduzida para o 16º RI, onde se encontravam outras pessoas que participaram da Campanha, tais como Maria Diva da Salette Lucena e Margarida de Jesus Cortez. Somente “vinte dias depois é que me levaram para depor, [num] interrogatório que durou das 9 horas da manhã às 16 e 30 da tarde, sem interrupção” e comandado pelo próprio Veras. “Foi um interrogatório em que ele não tinha o que me

³⁴⁸ M. Pinto. Entrevista citada.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ Idem.

perguntar porque o meu trabalho (...) era muito aberto. Então ele fez comigo um jogo intelectual (...), dentro de acusações que o meu trabalho era comunizante, que o prefeito era comunista, que Moacyr de Góes era um homem perigoso; se eu sabia que estava sendo preparada uma nova Cuba (...). Eu saí de lá sem saber de que era acusada. E acho que essa era a intenção, me deixar confusa. ‘A senhora tem uma liderança terrível, a senhora é muito perigosa’, sabia que eu tinha muita influência na cidade (...), tudo na base do chavão’.³⁵¹

A professora Mailde respondeu a sete IPMs diferentes, entre os quais o instaurado pelo Exército no 16º RI e comandado pelo capitão Ênio Lacerda. A propósito deste, lembra que foi submetida a um longo interrogatório, das 9 horas às 17 e 30, havendo intervalo para almoço. Durante o interrogatório, o capitão Lacerda pediu “que interpretasse os poemas ‘Pátria Minha’ e ‘Operário em Construção’ [ambos de Vinícius de Moraes], e queria sempre alguma coisa além de sentido expresso pelo poeta (...)”.³⁵² Os poemas, esclareça-se, faziam parte do repertório do jogral da Prefeitura que se apresentava nos sindicatos, associações de bairros, nas praças públicas. Perguntas foram feitas “sobre Djalma Maranhão, sobre a Campanha, sobre a Cartilha, sobre o Método de Paulo Freire (...), sobre as bibliotecas; implicavam muito com as bibliotecas”.³⁵³ Ainda a respeito das bibliotecas, a professora Mailde Pinto lembra o inquérito a que teve de responder na Prefeitura, cuja comissão era presidida por Rodolpho Pereira de Araújo.³⁵⁴ Nos interrogatórios “acusavam, então, que eu fornecia livros comunizantes para as bibliotecas; (...); que eu tinha uma responsabilidade muito grande pela comunização cultural, etc.”.³⁵⁵ Na verdade, as bibliotecas populares estavam vinculadas à DDC, apresentando grande movimento, conforme foi dito anteriormente, cujo público principal era infanto-juvenil, e a obra de Monteiro Lobato a mais lida.

Dentre os vários inquéritos policiais existentes na época, o mais abrangente e, portanto, o mais importante, foi o instaurado pelo governo do Estado e dirigido pelos bacharéis Carlos Veras e José Domingos, ambos da Polícia de Pernambuco. Veras foi o

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ A comissão foi nomeada pelo Decreto nº 659 e dela faziam parte, além do próprio Rodolpho Pereira de Araújo, os capitães Severino Bezerra de Andrade, Geraldo Parente de Albuquerque Barcos e Humberto Romero de Barros, respectivamente da Polícia Militar, do Exército e do comando naval de Natal. Veja-se M. de Góes, op. cit., p. 142.

³⁵⁵ M. Pinto. Entrevista citada.

responsável pela condução dos inquéritos nos meios sindicais, estudantis, intelectuais e na Prefeitura de Natal, enquanto Domingos conduziu os trabalhos com vistas a apurar a “subversão” no campo e na Rede Ferroviária Federal.³⁵⁶ Os relatórios dos inquéritos foram publicados na imprensa do Estado no mês de setembro de 1964. Com efeito, é importante notar que ao lado das acusações levantadas, os jornais publicaram a fotografia de todos os implicados. Dessa maneira, à guisa de identificar o teor das acusações, especialmente no que diz respeito à Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, se transcreverá a seguir partes do relatório de Veras, referentes à introdução e histórico, bem como a alguns pontos relativos à Prefeitura Municipal de Natal.

Assim sendo, assinala Veras que “o presente Inquérito Policial é de natureza e investigação singular e foi instaurado por força do Decreto de 17 de abril do corrente ano, publicado no *Diário Oficial* do dia 18 e republicado no mesmo órgão oficial do dia 29 do mesmo mês, através do qual o exmo^o senhor doutor governador do Estado nomeou esta autoridade para, como Delegado de Polícia Especial, apurar, com jurisdição em todo o Estado, a prática de atos contra a segurança do país e regime democrático e a probidade da administração pública ou crime contra o Estado e seu patrimônio, a Ordem Política e Social ou atos de guerra revolucionária (Ato Institucional, art. 7º, § 1º e art. 8º)”.³⁵⁷

Caracterizado o inquérito, Carlos Veras, em seguida, tece alguns comentários sobre a atuação do PCB, os quais irão nortear o conteúdo do relatório. Diz ele que no “Rio Grande do Norte como em outros Estados da Federação, a ‘Revolução Brasileira’ liderada pelo PCB evoluía a passos largos (...)”. E prossegue: “O Partido Comunista do Brasil,³⁵⁸ que tenta *destruir os alicerces da verdadeira Democracia*, tem nos seus filiados uma boa organização. Esses obedecem às ordens e instruções emanadas do órgão internacional que dirige as atividades de todos os partidos comunistas existentes no mundo. Disciplinados e unidos entre si, buscam o mesmo fim: *a implantação de uma ditadura férrea que tolhe a liberdade e escraviza o homem*. É um partido que na legalidade ou na ilegalidade se serve das grandes massas de trabalhadores das cidades e dos campos para desenvolver seu

³⁵⁶ Ver a propósito *O Poti*, Natal, 27 de set. 1964, p. 1.

³⁵⁷ *Idem*.

³⁵⁸ A referência correta aqui seria ao Partido Comunista Brasileiro nome aprovado na Conferência Nacional do Partido realizado em setembro de 1961, em substituição ao nome do Partido Comunista do Brasil. Lembrar ainda que a Internacional Comunista foi extinta em 1943. Por isso não cabe nenhuma referência ao “Órgão Internacional”.

programa de ação. Através dos mesmos, orientados por treinados agitadores, forçam a baixa da produção, organizam as greves econômicas para forçar o aumento de salários e a alta dos artigos produzidos nas indústrias e nos campos, *visando perturbar a estabilidade econômica do país*. Sem as grandes massas, não é possível a Revolução Social, sendo o trabalho dos comunistas exercido em torno das mesmas (...).

O Partido Comunista do Brasil, mesmo na ilegalidade, estava, no entanto, em franca atividade. É o único partido que visa à *transformação do nosso regime democrático na implantação da ‘ditadura do proletariado’*”. Entretanto, afirma Veras, que “estando na ilegalidade [o PCB] não podia atuar como partido, por isso se faz necessário *disfarçar* as suas atividades procurando explorar aquilo que a massa sente, que mais necessita e pela qual se dispõe a lutar”.

Inteligentemente passou a explorar várias questões, começando pelo petróleo (...). Ao PCB pouco interessava o petróleo, mas sim manter em suas mãos a massa dispersa e conseguir, praticamente, *reabrir as suas sedes* fechadas por determinação da Justiça. Dessa maneira, “outras [campanhas]³⁵⁹ se seguiram, tais como: Pacto de Paz, contra os acordos de Washington, contra os acordos militares Brasil-Estados Unidos, anistia aos presos e processados políticos, festivais da juventude, contra a carestia de vida, coligações inter-sindicais e assim por diante (...)”. Adiante salienta Veras que “as táticas comunistas variam e podem ser modificadas constantemente de acordo com as necessidades de cada país, de cada região (...). *Ultimamente, os comunistas se arvoram intransigentes defensores do ‘nacionalismo’ quando na realidade buscam apenas um meio de cooperar com o comunismo internacional na destruição do Capitalismo e da Democracia*, pois, constantemente afirma (...)”, numa clara alusão a uma passagem do *Manifesto de 1848*, que “os operários não têm pátria”.

E prossegue o inquirido, “não é, pois, uma revolução genuinamente brasileira, é apenas a nova tática sugerida por Moscou.

(...) Assim sendo, infiltrou-se o PCB nos sindicatos por meio dos seus

³⁵⁹ Esclarece Veras, a certa altura do seu relatório, que “a arregimentação das massas” não se dava somente através de “órgãos existentes como UBES, União Brasileira de Estudantes Secundários. UNE, União Nacional dos Estudantes, e (...) das chamadas frentes, como: Frente de Libertação Nacional, Frente Parlamentar Nacionalista, Pacto de Unidade e Ação, PUA, CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, e Frente de Mobilização Popular”. *O Poti Natal*, 27 de set. 1964, p. 1, C. 2.

‘sindicalizados’, agitando esse setor. Procurou os ambientes femininos, agitando as donas de casa contra os preços altos. Aproximou-se dos estudantes inculcando-lhes o espírito de luta. Aproximou-se dos políticos nacionais e dos partidos políticos, entabulando negociações, tudo isso visando atingir os seus objetivos, [com vistas] à tomada do Poder”.³⁶⁰

Pode-se observar facilmente que a tônica do texto, acima citado, é voltada essencialmente para a defesa da *democracia*, a qual está associada intrinsecamente ao capitalismo, ou seja, a democracia só é possível sob o capitalismo. Daí a condenação ao comunismo, que busca a “destruição do capitalismo e da Democracia”, com vistas à “implantação de uma ditadura férrea”; daí a condenação do PCB “que tenta destruir os alicerces da verdadeira Democracia”. Democracia, aqui, pode-se depreender, assume um caráter meramente ideológico na medida em que se confunde com a manutenção do *status quo*, isto é, democracia assume um caráter justificador da ordem social existente, portanto, do sistema de exploração. Daí porque as mobilizações dos setores e classes populares, em defesa dos seus interesses, serem vistas como ameaça à *liberdade* e à *democracia*. Na verdade isso redundava num paradoxo, onde democracia significa estabilidade política e ausência de reivindicações populares que possam perturbar o domínio das classes dominantes que constituem a minoria da sociedade. Contraditoriamente, a participação política dos setores e classes subordinados, que constituem a maioria da sociedade, são vistas como uma ameaça à democracia, objetivando, portanto, a implantação de uma ditadura. Assim sendo, a desmobilização e a passividade dos setores explorados da sociedade são condições imperativas para a “sobrevivência da democracia”. Dessa maneira, torna-se necessário impedir a “tomada de consciência” dos problemas por parte dos explorados, dificultando o seu processo de organização como classe.

Ora, ante tais balizamentos, a noção de educação teria que ser necessariamente autoritária e mistificadora da realidade, conforme será visto adiante. A propósito, torna-se relevante transcrever alguns trechos do relatório do inquérito sobre a Prefeitura e, em particular, sobre a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Observe-se: “Instalados no Executivo Municipal na pessoa do indiciado Djalma Maranhão, os comunistas não descansaram nos louros da vitória. Aprestaram-se para outros

³⁶⁰ Idem.

embates e, incontinenti, colocaram em ação sua máquina de propaganda e agitação.

A propaganda não é feita apenas por escrito. Existe também a agitação oral. Todas as formas são usadas pelo PC para atingir os seus objetivos, desde as palestras em casas residenciais, aos comentários em tomo de um artigo publicado pelo jornal do partido, a troca de idéias entre grupos diversos, nas quais se encontram mais de um comunista (...), nas universidades, fábricas, colégios, repartições públicas, escolas e assim por diante.

Afirmam os comunistas que a forma principal de agitação é a falada e que, ante os milhões de analfabetos existentes, assume importância capital, sendo o meio mais eficiente de levar a palavra de ordem do partido às massas.

Escudados na *Folha da Tarde*, de propriedade do ex-prefeito, e na chamada ‘Imprensa Popular’ que, graças à *liberalidade do regime democrático* e à conivência do governo deposto, tinha livre trânsito neste país, trataram de efetivar a execução dos seus planos neste importante setor do Poder Público: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL.

Campo fértil para a sementeira de sua ideologia e para a organização de seus quadros (...), O *PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL* não descuidou de atacar o setor do *Ensino* em nosso país, bem como neste Estado e município de Natal (...).

Aproveitando-se da tremenda infiltração que desenvolveu no setor estudantil e no setor intelectual, bem como nas suas organizações legais e ilegais – UEEs, DCEs, UNE, Aliança Operária-Estudantil-Camponesa – e apresentando ares de brasilidade, com *slogans* pré-fabricados ou pré-estudados, tais como: ‘CULTURA É INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO POVO’, ‘SER CULTO PARA SER LIVRE’, ‘OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL’, ‘CULTURA, INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO DE UM POVO’, ‘DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA’ e outros, *montou uma tremenda máquina para ‘esquerdizar’ a consciência daqueles que procuravam a alfabetização, minando assim o futuro da nossa Pátria.*

Foi para o setor de alfabetização que o ex-prefeito Djalma Maranhão, do seu staff de funcionários, escolheu cuidadosamente um grupo que dela ficaria encarregado.

Formou este grupo tirando-o de forças esquerdistas em sua quase totalidade.

Deu apoio a elementos estranhos à Prefeitura, elementos orientados política e ideologicamente por entidades como: UNE, MCP, CPP, FRENTE DE MOBILIZAÇÃO e

outros (...).

E assim vemos, trabalhando, dirigindo, orientando, conferenciando ou mantendo contatos constantes os indiciados Geniberto Paiva Campos, Francisco Floripe Ginani, Josemá de Azevedo, Danilo Bessa, Berenice de Freitas, Terezinha de Brito Braga e outros que (...), *foram decisivos para a realização dos objetivos da Campanha: CONSCIENTIZAÇÃO DE ADULTOS E CRIANÇAS (...)*.

Nessa obra de ‘*conscientização*’ (...), ‘*conscientização no ensino*’, que esteve perto de alcançar seus objetivos perniciosos e subversivos foi a adoção pela Campanha da cartilha LIVRO DE LEI E JURA DE PÉ NO CHÃO (...), a qual logo em seu prefácio de autoria do indiciado Moacyr de Góes já nos esclarece sobre os seus *objetivos antieducacionais e antidemocráticos*: se o MCP e a Campanha De Pé no Chão têm o mesmo embasamento, a autenticidade de uma cultura popular e se propõem ao mesmo fim – o da libertação popular através da educação – ganhamos tempo, aproveitando o livro das professoras Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoy numa adaptação da professora Maria Diva da Salette Lucena, supervisionando um trabalho de ‘equipe’”.³⁶¹

E prossegue o inquérito: “Essa assertiva prova não somente a identificação de objetivos da Campanha com o Movimento de Cultura Popular do Recife, bem como aproveitamento de métodos já utilizados (...) em outro *movimento de caráter nitidamente subversivo*.”

O então secretário de Educação do Município, indiciado Moacyr de Góes, define a Cartilha como: ‘*nascida da reivindicação popular. Resposta de um povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a espoliação pela afirmação do direito de todos à educação; por uma escola brasileira, consciente, na luta de emancipação do povo*’.

A *subversão educacional* que, sob o (...) *slogan* de ‘Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler’; era dirigida e supervisionada pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura de Natal, contou com a participação direta dos seguintes elementos (...):

- DJALMA MARANHÃO, ex-prefeito de Natal (...).
- MOACYR DE GÓES, ex-secretário de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura (...).

³⁶¹ *Diário de Natal*, Natal, 28 de set. 1964, p. 4 (Grifos nossos.)

- MARGARIDA DE JESUS CORTEZ, ex-diretora do Centro de Formação de Professores da Campanha (...).
- MARIA DIVA DA SALETE LUCENA, ex-vice-diretora do Centro de Formação de Professores (...).
- OMAR FERNANDES PIMENTA, ex-assessor técnico de ensino da Prefeitura de Natal (...).
- MAILDE FERREIRA DE ALMEIDA, ex-diretora da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura (...).
- LUIZ GONZAGA DOS SANTOS, ex-vice-prefeito do município de Natal (...).³⁶²

Ainda menciona Veras em seu relatório que, além desses indiciados, “outros (...) deram o seu apoio, colaboração e esforço a esta que se tornou a *maior obra de subversão do ensino no Rio Grande do Norte*.

Finalmente, constata-se a afinidade ideológica e política da Campanha De Pé no Chão com a do Movimento de Cultura Popular do governo Miguel Arraes de Pernambuco, pelo seu mesmo conteúdo, conforme se verificou das citações de ambas as fls. 860 e 861, respectivamente:

- ‘VOTO É DO POVO’?
- ‘A CEIA DO POVO É SÓ CAFÉ COM PÃO’.
- ‘A DEFESA DA LEGALIDADE LIGA TODO O POVO’.
- ‘OS OPERÁRIOS ESTUDAM, VOTAM E LUTAM’.
- ‘O TRABALHADOR SINDICALIZADO É UM HOMEM FORTE’.
- ‘SOMENTE UM CONGRESSO NACIONALISTA PODERÁ VOTAR AS REFORMAS BÁSICAS’.
- ‘CULTURA E MOVIMENTO POPULAR’.

Um dos maiores responsáveis, o mentor de toda essa *obra perniciosa colocada a serviço da subversão*, é o indiciado Moacyr de Góes (...).³⁶³

Em síntese, as formulações acusatórias de Carlos Veras se traduziam no seguinte: graças à “liberalidade do regime democrático”, o PCB não descuidou do setor de ensino, como forma de disseminar a sua ideologia. Para tanto montou uma “tremenda máquina” para “esquerdizar” a consciência dos que procuravam a alfabetização, minando, assim, o

³⁶² Idem. (Grifos nossos.)

³⁶³ Idem. (Grifos nossos.)

futuro da nossa Pátria. No que diz respeito especificamente à Campanha De Pé no Chão..., o prefeito escolheu cuidadosamente no seu *staff* um grupo de funcionários “esquerdistas, na sua maioria”, para o setor de alfabetização. Assim sendo, a participação desse grupo e de outras pessoas vinculadas à ,UNE, MCP, CCP, Frente de Mobilização, foi “decisiva” para a consecução dos objetivos da “Campanha”: “Conscientização de Adultos e Crianças”. Objetivos esses considerados “perniciosos”, “antieducacionais” e “antidemocráticos”, porquanto procuravam conscientizar adultos e crianças. A *conscientização*, em que pese o viés deformante do nacionalismo, *era, pois veementemente condenada e denunciada*. Dessa maneira, frases como *conscientização do povo, emancipação do povo, democratização da cultura, reivindicação popular, miséria, espoliação*, bem como qualquer alusão às condições de vida do povo (A ceia do povo é só café com pão, por exemplo) ou que fazia referência ao popular ou o que refletia uma interpelação popular, era classificado de subversivo. Por isso mesmo, a Campanha era tachada como “*movimento educacional nitidamente subversivo*”, a “subversão educacional”, a “maior obra de subversão do ensino no Rio Grande do Norte” ou ainda “obra perniciosa colocada a serviço da subversão”.

Ora, tais acusações refletiam, sem dúvida, a necessidade que tinham as classes dominantes de frear o movimento popular e para isso era importante, entre outras coisas, vender os olhos do povo para que, parafraseando Gramsci,³⁶⁴ não “compreendesse” a realidade social na qual vivia e “sentia”. Fornecer elementos com vistas à análise e à compreensão da realidade, por parte das classes populares, poderia ser arriscado para as classes dominantes, as quais estavam interessadas na manutenção da situação. Daí a condenação de qualquer prática educacional/escolar que se pretendesse conscientizadora.

E conclui o bacharel Carlos Moura de Moraes Veras: “Mas nem tudo estava perdido. O *Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964* realizou na História do Brasil *mais um marco de patriotismo* e de autenticidade do Regime Democrático, *restituindo à Família Brasileira a Tranquilidade, a Segurança e o Direito de viver livre e feliz sob o auriverde Pendão da Esperança*.”

Civis e Soldados salvaram a *Pátria ameaçada pelo Comunismo* para os filhos de hoje, homens de amanhã”.³⁶⁵

³⁶⁴ A. Gramsci. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, 1966, p. 138-9.

³⁶⁵ *Diário de Natal*, 29 de set. 1964, p. 4. (Grifos nossos.)

Enquanto isso, antes mesmo da conclusão dos inquéritos coordenados por Veras e Domingos, o então governador do Estado, Aluízio Alves, endereçava ofício ao ministro da Marinha justificando a necessidade de o capitão Thomaz Édison, substituto efetivo de Moacyr de Góes, permanecer à frente da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do município de Natal. Na correspondência pode-se ler, entre outras coisas, que: “na Prefeitura de Natal estava localizado um dos focos do movimento ideológico comunizante do Nordeste (...), *cabendo à Secretaria de Educação Municipal uma parcela ponderável da difusão de idéias subversivas*. Vencida a Revolução, foi eleito prefeito de Natal o contra-almirante (...) Tertius Cesar Pires de Lima Rebello que, necessitando naquele setor de pessoa de sua confiança, ouvindo previamente o então comandante naval de Natal, almirante Cavalcanti de Albuquerque, solicitou-se a cessão do *capitão-de-corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante*, bacharel pela Faculdade de Filosofia e ex-instrutor da Escola Naval.

Feito o expurgo inicial que se tornava necessário, um trabalho de reconstrução total do sistema educacional (...) acha-se em andamento, coordenado por aquele oficial, com apoio do ministro da Educação, governos estaduais, SUDENE e Aliança para o Progresso. Julgando que a saída brusca do referido oficial traria uma quebra do ritmo dos trabalhos em execução prejudicando seriamente a administração do prefeito almirante Tertius Rebello, solicito de Vossa Excelência uma tolerância de alguns meses, para que selecionemos o seu substituto e suas funções sejam passadas como a importância do problema exige e que, vencida a atual fase crítica, *saia prestigiada a administração democrática vigente*”.³⁶⁶

Observa-se, claramente, no ofício acima, a incorporação de certas acusações feitas por Veras ao trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação do município, à qual cabia, segundo o documento citado, “uma parcela ponderável da difusão de idéias subversivas”, sendo por isso necessário um “trabalho de reconstrução total do sistema educacional”.

Concluídos os trabalhos no Rio Grande do Norte, o governador do Estado enviou ofício a Paulo Guerra, governador de Pernambuco, e ao coronel Sylvio Cahu, comandante

³⁶⁶ Ofício nº 340/GE de 3 de agosto de 1964, endereçado ao Almirante Ernesto de Mello Baptista, Ministro da Marinha, pelo então governador do Estado Aluízio Alves, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado. (Grifos nossos.)

da Polícia Militar do vizinho Estado, agradecendo a participação dos dois policiais – José Domingos e Carlos Veras – “na preparação dos inquéritos sobre subversão e corrupção”.³⁶⁷ No mencionado ofício pode-se ler que: “ao dispensar os serviços do capitão José Domingos (...), cabe-me agradecer-lhe a colaboração e manifestar-lhe o apreço e o reconhecimento pelo trabalho que, durante árduos cinco meses, realizou em nosso meio.

Inexcedível na capacidade de trabalho, competente, hábil, o *capitão José Domingos deixou o seu nome assinalado na história do Rio Grande do Norte (...)*.³⁶⁸

Seguindo ainda as pegadas dos inquéritos, observem-se alguns trechos de uma certidão que Márcio Moreira Alves obteve junto ao 3º Cartório Criminal da Comarca de Natal, no qual alguns réus são acusados pelo 2º promotor de Justiça Militar, Dr. Oton Fialho de Oliveira, ao auditor da 7ª Região Militar, inclusive por terem participado, de alguma forma, da Campanha De Pé no Chão...

Veja-se a propósito: “MOACYR DE GÓES (...). Como advogado e professor, *exercia*, na administração de Djalma Maranhão, conhecido agitador, a *função de secretário da Educação, Cultura e Saúde*. Era comunista atuante, tendo comparecido ao ‘Q.G. da Legalidade’, no dia seguinte à revolução de Março. Compareceu a um *cocktail* de comemoração do PCB, quando usou da palavra, saudando os membros do partido a quem tecia elogios. Mantinha reunião a portas fechadas com elementos comunistas. *Fazia política subversiva na Secretaria a seu cargo*. Integrou (...), a Comissão Organizadora Central da Frente de Mobilização Popular, sendo finalmente elemento de proa no comunismo do Rio Grande do Norte. Redigiu manifesto altamente subversivo, lançado em Natal, contra a Revolução de 31 de Março. Pregava idéias extremistas atuando como agitador típico. GENIBERTO DE PAIVA CAMPOS (...). Realizou comícios subversivos, com outros comunistas, discutindo, com *orientação contrária à democracia*, problemas

³⁶⁷ Ofício nº 436/GE de 15 de setembro de 1964, endereçado ao coronel Sylvio Cahu, comandante da Polícia Militar de Pernambuco, pelo governador Aluísio Alves, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado.

³⁶⁸ Ofício nº 436/GE de 15 de setembro de 1964 – citado. (Grifos nossos.) Esclareça-se que correspondência de igual teor foi endereçada ao governador e ao comandante da Polícia Militar de Pernambuco, agradecendo e elogiando a participação do bacharel Carlos Veras nos inquéritos. Ainda a respeito dos inquéritos, ressalte-se que o governador Aluísio Alves, em resposta ao coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, então chefe da agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, enviou através do ofício nº 186/GE de 25 de março de 1965, a relação dos demitidos, aposentados e postos em disponibilidade no Estado segundo as indicações da Comissão de Aplicação do Ato Institucional, constituída pelo Decreto nº 4.224 de 20/04/1964. No mesmo ofício seguiu ainda a relação dos “indiciados por atividades subversivas neste Estado”.

médicos, sociais e reforma agrária. No setor universitário muito contribuiu em favor do comunismo em Natal. Compareceu a diversos congressos estudantis, de sentido esquerdista, em várias cidades brasileiras. *Pronunciou ‘aulas-palestras’ no Centro de Formação de Professores ·da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler*. Tratou com eficiência em favor da orientação esquerdista, sobre ‘Atualidade Brasileira (...)’. Dizia-se nacionalista da ‘Linha Almino Afonso. FRANCISCO FLORIFE GINANI (...)’. Este estudante de mentalidade esquerdista exercia grande influência no meio universitário, como presidente do DCE que era. Compareceu a dois Congressos da UNE (...). Integrou a Frente de Mobilização Popular como componente da Comissão Organizadora Central. Desempenhou funções de *Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde (...), órgão responsável pelo plano de educação nitidamente subversivo, intitulado De Pé no Chão também se Aprende a Ler*. Compareceu ao ‘Q.G. da Legalidade’ instaurado contra o Movimento de 31 de Março; (...). Era apontado como nacionalista da ‘Linha Almino Afonso’. *Apoiava as aulas de professores da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a ler; tomou parte integrante na criação do Grupo de Ação Popular*. Era um perfeito agitador e pregava a subversão”.³⁶⁹

A mencionada denúncia, por fim, especifica que, “deste modo, (...) os 60 denunciados supramencionados, elementos todos tipicamente comunistas, vinham eles, (...), na *Prefeitura de Natal*, nos portos marítimos, nos Correios e Telégrafos, na Rede Ferroviária do Nordeste, no interior do Estado, onde pontificavam as famosas Ligas Camponesas do comunista, também famoso, Francisco Julião de Paula, fosse onde fosse, solapando de maneira solerte e criminosamente a MORAL e a ECONOMIA NORDESTINA, tentando destruir a UNIDADE NACIONAL, que pretendiam ir esfacelando aos poucos, para poder vencer, como mandavam atacar a ‘ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO’, num movimento de aniquilamento, pela ajuda eficiente do COMUNISMO, *cancro tenebroso*, que vinha envolvendo os seus tentáculos, toda a força viva, *as próprias entranhas da nacionalidade. Praga sem limites*, cupim que solapa a treva, abrigando-se na clandestinidade do crime, o COMUNISMO é isso mesmo (...).

Os 60 primeiros co-denunciados *tornaram-se, todos eles*, num desvario que pasma, *os micróbios dessa doença, que sem a reação eficaz das Forças Armadas, que a tempo*

³⁶⁹ M. M. Alves. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968, p. 195. 54.

atacaram o mal, teriam minado o organismo nacional, até deixá-lo, apenas, com os ossos expostos, como animal atacado pela peste. A condenação de todos eles deverá se impor, face a provas existentes nos autos do IPM, (...), deverá se impor como um imperativo da própria conservação nacional. Somente assim estará resguardado o Brasil, que é unicamente nosso, porque pertence às gerações passadas, que dele tanto se orgulharam, e será dos nossos pósteros”.³⁷⁰

A tônica das acusações do 2º promotor da Justiça Militar coincide inteiramente com as proferidas anteriormente, já mencionadas. Dessa maneira, observa-se que os acusados agiam “*com orientação contrária à democracia*”, que apoiavam “*o plano de educação nitidamente subversivo intitulado De Pé no Chão também se Aprende a Ler, que eram todos tipicamente comunistas*”, etc. Houve um aspecto, entretanto, que surgiu aqui com muita evidência: o promotor, numa postura muito própria de correntes conservadoras,³⁷¹ assumia uma posição semelhante ao funcionalismo naturalista ao comparar a sociedade humana ao organismo biológico. Este organismo vinha sendo minado, destruído por micróbios. Isto fica claro, ao se constatar que o “*COMUNISMO, cancro tenebroso (...), vinha envolvendo os seus tentáculos (...) [nas] próprias entranhas da nacionalidade*”. Dessa maneira, os denunciados “*tornaram-se, todos eles, (...), os micróbios dessa doença, que sem a reação eficaz das Forças Armadas, (...), teriam minado o organismo nacional, até deixá-la, apenas, com os ossos expostos, como animal atacado pela peste*”. Ora, este discurso naturalista do 2º promotor da Justiça Militar se identificava com as palavras do contra-almirante Tertius Rebello, novo prefeito de Natal, expressas em Mensagem à Câmara Municipal. Veja-se: “Ao assumir a Prefeitura Municipal de Natal, deparamo-nos com uma situação caótica, de completa desordem (...). A doutrina que impregnava grande parte do *organismo municipal* marca de irresponsabilidades e desgovernos todos os setores da administração”. Desse modo, “a Revolução não terminou, com a sua primeira grande batalha vitoriosa”, porquanto “o processo revolucionário brasileiro é eminentemente

³⁷⁰ Idem. (Grifos nossos.)

³⁷¹ Este é o caso do positivismo durkheimiano, por exemplo. Observa-se a propósito o que assinala Lowy: “Durkheim vai aplicar diversas vezes modelos de analogia naturalista para ‘explicar’ os fenômenos sociais, modelos cujo papel ideológico é sempre conservador (...). Segundo Durkheim, a sociedade é como o animal, ‘um sistema de órgãos diferentes onde cada um tem um papel essencial’. Alguns órgãos têm ‘uma situação particular e, se quisermos, privilegiada’; essa situação é totalmente natural, funcional e inevitável: ela é devida à natureza do papel que preenche e não a alguma causa estranha a essas funções”. M. Lowy. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 13.

dinâmico e *positivo*, em cadeias de desenvolvimento expansivo”. Com efeito, “estamos numa fase de indução, de pouca violência, onde *processos homeopáticos e sanitários ainda evoluirão para [as] mais drásticas formas de cirurgia moral e financeira, capazes de salvar o organismo e a alma nacional dos perigos das injeções e dos pecados mortais que eram endêmicos e já atingiam formas epidêmicas*”. E prossegue Rebello: “Fomos criados na escola da Marinha de Guerra, na doutrina de nossas Forças Armadas, sem propaganda, sem demagogias”. Por isso, “vibramos (...) com os nossos companheiros de farda, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e das Polícias, nas horas de vigília e de tensão quando os horizontes nacionais se viram toldados com as *ondas de abutres que se lançavam sobre as fronteiras dos nossos últimos redutos de resistência à decomposição do organismo nacional*”.³⁷²

Também aqui, a Secretaria de Educação do município era acusada de “fugindo aos seus objetivos precípuos [ater-se] apenas ao mecanismo demagógico, *implantando uma doutrina política contrária aos princípios democráticos*”.³⁷³ Em decorrência, uma das providências tomadas pela nova administração consistiu “na retirada das escolas e bibliotecas municipais de livros e publicações de sublitteratura e de conteúdo político pernicioso”.³⁷⁴

O certo é que a deposição de Maranhão significou o desmoronamento de sua obra. “Natal declinou como cidade cultural”, assinala o jornal *Salário Mínimo*, em matéria de junho de 1980. E acentua o jornal: “O desprezo dos governantes pela cultura do povo é não somente evidente, mas monstruoso. Aqui os prefeitos cometem o absurdo de derrubar uma biblioteca, um teatrinho e uma galeria de arte como as localizadas na praça André de Albuquerque [erguidas na época de Djalma Maranhão], para, em seu lugar erguer um coreto e construir um palanque inútil”.³⁷⁵

A vontade de varrer o nome de Djalma Maranhão da memória popular chegou ao ponto de, ainda na administração do almirante Tertius Rebello,³⁷⁶ ser retirado do Palácio dos Esportes, principal praça destinada à prática de esportes amadores, o nome do ex-

³⁷² Natal. Prefeitura Municipal. Mensagem nº 01/65, apresentada pelo prefeito Almirante Tertius Cesar Pires de Lima Rebello, p. 19-20, conforme consta do acervo da Câmara Municipal de Natal. (Grifos nossos.)

³⁷³ *Ibid.*, p. 9.

³⁷⁴ *Idem.*

³⁷⁵ *Salário mínimo*, Natal, jun. 1980, p. 7.

³⁷⁶ *Diário de Natal*, 19 de jun. 1979, p. 4.

prefeito que figurava em uma placa de bronze erguida em frente ao prédio. Recentemente o prefeito José Agripino Maia, acobertado pelos “novos tempos”, recolocou a placa com o nome de Maranhão, em solenidade pública, acompanhada de uma certa cobertura pela imprensa. Ao contrário do almirante Tertius Rebello, “primeiro prefeito revolucionário” que afirma ter “herdado o legado dá desordem, da balbúrdia, da mentira, do desrespeito à lei, da demagogia, corrupção e da subversão da ordem pública”,³⁷⁷ Agripino, igualmente representante do governo militar, afirma que “não há nada na vida pública do ex-prefeito que possa impedir uma justa homenagem”. E acrescenta: “Ele foi um grande prefeito de Natal e merece ser lembrado pela cidade e pelo seu povo, a quem tanto amou”. Impressionado com a popularidade de Maranhão, acentuou ainda Agripino: “Se Djalma Maranhão continua amado pelo povo de Natal, eu não vou contrariar os sentimentos populares”.³⁷⁸

O “grande prefeito de Natal” não foi somente deposto; foi preso, passando por prisões de “Natal, ilha de Fernando de Noronha e Recife por quase todo o ano de 1964. Libertado por força de *habeas-corpus*, exilou-se no Uruguai. A 7ª Auditoria do Exército condenou-o posteriormente”.³⁷⁹ Ainda por cima, Maranhão foi demitido de um cargo efetivo que ocupava na Prefeitura. E a respeito disto aconteceu um episódio interessante: o advogado de Djalma Maranhão, Dr. João Maria Furtado, respeitável figura dos meios jurídicos do Estado desembargador aposentado, foi também demitido de suas funções de advogado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo Dr. José Francisco de Moura Cavalcante, justamente pelo fato de ter sido defensor de Maranhão.³⁸⁰

³⁷⁷ Natal. Prefeitura Municipal. Mensagem citada. p. 6.

³⁷⁸ *O Poti*, Natal, 19 de agos. 1979, p. 12.

³⁷⁹ M. de Góes. op. cit., p. 135. Esta, porém, não foi a primeira vez que Djalma Maranhão experimentou a prisão, pois, conforme acentua Nunes, “em 1935, lutando por pão, terra e liberdade, sendo cabo do Exército, conheceu a cadeia terrível do presídio Maria Zélia, em São Paulo”. A. P. Nunes, *Do Planalto à cordilheira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 218.

³⁸⁰ A propósito leia-se a passagem a seguir transcrita de uma carta endereçada pelo Dr. João Maria Furtado ao Dr. Moura Cavalcante, que seria posteriormente governador de Pernambuco. Observe-se: “Somente há poucos dias fui informado com segurança de que V. S^a resolveu rescindir meu contrato de trabalho de advogado do INCRA/RN ao receber um expediente com a ‘informação’ afirmando que, eu, defendendo como advogado de Djalma Maranhão a anulação judicial de sua demissão de um cargo efetivo na Prefeitura de Natal havia ATACADO A REVOLUÇÃO”. E esclarece Furtado: “A demissão de Djalma Maranhão se fez com inobservância da própria legislação revolucionária (...), que prescreve a obrigatoriedade de ser previamente ouvido o acusado ANTES de aplicação de penalidades como demissão, aposentadoria compulsória, etc. Nem foi qualquer autoridade REVOLUCIONÁRIA que assinou a demissão que a Justiça, por meu intermédio, anulou: foi ela da autoria do ex-governador Aluizio Alves (...)”. J. M. Furtado, *Vertentes*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1976. p. 463-4.

Djalma Maranhão morreu no exílio em Montevidéu, na madrugada do dia 30 de julho de 1971, vítima de colapso cardíaco. Foi sepultado em Natal no dia 2 de agosto. Uma verdadeira multidão compareceu ao seu sepultamento e todo o trajeto, entre a rua Floriano Peixoto, em Petrópolis, ao Cemitério do Alecrim, foi feito a pé.

Luiz Gonzaga dos Santos, ex-vice-prefeito, faleceu na prisão. Gonzaga havia permanecido dez meses na cadeia; libertado, passou a residir no Rio de Janeiro, quando, em 1967, novamente foi preso em Niterói para responder a um novo processo instaurado. O médico Geniberto Campos comunicou ao comandante do quartel, em Niterói, que, estando acometido de doença cardíaca, Gonzaga não estava em condições de viajar de avião. Mesmo assim, foi posto em uma aeronave da FAB, cujas condições de pressurização eram precárias, e vinte e quatro horas depois falecia no interior de uma prisão em Recife.³⁸¹

Luiz Ignácio Maranhão Filho (irmão de Djalma), membro do Centro de Cultura Popular, ex-deputado estadual pelo PTB (partido que lhe negou legenda com vistas à reeleição em 1962), ex-jornalista, ex-professor, membro do Comitê Estadual do PCB e posteriormente do Comitê Central do mesmo partido, desapareceu em 1974. Luiz foi preso e torturado em 1952, por ter publicado, na *Folha do Povo* de Recife, várias reportagens sobre torturas aplicadas a presos políticos do Rio Grande do Norte; em 1964, por suas atividades políticas e, “em 1974”, salienta Cavalcanti, “por não falar diante dos seus inquisidores, foi assassinado nas câmaras medievais do DOI-CODI (...)”. Acrescenta, ainda, o escritor pernambucano: “Não sei de ninguém que exceda Luiz Maranhão em dignidade pessoal, em coerência política, em talento e cultura, nas forças da esquerda brasileira. Guardo desse homem, massacrado por seus ideais, a impressão melhor de quantas me deixarem as lutas revolucionárias”. E arremata: “Um dia, quando tivermos tempo, choraremos por sua morte.”³⁸²

Quanto a *Moacyr de Góes*, deve-se esclarecer que foi preso em maio de 1964. “Na prisão, Moacyr ficou até 25 de novembro, quando foi libertado por força de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Foi demitido de todos os seus cargos, exceto do de professor da Faculdade de Ciências Econômicas, pertencente à Arquidiocese e, finalmente,

³⁸¹ Ver, a propósito, comunicação apresentada por Moacyr de Góes, durante a 32ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho de 1980 no Rio de Janeiro.

³⁸² P. Cavalcanti, *O Caso eu conto como o caso foi (Memórias políticas)*. Recife, Guararapes, 1980. v. 2. p. 236.

*teve de mudar-se de Natal, pois, na cidade que pretendia educar, não encontrava segurança para viver”.*³⁸³

CONCLUSÃO

A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, como de resto os demais movimentos de educação e cultura popular do princípio da década de 60, desenvolveu-se num contexto de crise econômica e política das classes dominantes, num momento de ascensão política dos trabalhadores. Entretanto, o correto entendimento da Campanha, enquanto projeto de educação que apresentou uma forma singular de organização e uma proposta de conscientização social e política, só é possível na medida em que se identifique e se faça referência ao grupo político que a concebeu, em atendimento a reivindicações populares, e a dirigiu intelectualmente. Esse grupo, cuja liderança principal era originária do PCB, formou-se a partir da derrocada da ditadura de Vargas. Apesar de não manter uma vinculação orgânica com as facções da oligarquia que exerciam o domínio econômico e político do Rio Grande do Norte, nunca foi capaz, entretanto, de se impor inteiramente a essas facções. Por isso mesmo, sempre se viu na contingência, pela sua debilidade, de fazer alianças com as forças dominantes nos períodos eleitorais, reproduzindo, a nível local, o que tem sido um comportamento marcante das forças de esquerda no Brasil. Essas alianças sempre tiveram curta duração, pois logo o grupo liderado por Djalma Maranhão iria se atritar com as forças dominantes e, por conseguinte, era “expurgado” da composição formada no período eleitoral. Mesmo assim, em virtude da conjuntura favorável da época, a corrente política liderada por Maranhão vinha, cada vez mais, consolidando sua hegemonia na cidade de Natal, quando então foi inteiramente “eliminada” pelo movimento militar de 1964. Com isso teria fim, debaixo de

³⁸³ M. M. Alves, op. cit., p. 198-9. (Grifos nossos.) Como Moacyr, várias outras pessoas foram obrigadas a sair de Natal após o período de prisão, como, por exemplo: Margarida de Jesus Cortez, Maria Diva da Saleta Lucena, Francisco Floripe Ginani, Geniberto Campos, Osmar Fernandes Pimenta, entre outros. Os que ficaram foram alvo de outras prisões e perseguições. Foi o que aconteceu com José Fernandes Machado, ex-presidente do Comitê Nacionalista do bairro das Rocas e alfabetizador, pelo método Paulo Freire, na Colônia dos Pescadores no Canto do Mangue. Machado foi preso novamente, perdeu seu emprego nos Correios e Telégrafos e, mais tarde (1971), tendo se submetido a concurso público realizado pela Faculdade de Direito, para preenchimento de uma de suas cadeiras, foi aprovado em primeiro lugar, porém não logrou acesso à faculdade em virtude de suas atividades políticas.

severa repressão, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

De um movimento que, de início, pretendia simplesmente oferecer educação para todos, De Pé no Chão... avança conceptualmente e passa a encarar educação e cultura como instrumentos de libertação. Não se tratava, pois, de um projeto que tivesse em vista integrar os marginalizados à sociedade, fornecendo aos indivíduos escolarizados a possibilidade de ascensão social. Tratava-se, isto sim, de transformar essa mesma sociedade, e a educação e cultura exerceriam um papel preponderante nesse processo. Tanto é assim que, nas suas formulações, os intelectuais da Campanha (intelectuais esses pertencentes em sua maioria à organização política Ação Popular, formalizando, na prática, a aliança entre marxistas e cristãos de esquerda), chegam a colocar, embora de maneira tosca, tímida e imprecisa, a questão da revolução popular e do socialismo, relacionando-os com a luta antiimperialista. Entretanto, essas mesmas formulações continham sérios equívocos: *em primeiro lugar*, ao pretender fazer a “libertação popular através da educação”,³⁸⁴ caíam no culturalismo e no otimismo pedagógico na medida em que deixavam transparecer a educação e cultura como sendo os motores da transformação. *Em segundo lugar*, e como uma limitação mesmo dada pelo nacionalismo, na medida em que a noção de popular acabava sendo apontada para a noção de nacional, há que se reconhecer que não foram capazes de se desvencilharem inteiramente dos interesses burgueses, porquanto, ao ensejarem o primado da nação sobre as classes, enfatizavam a luta antiimperialista, aparecendo, assim, em segundo plano, a dominação e conseqüentemente a luta interna de classes. Isso, sem dúvida, dificultava a identificação dos interesses específicos das classes populares e se constituiu numa das principais debilidades do movimento popular.

Por fim, em que pese essas debilidades, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler teve uma organização digna de ser estudada e era um movimento em crescente aperfeiçoamento. O movimento militar de 1964, entretanto, golpeou as forças progressistas e com isso pôs fim a essa experiência de educação, destruindo-a e reprimindo-a severamente.

³⁸⁴ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Livro de leitura da Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*. Natal, 1963. p. 2 (mimeografado).

